

PAULO MARCOS ESSELIN

A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação
e Desenvolvimento Econômico do
Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)

PAULO MARCOS ESSELIN

A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação
e Desenvolvimento Econômico do
Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)

Universidade Federal da Grande Dourados
COED:
Editora UFGD
Coordenador Editorial - Edvaldo Cesar Moretti
Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
Redatora: Raquel Correia de Oliveira
Programadora Visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2011/2012
Edvaldo Cesar Moretti | Presidente
Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor
Célia Regina Delácio Fernandes
Luiza Mello Vasconcelos
Marcelo Fossa da Paz
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Rozanna Marques Muzzi

Capa: Imagem da obra do artista plástico Humberto Espíndola, intitulada “Carreta Pantaneira”, realizada em 1995, técnica acrílica sobre tela, dimensões 75cm x 120cm.

Diagramação: Alcindo Donizeti Boffi
Impressão: Triunfal Gráfica e Editora

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

636.2 E78p	Esselin, Paulo Marcos. A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910) / Paulo Marcos Esselin. – Dourados : Ed. UFGD, 2011. 358 p. ISBN: 978-85-8147-010-8 Possui referências. 1. Bovino – Criação. 2. Pecuária – Mato Grosso. 3. Pecuária – Desenvolvimento. 4. Pecuária no Pantanal. I. Título.
---------------	--

Para minha filha Maíra,
exemplo de luta e dedicação.
Para Cristina, por tudo.

AGRADECIMENTOS

No término desta pesquisa, voltei meus olhos ao caminho que percorri para realizá-la e, assim, revendo essa longa e penosa caminhada de aventura e desventuras, fui-me recordando de todos aqueles amigos e das instituições que contribuíram para que este trabalho fosse bem sucedido, porque essa era a expectativa de todos que me auxiliaram.

Ao professor Dr. Earle Diniz Macarthy Moreira, agradeço as críticas e sugestões que em algumas ocasiões mudaram o curso da pesquisa, colocando-a em melhor caminho.

Aos professores Carlos Frederico Correa da Costa, Mário Baldo, Carlos Martins Júnior e Vera Lúcia Vargas, todos do Departamento de História do Campus de Aquidauana, agradeço pelas intensas discussões durante todo o andamento da pesquisa, como pelo fato de me disponibilizarem farto material relativo à historiografia sul-mato-grossense.

Aos professores Amarílio Ferreira Junior e Marisa Bittar, agradeço por compartilharem minhas dificuldades, discutindo minuciosamente todas as dúvidas que foram surgindo nas mais diversas fases da pesquisa.

Aos professores Antônio Firmino de Oliveira, Nilson Araújo e Tito Carlos Machado de Oliveira, agradeço pelas valiosas sugestões e contribuições que prestaram.

Ao professor Padre Pedro Ignácio Schmitz, agradeço por franquear a Biblioteca do Instituto Anchietano de Pesquisas e a sua particular, criando as melhores condições para que eu pudesse desenvolver o meu trabalho.

Aos professores Marcus Vinícius Beber, Jandir Damo e Ivone, do Instituto Anchieta de Pesquisas, agradeço pelo levantamento de fontes fundamentais à pesquisa.

Ao professor Gilson Rodolfo Martins, agradeço pelo incentivo, pelas longas e acaloradas discussões, contribuição em localizar fontes no Paraguai e Uruguai, como também, por muitas vezes, deixar os seus afazeres pessoais e científicos para trocar idéias e corrigir os rumos da pesquisa.

Agradeço aos esforços do pessoal do Arquivo Público de Mato Grosso, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil no Rio de Janeiro, da Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu, do Arquivo Público de Uberaba – MG.

Finalmente, agradeço ao apoio que recebi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e ao CNPQ, pelo financiamento da pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A ORIGEM DO GADO BOVINO NO MATO GROSSO COLONIAL	37
1.1. Os primeiros rebanhos bovinos em São Vicente	37
1.2. O Gado Bovino de São Vicente a Assunção no Paraguai	41
1.3. O desenvolvimento da Pecuária no Paraguai	45
1.4. A Entrada do Gado Peruano no Paraguai	49
1.5. Quadro Natural de Mato Grosso	55
1.6. A Introdução dos Primeiros Rebanhos no Sul do Antigo Mato Grosso (Séculos XVI e XVII)	74
1.7. O Papel dos Índios Mbaya-Guaikuru no Processo de Difusão do Gado Bovino no Pantanal	112
2. O PANORAMA DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO LIMAR DO SÉCULO XIX NO BRASIL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS EM MATO GROSSO	127
2.1. As Transformações Sociais Políticas e Econômicas em Meados do Século XIX no Brasil	127
2.2. O Brasil Independente	135
2.3. Os Reflexos da Crise Econômica do Primeiro Reinado e o Desenvolvimento da Pecuária no Norte de Mato Grosso	139

3. O SUL DE MATO GROSSO NO SÉCULO XIX NO OLHAR DOS VIAJANTES	151
3.1. A Fronteira na Primeira metade do Século XIX	151
4. O SUL DE MATO GROSSO: DO INÍCIO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO SÉCULO XIX À GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA	175
4.1. A Ocupação da Banda Meridional: O Pantanal Sul-Mato-Grossense	175
4.2. As tensões na fronteira e o conflito com o Paraguai	206
5. O SUL DE MATO GROSSO NO PÓS-GUERRA	237
5.1. A Situação da Província no Pós-Guerra e os Problemas Relativos à Mão-de-Obra Indígena	237
5.2. A Recuperação da Província de Mato Grosso; Novos Impulsos ao Comércio e à Produção	258
5.3. O Crescimento do Capital Financeiro, as Exportações de Capitais e as Transformações na Fronteira	268
5.4. O Substancial Crescimento do Rebanho Bovino e o Desenvolvimento das Charqueadas	289
CONCLUSÃO	321
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	335
ANAIS -ARTIGOS - REVISTAS - SEPARATAS - ENTREVISTAS	349
ENTREVISTAS	354
FONTES IMPRESSAS E MANUSCRITAS	355

INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul, localizado no Centro-Oeste brasileiro, tem uma área de cerca de 357,4 mil km², sendo seu território delimitado pelos rios Paraná, a leste, e Paraguai, a oeste. Politicamente, tem suas fronteiras demarcadas, a leste, com São Paulo, Minas Gerais e Paraná; ao norte, com os Estados de Mato Grosso e Goiás; a oeste, com Bolívia e Paraguai, e ao sul, com o Paraguai.

De sua área total, quase cinquenta por cento constituem-se de pastagens artificiais e pouco menos de vinte por cento são de pastagens naturais. Essas, sobretudo, na região do Pantanal.

Mato Grosso do Sul é nacionalmente conhecido como grande produtor de bovinos, possuindo um rebanho basicamente de corte na ordem de 25 milhões de cabeças.

A economia de Mato Grosso do Sul baseia-se preponderantemente na pecuária bovina, é o segundo maior produtor de carne do Brasil e o primeiro com Sistema de Inspeção Federal; conta com 31 (trinta e um) frigoríficos, dos quais nove estão habilitados à exportação. Toda essa capacidade instalada permitiu o abate de quatro milhões de cabeças, com um faturamento bruto de trezentos milhões de reais no ano de 2000.

Os pecuaristas sul-mato-grossenses são em torno de cinquenta mil produtores, cujo valor patrimonial em terras e rebanho foi estimado em cerca de R\$ 18 bilhões (R\$ 11,6 bilhões em terras e 6,5 bilhões em animais). Esses produtores tiveram no ano de 1999 um faturamento bruto de R\$ 1,9 bilhões. A atividade gera, aproximadamente, cento e trinta mil empregos diretos. (MICHELS, et al, 2001).

Elevados investimentos e esforços garantem anualmente a melhoria da produtividade e da qualidade da carne bovina. O Estado, praticamente, conseguiu seu credenciamento para exportar carne bovina para a Comunidade Econômica Européia, o mais exigente mercado do mundo.

O Estado confunde-se com o gado. A maioria de seus mais destacados representantes no meio político tem estreita ligação com ele. São, geralmente, latifundiários e pecuaristas que exercem o poder e nele se revezam a cada eleição.

As campanhas políticas são marcadas pela influência da cultura do seguimento da pecuária, cujo discurso se faz presente em todos os palanques. Várias manifestações artísticas têm por inspiração o capim e o boi.

Há uma tendência generalizada entre os integrantes das camadas médias da sociedade de comprar terras e bois. Quer com isso ganhos e ascensão social, uma forma de status que a pecuária garante.

Apesar da pujança da pecuária, no Estado poucos são os estudos a seu respeito. A historiografia regional pouca importância deu ao gado bovino, como também à influência da pecuária na ocupação e desenvolvimento econômico do Estado.

Nos últimos anos, a pecuária vem recebendo um tratamento privilegiado dos meios acadêmicos, cujas pesquisas são direcionadas para oferecer às autoridades governamentais trabalhos científicos com o propósito de fornecer informações que orientem as políticas públicas do setor. O estudo da cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul, elaborado pelo grupo de estudos em agronegócios da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, é realizado por meio de intensas pesquisas, através das quais se constata a realidade desse importante setor da economia regional e se oferecem instrumentos efetivos para o seu desenvolvimento. No entanto, esses estudos privilegiam a conjuntura atual. Os trabalhos, até agora desenvolvidos, procuraram orientar empresários e autoridades governamentais; os primeiros, a adotarem procedimentos técnicos nas suas empresas rurais, com o objetivo de aumentar a competitividade da cadeia produtiva, e os últimos, para colocarem em prática políticas públicas que possibilitem, por exemplo, o aumento da produ-
ti-

vidade do rebanho, ampliando assim os mercados e as receitas estaduais, via impostos.

Ao lado dessa importante atividade, desenvolveu-se outra frente de estudos com o objetivo de ampliar a sua área de abrangência e buscar nas suas origens o desenvolvimento da pecuária bovina ao longo da história do País e do Pantanal sul, berço da ocupação territorial do Estado de Mato Grosso do Sul.

Resgatar a memória da pecuária bovina no processo de ocupação da planície pantaneira não significa apenas compreender um dos momentos mais significativos da história do Estado, mas realizar um amplo levantamento sobre o que tem sido essa região em seus aspectos sociais, políticos e econômicos.

A história de Mato Grosso do Sul coloca-nos fatos de absoluta relevância no âmbito da pesquisa científica. Os ciclos da pecuária formam um dos pilares fundamentais dessa história e revelam o que foi o Estado no cenário da economia e da sociedade brasileira.

A possibilidade de atender o mercado nacional, que utilizava o charque como principal alimento para a mão-de-obra escrava, como a venda do gado magro em pé para invernistas da região sudeste, sobretudo Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentrava o grosso da população urbana brasileira, abriram espaço para o produto sul-mato-grossense, e foi com o desenvolvimento da pecuária, inicialmente no Pantanal, (que já no início do século XX concentrava 2/3 do rebanho mato-grossense estimado em dois milhões e quinhentas mil cabeças), que a região passou a integrar-se à economia nacional.

Originalmente, esta pesquisa tinha como objetivo descrever e elucidar a contribuição da pecuária bovina no processo de ocupação territorial do Estado de Mato Grosso do Sul e no desenvolvimento econômico da região, cuja ênfase seria a investigação das três frentes pioneiras, a mato-grossense, a mineira e a gaúcha. No entanto, desde a apresentação do Projeto de Pesquisa “O gado bovino e o seu papel no processo de ocupação e desenvolvimento econômico e cultural de Mato Grosso do

Sul” em fins de 1999, a Banca Examinadora de ingresso no Programa de Pós-graduação alertou para a dificuldade de se alcançar os objetivos propostos, considerando-se a sua abrangência. Na ocasião, foi observado que o tema deveria ser desmembrado em pelo menos duas teses, uma que abordasse a frente mato-grossense e uma segunda que se ocupasse da gaúcha e mineira.

A experiência na coleta de informações acabou por confirmar aquela pertinente observação, e colocou a necessidade de repensar a proposta inicial.

O estudo das três frentes pioneiras é relevante e de fundamental importância para a compreensão da história do Estado de Mato Grosso do Sul, mas muito vasta em um mesmo projeto.

As razões que impulsionaram as três frentes não têm basicamente nada em comum, possuindo cada uma delas as suas próprias especificidades.

A separação de tempo e espaço entre elas é muito grande, pois a ocupação da primeira frente teve seu início na década de 1830, enquanto que a gaúcha, em 1895. O contexto social, político e econômico em que elas estavam inseridas era muito diferente.

A frente mato-grossense se dirigiu exclusivamente para o Pantanal sul-mato-grossense, enquanto a gaúcha e mineira, majoritariamente, para o Planalto de Maracaju-Campo Grande.

Provavelmente, a frente mato-grossense foi a única herdeira de todo o rebanho bovino que estava disperso no Pantanal, já a mineira e a gaúcha vieram dos seus respectivos Estados na posse de rebanhos bovinos.

Considerando essas evidências que redirecionaram a pesquisa, como foi proposta, o projeto foi alterado, centrando-se os estudos na frente mato-grossense, deixando-se a gaúcha e a mineira para pesquisas posteriores.

Esta pesquisa, intitulada “A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense” tem, como objetivo, descrever e elucidar o processo histórico desempe-

nhado pela pecuária bovina durante a ocupação territorial da planície pantaneira no sudoeste de Mato Grosso.

Ou seja, as questões não solvidas que são objetos desta pesquisa seriam: Teria sido a atividade pecuária fator determinante no processo de ocupação e colonização do Pantanal sul? Qual foi o papel desempenhado por jesuítas e colonos, a serviço da coroa espanhola, no processo de introdução do gado bovino no Pantanal sul? Qual a influência que exerceu o movimento nativista Rusga, ocorrido em Cuiabá, em 1834, para desencadear o processo de ocupação da planície sedimentar do Pantanal sul-mato-grossense? A guerra com o Paraguai teria aniquilado o rebanho pantaneiro?

Ao investigar a presença espanhola no Pantanal sul, no fim do século XVI e começo do XVII, com as iniciativas da fundação de Santiago de Xerez e das missões jesuíticas do Itatim, foi possível constatar que tanto colonos como religiosos importavam de Assunção rebanhos bovinos e que eles desempenhavam papel relevante nesses núcleos, quer como fontes de proteína, quer como animais de tração.

As informações que foram obtidas com o desenvolvimento da pesquisa indicaram que ali estava a origem da pecuária mato-grossense. As dificuldades enfrentadas pelos espanhóis na planície pantaneira, sobretudo para o cultivo, devido às condições ambientais, às altas temperaturas e aos recorrentes déficits hídricos, que dificultavam o desenvolvimento da agricultura, fizeram com que os pioneiros lançassem mão do gado bovino como alternativa para minorar suas dificuldades de sobrevivência.

Estas constatações ao longo de dez anos de pesquisas, permitiram definir as hipóteses do trabalho. Ou seja: o gado foi introduzido no sul de Mato Grosso ainda no final do século XVI por colonos espanhóis e, no século XVII, por religiosos da Companhia de Jesus. Os bovinos eram absolutamente necessários à conservação material das reduções e dos povoados.

Os ataques dos mamelucos paulistas às reduções e à cidade de Santiago de Xerez para a preta indígena não só desarticularam os povoados

pioneiros como dispersaram o gado por toda a região do Pantanal sul-mato-grossense, onde os rebanhos puderam multiplicar-se livremente, devido aos imensos campos de pastagem natural e aos terrenos salitrosos, altamente favoráveis para a sua reprodução.

O gado bovino bravo e em estado selvagem passou a atrair alguns poucos aventureiros a se afazendarem na região, no fim do século XVIII, geralmente militares que se desligavam das guarnições de fronteira. Mas o principal impulso à colonização veio dos conflitos entre nativistas e portugueses, episódio conhecido como “Rusga”. A revolta nativista registrada em Mato Grosso, em 1834, foi propulsora, provocando os primeiros deslocamentos de fazendeiros para o sul, sobretudo no final da década de 30 do século XIX. Homens de relevo na política e economia desceram para a banda meridional da Capitania de Mato Grosso e, fugindo dos inconvenientes das perseguições políticas e da Justiça, internaram-se no Pantanal, onde fundaram diversas fazendas.

A colonização tardia e as dificuldades de transporte¹ acabaram por favorecer o desenvolvimento da pecuária. A comercialização do bovino era extremamente reduzida, o que permitiu uma acumulação do excedente de produção de atividade criatória, resultando no crescimento do rebanho, e isso propiciou, mais tarde, o desenvolvimento da indústria de aproveitamento do gado e de seus subprodutos.

Colocada a hipótese, torna-se necessária a especificação do marco temporal. Nesse caso, a abrangência desta pesquisa abarca desde o terceiro quartel do século XIX até a primeira década do século XX, quando surgiram as primeiras charqueadas no sul de Mato Grosso. No entanto, o estudo buscou, nos registros referentes aos séculos XVI e XVII, explicar as origens do gado bovino, sendo aprofundado a partir de 1830, quando teve início a efetiva ocupação do sul de Mato Grosso, se estendendo até 1910 quando se iniciou o fim de um modelo de exploração da terra e o

1 A grande distância entre o Pantanal sul e as regiões consumidoras e a dificuldade de locomoção nessa área devido às enchentes periódicas contribuíram para limitar a expansão da pecuária ficando essa reduzida ao mercado regional insignificante e estagnado.

começo de outro, com a incorporação de novas tecnologias, por parte dos produtores, ao processo produtivo como a homogeneização do rebanho e a adoção generalizada de práticas de manejo importadas de outras regiões mais desenvolvidas do País. O marco referencial de 1830 a 1910, proposto nesta pesquisa, reporta a um período histórico de intenso desenvolvimento do sistema capitalista mundial, o que impõe a necessidade de buscar no século XIX essa teia de transformações por que passa o mundo e o seu significado para os rincões da Província de Mato Grosso. A expansão do sistema capitalista afetou a sociedade brasileira que a ele ia se integrando e modificando muito rapidamente as relações internas.

O passado não pode ser entendido exclusiva e primordialmente em seus próprios termos: não só porque ele é parte de um poderoso processo histórico mas também porque somente esse processo histórico nos capacitou a analisar e compreender coisas relativas a esse processo e ao passado. (HOBBSAWM, 1998, p. 173).

Sempre que possível, houve a preocupação, no desenvolvimento desta pesquisa, de se buscar, nas fontes primárias, relatos daqueles que testemunharam ou foram protagonistas do processo de ocupação.

Prioritariamente, foi feita a leitura de extensa documentação relativa aos jesuítas e aos colonos espanhóis, reunida na Coleção De Angelis, de onde foi possível extrair informações preciosas que forneceram o arcabouço necessário para a compreensão das muitas dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, os conflitos que se estabeleceram entre eles, como também os problemas de sobrevivência material. São também extremamente importantes os registros ali encontrados referentes ao gado bovino.

Os problemas ambientais enfrentados pelos colonos e padres, tais como as altas temperaturas, o calor abrasador, as enchentes periódicas, as dificuldades do cultivo em determinadas épocas do ano, as nuvens de mosquitos que perturbavam insistentemente, os obrigaram a lançar mão do recurso da pecuária. Os rebanhos que foram introduzidos ainda no século XVI, tornaram-se indispensáveis para o sucesso de seus empreendimentos, tanto de colonos, como de jesuítas.

Já no século XVII, as correspondências dos jesuítas fornecem informações de constantes ataques promovidos por nativos que se opunham à colonização dos bandeirantes paulistas, os quais vinham em busca dos indígenas, o que possibilitou a dispersão de todo o rebanho reunido nas reduções pelo Pantanal.

E esses registros deixados pelos jesuítas que prestaram serviços no Pantanal sul permitiram auferir que o gado das missões se propagou por toda a planície do Pantanal, como ocorreu no Rio Grande do Sul e no Uruguai, em experiência semelhante.

Documentação importante também são as crônicas e relatos de viagens organizadas por Afonso de E. Taunay nas obras “Relatos Sertanistas” e “Relatos Monçoeiros”, onde estão reunidas narrativas de testemunhas oculares dos acontecimentos a que nos reportamos, muitas delas minuciosas, outras objetivas, algumas com grande capacidade de observação, porém todas relevantes.

Por meio desses registros, foi possível, em primeiro lugar, delimitar o território nominado Vacaria pelos sertanistas como sendo a Planície Pantaneira e não a região do Planalto de Maracaju-Campo Grande como, em parte, hoje é conhecido. Em segundo lugar, foi possível também identificar que os campos dos pantanais mato-grossenses estavam, no fim do século XVII, abrigando grandes manadas de bovinos e eqüinos que se multiplicavam muito rapidamente, aproveitando-se das boas condições ambientais. Em terceiro lugar, pôde-se constatar que o gado da planície pantaneira foi, durante o ciclo do ouro, arrebanhado pelos sertanistas em pequenos lotes e levados para Cuiabá e outros povoados que surgiram para atender os comerciantes que se deslocavam para a região das minas, o que contribuiu para sua dispersão por todo o Planalto.

Outra fonte de consulta extremamente importante foi “Bandeirantes no Paraguai”, publicada pela Divisão do Arquivo Histórico do Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo. A obra reúne 29 documentos dos séculos XVII e XVIII que trazem detalhes dos conflitos entre assuncenhos (colonos espanhóis)

e bandeirantes paulistas. Muitos deles retratam a organização de patrulhas em Assunção com o objetivo de observar e, se possível, embaraçar os movimentos portugueses na planície do Pantanal. Nessas constantes arremetidas ao território do atual Mato Grosso do Sul, como de praxe, seus líderes elaboraram relatórios que davam conta da existência de muito gado na região, como também de que os paulistas deles se serviam para promover suas costumeiras incursões pelos territórios supostamente da Coroa Espanhola.

A documentação de Marcos Carneiro de Mendonça, organizada pela Biblioteca Reprográfica Xerox, possibilitou o entendimento da política desenvolvida pela Coroa Portuguesa e, depois, pelo Império Brasileiro na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. Retrata a união e amizade dos soldados e comandantes dos fortes do médio Paraguai com os nativos, o comércio de gado, cavalos e peles realizado na fronteira e as depredações promovidas pelos Mbaya Guaicuru aos núcleos espanhóis na fronteira, com apoio logístico de militares portugueses e, mais tarde, de brasileiros.

Se foi possível reunir farta documentação sobre os séculos XVI, XVII e XVIII com testemunhos dos contemporâneos que permitiram reconstituir as condições de vida da época, os objetivos básicos da colonização, as expectativas dos colonizadores, as motivações que os levavam a enfrentar um ambiente hostil, os conflitos entre os pólos, como também as condições de vida dos pioneiros, já sobre as primeiras décadas do século XIX, as fontes documentais são extremamente escassas, sobretudo quando se inicia a formação das primeiras fazendas no sul de Mato Grosso. Durante a guerra com o Paraguai, os soldados dos exércitos invasores destruíram toda a estrutura administrativa existente na Província, os documentos cartoriais e registros firmados em paróquias dos antigos núcleos urbanos desapareceram ou foram incinerados.

Para suprir esse vazio, foram utilizados os recursos técnicos da História Oral. Foi necessário recorrer a outras fontes que possibilitassem a produção de novos registros. Isso não significou que as entrevistas sim-

plesmente permitiram atingir diretamente a realidade; elas completavam os documentos escritos ou produzidos por terceiros e, na ausência absoluta desses, elas contribuíram para documentar as informações tornando alternativa fundamental ao desenvolvimento desta pesquisa.

Nelson Werneck Sodré, em sua obra “Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril” adverte que a pecuária não deixa registros de sua presença devido a sua pobreza material:

(...) não há marcas que assinalem a grandeza dessa conquista. Só a tradição oral e pura tradição oral, mantém a eternidade desses feitos poderosos. Tradição transmitida de pais a filhos por gente que só se fixa na velhice quando não mais pode suportar as agruras e os disabores os cansaços e as privações das longas jornadas. (SODRÉ, 1941, p. 88).

As entrevistas, além de contribuir para preencher uma lacuna documental, enriqueceram sobremaneira o texto com depoimentos inéditos e fundamentais sobre os tempos que retrataram a vida nos primórdios de Mato Grosso. Por outro lado, um autor alerta quanto ao uso do recurso oral. “Ainda hoje a cultura das classes subalternas é (e muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente oral.” (GINZBURG, 1987, p. 18). Essa dificuldade de encontrar fontes primárias na região do Pantanal sul-mato-grossense, devido à sua destruição quando da Guerra do Paraguai, foi também, de certa forma, compensada com um amplo levantamento realizado no Arquivo Público de Mato Grosso, onde foram encontrados documentos relativos ao período de 1860 a 1910, ofícios, correspondências particulares e oficiais e, sobretudo, relatórios e mensagens de Presidentes e Vice-Presidentes de Províncias. Embora esses registros oficiais revelaram em geral o ponto de vista das autoridades constituídas, a sua utilização contribuiu para construir a visão que as elites e o grupo dirigente tinham de Mato Grosso, da pecuária e da população que dela tirava seu sustento, revelam as angústias e as dificuldades econômicas, sociais, a vida e o ambiente material da região.

Para trabalhar os grupos indígenas e a rarefeita população não latifundiária, houve a necessidade de se utilizar outros tipos de fontes que pudessem contribuir para construir as atitudes desses grupos. As descrições de viajantes que estiveram em Mato Grosso em meados do século XIX e os Relatórios do Gal. Rondon no começo do século XX, quando da construção da rede telegráfica no Pantanal sul-mato-grossense, contribuíram para mostrar as relações de trabalho entre os grupos nativos e os colonos e a brutal exploração que os últimos impuseram aos primeiros; isso permitiu incorporar à pesquisa experiências históricas de grupos, cuja existência tem sido freqüentemente relegada pelos historiadores locais.

Tornou-se imprescindível recorrer à produção dos memorialistas que, além de contribuir com suas obras para a reconstituição da história das primeiras famílias que povoaram a região, ainda forneceram subsídios para entender o dia-a-dia nas primeiras fazendas, as relações com os indígenas, as dificuldades com o meio-ambiente, o trabalho dentro de uma unidade rural, a época em que chegaram e se estabeleceram, como viviam e o que e como produziam - enfim, informações esclarecedoras nesse processo de ocupação. No entanto, a superficialidade que bem caracteriza essas obras é conhecida; a principal preocupação dos seus autores é dar ênfase a situações com o propósito de valorizar os feitos dos seus antepassados, ou seja, às qualidades pessoais dos primeiros colonizadores como o altruísmo, a tenacidade, a generosidade, que garantiam o sucesso do “desbravamento” da região. “Esse expediente não é novo. Constitui, na verdade, uma reprodução parcial da tradição quatrocentã dos paulistas, cuja especialidade de uma ‘raça de gigantes’ poderia ter deixado suas sementes na frente oeste de colonização.” (LENHARO, 1982, p. 11).

Reverendo a historiografia regional, foram encontrados poucos autores que pesquisaram sobre a temática abordada por essa tese; dentre eles, destacam-se Nelson Werneck Sodré, Demóstenes Martins, Luiza Rios Ricci Volpato, Virgílio Corrêa Filho e Aline Figueiredo, que procuraram, em suas obras, explicar o desenvolvimento da pecuária em Mato Grosso.

Nelson Werneck Sodré entende que a entrada dos primeiros rebanhos no oeste do Brasil ocorreu em fins do século XVIII, favorecidos pelo rio São Francisco, via natural e convidativa para uma penetração mais vigorosa, sendo por isso batizado como o “rio dos currais”. Ao longo deste rio, estabeleceu-se o contacto entre vaqueiros e bandeirantes, uns iam em busca do ouro no sentido norte, outros vinham a procura de pastagem no sentido do sul. Minas Gerais, já erigida em capitania desmembrada de São Paulo, foi um grande centro distribuidor com uma notável condensação de populações e de rebanhos.

O autor enfatiza o roteiro que o gado bovino, conduzido por tropeiros, percorreu para entrar em terras mato-grossenses, onde surgiram as primeiras propriedades, cuja principal atividade era a pecuária. Segundo ele:

Pode-se marcar pelos fins do III século as primeiras penetrações do gado em terras do oeste. (...) a vegetação limpa, os campos abertos, as pastagens obrigatórias e os pontos em que as vias fluviais permitiam vau, ofereceram a oportunidade por certo feliz da passagem das terras de Minas para o oeste, para os chapadões goianos e para o território de Mato Grosso dos rebanhos que aumentaram progressivamente e que marchavam sem termo. [Majoritariamente a penetração dos vaqueiros na posse de seus rebanhos deu-se pelo Triângulo Mineiro]. (SODRÉ, 1941, p. 60).

Da opinião de Sodré, compartilha Demóstenes Martins, de que os rebanhos do Triângulo Mineiro foram sendo conduzidos por vaqueiros que cruzavam o rio Paranaíba e adentravam a Província de Mato Grosso. Dali foram dilatando as suas ocupações até atingirem as campinas da Vacaria, onde ainda encontraram vestígios da presença castelhana das reduções jesuíticas. (MARTINS, sd. p. 614).

Diferentemente de Sodré e Martins, Virgílio Corrêa Filho afirma que a pecuária em Mato Grosso “teve princípio no distrito de Cuiabá, onde o primeiro Capitão General, D. Antônio Rolim de Moura testemu-

nhou em 1761 que sobejava para o consumo a criação bovina.” (CORRÊA FILHO, 1943, p. 271).

Não são do século XVIII as primeiras tentativas de penetração e ocupação de Mato Grosso, elas ocorreram ainda no século XVI e XVII e foram de iniciativa dos espanhóis com a fundação da cidade de Santiago de Xerez e das reduções jesuíticas na planície pantaneira. Embora essas tentativas de fixação não tenham se consolidado, isto devido à resistência dos grupos nativos, à falta de relações comerciais mais frequentes com os outros mercados e, mais tarde, à investida dos bandeirantes, tiveram os colonos e os religiosos o mérito de introduzirem e aclimatarem os primeiros exemplares bovinos e eqüinos.

De acordo com registros e documentos produzidos pelos padres da Companhia de Jesus, que prestavam trabalhos de catequese no Itatim², os primeiros rebanhos introduzidos no atual território de Mato Grosso do Sul vieram do Paraguai. Mais tarde, com a descoberta do ouro em Cuiabá, algumas rezes foram levadas da planície para a área de mineração, provavelmente em embarcações via rio Paraguai ou conduzidos por terra por vaqueiros.

Para Aline Figueiredo, o gado bovino já se encontraria em território sul-mato-grossense no século XVII: “Quando, no decorrer do século XVII, adentraram os bandeirantes ao sul de Mato Grosso, para desalojar o espanhol, o jesuíta, e para prear o índio, viram surpresos que aqueles campos estavam repletos de bois.” (FIGUEIREDO, 1994, p. 66).

Quando os bandeirantes adentraram em Mato Grosso, na década de 30, no século XVII, encontraram o rebanho bovino ainda em processo de estruturação, já, que por essa época, estavam sendo introduzidos os primeiros lotes na região pelos colonos e, nas duas décadas seguintes, em maior quantidade, pelos padres jesuítas.

2 O Itatim estava situado entre os rios Apa e Taquari, no Pantanal sul de Mato Grosso, onde os religiosos da Companhia de Jesus instalaram suas aldeias para promoverem a catequese dos índios da região.

Notícias de muito gado bovino selvagem só foram registradas em fins do século XVII, por sertanistas paulistas e por tropas enviadas de Assunção para observarem os movimentos dos portugueses na região.

A autora afirma ainda que os bandeirantes localizaram os “altiplanos sul matogrossenses em seus mapas denominando-os “Campo de Vacaria” devido a abundância dos rebanhos”. (FIGUEIREDO, 1994, p. 66).

Para os sertanistas que percorreram todo o sudoeste de Mato Grosso, nos séculos XVII e XVIII, Vacaria era a região que os espanhóis chamavam de Província Jesuítica do Itatim ou Campos de Xerez, área banhada pelo rio Mbotetey, no território compreendido atualmente pela Bacia Hidrográfica dos rios Miranda e Aquidauana, na parte não inundável do Pantanal sul-mato-grossense. (MARTINS, 2002). Os altiplanos sul-mato-grossenses pertencem ao Planalto de Maracaju-Campo Grande, prolongamento do Planalto Central Brasileiro, onde não se registrou qualquer sinal da presença castelhana.

Para Luiza Rios Ricci Volpato, as autoridades de Mato Grosso e da própria Coroa Portuguesa tentavam desestimular o desenvolvimento da pecuária na Província visando, assim, impedir que os recursos humanos disponíveis, no caso, os negros escravos, abandonassem a mineração para se dedicarem a outras atividades. Afirma a autora:

O desenvolvimento da criação de gado, para as autoridades coloniais, também não era interessante que ocorresse em Mato Grosso. Da mesma forma que a cana de açúcar, esse tipo de atividade oferecia o perigo de absorver mão-de-obra e demais recursos que deveriam estar alocados na mineração. (...) o gado bovino e muar eram introduzidos na capitania por comerciantes paulistas que obtinham seus produtos nos campos do Sul. A região contava ainda com a importação do gado do vale do São Francisco, trazido como o do sul, pelo caminho terrestre de Goiás (...). (VOLPATO, 1987, p. 88).

Só esporadicamente o negro era utilizado nas lides da pecuária, uma vez que seu uso nessa atividade despendiria muitos gastos provocados pela necessidade de intensa vigilância e lhe daria o meio de loco-

moção mais rápida para a fuga que, na época, era o cavalo. Além disso, a pecuária, nos rincões de Mato Grosso, era uma atividade pouco rentável e o escravo muito caro, portanto ela se ajustava melhor ao emprego de trabalhadores livres, geralmente mestiços e nativos.

As atividades da pecuária e da mineração não se incompatibilizavam, pelo contrário, se completavam, tanto que, em Mato Grosso, logo foi se estabelecendo uma estreita ligação entre elas. O bovino tornou-se um bem de valor inestimável, era impossível imaginar um povoado sem os animais de tração que, realizando os serviços mais pesados, liberavam o negro para as atividades mais rendosas, tanto é que em 1761, portanto quarenta e dois anos após a descoberta dos metais, já havia em torno de Cuiabá uma oferta de gado bovino muito superior à necessidade de consumo local.

Os primeiros bovinos introduzidos em Cuiabá vieram da planície pantaneira. Desde 1725, havia um Bando³, emitido pelo Capitão General da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, autorizando a condução do gado bagual da planície pantaneira, a chamada Vacaria, para as minas de Cuiabá. Aliás, era muito mais fácil, rápido e barato conduzir a rês da Vacaria para a região mineradora, do que importá-la da região sul e do vale do São Francisco. Os sertanistas paulistas conheciam bem os caminhos que levavam às pastagens nativas que abrigavam os imensos rebanhos de bovinos e eqüinos e, também, como conduzi-los para as áreas de mineração.

Pelo caminho de Goiás, citado pela autora, os primeiros lotes de bovinos foram introduzidos somente em 1737, trazidos por Pinho de Azevedo; no entanto, desde 1730, há registros de novilhas em Cuiabá, procriando, conduzidos três anos antes por um sertanista. (CAMELLO, 1863).

Na mesma época, já havia em Cuiabá cinco engenhos de cana-de-açúcar, todos em franca produção. Certamente, esses engenhos já em-

3 Bando; trata-se de uma proclama ou um anúncio público.

pregavam significativo número de animais utilizados desde o preparo do solo até o transporte do açúcar.

O sargento mor, engenheiro Luiz D'Alincourt, em expedição a Mato Grosso, no início do século XIX, constatou que no século anterior grande quantidade de rezes havia sido enviada da Fazenda Camapuã para Cuiabá e São Lourenço para formar grandes áreas de cultivo de banana. (d'ALINCOURT, 1824, p. 337). Portanto, muito antes do gado oriundo de Minas Gerais, do sul do Brasil e de Goiás, era o gado do Pantanal sul que dava suporte às atividades desenvolvidas na região de Cuiabá, além de que havia um regular comércio entre os índios guaicurus e os pólos de colonização nos arredores de Cuiabá que envolvia eqüinos e bovinos conduzidos da Vacaria. (BERTELI, 1984).

Por outro lado, lembra um autor que os custos da pecuária praticados em Mato Grosso eram mínimos: quase nenhuma mão-de-obra, reprodução natural do rebanho, terras baratíssimas, consistindo em imensos campos favoráveis e providos de salinas naturais ao sul e sudeste de Cuiabá, que não exigiam nenhum gasto suplementar. (MAMIGONIAN, 1980).

Sodré afirma ainda que:

O grande lance se processaria inicialmente em busca dos campos de Vacaria (...). Ali surgiram as primeiras fazendas, os primeiros pousos, os focos iniciais da expansão. Os campos da Vacaria deviam transformar-se, agora, em região distribuidora por excelência dos rebanhos advindos do centro sul, das Minas Gerais onde haviam penetrado através do Vale do São Francisco. (...) [Dos Campos da Vacaria esses rebanhos alcançariam aos chapadões da região central da Província de Mato Grosso e constituindo Coxim um grande pouso obrigatório, novo foco distribuidor.]... / Daí as terras baixas do pantanal não havia mais do que um passo. (SODRÉ, 1941, p. 60 e 61).

Não existe qualquer registro que sustente tal afirmação, pois o criatório bovino se iniciou no Pantanal sul-mato-grossense com colonos e missionários a serviço da Coroa espanhola. Ao contrário do que afir-

ma Sodré, o Pantanal sul-mato-grossense tornou-se, no início do século XVIII, um pólo condensador e distribuidor do bovino e do equino para outras regiões da Província. Ademais, como afirma um autor:

“Coxim não era ainda conhecido, além do rio homônimo, pelo qual sulcavam as canoas bandeirantes, quando se aclimou no distrito cuiabano o primeiro plantel bovino. (...). Coxim não existia como núcleo de povoadores no início do século XVIII (...). (CORRÊA FILHO, 1943, p. 273).”

Ainda de acordo com Sodré, o processo de formação da pecuária mato-grossense foi marcado pela presença do paraguaio. “Campeador por índole, [ele] ia tornar-se um elemento importante no regime pastoril do Oeste. E a migração existente desde o século passado devia aumentar de maneira notável.” (...). (SODRÉ, 1941, p. 13).

Entretanto, a contribuição paraguaia ao desenvolvimento da pecuária em Mato Grosso no século XIX, é pífia, todo o encargo dessa e de outras atividades econômicas, desde o século XVI, recaiu sobre os ombros dos grupos nativos, sobretudo os terenas.

O segundo censo⁴ geral do Brasil, realizado em 1890, comprova que o número de estrangeiros em Mato Grosso era insignificante, apenas 392 pessoas, o que vem fortalecer a tese de que o trabalho era realizado pelos grupos indígenas da região.

A entrada do elemento paraguaio no sudeste de Mato Grosso é registrada no final do século XIX e início do XX, quando as sucessivas crises econômicas e golpes de Estado no país vizinho estimularam a população atingida a cruzar a fronteira em busca de tranquilidade e de trabalho no Brasil.

Por fim, Sodré afirma textualmente: “Não houve, e não há no Oeste a luta entre o homem e a terra.” (SODRÉ, 1941, p. 118).

Ao contrário do que afirma o autor, a história do sudoeste de Mato Grosso é marcada pela luta entre o colono e o indígena, desde o século XVI quando os espanhóis iniciaram o processo de ocupação da planície pantaneira, até meados do século XIX, pela posse efetiva da terra, proces-

4 O censo de 1890 não indica a nacionalidade desses estrangeiros radicados no Estado.

so esse sempre marcado por extrema violência, em que os grupos nativos foram arredados de seus bens, expulsos, mortos ou então incorporados à disciplina do trabalho, exigência da nova civilização que se estabeleceu com a pecuária.

A violência contra o nativo atingiu tal intensidade que o Governo Federal criou, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio para pôr cobro aos crimes que se praticavam contra eles.

Quanto à questão da mão de obra, Figueiredo conclui que:

(...) o guaicuru preparou o terreno para a pecuária e os fazendeiros já encontravam, principalmente na planície pantaneira, a tradição campesina. De alguma forma, o peão já estava lá, entre os cativos dos senhores guaicurus, e estes desaparecendo, foi transferida aos fazendeiros a suserania. (FIGUEIREDO, 1994, p. 88).

Muito antes de estabelecerem contatos com os brancos, os guaicurus tinham tendências para o domínio de outras tribos de caçadores e coletores e sobre os tradicionais lavradores, os guanás. Essas tendências foram reforçadas quando eles adotaram o cavalo para o seu uso, para a caça e, como arma de guerra, ganharam maior mobilidade e puderam com isso impor vassalagem a grupos indígenas que viviam mais distantes.

Na condição de caçadores coletores e tendo uma dinâmica territorial extraordinária, os guaicurus se contrapunham aos grupos indígenas agricultores, não podendo, portanto, com a sua ação preparar o campesinato, já que não tinham qualquer tradição agrícola, ou qualquer relação produtiva com a terra.

Importante papel no processo de formação do peão no Pantanal sul-mato-grossense foi desempenhado pelos religiosos e pelos soldados dos fortes instalados ao longo da fronteira do Brasil com os atuais territórios das repúblicas da Bolívia e Paraguai.

Nos fortes, os oficiais eram orientados a evitar a dispersão dos indígenas atraindo-os à causa da evangelização, estabelecendo relações de amizade com eles, promovendo aldeamentos nas imediações para prepará-los para o trabalho e para o desenvolvimento da agricultura, for-

necendo os instrumentos necessários ao sucesso do empreendimento. Na afirmação de Almeida Serra, essa estratégia fica clara:

Para dar o meu parecer, conforme manda S.M e V.Ex. me ordena, sobre o aldêamento dos índios uaicurus e guanás, que vivem como entre os portugueses, nos terrenos adjacentes ao do Miranda, de tal fôrma que fiquem sendo uteis a mineração e agricultura, confesso, Illm. e Exm. Sr., que mais de uma vez me tenho esforçado para cumprir com este meu dever, (...). (ALMEIDA SERRA, 1866, p. 204).

Os efetivos militares dos fortes garantiam um mercado regular para o excedente da produção dos nativos, trocando-o por enxadas, foice, facão, machado, utensílios de grande interesse não produzidos pelo indígena, o que lhes permitia melhorar o nível técnico de seus cultivos.

Ao lado dos soldados, os religiosos também contribuíram no processo de habituar o índio ao trabalho dentro dos moldes ocidentais.

Desde meados do século XVII, os religiosos da Companhia de Jesus realizavam trabalhos de aldeamento no Pantanal sul de Mato Grosso, com o propósito de catequizar o indígena. Essa iniciativa implicava no desenvolvimento da agricultura e da pecuária para que fosse criada uma oferta regular de alimento que pudesse atender o nativo reduzido e assim garantir a sua educação dentro de princípios cristãos.

No início do século XIX, quando efetivamente teve início o processo de colonização do Pantanal sul, as autoridades mato-grossenses, descrentes da possibilidade de colonizar a Província com a imigração estrangeira, recorreram mais uma vez aos religiosos para, através deles, preparar os indígenas.

Em Miranda, frei Mariano de Bagniaia organizou um grande aldeamento com as tribos guanás, terenas e layanas. Em Albuquerque, se instalaram os padres capuchinhos, em 1819, onde fundaram a Missão da Misericórdia. Esses dois núcleos desempenharam importante papel no processo de formação da mão-de-obra do Pantanal sul e tornaram-se responsáveis pelo abastecimento das vilas e cidades mais próximas deles,

como Miranda, Albuquerque e Corumbá. Dali também saíam homens e mulheres que iam trabalhar nos mais diversos ofícios requeridos nos nascentes núcleos urbanos, ou seja, empregadas domésticas, barqueiros, remeiros, entregadores etc.

Tanto os aldeamentos dos fortes como aqueles organizados pelos padres, a rigor, contribuíram decisivamente para a formação da mão-de-obra no Pantanal sul. Neles, o nativo era preparado para que os fazendeiros, mais tarde, se apropriassem do seu trabalho, quer nas atividades agrícolas, quer na pecuária.

Se grupos indígenas contribuíram para a formação da mão-de-obra no Pantanal, esses foram os guanás e seu sub-grupo, os terenas, que eram utilizados pelas autoridades de Mato Grosso para quebrar a resistência dos grupos nativos insubmissos, ensinar-lhes as práticas laborais da agricultura e da pecuária e ir preparando-os para os fazendeiros que iam se estabelecendo na Província.

Muito antes da Guerra do Paraguai e no início da colonização efetiva de Mato Grosso, o chefe de uma expedição enviada pelo governo francês ao Brasil, o naturalista Francis Castelnau, já deixava registrado que os terenas foram encontrados na posse de grandes rebanhos de gado vacum e cavalar e constatou que eles eram exímios cavaleiros. (CASTELNAU, 1949).

Ao abordar o início do processo de ocupação do Pantanal sul, Virgílio Corrêa Filho afirma que: “Dos pantanaes, [norte] avançaram as boiadas para o sul, em rumo de Miranda, conduzidas pelos exaltados de 1834, que se exilaram espontaneamente de Cuiabá depois da tragédia de 30 de maio.” (CORRÊA FILHO, 1926, p. 21).

As famílias que resolveram pela fuga de Cuiabá, após os acontecimentos de 1834, tinham informações seguras que nos campos nativos do Pantanal sul vagavam milhares de cabeças de gado bovino que se multiplicavam muito rapidamente, aproveitando-se das boas condições ambientais da região. Esse gado selvagem e “sem dono” constituiu fator principal para que esses colonos se deslocassem para essa região.

Desde a fundação do forte de Miranda, no fim do século XVIII, havia uma estreita relação entre os índios guaicurus, soldados e oficiais dos fortes, com ativo comércio de bovino e equino entre eles. Os animais eram reunidos pelos nativos e entregues nos fortes para posteriormente serem vendidos em Cuiabá.

Obviamente, na vinda desses pioneiros para o Pantanal sul, não havia necessidade de conduzir as boiadas, tanto é que não existe registro de entrada de gado bovino quando iniciou o processo de ocupação.

Finalmente, Virgílio Corrêa Filho afirma que durante a Guerra da Tríplice Aliança:

“(...) as boiadas que, anteriormente rumavam para Uberaba em troca de sal e outros artigos de importação, entraram a seguir para o Sul, a saciar a fome dos batalhões aguerridos. /.../. Em consequência, pereceu a criação.” (CORRÊA FILHO, 1926, p. 31).

Na mesma direção, aponta Figueiredo que afirma:

Utilizando-se da surpresa os paraguaios tomam como primeira providência tática, a apreensão de todo o gado e de toda a tropa que puderam. (...) Centenas de fazendas foram saqueadas e o sul de Mato Grosso viu de perto a miséria e o abandono. No Pantanal, o gado se conservou melhor no norte mas a planície se despovoou, voltando ao estágio de 100 anos atrás. (FIGUEIREDO, 1994, p. 112).

Dentre os fatores que determinaram a invasão paraguaia a Mato Grosso, um deles foram os grandes estoques de bovino e equino abrigados nos imensos campos nativos do Pantanal sul de tal forma que, logo após a entrada das tropas invasoras e a tomada dos principais pontos estratégicos, foram sendo criados vários estabelecimentos rurais para a recepção do gado arrebanhado. Tão logo eram reunidos, esses animais serviam ao consumo das tropas estacionadas em Mato Grosso, ou então eram destinados à população assuncenha ou para as frentes de guerra.

Naquela época, a criação do gado bovino possuía uma importância econômica muito significativa, além de produto básico de alimenta-

ção, servia como agente motor e meio de transporte e, naquele momento de guerra, era largamente utilizado nas frentes de batalha, arrastando os canhões da artilharia. O alimento fundamental das tropas paraguaias e aliancistas durante toda a guerra foi precisamente a carne assada.

Era, portanto, objetivo do exército paraguaio, reunir todo o gado possível do Pantanal sul e aproveitá-lo no esforço de guerra. No entanto, embora as tropas estivessem orientadas para esse fim, não lograram êxito; tão logo iniciaram suas incursões pela planície pantaneira, a cavallhada foi contaminada pelo vírus de uma doença comum na região, o mal-das-cadeiras, que, por ser altamente contagiosa, liquidou com as tropas do exército guarani.

Sem cavalos, os rebanhos bovinos ficaram sem manejo, passando muito rapidamente à condição de selvagens, tornando-se muito difícil o seu arrebanhamento. A doença, embora tenha trazido grandes prejuízos à pecuária do Pantanal sul, acabou por contribuir para a preservação dos rebanhos, impedindo que a criação perecesse, como acreditam Corrêa Filho e Aline Figueiredo.

Virgílio Corrêa Filho é o mais destacado representante da produção memorialista mato-grossense. Seus trabalhos, cujo papel principal foi o da glorificação e exaltação dos feitos dos antepassados, ajudaram a formular a identidade local. Para ele, o processo de ocupação e colonização do Estado foi toda obra dos “heróicos” bandeirantes paulistas, uma raça de gigantes a quem coube o papel histórico de “desbravar” um território extremamente inóspito.

Aceitar o gado bovino, a principal riqueza do Estado, como sendo herança dos colonos e jesuítas espanhóis ou dos indígenas, significa reconhecer que a base da conquista foi reunida sem trabalho e luta, uma dádiva, o que afetaria de modo negativo essa identidade construída. Depreendem daí as afirmações de que os primeiros colonos vieram de Cuibá e entornos conduzindo o seu próprio gado.

Já Nelson Werneck Sodré faz parte de um seleto grupo de historiadores que, com base em experiências pessoais, com poucas fontes

primárias e também pouca pesquisa, formulou grandes interpretações e afirmações sem a necessária comprovação.

Foram justamente os programas de pós-graduação em História que, surgindo em vários pontos do país e se estendendo pelas mais diversas regiões, deram aos novos pesquisadores acesso a determinadas fontes não conhecidas até então e que, reveladas, contribuíram para uma revisão de toda a Historiografia. Verdades antes consagradas, à luz de uma nova documentação passaram a ser questionadas e verdades absolutas foram relativizadas.

A pós-graduação força os alunos a usar fontes primárias e a comparar suas afirmações com pesquisa bastante séria (...). Num mestrado, por exemplo, é impossível fazer isto trabalhando o 'Brasil'. E, como esta mentalidade mais ou menos se arraigou, hoje em dia, mesmo no doutorado, as pessoas pensam duas vezes antes de abordar um tema realmente nacional. Ora, isto foi muito importante porque antes havia certas teorias do Brasil que se impunham como 'a verdade' pelo prestígio de quem as propunha, tipo Celso Furtado, Caio Prado Junior. Ora, isto era baseado em muito pouca fonte, em muito pouca pesquisa. (FLAMARION, 1995, p. 5).

A obra de Nelson Werneck Sodré, "Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril", de 1941, confessou o próprio autor, foi elaborada a partir de entrevistas dadas por um pioneiro que se deslocou de Minas Gerais para Mato Grosso.

A respeito, relata Sodré:

Ali [cidade de Jardim] viverá, também, o meu amigo Clemente Barbosa Martins, homem tão velho que, nas conversas, quando queria fixar a época de algum acontecimento, dizia 'antes da guerra' ou 'depois da guerra'. Para ele, tratava-se da guerra do Paraguai. Era dotado de prodigiosa memória, infalível para os fatos antigos. A história da expansão pastoril no sul de Mato Grosso – que reconstitui, depois no livro Oeste – me foi narrada por êle com minúcia, exatidão, rigor: era praticamente a história de sua família, os Lopes, oriundos de Pium-i, no pontal do rio Grande, terras de Minas Gerais. (SODRÉ, 1967, p. 160).

Os depoimentos de Clemente Barbosa Martins, colhidos por Sodré, permitiram que este reconstituísse a história da expansão pastoril no Planalto Maracaju-Campo Grande e não no sudoeste de Mato Grosso, como ele julgava ter feito.

O entrevistado, cuja “prodigiosa memória” chamou a atenção do entrevistador, prestou relevante contribuição para o entendimento da ocupação de uma importante região de Mato Grosso, no entanto, nada sabia da ocupação anterior que havia ocorrido dois séculos antes daquela contada por ele, não tinha essa obrigação; havia nascido duzentos anos depois dos acontecimentos que haviam se passado no Pantanal sul.

A obra “Oeste” tornou-se, ao longo dos anos, uma importante contribuição para a historiografia mato-grossense, mas as fontes levantadas nesta tese se contrapõem às conclusões ali estabelecidas.

Esta pesquisa foi dividida em cinco capítulos; no primeiro, tratou-se dos séculos XVI e XVII, procurando mostrar o caminho que foi percorrido pelo gado bovino desde a sua introdução em São Vicente, no litoral da Capitania de São Paulo, até a sua chegada em Assunção e depois, em Mato Grosso, através dos pólos pioneiros de colonos e jesuítas a serviço da Espanha. Foi feita uma descrição da geografia e da história da região por meio de um cuidadoso levantamento de dados com base nas fontes primárias para mostrar o desenvolvimento do rebanho bovino e o volume que ele alcançou no começo do século XIX, destacando o papel dos nativos, sobretudo os Mbaya Guaicuru, no processo do seu adensamento.

No segundo capítulo, procurou-se destacar as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas em fins do século XVIII até meados do século XIX, com o aprofundamento da Revolução Industrial, o fim do monopólio comercial, a independência do Brasil, a conquista, pela Inglaterra, da condição de nação mais importante do mundo e os desdobramentos de todas essas bruscas transformações nos rincões de Mato Grosso.

No terceiro capítulo, tratou-se dos relatos dos viajantes que, a partir do começo do século XIX, começaram a chegar a Mato Grosso, apro-

veitando-se do fim das restrições impostas pelas metrópoles colonialistas, e que prestaram inestimável contribuição à pesquisa histórica da região. Essas expedições, geralmente oficiais, eram organizadas com o objetivo de reconhecer as potencialidades da terra e a possibilidade de instalação de um sistema produtivo que pudesse gerar lucro, mas as descrições da terra, embora feitas sem muita parcimônia, continham informações extremamente importantes sobre o sul da Capitania de Mato Grosso, a situação das vilas, dos povoados, das guarnições militares, das relações dos colonos com os nativos, enfim, outras informações que permitiram dar um quadro geral da Província, com esclarecimentos importantes sobre o conjunto da sociedade local.

No quarto capítulo, abordou-se o início do processo de ocupação da região a partir do final de 1830, com a chegada das primeiras famílias e a instalação dos pioneiros nas proximidades dos rios Taboco e Nioaque, nos altos vales do Negro e do Miranda e no baixo Paraguai, com a formação da grande propriedade latifundiária, no que é hoje o Pantanal sul; foi retratada a disputa entre os antigos ocupantes das terras indígenas e os novos, marcada por extrema violência. Os primeiros foram sendo expropriados de sua terra e de seus rebanhos eqüino e bovino em um processo que culminou com o seu subsequente jugo ao colonizador.

Foi retratada também a guerra com o Paraguai, que se constituiu em um verdadeiro desastre para as populações pantaneiras, com os saques às propriedades recém construídas e as poucas vilas e cidades até então aí existentes.

O quinto capítulo tratou da recuperação da Província após a guerra com o Paraguai, sobretudo após a década de 1870, período marcado pela expansão econômica mundial, tendo se verificado intenso desenvolvimento da produção para o mercado. Houve uma conjuntura favorável cujos termos de intercâmbio evoluíram em favor dos bens agropecuários, vindo ao encontro da produção local. Com isso, foi possível a industrialização da carne e o desenvolvimento da Pecuária, não só no Pantanal como também em todo o Estado de Mato Grosso.

Capítulo 1

A Origem do Gado Bovino no Mato Grosso Colonial

1.1. Os primeiros rebanhos bovinos em São Vicente

Os europeus, quando imigraram para colonizar a América, fizeram-no trazendo seus animais secularmente domesticados, sobretudo o gado vacum e cavalar, que deram suporte às suas ações no esforço da colonização. Esses não faziam parte da fauna americana; para os serviços de tração e do cultivo, era empregada a lhama por algumas poucas etnias estabelecidas nos planaltos andinos.

Os rebanhos bovino e cavalar, sobretudo, desempenharam relevante papel no processo de colonização da América, pois constituíam importante força de tração e fundamental meio de transporte, sendo ainda, o primeiro, indispensável à alimentação.

As primeiras informações sobre a presença do gado bovino no Brasil datam de 1534, na Capitania de São Vicente, trazido da ilha da Madeira pela esposa do seu donatário, Martim Afonso de Souza.

A perspectiva do sucesso do cultivo da cana de açúcar naquela região tanto animou o seu donatário que o primeiro engenho na Terra de Santa Cruz foi ali instalado, com o nome de Engenho do Governador, para que se iniciasse a produção do açúcar.

Os mais antigos cronistas são contestes em afirmar a precedência de São Vicente em criação de gados, assinalando o Padre Simão de Vasconcelos que esta vila de São Vicente foi a primeira em que se fez açúcar na costa do Brasil e donde as outras Capitanias se provisionaram de cana para a planta e de vacas para a criação. (VASCONCELOS apud PORTO, 1954, p. 246, V. 3).

No entanto, a distância da Metrópole e das zonas consumidoras fez com que esta Capitania não figurasse, nessa primeira fase da história brasileira, como grande produtora de açúcar, perdendo essa condição para Pernambuco e Bahia, onde a indústria do produto foi grande sorvedora do gado bovino, uma vez que os trapiches e engenhos eram movidos à força animal e o transporte da cana e da lenha exigia um grande número de bois. À medida que a produção do açúcar aumentava, tornava-se um estímulo à criação. Enquanto isso, em São Vicente, o criatório desenvolvia-se nessa primeira fase da ocupação lentamente, os rebanhos serviam às culturas de subsistência desenvolvidas pelos paulistas e à alimentação.

A situação de subalternidade prolongada desse núcleo [São Vicente] nos mostra o que teria sido a colonização, no seu conjunto, se em uma de suas áreas não tivesse intervindo o capital comercial. Nele se ensaiou a mesma fórmula que resultou vitoriosa em Pernambuco, mas não conseguiu expandir-se. Dentro em pouco, o capital comercial concentrou os seus esforços na zona em que o sucesso estava assegurado. Este foi o motivo fundamental porque São Vicente permaneceu em segundo plano. (...). (SODRÉ, 1990, 13ª ed., p. 109).

A princípio, as poucas cabeças que entraram em São Vicente mereceram cuidados extremos e especiais, uma vez que era necessário adaptá-las aos novos pastos, o que exigia tempo e muita mão de obra, ou seja, identificar as ervas venenosas, que eram letais; impedir a ingestão da mandioca bruta, que causava o empanzinamento; matar onças, cobras e outros animais que pudessem colocar em risco o gado. Enfim, nos primeiros tempos, os rebanhos foram mantidos sob as vistas dos seus proprietários, em currais junto às suas casas, de forma que toda a aten-

ção pudesse garantir o seu crescimento. Na Capitania de Porto Seguro, por exemplo, não foi possível a instalação de engenhos de açúcar devido ao insuficiente desenvolvimento da pecuária: “as vaccas lhe morrem por causa de certa herva, de que há copia, e comendo-a, logo arrebetam”. (CARDIM, 3ª ed. 1978, p. 181).

A criação do gado, que teve o seu início em São Vicente, logo ganhou os campos do Planalto Paulista, onde melhor poderia se desenvolver devido à excelência dos seus campos e à boa qualidade das pastagens naturais e das aguadas, o que contribuiu decisivamente para a proliferação do gado bovino, e, embora as condições fossem as melhores, muito raramente se abatia uma rês; a parcimônia era a garantia para o crescimento do rebanho.

Os primeiros Vicentistas deram nome de campo ao terreno de serra acima, para o diferenciar das terras do beira mar, os quais acham muito cobertas de arvoredos, o que não acontecia em todas as vizinhanças de S. Paulo, que por natureza eram descobertas, e unicamente pequenos capoes, ou capoeiras (assim denominam os bosques curtos, e fechados) se divisavam. (D’ALINCOURT, 1975, p. 39).

Os extremos cuidados, que são inimagináveis hoje, adotados naquelas circunstâncias e a parcimônia com que foram tratados os primeiros lotes permitiram que, no ano de 1564, apenas trinta anos após a introdução das primeiras cabeças em São Vicente, a Câmara Municipal de São Paulo baixasse lei onde determinava que os pecuaristas pagassem impostos pelo gado. O Governo português impunha a arrecadação de uma determinada quantia mas deixava a critério de cada Capitania ou Câmara Municipal a decisão de como fazer o recolhimento desses valores. (AMED e NEGREIROS, 2000).

A criação de gado bovino não deixou de ser importante fonte de renda para o tesouro português. No início, o principal negócio era a produção do couro, já que a carne não tinha muito valor, devido à diminuta população local.

O peso da carga de impostos pode ser verificado através dos seguintes dados:

“Vale cada couro em cabelo	2\$100
De o salgar e secar	\$200
De o carregar ao curtume	\$040
De o curtir	\$600
Importa tudo	Rs2\$940
Um meio de sola vale	1\$500
De o carregar à praia	\$010
Do frete do navio	\$120
De descarga para alfândega	\$010
Por todos os direitos	\$340
Importa tudo	Rs1\$980”

Fonte: (ANDREONI apud AMED e NEGREIROS, 2000, p. 69).

Verifica-se que impostos cobrados pelo fisco português representavam mais de 20% sobre o couro curtido e mais de 30% sobre o couro em cabelo.

Após a expulsão dos holandeses do Brasil, apesar da vitória conseguida, o Governo português

“annuiu (...) para a assignatura da paz definitiva, em pagar a Hollanda uma indenização de 4.000.000 de cruzados, cerca de L 6.000.000 em dinheiro, assucar, tabaco, e sal, tal o empenho que havia de pôr cobro a situação! Para essa indenização ocorreu o Brasil com 1.920.000 cruzados pagos em 16 annos, a razão de 120.000 cruzados por anno.” (SIMONSEN, 1937, p. 182, T.1).

Como de praxe, eram os colonos portugueses espalhados pelas colônias ultramarinas quem deveriam arcar com o pagamento da indenização. Além do que já era cobrado do couro, acresceu-se a “cada arroba de carne de vaca consumida na vila 20 reis a arroba; (...) o couro da vaca 10 réis; cada cabeça de gado descida para Santos 1 tostão”. (SIMONSEN, 1947, p. 139-140. V.2).

Já próximo da Independência, e com a família real no Brasil, os tratados de 1810, posteriormente revistos em 1818, estabeleceram novo imposto de carne verde, “que era constituído pela contribuição de cinco réis em cada arrátel de carne fresca de vaca e desde 1805 a contribuição sobre a carne passou a ser de 320 réis sobre cada rês abatida (...)”. (AMED e NEGREIROS, 2000, p. 193).

Esses são dados expressivos e indicam as boas qualidades dos campos, das águas e os práticos vaqueiros paulistas garantiram rápido crescimento do gado bovino em São Paulo.

1.2. O Gado Bovino de São Vicente a Assunção no Paraguai

Quando Alvar Nunez Cabeça de Vaca, Governador da Província gigante do Paraguai, foi preso e deportado de Assunção, o rei Carlos V nomeou Juan de Sanábria seu sucessor, mas este faleceu antes da partida. Substituiu-o à frente do empreendimento seu filho Diogo de Sanabria. A expedição, que deixou o porto de San Lucar de Barrameda em 1552, compunha-se de três caravelas e na tripulação vinham Dona Mencia Calderón, viúva de Juan de Sanábria, com duas filhas; vários representantes da nobreza, dentre eles, o capitão Juan de Salazar Espinosa, cabo da expedição, que havia sido deportado com Cabeça de Vaca e que retornava à Assunção que ele mesmo havia fundado, e o Capitão Becerra, acompanhado de mulher e filhos em nau de sua propriedade. Depois de uma longa viagem, as embarcações alcançaram uma paragem pouco abaixo de Santa Catarina, atual Laguna. Na entrada da barra, o navio comandado pelo Capitão Becerra naufragou e os que nele viajavam salvaram-se, perdendo, no entanto, toda a sua carga.

Em Laguna, onde se encontraram as caravelas espanholas, houve um desentendimento entre Juan de Salazar e o piloto-mor Hernando de Trejo, tendo este, ao final, sido eleito chefe da expedição. Por conta disso, retiraram-se para São Paulo vários componentes da armada liderados por Salazar.

Em São Vicente, Juan de Salazar reencontrou-se com o Capitão Juan Díaz de Melgarejo, que havia conseguido escapar das perseguições de Irala no Paraguai e ali estava há quase dez anos, tendo contraído núpcias com uma portuguesa. Juntos, desenvolveram as melhores relações com os moradores de São Vicente, tendo tentado obter, junto às autoridades do povoado, autorização para conduzirem a Assunção, gado e ferro que lá escasseavam. É o que se pode aduzir de uma carta que Salazar escreveu ao Real Conselho das Índias, em julho de 1553, na qual pedia autorização para poder comprar, a peso de ouro, algum gado e material de ferro. (BRUXEL, 1960).

Embora a autorização tenha sido oficialmente negada, as relações comerciais entre os súditos das duas coroas naquela região eram boas. Em carta ao rei, em junho de 1553, Tomé de Souza informa: “Achei que os de São Vicente se comunicavam muito com os castelhanos e tanto que na Alfândega de V. A, rendeu este ano passado cem cruzados de direitos de coisas que os castelhanos trazem a vender.” (AMARAL, 1981, p. 8 e 9).

Por essa época, no Planalto Paulista a euforia com as possibilidades da lavoura de açúcar já haviam sido desfeitas. Embora as condições climáticas e de solo fossem extremamente favoráveis ao cultivo daquela lavoura, a distância dos mercados e o preço do frete inviabilizavam completamente o empreendimento. Por essa razão, não foi difícil aos dois espanhóis convencerem os irmãos Góis, proprietários do Engenho Enguaguaçu e de grande rebanho vacum, a deixarem São Vicente com destino ao Paraguai, com promessas de bons negócios naquelas longínquas terras.

Alguns obstáculos esses espanhóis e portugueses tiveram que superar para deixar São Vicente: as concepções políticas e econômicas vigentes na época, baseadas no Pacto Colonial e que se constituíam no exclusivismo metropolitano ou na exclusividade do comércio externo da Colônia em favor da Metrópole, impunham uma série de restrições que impediam que o colono estabelecesse relações comerciais livremente sendo obrigado a realizar as trocas apenas e de acordo com os mecanismos criados pela administração portuguesa. A Metrópole, que circunscrevia

a livre circulação de mercadorias, também impedia os deslocamentos da população, em geral, estrangeiros ou não.

Os dois espanhóis haviam há muito solicitado permissão para deixar São Vicente, no entanto, ordens do Governador Geral proibiam a saída, o que só seria possível com determinação real. A esse respeito, Juan de Salazar assim se manifestou:

Visto que de Portugal não vinha o despacho para nos deixar ir ao Paraguai, e tão más esperanças de nosso remédio, e a necessidade de cada dia maior e muitos incômodos que não podiam sofrer, tratei com CIPILÃO de GÓIS, filho de Luís de Gois, que havia pouco viera de Portugal, para estar num engenho do pai, que viéssemos ao Paraguai, porque dele entendi ter vontade de fazê-lo. (PORTO, 1954, p. 253, V.3).

Como as autorizações do Rei português não chegavam, impacientaram-se todos e resolveram pela fuga⁵. “Provavelmente em Maio de 1555 (...) a comitiva, que se compunha de dez soldados espanhóis, seis portugueses, além de Cipião de Góis e sua mulher, João Díaz Melgarejo, Vicente de Gois, Capitão João de Salazar e D. Isabel de Contreras, (...) e outras três mulheres casadas.” (PORTO, 1954, p. 254, V. 3).

Certamente, essa comitiva foi acompanhada por um razoável número de índios domesticados, que transportavam a tralha dos viajantes e, além de contribuírem para um melhor roteiro pelas matas, eram soldados e intérpretes. Esse trajeto, percorrido em um espaço não inferior a cinco meses, foi muito difícil; tribos hostis e feras foram enfrentadas; daí, a necessidade de o grupo ser reforçado e bem armado.

Foi justamente essa comitiva, liderada pelos espanhóis Juan Salazar, Juan Díaz Melgarejo e os irmãos Góis, que introduziu o primeiro rebanho bovino no Paraguai, procedente do engenho da Madre de Deus.

⁵ Tomé de Souza, 1º Governador Geral do Brasil, mandou interromper o caminho entre São Vicente e Assunção em 1553, muito frequentado por portugueses e espanhóis que através dele faziam negócios de proveito para ambas as partes. Por esse mesmo período, deliberou fundar a Vila de Santo Antônio da Borda do Campo com o intuito de prevenir aquela comunicação. A partir de então, somente com licenças especiais poderiam os moradores ir pela terra adentro. (VIANNA, 1967, V.1).

De acordo com Ruy Días de Gusmán, teriam entrado com esse grupo em Assunção sete vacas e um touro, conduzidos pelo vaqueiro de nome Gaete. “que llevo com ellas à la Asuncion com grande trabajo y dificultad solo por el interés de una vacca, que se le senaló por salario de onde quedo en aquella tierra un proverbio que dice son mas caras que las vacas de gaete.” (GUZMÁN apud ABREU, 1940, p. 2140, V. 4)

Essas sete vacas e um touro, acrescidos posteriormente por outro reprodutor importado do Peru, teriam dado origem à parte do gado que muito mais tarde povoaria os pastos nativos do Paraguai, do Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina e Mato Grosso do Sul.

Ainda foi levantada a hipótese de que a primeira expedição trazendo gado bovino para o Paraguai foi a de Cabeça de Vaca, que no dia 2 de dezembro de 1540 partiu de Cadiz transportando soldados, sementes, 46 cavalos e éguas e algumas vacas. (ARAÚJO. 1986).

No entanto, nos registros deixados por ele não há qualquer alusão à introdução de gado bovino no Paraguai através das suas embarcações.

(...) y allí desembarcaron y sacaron los caballos en tierra, porque se refrescasen y descansasen del trabajo (...) requirió el maestre el agua que llevaba la nao capitana, y de cien botas que metió no halló mas de tres, y habían de beber de ellas cuatrocientos hombres y treinta caballos (...) Llegado que hobo el gobernador con su armada a la isla de Santa Catalina, mandó desembarcar, toda la gente que consigo llevaba, y veintiséis caballos que escaparon de la mar, de los cuarenta y seis que en Españã embarcó, (...). (CABEZA DE VACA. 1981, p. 154-55-56).

Nem mesmo a expedição anterior, de Pedro de Mendonza (1537), que lançou as bases da colonização espanhola no Prata e “embarcou em suas naus cargueiras cem cavalos e éguas destinados à reprodução, além de cavalos de propriedade particular dos oficiais que devia ser no mínimo outro tanto”. (ARAUJO, 1986, p. 21), teria trazido gado bovino.

Embora os espanhóis valorizassem sobremaneira esses animais, tendo por isso Cristóvão Colombo introduzido na América os primeiros exemplares em 1493, no Haiti, na segunda viagem que havia feito ao Novo Mundo (FIGUEIREDO, 1994), foi somente em meados do século

XVI que entraram os primeiros bovinos no Paraguai. Isso em parte se explica pelo isolamento em que se encontrava aquela região em relação aos demais pólos de ocupação espanhola, como também comprova que os cavalos foram introduzidos muito mais cedo devido ao combate com grupos nativos.

Schmidl⁶, que participou da expedição de Pedro de Mendonça com destino à região platina e testemunhou a fundação de Buenos Aires e Assunção, tendo ainda participado da grande entrada na busca das fabulosas riquezas peruanas, registrou as dificuldades dos primeiros conquistadores, sobretudo em relação à fome, tendo relatado a situação de penúria que levou cristãos a praticarem a antropofagia, e também a condenação de dois cristãos à morte por abaterem e se alimentarem da carne de um cavalo.

Enquanto aguardavam o gado bovino, e mesmo depois da sua chegada, durante o tempo de estruturação desse rebanho, quando o abate era evitado para garantir o seu crescimento vegetativo, a dieta protéica dos espanhóis tinha por base a carne de caça: veados, capivaras, emas, patos e o pescado. (SCHIMIDL, 1947).

Além da carne de caça, empreenderam algumas culturas adequadas às zonas tropicais, o que constituiu a garantia econômica dessa ocupação.

1.3. O desenvolvimento da Pecuária no Paraguai

Segundo a versão⁷, entraram no Paraguai sete vacas e um touro, oriundos de São Vicente e de propriedade dos irmãos Góis. Mas teria sido somente oito o número de animais introduzidos ou esse é um número simbólico?

6 Ulrico Schmidl era um soldado bávaro, tendo no máximo 35 anos quando se alistou na armada de Dom Pedro de Mendonça, primeiro Adelantado do Rio da Prata. Por alguns anos, permaneceu na América do Sul incursionando pelo Pantanal. São dele as primeiras descrições dessa tão importante região de Mato Grosso do Sul.

7 Entre os autores platinos há um certo consenso de que o casco inicial da pecuária no Paraguai tem sua origem nessas sete cabeças introduzidas por Gaete. Sobre esse assunto ver ainda Emílio A. Coni, Fulgencio Moreno, Efraim Martínez Cuevas – todos citados na Bibliografia.

O General Ptolomeu de Assis Brasil, fazendeiro rio-grandense, fez um estudo da progressão de um rebanho de oito cabeças considerando os índices de natalidade e mortalidade da época e concluiu que: “A quantidade máxima de gado produzido por aquele casco, em 15 anos, teria sido de 450 cabeças entre touros e vacas, o que não condiz com a existência de grandes rebanhos assinalados no Paraguai, antes do reforço do gado peruano.” (BRASIL apud PORTO, 1954, p. 256, V. 3).

PRODUÇÃO

Anos	Casco	Vacas	Fêmeas	Machos	Total
1555	7	7	3	3	13
1556	7	7	3	2	18
1557	18	7	3	3	24
1558	24	10	4	4	32
1559	32	13	5	5	42
1560	42	16	6	6	54
1561	54	20	8	8	70
1562	70	24	10	10	90
1563	90	30	12	12	114
1564	114	38	15	15	144
1565	144	48	20	20	184
1566	184	58	24	24	232
1567	232	73	28	28	288
1568	288	90	36	36	360
1569	360	114	45	45	450

Fonte: (BRASIL apud PORTO, 1954, p. 256, V. 3).

Previsão do crescimento do rebanho em condições ótimas, sem mortes e sem abates de fêmeas e machos aptos à procriação, com praticamente 100% de natalidade. A tabela é baseada no primeiro número simbólico de 7 cabeças.

Em 1557, em Assunção, por ocasião do falecimento do Governador paraguaio Domingo Martínez de Irala, foi aberto o seu testamen-

to com o arrolamento de todos os seus bens, relacionados por Aguirre (1950, p. 363, V. 2).

Valor de las tierras y ganadas de los herederos del gobernador Domingo de Irala en	1577.
Las tierras de Itapua con su casa de palmas muy deteriorada de lienzo	150 V. ^s
Una capoera à la salida del pueblo à la orilla del rio	30 V. ^s
El sitio y casas de su morada encima de la barranca, junto a la Ig ^a Mayor	700 V. ^s
Las cabezas de ganado Vacuno chicas y grandes qe andaban en el campo	150 V. ^s
110 cabras machos y hembras chicas y grandes	110 V. ^s
25 cabezas de puercos	50 V. ^s
24 cabalgaduras chicas y grandes	40 V. ^s

Nota: la casa tenia cubierta de teja y palmas pero ya deteriorada.

Apesar de Aguirre não informar o número de cabeças de gado bovino deixadas por Irala em seu testamento, mas apenas o valor delas, o demarcador espanhol, D. Felix de Azara, esclareceu, afirmando que em sua chácara, o Governador paraguaio deixou 24 cabeças de gado vacum. (AZARA, 1954 apud PORTO, p. 257, V. 3).

Embora pelo valor atribuído à galaria, se comparado ao das cavalgaduras, o número de reses do inventário pudesse ser maior, visto que os eqüinos não tinham preço muito diferenciado dos bovinos, mesmo assim, pela evolução do rebanho, o critério científico adotado concluiu que na data da abertura do espólio de Irala, em 1557, vinte e quatro cabeças deveriam corresponder às oito introduzidas por Gaete. (PORTO, 1954, p. 257, V. 3). Além do mais ainda se tem notícia da existência de outros rebanhos, pequenos lotes, na posse de sitiantes e fazendeiros.

O general Núfrio de Cháves, que de Assunção partira em agosto de 1557, portanto dois anos após a introdução do gado vicentino, deixava aos cuidados dos xaraes, em cujas terras se internara, navios e canoas com quantidades de gados maiores (GUZMÁN, 1954 apud PORTO, V. 3). Em 1573, Cristóvão Pinto e Pedro de Espinar, que haviam falecido,

deixaram a seus herdeiros roças e vacas. (BLAS Garay Apud PORTO, 1954, V. 3).

Além disso, Aguirre presta esclarecimento importante:

De lo dicho es visto que los ganados caballos y demas animales bajaron de su estimacion casi de repente y por consiguiente que tuvieron un procreo fecundísimo superior al de sus consumos y faltas. Lo fué en tales términos que à los pocos años se vió en estas provincias casi sin valor por la bendicion de DIOS que lo multiplicó en tanto numero, que no habra habido pais en el universo que lo haya gozado mas abundante. (AGUIRRE, 1950, p. 364, V. 2).

Todos os autores que fizeram pesquisas sobre a introdução do gado bovino no Paraguai são concordes em afirmar que o gado vicentino, que lá chegou em 1555, era o único que ali havia antes da entrada do rebanho peruano. Consequentemente, todo aquele gado que ali estava apascentado era muito superior ao que se podia esperar da reprodução de um touro e sete vacas. Portanto, o gado introduzido pelos irmãos Góis e pelos espanhóis Salazar e Melgarejo foi muito superior a esse número.

Em 1556, um ano após a introdução do gado de São Vicente, a câmara da cidade de Assunção baixara lei para que fosse cobrado o dízimo do gado *vacum* de forma que para cada dez cabeças seria entregue uma à autoridade arrecadadora. (SALAZAR apud PORTO, 1954, V. 3).

Naturalmente que, quando a câmara baixou uma lei para cobrar imposto sobre o gado, os estoques se justificariam para a adoção da medida, ou seja, o rebanho deveria ser muito superior a oito cabeças. “No sabemos si ese fué el único ganado importado enconces al país, sólo se tiene constancia de que en el decenio siguiente las vacas no eran muy escasas entre los vecinos de la ciudad.” (MORENO. 1985, p. 125).

E ainda em 1578 Juan Garay ordena que: “todos los señores de vacas desde el río Tobaty hasta el que sale de la laguna Taíguá, hasta el rio Paraguay, hagan corrales donde metan el ganado de noche y de día lo tenga en guarda, porque hacen daño a las zonas y labranzas.” (VILLAMIL, 1969/70, p. 87, V. 13).

Além disso, os irmãos Góis eram proprietários de um grande engenho em São Vicente, Madre de Deus, na sesmaria das terras fronteiriças a Enguaguaçu, herdado do fidalgo Pedro de Góis. (MADRE DE DEUS, 1975). Esses campos foram povoados com muito gado, pois tal engenho foi formado com a perspectiva da produção da cana para o mercado europeu, o que justificava a necessidade de rebanhos bovinos para os trabalhos de plantio, colheita e transporte da cana de açúcar.

(...) los ganados introducidos por los hermanos Gois nunca pudieron ser menos de 40 a 50 cabezas y posiblemente un número de alrededor de 70 vacas y 10 toros. En este último caso, y lo decimos como hipótesis de trabajo, las 7 vacas y el toro de la leyenda sería el 10% del total, atribuido como recompensa al tropero y cuidador, el tal Gaete, y para el caso de la primera cifra este porcentaje estará en el orden del 25 o 20%. (...) Ptolomeu de Assis Brasil, situó el procreo de las siete vacas y el toro de los Gois en un máximo (óptimo y optimista) de 450 animales para 1569, no es difícil suponer que la cantidad que yo establezco como más probable de animales realmente introducidos, diera un procreo casi diez veces mayor, esto es de unos 4500 animales, o un poco menos. (...) Lo que sí parece ser una idea realista habida cuenta que se considera que era suficiente para abastecer la población de Asunción de ese entonces. (ASSUNÇÃO, 1987, p. 151-152, V. 24).

Certamente que os Góis, quando decidiram pela fuga para o Paraguai, seduzidos pela possibilidade de enriquecimento, não o fizeram deixando para trás o que tinham de mais caro, o seu gado que, ao invés de oito, deveriam ser algumas dezenas de cabeças, como afirmam as referências anteriores.

1.4. A Entrada do Gado Peruano no Paraguai

Entre os espanhóis de Assunção, após a “malograda entrada”, predominou, durante parte do século XVI, o desejo de estabelecer uma ligação com o Peru e participar ativamente do comércio que ali se desenvolvia.

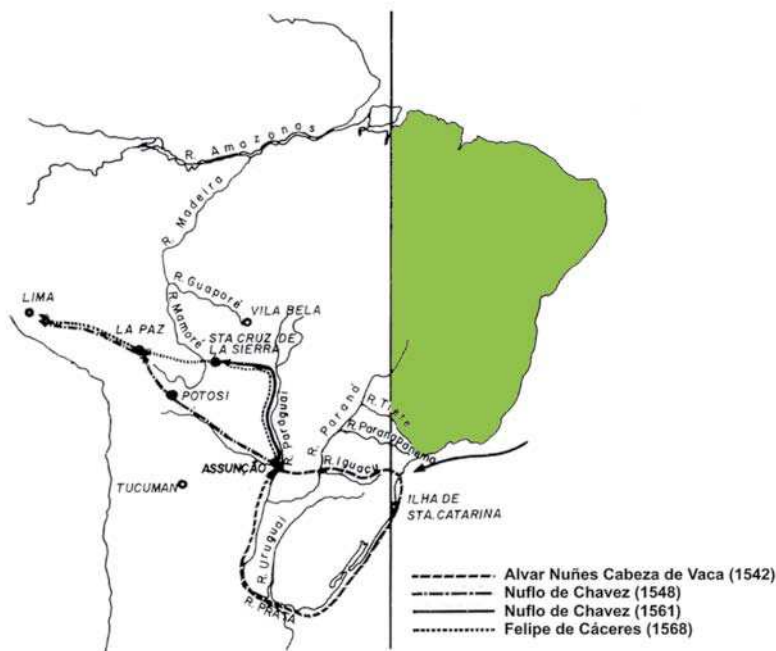
Ordinariamente, tudo faltava em Assunção. Estabelecer relações comerciais com os peruanos era antes de tudo uma necessidade urgente. Enxofre, azeite, remédios, papel, nada era possível obter no mercado de Assunção. O grande sonho do Governador paraguaio Domingo Martinez de Irala passava a ser o de estabelecer uma estreita ligação com aquela rica região.

Após várias tentativas, em dezembro de 1548, Núfrio de Cháves, a mando de Irala, conseguiu chegar a Potosi e depois a Lima. A partir daí, estava definitivamente aberto o caminho para o Peru inaugurado por Alejo Garcia⁸, o náufrago da expedição de Solis.

Com a abertura desse caminho, os assuncenhos esperavam fazer a ligação com o Peru, tornando-o rota obrigatória por onde poderiam conduzir tudo aquilo que produziam e de lá trazer tudo o que lhes faltava, inclusive metais preciosos. “En esta época hicieron tambien su aparición las primeras ovejas y cabras, conducidas desde Charcas, por el Capitan Nuflo de Chaves.” (MORENO. 1985, p. 124).

A própria fundação do vilarejo de Santa Cruz em 1561, no Alto Peru, por Núfrio de Cháves, passou a ser o trajeto mais utilizado para o deslocamento de Assunção a Lima: subia-se o rio Paraguai, entrava-se no território de Chiquitos, indo até Santa Cruz, subia-se o altiplano até La Plata (atual Sucre), prosseguindo até Lima. Foi através dessa rota que Cháves trouxe os primeiros ovinos e caprinos para o Paraguai.

⁸ Alejo Garcia, um dos náufragos da expedição de Juan Diaz de Solis, realizou uma jornada notável. Partiu de Santa Catarina por volta de 1523 e alcançou os contrafortes andinos; no seu retorno com uma grande carga de metais preciosos, foi morto pelos nativos.



MAZZA, Maria Cristina Medeiros. et al. Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Corumbá: 1994. p. 6. Rota Lima Assunção utilizada pelos espanhóis para levar os primeiros rebanhos bovino ao Paraguai.

Em 1558, foi nomeado Adelantado do Rio do Prata, pelo Vice-Rei Garcia Lopes de Castro, o estancieiro Juan Ortiz de Zárate, na condição de investir na Província 80 mil ducados da seguinte forma:

(...) fletar cuatro navíos en España, conducir 500 hombres, entre labradores, menestrales y soldados con sus armas y municiones; introducir en el país, en los tres primeros años, 4000 cabezas de ganado vacuno y otras tantas de ovejas, 500 cabras y 500 cabezas de ganado caballar - los cuales aseguraba poseer en sus dehesas de Charcas y Tarija; (...). (BAEZ, 1991, p. 55).

Em sua ausência, Ortiz Zarate, que se dirigiu à Espanha com o propósito de confirmar sua nomeação ao cargo de Governador do Para-

guai, encarregou o seu preposto Felipe de Cáceres de conduzir os rebanhos do Alto Peru, o que aconteceu em 1568 pela via Santa Cruz de la Sierra ao Alto Paraguai.

Junto con el ganado de Ortíz de Zárate venían también los de algunos conquistadores que regresaban a sus hogares; pero no se conoce el número total de animales que alcanzó a llegar a la Asunción. En el viaje, lleno de incidentes que culminaron en la matanza de Itatín, con la muerte del infatigable Chaves, se perdió gran cantidad de vacas. Antes de llegar a Santa Cruz ya habían desaparecido 600; muchas otras se perdieron en el pasaje del río Paraguay; y los expedicionarios mismos corrieron grandes peligros en que descollaron el valor y la entereza del mestizo asunceno Juan de Salazar hijo del fundador de la capital paraguaya. (SALAZAR apud MORENO, 1985, p. 125).

Pelo relato de Salazar, duas situações chamam a atenção. A primeira, trata-se dos incidentes no Itatim, em que os nativos atacaram a caravana de Ortiz Zarate, com a conseqüente perda de grande quantidade de gado bovino que se desgarrou do lote principal. Supostamente, esses animais, nas enormes extensões do Pantanal sul-mato-grossense, teriam se multiplicado à lei da natureza e dado origem à pecuária local. No entanto, não há qualquer referência a rebanho bovino na região antes da entrada de colonos e jesuítas espanhóis no fim do século XVI e começo do XVII.

A segunda, diz respeito ao esclarecimento que Salazar presta. Segundo ele, junto ao rebanho de Ortiz Zarate vieram também os de outros conquistadores, não significando isso, porém, que havia nessa leva mais de quatro mil cabeças de gado *vacum*, já que o Governador teria três anos de prazo para conduzir esses animais a Assunção e, segundo tropeiros práticos, conduzir uma boiada tão grande seria muito difícil. O recomendado seria um número nunca superior a 1500 cabeças. (RIBEIRO, entrevista 1999).

Para se ter um exemplo das dificuldades de se transladar o gado de um determinado lugar a outro, devido ao desconhecimento ambiental,

pode-se recorrer a Roberto Simonsen para reforçar a idéia de que eles foram introduzidos em lotes consecutivos:

Os que as trazem são brancos, mulatos, e pretos e também Índios, que com este trabalho procurão ter algum lucro. Guião-se, indo huns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vem atrás das rezes tangendo-as, e tendo cuidado, que não sahião do caminho e se amontoem. As jornadas são de quatro, cinco, e seis legoas, conforme a commodidade dos pastos, aonde hão de parar. Porém, aonde há falta d'água, seguem o caminho de quinze, e vinte legoas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem, aonde possão parar. Nas passagens d'alguns rios, hum dos que guião a boiada, pondo huma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra ás rezes o vão, por onde hão de passar. (SIMONSEN. 1937, 237/8, T. 1).

Em uma situação atípica como a de 1568, em que a caravana enfrentou todos os tipos de problemas, como constantes ataques de indígenas, travessia de rios caudalosos, ataques de predadores e de ofídios e, de certa forma, o desconhecimento da região, que implica na falta de pastagens e aguadas, muitos animais não resistiram, tornando praticamente impossível a travessia. Em correspondência, Pedro Dorantes diz “que o gado trazido por Felipe de Cáceres, ao chegar ao rio Paraguai, teve extraviasdas 130 vacas, havendo proprietários de mais de 50 que só receberam 5.” (DORANTES apud PORTO, 1954, V.3). A informação é importante na medida em que se pode estabelecer que apenas 10% do gado conduzido por Cáceres chegou ao seu destino final, embora não conste nas fontes consultadas o número de animais que teria deixado o Peru.

Após ter sido confirmado em Madri por Felipe II no cargo de Adelantado, Ortiz de Zarate desembarcou em Assunção e contraiu com Garay a obrigação de introduzir no Paraguai 4000 vacas, 50 cabras e 300 cavalos e éguas dentro de três anos. (BRUXEL, 1960). Retomava-se em linhas gerais o mesmo contrato que havia sido feito com Felipe de Cáceres, que certamente não o havia cumprido integralmente.

Garay também não conseguiu cumprir o contrato que havia assinado, devido à sua morte em 1583.

Foi justamente Juan Torres de Vera e Aragón, genro de Ortiz Zarate, quem introduziu 4000 ovelhas e 8500 cabeças de gado vacum no Paraguai, sem se referir à origem desse gado. (SIERRA, 1956, T. 1).

Seja como for, “al finalizar el siglo XVI, existian varias haciendas particulares para la cría de animales, que adoptaron desde entonces la denominación de estancias [no Paraguai]”. (SIERRA, 1956, p.40, T. 1). Reforçado o gado assuncenho com esse novo aporte, o desenvolvimento da pecuária foi rápido e, mais tarde, dele saíram as sementes que povoariam todo o sul do continente, começando por Santa Fé e seguindo pelo Chaco, Buenos Aires, Uruguai e sudoeste de Mato Grosso.

No Paraguai, o bovino encontrou as melhores condições de clima e solo, imensos campos de pastagens nativa e boas aguadas, e por isso a pecuária se expandiu muito rapidamente, pois além de uma estrutura favorável, o mercado consumidor insignificante não forçava seus proprietários ao abate dos animais e, à medida que não eram comercializados, os rebanhos aumentavam substancialmente. As estâncias iam sendo fundadas e o país, coberto com o casco do gado vacum. Embora não houvesse mercado para a carne do gado vacum, “Las cantidades elevadas de cuero vacuno exportado superior al numero de cabezas faenadas para el consumo interno, nos indica que se sacrificaba el ganado para aprovechar solo el cuero”. (ARAD, 1973, p. 184). Naturalmente, havia ainda o mercado para o sebo, casco e chifre que tinham largo uso em várias indústrias européias sobretudo a da construção naval e alimentícia.

Os tigres que se criam por aquelas terras, são incontáveis, assim como o é a multidão de gado vacum silvestre que se acha a seu dispor. Tanto é que o que aqui se paga por uma galinha, lá se mostra suficiente para a compra de uma vaca, da qual só o sebo chega a pesar arroba e meia e por vezes até duas. (MONTROYA, 1985, p. 27).

Es indudable que con la introducción en masa del ganado al Paraguay por dicho Adelantado [ORTIZ ZARATE] quedó

cimentada esta riqueza que en poco tiempo há sido la base de la economía privada y pública durante la colonización. Las ciudades, las mismas reducciones y los fuertes del Rio de la Plata han tenido en la ganadería el medio de subsistencia y la verdadera fuente económica. (...). En abril 14 de 1573, Martin Orué en una correspondencia le dice al Consejo Real de Indias que desde la mar hasta la Assunción está la mejor tierra de la descubierta para la cría de ganado y según él mismo ya por ese año era grande el número de vacas (...) en el Paraguay. (MENDOZA, 1922, p. 630-631, T. 73).

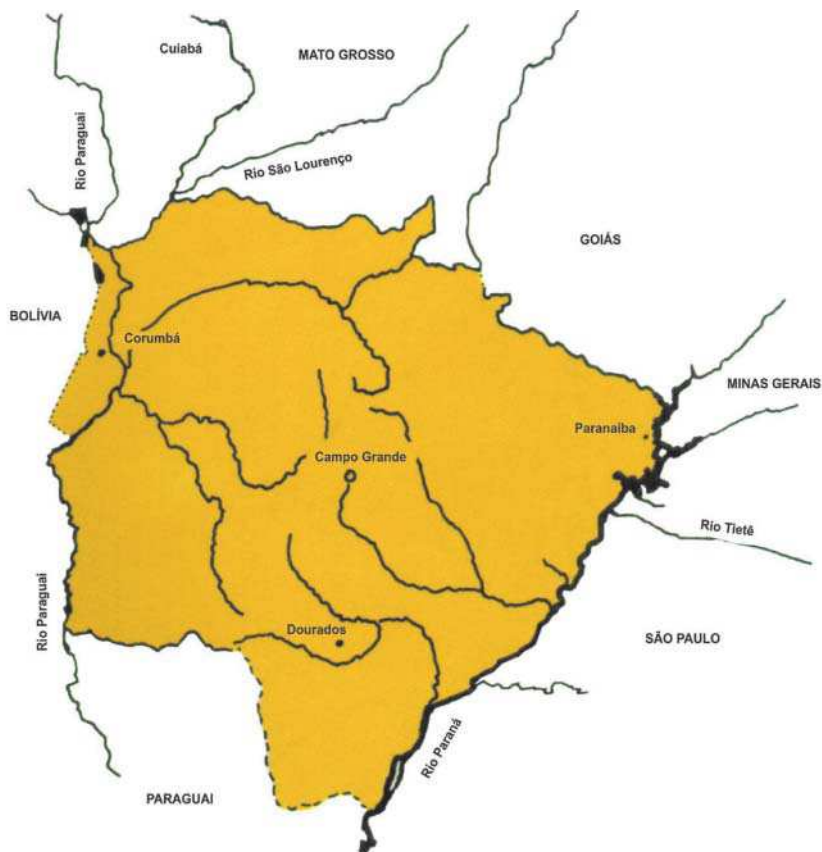
Os estoques de gado bovino contribuíram decisivamente para a fundação de todas as cidades de alguma importância na Província do Rio da Prata. Apenas para Buenos Aires foram “mil caballos, quinientas vacas y otros animales menores”. (BAEZ, 1991, p. 58).

Afonso de Vera y Aragón fundou, no Chaco, Concepcion de Bermejo, conduzindo desde Assunção até a província trezentas vacas e cinquenta juntas de éguas. Em 1558, novamente Juan Torres de Vera dirigiu-se ao sul para fundar Corrientes conduzindo vacas, ovelhas e mil e quinhentos cavalos. (MENDOZA, 1992, p. 631, T. 73).

Apesar das imensas dificuldades que existiam para o traslado do rebanho de um extremo ao outro, os conquistadores do século XVI, em sua afanosa busca por riquezas, transitaram em várias direções do continente americano, levando consigo o gado bovino e eqüino.

1.5. Quadro Natural de Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso do Sul, localizado no Centro-Oeste brasileiro, tem uma área de cerca de 357,4 mil km², sendo seu território delimitado pelos rios Paraná, a leste, e Paraguai, a oeste. Politicamente tem suas fronteiras demarcadas a leste com São Paulo, Minas Gerais e Paraná; ao norte, com os estados de Mato Grosso e Goiás; a oeste, com Bolívia e Paraguai e, ao sul, com o Paraguai.



CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul. 4ª ed. Campo Grande: Academia Sul Mato-grossense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1995. Capa. Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul, com países e estados fronteiriços.

A região escolhida como definitiva pelos espanhóis para se instalarem fazia parte do Pantanal, hoje pertencente ao sudoeste estadual, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. “La tierra llamada Ytatyn” aparece pela primeira vez na relação que fez Domingo Irala ao descrever, no final de 1542, sua primeira entrada em terras pantaneiras. Desde aquela época, a região do Itatim é descrita como um lugar plano, ameno e habitado por numerosas e diferentes etnias indígenas.

Desde o início do século XVI, os conquistadores espanhóis penetraram nessa região através do rio Paraguai em busca do Eldorado peruano. Foram eles os primeiros a registrar o fluxo das águas, como também as lendas que cercavam a região. Ulrico Schmidl, soldado alemão vindo para a América na expedição de Pedro de Mendonza e que esteve na Companhia de Alvar Nunez Cabeza de Vaca em busca da serra de Prata, revela:

Entonces marchamos hacia las sobredichas amazonas; esas son mujeres com un [solo] pecho y vienen a sus maridos tres o cuatro veces en el año y si ella si embaraza por el hombre y es [nace] un varoncito, lo manda ella a casa del marido, pero si es una ninita, la guardan con ellas y le queman el pecho derecho para que éste no pueda crecer; el porqué le queman el pecho es para que puedan usar sus armas, (...). (SCHIMIDL, 1947, p. 86-87).

E, em seguida, ele aponta dificuldades de se locomover no Pantanal naquele período: “(...) nosotros caminamos durante siete días entre el agua hasta la cinta y la rodilla. Pero la tal agua era tan caliente como una agua caliente que ha estado sobre el fuego.” (SCHIMIDL, 1947, p. 88).

Naturalmente, os espanhóis que escolheram o período das águas para promover a sua entrada em busca do Eldorado foram obrigados a retornar devido às cheias anuais do Pantanal.

Alvar Nuñez deixa também registrado o fenômeno das inundações por ele testemunhado:

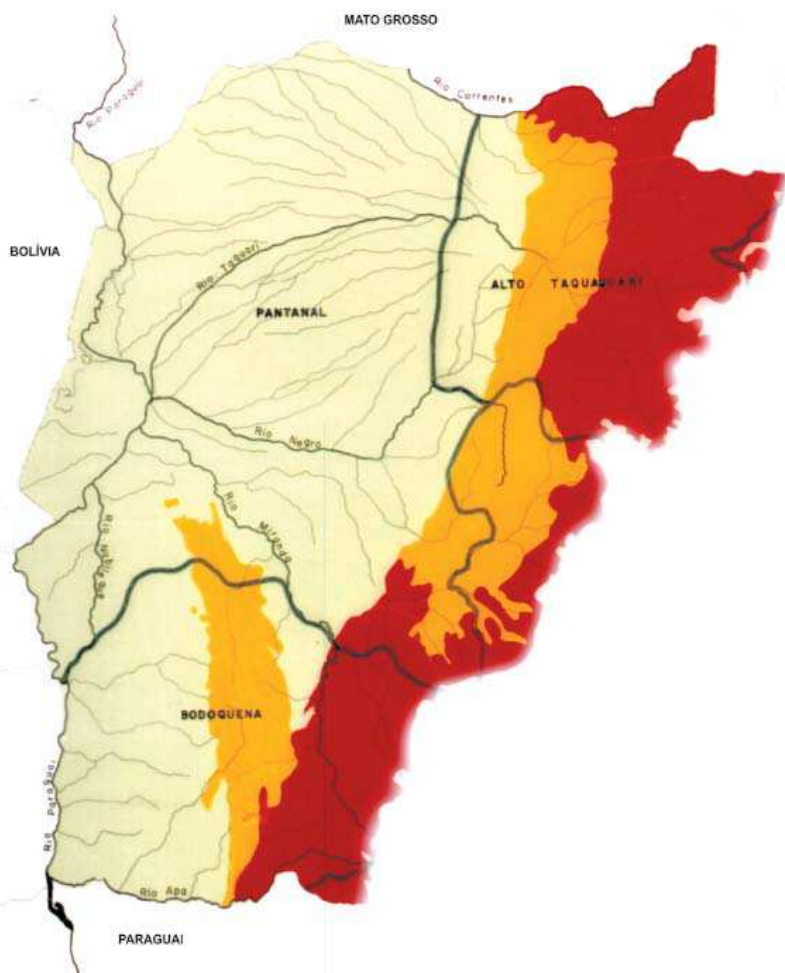
Por volta de janeiro as águas começam a subir, e chegam a subir até seis braças por cima das barrancas e se estendem por toda a planície terra adentro, parecendo um mar. Isso acontece religiosamente todos os anos, cobrindo todas as árvores e vegetações da região. Assim passam quatro meses, que é o período em que dura a cheia, de janeiro a abril.(CABEZA DE VACA, 1987, p. 193/4), no entanto, as cheias podem se estender até junho.

Mas, somente no século XVIII, o fenômeno do Pantanal e do mar de Xaraés foi esclarecido. A denominação de Pantanal, dada à grande

planície do sudoeste sul-mato-grossense, é extremamente imprópria. “O termo Pantanal significa pântano, paludoso, brejo, região encharcada, grande pântano, terra alagadiça, região inundada por águas estagnadas.” (FERREIRA, 1995, p. 478).

Os conceitos acima não correspondem à realidade geográfica. A região do Pantanal, sob as enchentes anuais, não fica totalmente submersa ou se transforma em um atoleiro. Esse fenômeno acontece nas várzeas dos rios. A faixa sujeita a inundação é relativamente estreita: sua largura média é calculada em 25 km. Nos rios menores, como Miranda, Taquari e Cuiabá as faixas alagáveis são mais estreitas.

O Pantanal constitui-se na maior planície sedimentar inundável contínua de água doce do mundo, tendo 140.000 km² que se estendem na direção norte e sul de Cáceres (Mato Grosso) a Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul). Tem duas estações bem marcadas, a seca e a chuvosa. É o ciclo das águas que regula a vida de sua fauna e flora. Com uma variação mínima de altitude, a grande planície é inundada a cada ano com maior ou menor intensidade e durante até seis meses. (NOGUEIRA, 1990).



Mapa do Pantanal Sul-Mato-Grossense

Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Mato Grosso do Sul. Cenários até o ano de 2005. Secretaria de Estado de Planejamento, de Ciência e de Tecnologia. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, p. 56. Pantana, berço da pecuária sul – mato – grossense.

A vida da região é ordinariamente marcada pelo fluxo e refluxo das águas do rio Paraguai. Quando elas sobem, ocasionadas pelas chuvas que acontecem nas regiões mais baixas ou em virtude das grandes

precipitações nos planaltos vizinhos e nas cabeceiras dos rios, inundam os campos, obrigando os animais silvestres a se deslocarem para as áreas mais altas, que são elevações discretas e alongadas, arenosas, caracterizando diques lacustres ou fluviais, ultrapassando em menos de 10 metros a superfície vizinha normalmente inundada. Geralmente cobertas por capões de mato, transformam-se em pequenas ilhas durante as cheias de maior amplitude e nelas se refugia o gado no rigor das enchentes. São também chamadas de “cordilheiras” pelos naturais. (SOUZA, 1973).

Quando as águas baixam, os animais descem, porque a terra, antes inundada, se revigora e os campos se cobrem do verde igual das pastagens riquíssimas. Surgem as baías e os corixos, como são chamados os canais pelos nativos.

As baías são lagoas de forma circular, elíptica ou irregular, dispersas na região; quando sazonais, passam a denominar-se barreiros. Em alguns casos, as lagoas têm água salgada e, ao baixar o nível hidrostático, deixam uma coroa de evaporitos precipitados ao seu redor, chamam-se, nesta hipótese, salinas, graças sobretudo ao elevado teor de cloreto de sódio, e são procuradas pelo gado que necessita do sal. (VALVERDE, 1972).

O relevo da região é bastante homogêneo e uniforme, com uma paisagem plana e linear; há, porém, algumas exceções, entre as quais o maciço, do Urucum, a 25 km de Corumbá. Orientado no sentido nordeste-sudoeste, que inclui numerosas elevações - Serra de Santa Cruz, Rabicho, Piraputangas e Tromba dos Macacos, prolonga-se para o sul pela Serra de Albuquerque, que é mais rebaixada e fica próxima à sede do distrito desse nome, com altitude de até 1665 metros no seu ponto culminante, na Serra de Santa Cruz. Erguendo-se sobre uma planície que fica oitenta metros sobre o nível do mar (VALVERDE, 1972), o maciço é composto sobretudo por arcósios, protegidos em seus altos por camadas de jaspilito que intercalam outras de hematita compacta e criptomelana, estas constituindo a mais importante jazida de manganês do hemisfério. (SOUZA, 1973).

A respeito do maciço, descreveu Alvar Nuñez CABEZA DE VACA, em 1542:

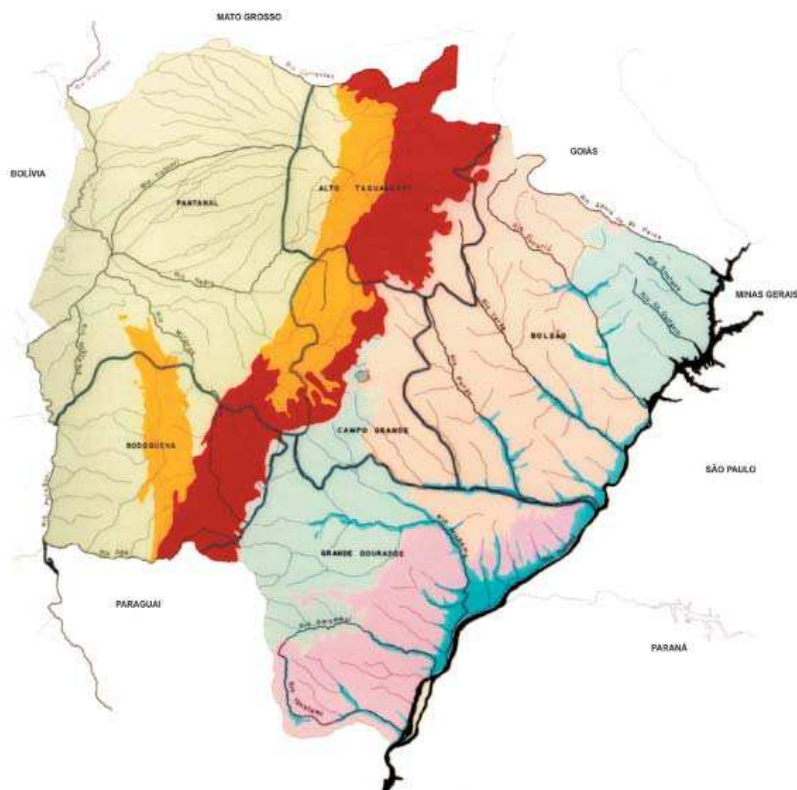
Estas sierras están peladas, y no crían yerba ni árbol ninguno, y son bermejas; creemos que tienen mucho metal, porque la outra tierra que está fuera del río, en la comarca y parajes de la tierra, es muy montuosa, de grandes árboles y de mucha yerba; y porque las sierras que están en el río no tienen nada de esto, parece señal que tienen mucho metal, y así, donde lo hay, no cría árbol ni yerba; y los indios no decían que en otros tiempos pasados sacaban de allí el metal blanco (...). (CABEZA DE VACA, 1984, p. 244).

Os espanhóis desde Cabeza de Vaca alimentaram sonhos de encontrar metais, no Urucum, sobretudo a prata, tão procurada por eles; no entanto, aquelas montanhas guardavam apenas - e tão somente - o manganês e o ferro, muito pouco valorizados na época.

A serra do Urucum forma ao seu longo um elo de elevações outrora contínuas que, desde o maciço Chiquitano, na Bolívia, se prolongam para sudeste pelas serras do Jacadigo e Urucum até a Bodoquena e chegam acerca de 600 metros de altura. Puderam essas serras se manter elevadas graças às espessas camadas de jaspilito que as recobrem. A parte inferior de tais elevações é formada por calcários e dolomitas da série Bodoquena. (VALVERDE, 1972).

A leste, o Itatim limita-se com a Serra de Santa Bárbara na região de Aquidauana, composta de silbes, arenitos e tilitos, pertencentes ao Planalto dos Alcantilados e integrantes do Planalto Central Brasileiro. Ao sul, tem o conjunto formado pela Serra de Maracaju-Amambai, constituída por derrames balsáticos. (ALMEIDA & LIMA apud GADELHA, 1980).

Na verdade, essas serras são prolongamentos da serra de Maracaju e formam uma cadeia contínua que rasga todo o território sul-mato-grossense, desde o extremo sul até a serra do Roncador, em Mato Grosso, separando as bacias do rio Paraná e Paraguai e ao mesmo tempo a Planície Pantaneira do Planalto Central Brasileiro.



Mapa da Serra de Maracaju que separa as bacias do rio Paraguai e Paraná, e ao mesmo tempo a planície pantaneira do Planalto Central Brasileiro.

Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Mato Grosso do Sul. Cenários até o ano de 2005. Secretaria de Estado de Planejamento, de Ciência e de Tecnologia. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, p. 56.

Essas áreas separadas pela serra, do ponto de vista da cobertura vegetal, pela diversidade do clima, topografia e constituição geológica, são completamente diferentes.

No Planalto, na Bacia do rio Paraná, predominam relevos aplanados, domínio de vegetação rasteira, onde os arbustos são raros e as árvores praticamente ausentes.

A vegetação florestal está reduzida à mata de anteparo. Existem aí duas áreas distintas: campos limpos e naturais e a zona dos campos serrados, que abrange as bacias dos rios Pardo, Verde e Sucuri. Aqui, uma região nos interessa mais de perto: são os campos de Vacaria, onde predominam os campos limpos e que mais tarde abrigariam milhares de cabeças de gado vacum e cavalar em suas ricas pastagens, sobretudo a partir de meados do século XIX.

A região propriamente de campinas, chamada de Campos de Vacaria,

pode ser assim descriminada em suas linhas geraes. Começando em Campo Grande, continua-se pelo Anhanduhy abaixo até a altura das cabecceiras do Santa Luzia, dahi segue pelo ribeiro chamado Alavanca até o rio Vaccaria, corta este e o Brilhante e segue pelo Dourados; abranje toda a parte da sua bacia que faz divisa com o Amambahy e attingindo então a borda Oeste da chapada vai seguindo-a ao Norte até de novo alcançar o Anhanduhy e o Botas em Campo Grande. (LISBOA, 1909, p. 117).



Mapas dos Campo de Vacaria com as Serras que separam as Bacias dos rios Paraná e Paraguai.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Breve painel etno-histórico do Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS/FNDE, 1992. p. 16.

Em fins de 1835, os Barbosa chegaram à vila de Sant'Ana do Paranaíba e depois fundaram uma fazenda em Santa Rita do Rio Pardo. Em 1851, chegaram aos campos de Erê, depois chamados de Vacaria. (CORRÊA, 1999).

O que teria levado à mudança do nome de campos de Erê para campos de Vacaria? Essa foi uma decisão dos pioneiros vindos de Minas Gerais, pois o gado oriundo das missões, como mais à frente se verá,

estava todo concentrado no Pantanal, pelo menos até meados do século XVIII, quando começou a ser conduzido para outras regiões.

Essa é uma área onde a vegetação predominante é o campo, intercalado por bosques das florestas antes integrantes da mata de Dourados. Ali, do ponto de vista pedológico, tem-se uma intercalação de solos: numa região, ele é formado provavelmente da decomposição do basalto, o que permite uma alta fertilidade e onde existiam as grandes coberturas florestais, e em outra região, predomina o arenito, cuja vegetação tornou-se mais arbustiva e recebeu o nome de campos. O colonizador, ali chegando e encontrando um cenário de campos largos e abertos, tem a idéia imediata de que aquelas áreas naturais são ideais para o desenvolvimento da pecuária. Essa é certamente a origem do nome, devido aos campos naturais, lugar propício ao pastoreio e similar aos campos gaúchos, os pampas.

Nessas áreas, o solo é revestido por um tapete de gramíneas, dentre as quais se destacam o capim-mimoso, cuja folhagem é tenra e nutritiva dos gêneros *Paspalum* e *Panicum*; o capim-branco felpudo, variedade *Andropogon*, embora seja uma gramínea dura e mais resistente à seca e às queimadas, e o capim-flexa *Iristachya* *Leiostachya*, também de ótima qualidade e que, segundo os primeiros colonos, era a principal gramínea primitiva desses campos e foi substituída mais tarde pelas anteriormente citadas por serem mais tenras. (AYALA E SIMON, 1914).

O campo limpo é formado predominantemente pelo estrato herbáceo e por algumas espécies sub-arbustivas, as quais são tortuosas e alcançam até 8 metros de altura como o jatobá *volchisia*, carandá, lixeira, paratudo, carvão vermelho e outras. Essas árvores são medíocres, de galhos retorcidos, pequena copa, com casca grossa pouco abundante, estão geralmente bastante distantes uma da outra, o que permite a circulação dos rebanhos eqüinos e bovinos e mesmo o trabalho de um vaqueiro; além disso, não impede a reprodução das gramíneas, que recebem a luz solar. (LISBOA, 1909).

Os solos do Planalto de Maracaju– Campo Grande, sobretudo da Vacaria, estão intercalados com áreas de bosques que são de excelente fertilidade, porém as áreas de campo, compostas de arenitos, embora apre-

sentando pouca fertilidade, permitem o desenvolvimento de gramíneas, as quais formam os pastos naturais que serviram para a alimentação do gado bovino sobretudo a partir da metade do século XIX.

São vários os rios que cortam esse território, e quase todos tributários do rio Paraná. Dentre eles, destacam-se os rios Brilhante, Ivinhema, Dourados, Santa Maria e Vacaria.

Do outro lado da serra de Maracaju, está o Pantanal, a sudoeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul. A enorme depressão paraguaia, com seus 140.000 km² constitui uma região extremamente rica e plenamente apta ao desenvolvimento da pecuária, da criação do gado bovino sem o emprego de qualquer tecnologia.

Para os sertanistas e monçoeiros que palmilharam todo o sul de Mato Grosso nos séculos XVII e XVIII, Vacaria era a região que os espanhóis chamavam de Província Jesuítica do Itatim ou Campos de Xerez, onde encontravam o gado disperso das missões. Há entre os historiadores um consenso quanto às fronteiras dessa localidade, sobretudo dentro das fontes primárias, que seriam: ao norte, os rios Taquari e Mboteteci; ao oeste, o rio Paraguai; ao sul, o Apa, e a leste a Serra de Maracaju. (Ânua do Pe. Diogo Ferrer 1663, in CORTESÃO, 1952). Essa Vacaria acima descrita corresponde hoje à planície sedimentar do Pantanal.

Ao se referir a Vacaria, no fim do século XVII, um sertanista descreve a rota para se chegar aos campos de gado.

Sobindo o rio Pardo tomando a barra do Anhandohy e Anhangohy que são dous rios nascidos de huma madre, navegandoos estes asima thé as vertentes que caem (...) adonde se acha por memoria algum gado vaccum, chamado hoje as vacarias, (...). Correndo os tempos e continuando aqueles aventureiros as suas conquistas chegarão a navegar o rio Paragoai descendo huns pelo Coxiim outros pello Matetêu outros pelo Cahy que todos saem das mesmas vacarias e intrando pelas grandes bahias que acompanhão as margems deste grande rio (...). (TAUNAY, 1930, p. 3 e 4).

Pelo relato, não há nenhuma dúvida de que os rios mencionados são o Miranda e o Aquidauana, onde anos antes haviam se desenvolvido

os núcleos de ocupação espanhola, Santiago de Xerez e as missões jesuíticas do Itatim, onde os sertanistas encontraram o rebanho bovino e, por isso, nomearam a região de Vacaria.

E ainda durante muitos anos permaneceram os paulistas nos campos de Vacaria e nos de Xeres. Ali, naqueles campos os componentes de uma bandeira, chefiada por Salvador Moreira, fundaram arraial e estabeleceram cultura de manutenção. Por volta de 1690, Braz Moreira, irmão daquele chefe bandeirante, insubordinou-se juntamente com alguns sorocabanos reclamando providências punitivas contra o insubordinado foi lavrado ato por indisciplina 28 de julho daquele ano. No próprio arraial. O incidente, documentado pelo escrivão Antonio Alvares Maciel, expressava para registro histórico, a existência da posse efetiva das glebas do Vacaria pelos Bandeirantes. Na região subterrânea do Mbotetê (Miranda), Pascoal Moreira e André de Zuniga, no decurso de 03 lustros entre 1678 e 1695, se haviam mantido em seus campos empalçados, com a sua frota de canoas em tráfego de prêa. (ALMEIDA, 1951, p. 49).

O sistema ecológico do Pantanal, as enchentes e inundações têm seus aspectos benéficos: transportam material erodido das regiões tributárias, refertilizando o solo, mantendo a umidade da superfície, limpando os campos e eliminando as pragas. Durante a vazante, quando as águas descobrem os campos, o Pantanal se transforma em um tapete verde; as pastagens se renovam e brotam as gramíneas e outras forrageiras de alto valor nutritivo. “A pastagem nativa é o principal recurso florístico da região, abrangendo desde a vegetação aquática à arbórea com registro de 240 forrageiras não gramíneas e 200 gramíneas.” (POTT et al. apud MAZZA, et al 1994, p. 30).

Dentre as gramíneas, as que mais se destacam são:

O capim mimoso (*Paratheria prostrata* Griseb), o capim de bezerro (*Paspalum repens*, Bergins), o arroz de pantanal (*Oriza sabulata*, Ness), o capim de Angola (*Panicum spectabile*, Ness), o capim de praia (*Paspalum fasciculatum*, Wild), a Reimaria brasileira (*Slecht*), a *Sectaria gracilis*, que se associam ao

mimoso, o cipó de leite, (...), o flechilha-do-pantanal, e inúmeras gramíneas apreciadas pelo gado. Resistem às enchentes, ainda que não possuam, como a grama-do-pantanal, a propriedade de acompanhar a elevação do nível d'água. Prêsa pelas raízes ao solo, flutua com as suas folhas, mercê do alongamento apropriado do côlmo, quando lhe seja necessário. Ao descer das águas, acamam-se as hastes já dispensáveis, que se travam e retêm os elementos de outras plantas, formando os 'batumes', colchão fôfo e humoso, donde brotam as forrageiras nas estiagens. Quando porem, o gado, faminto de tal alimento, agrupa-se, além da tolerância, em reduzida área, que a exiba, não tarda a manifestar-se o consumo excessivo pela medrança do algodão-do-pantanal (*Ipomea fistulosa*, Mart). (CORRÊA FILHO, 1955, p. 11)

O Pantanal, através dos seus campos nativos, oferecia alimentação aos rebanhos bovinos e eqüinos que adentravam em suas terras, alimentação essa rica em cálcio e em fósforo, este sobretudo nas áreas alagáveis, o que lhes assegurou uma grande eficiência reprodutiva. Ou seja: as condições locais eram extremamente favoráveis ao desenvolvimento da pecuária.

As paisagens características do Pantanal são as aglomerações de árvores da mesma espécie, como o carandazal, buritizal, peupal, paratudal e o acurizal, termos locais para designar os mais variados cenários típicos da região. O carandá (*Copernicia Cerifera*, Mart. ou *Copernicia australis*) predomina nessas formações, de Corumbá para o sul, às vezes associado ao Paratudo (*Tecoma caraiba*, Mart), sobretudo bordejando as baías. Os buritis são generalizados, mas formam grandes associações puras no alto Paraguai e, notadamente, no alto Guaporé, ocupando os pantanais em largas extensões. (ALMEIDA E LIMA, 1959).

O acurizal, o peupal, o pirizal são na verdade, um brejo ou paludal, com vegetação especial de gramíneas e ciperáceas e constitui vegetação das corixas. (LISBOA, 1909).

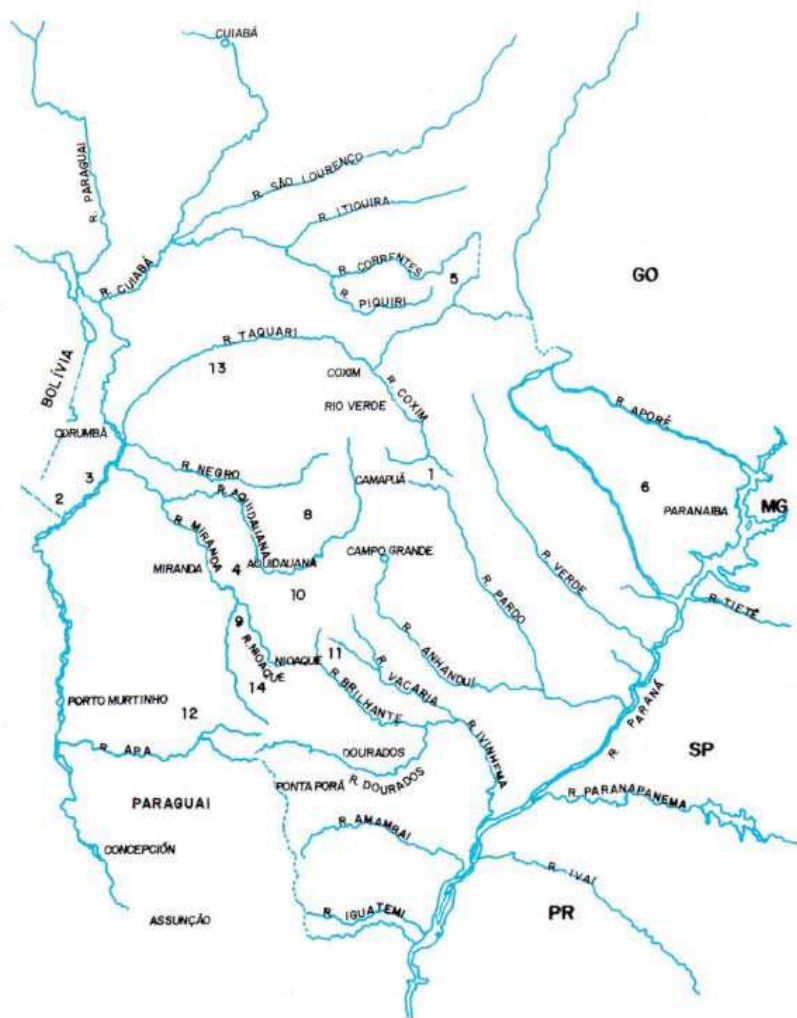
As matas hidrófilas cobrem as margens dos rios e aguadas; dentre elas sobressaem a figueira, a imbaúba (*Cecropia palmata*), o cajá-mirim (*Spondias lutea*), gameleiras (*Ficus* sp), cedros, peuras, cambarás, gua-

nandis passam a compor a floresta em que se salientam os quebrachos (*Schinopsis balam sal* e *Schinopsis lorentzii*, Eng.) e o quebracho branco (*Aspidosperma Chaquensis*). Esta última planta tem importância econômica considerável, como tanífera empregada no preparo do couro. (ALMEIDA & LIMA, 1959).

Nas áreas não sujeitas às inundações ou menos alagáveis, avulta, em solo arenoso, o cerrado, constituído de árvores esparsadas entre as quais se estende capim só utilizado pelos animais, quando não podem ir pastar nas baixadas. Nessas áreas aparece o pequizeiro (*Caryocar brasiliensis*, a lixeira Curatela americana), o paú-terra, o angico, a aroeira, a peúva, a taiúva, o cedro, o gonçalo-alves, o guatambu, o jacarandá, o carvão branco, a peroba e o guanandi, sendo que deste último se utilizam os canoeiros para obter o breu e madeira. (CORRÊA FILHO, 1955).

Nos terrenos periodicamente alagáveis da planície pantaneira emergem pequenos morros calcários cobertos por formação florestal em que se destaca a barriguda (*Charisia ventricosa*, nees 8 Mart). São numerosos os cipós nessa mata, em que algumas plantas são providas de espinhos. Esses morros são geralmente limitados por uma coroa de carandazais. (VALVERDE, 1972).

Quanto aos rios, são vários os que cortam a região, destacando-se entre os tributários do Paraguai os seguintes: Taquari, Miranda, Negro, Aquidauana, Apa, Coxim, Cuiabá e Verde.



Mapa das Bacias do Rio Paraguai e Paraná

MAZZA, Maria Cristina Medeiros. et al. Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Corumbá: 1994, p. 12.

A maior parte da planície é constituída por solos hidromórficos, geralmente de baixa fertilidade. Ao norte, predominam solos com hori-

zonte subsuperficial argiloso, cuja porção central é formada por sedimentos arenosos transportados pelo rio Taquari e o sul, por sedimentos argilosos depositados principalmente pelos rios Miranda, Negro e Paraguai. (MAZZA et al, 1994).

Quanto ao clima, a classificação de KOPPEN enquadra o clima do Pantanal na mesma categoria do Planalto Central: Aw, ou clima das savanas. (VALVERDE, 1972). As precipitações, no total de 1164,6 mm no período chuvoso, restringem-se ao mínimo de 60 milímetros mensalmente nas secas, entre junho e começo de setembro. As temperaturas máximas chegam a 40,6 e 40,8° C, em Corumbá e Aquidauana, respectivamente, e a mínima, apenas em alguns dias do ano, próxima de zero. As temperaturas médias, no entanto, indicam 30,8 – 30,9°C e 19,7 - 18,1°C. (CORRÊ FILHO, 1969).

As bruscas quedas de temperatura no Pantanal, entre os meses de junho a setembro, com a ocorrência de geadas, têm consequências práticas importantes. Embora pouco estudadas, constituem uma das causas da ausência de bernes no gado da região, que escapa, assim, a um parasito comum nos trópicos que reduz o peso e estraga o seu couro”. (VALVERDE, 1972).

Graças às condições ecológicas da região, os rebanhos bovino e eqüino desenvolveram-se muito bem, encontrando as melhores condições de pastagens nativas e terra extremamente salitrosa, graças sobretudo ao elevado teor de cloreto de sódio; são os chamados barreiros⁹, essenciais ao rebanho.

Embora, no Pantanal, os efeitos da baixa disponibilidade de forragens sobre os animais é maior do que em outras regiões tropicais, porque um período de inundação antecede a estação seca. No perí-

⁹ Chamam-se barreiros algumas baixadas salino salitrosas de cor acizentada puxando para o branco. Todos os animais buscam com verdadeira sofreguidão esses lugares, não só os mamíferos, como aves e répteis. O gado lambe o chão e atolando-se nas poças, bebe com delícia aquela água e come o barro. Quando às vezes voltam à noite desse pascigo, vêm com o ventre empanzinado e as vacas como se estivessem prenhas. (TAUNAY, 1923, p. 65 e seg).

odo de cheias, por expansão dos corpos d'água, as áreas de pastejo ficam parcial ou completamente submersas. No período de seca, as pastagens, já sofridas por permanecerem 2 a 3 meses sob a água, têm seu valor nutritivo reduzido pela seca e frio. Essa alternância entre excesso e falta tem sérias conseqüências no desenvolvimento da vegetação e animais. (MAZZA et al, p. 30, 1994).

Essa reduzida disponibilidade de pastagem no baixo Pantanal, devido às inundações cíclicas, não afetou profundamente os primeiros rebanhos introduzidos pelos colonizadores, uma vez que eles permaneceram, a princípio, na região alta. Além disso, o hábito de cercar as terras é prática recente entre os pantaneiros, o que permitiu por longo período a movimentação dos rebanhos para o cerrado, ao longo do qual se estende o capim só utilizado pelos animais quando não podem ir pastar nas baixadas, então alagadas. Ou seja, em razão das cheias ou das secas, quando o gado não encontrava condições de vida numa área, procurava outra que lhe assegurasse tal condição. Além disso, os rebanhos introduzidos no Pantanal, a partir do final do século XVI e começo do XVII, tiveram um longo período para lentamente irem se adequando às condições do ambiente, até porque “é uma dessas regiões em que homens, animais e plantas tiveram que se condicionar aos fortes imperativos do meio geográfico para sobreviver”. (GADELHA, 1980, p. 53).

Desde a primeira tentativa de fixação por parte dos espanhóis na região onde foi fundada a cidade de Santiago de Xerez, ficaram registros da sua insalubridade. “El sitio era poco sano y dio em breve sepultura a los principales pobladores, escapando los que, por mas viles, hubieran hecho menos falta.” (LOZANO, 1873, p. 97).

Os que escaparam eram certamente os naturais ou mestiços bem adaptados às condições locais. Nos terrenos periodicamente alagáveis da planície e o calor abrasador, são criadas as melhores condições para a reprodução de mosquitos que infestam toda a região.

Noites houve em que nuvens de mosquitos nos atormentavam de modo mais cruel (...) picada de borrachudos e o assalto dos

insuportáveis micuins. Peores do que êstes flagelos é o dos mosquitos pólvora, animalejos quase microscópicos. A impressão que êles deixam é exatamente a que causa a súbita explosão, sobre um ponto da epiderme, de um grão de substância de que tem o nome. Terrível cevandija!. (TAUNAY, B, sd., p. 155-156).

Corrêa Filho acrescenta:

Ainda na atualidade, quem pernoite a margem do Paraguai, ou de qualquer dos seus afluentes, não tarda em convencer-se da supremacia sinistra do assaltante alado, que poussa aos bandos na pele do paciente, perfura-a com seu órgão apropriado, para chupar gulosamente o sangue. Entra-lhe pelos ouvidos, pelas narinas e até pela bôca, à hora das refeições, quando aberta para receber a comida, com a qual se mistura, à maneira de condimento inesperado. (CORRÊA FILHO, 1955, p. 14).

O 2º tenente de artilharia Affonso d'Escragnalle Taunay, que participou da Força Expedicionária organizada para expulsar os paraguaios do solo sul-mato-grossense, deixou registrado ainda: “A força apos haver descrito enorme circuito de 2.200 km perdera um terço dos quadros graças a fadiga da marcha e a insalubridade do clima nos pantanaes de Mato Grosso, onde a dysenteria, a malária e o beriberi dizimaram os infelizes soldados e oficiais”. (TAUNAY, A., sd., p. 252). As limitações ambientais da região ficam mais elucidativas ainda nos registros de Cândido Xavier de Almeida e Souza, que bem deu a dimensão das dificuldades enfrentadas por aqueles que se decidiram ali se estabelecer.

não havia terras para marchar e nem agoas para navegar (...) nesta região mais do que em outra alguma he inflexível o rancor dos irracionais contra o homem, desde a desobediência de Adão: em terra as feras, as serpentes, as furmigas, e as mesmas arvores pella maior parte armadas de espinhos denegão a sua comunicação: nos Rios, os jacarés, os Sucuris, as Giboias e os mesmos peixes conspirão contra a Humanidade. A precisa privação do S. S. nome do Snr., o ardente calor proprio da zona torrida, a transpiração dos suores, a vexação dos insetos; o halito insofrível do almiscar dos jacarés, seus horrorozos bramidos, e a horrível figura destes

monstros, represetnam a vista e a imaginação huma verdadeira effige do lado terrível do Infernal Archeronte. (SOUZA, 1949, p. 115 e 41).

Embora com todas essas evidentes dificuldades para a fixação, o Pantanal sul-mato-grossense foi escolhido pelos primeiros colonizadores espanhóis para se estabelecerem; possivelmente, a paisagem exuberante compensasse tanto sacrifício.

1.6. A Introdução dos Primeiros Rebanhos no Sul do Antigo Mato Grosso (Séculos XVI e XVII)

O Pantanal sul constituiu-se território em que precocemente penetraram conquistadores espanhóis e portugueses, sendo detidos em suas andanças pela agressividade do seu meio ambiente, enchentes anuais, milhões de insetos, felinos, répteis e outros, somados ao calor de mais de 40° graus que fazia a vida insuportável.

Mesmo assim, os campos do Pantanal são extremamente promissores para o criatório, devido à boa qualidade das pastagens, à salinidade do solo e à aptidão para o desenvolvimento da pecuária, mas constituíram-se apenas em uma coincidência. Na verdade, os espanhóis queriam apenas ocupar um território extremamente estratégico para ligar seus destinos aos dos peruanos detentores das ricas minas de prata. Essa era também uma ocupação geopolítica para evitar a entrada dos portugueses em territórios espanhóis ricos em metais.

Apesar de, segundo Aguirre, as primeiras correspondências estabelecidas entre os pioneiros representantes da Coroa enaltecere as propriedades da terra, que eram boas para apascentar todo tipo de gado e muito férteis, na verdade o que estimulava era a proximidade com o Peru e as possibilidades que o local abria para o comércio.

O trajeto Lima-Santa Cruz-Assunção passou a ser utilizado com certa frequência por colonos que se dirigiam ao sul conduzindo ovinos, bovinos e eqüinos. Durante as jornadas, muitos animais eram apreendi-

dos pelos indígenas e conduzidos para a região da bacia do rio Paraguai. O próprio Núfrio de Cháves, por sua vez, espalhou pelo banhado do Xaraés - Pantanal de Mato Grosso do Sul - e pelos lhanos, grande quantidade de touros e vacas. (ARAÚJO, 1986).

Embora essa tenha sido uma prática dos espanhóis, a de lançar gado *vacum* em determinadas regiões para mais tarde estimular a sua ocupação, como fez o Governador do Paraguai, Hernandarias, em 1628, na ilha de São Gabriel, atual Uruguai. (VALENTE, 1989), não parece que o mesmo tenha ocorrido no Pantanal por iniciativa do Governador de Santa Cruz de la Sierra.

Segundo Araújo, a suposta origem do gado do Pantanal sul-mato-grossense seria esta: os indígenas investiam contra as caravanas, apossavam-se dos rebanhos e os conduziam aos campos de pastagem nativas, onde, abandonados, multiplicavam-se livremente como ocorreu com a caravana de Ortiz Zarate e, do outro lado, Núfrio de Cháves teria introduzido outros rebanhos na região.

Possivelmente, esse gado a que alude Araújo não tenha chegado ao Pantanal. Todos aqueles que palmilharam essas terras no século XVI e deixaram registro - padres, jesuítas, franciscanos e bandeirantes aventureiros - não deram nenhuma notícia a respeito de bovinos e eqüinos. No entanto, havia por essa época um grande movimento de paulistas e assuncenhos nessas áreas, em busca de indígenas para suas lavouras, e havia também trocas comerciais entre eles, e assim, os rebanhos não teriam passado despercebidos.

Los encuentros más antiguos de que tenemos noticia ocurrieron en tiempos de Domingo de Irala. La proximidad de los portugueses y el género de sus actividades no sorprendieron a los españoles. Los portugueses llegaban por una ruta que era bien conocida, no sólo por haberla andado, años atrás, ALEJO GARCÍA, sino porque la habían recorrido Alvar Nuñez Cabeza de Vaca y la gente de la armada de Sanabria: doña Mencia Calderón, Juan de Salazar y Bartolomé Justiniano. (GANDIA, 1936, p. 16).

Provavelmente, as primeiras cabeças de gado bovino entraram no território sul-mato-grossense em 1580, isto aceitando-se essa data como sendo a correspondente à primeira fundação de Santiago de Xerez, por Ruy Diaz de Melgarejo no baixo curso do rio Ivinhema.

“De Asunción salieron los capitanes a fundar ciudades en nombre de la santísima Trindad, padre e hijo y espíritu santo. En cada expedición llevaban soldados agricultores, artesanos caballos, vacas, armas e instrumentos de trabajo.” (VASCONSELLOS, 1978, p. 62).

Os espanhóis partiam em caravanas; carretas puxadas por juntas de bois levavam sementes para o cultivo e diversos outros utensílios para o início de suas atividades; pequenos rebanhos bovinos e eqüinos eram conduzidos por índios, tanto uns como outros, imprescindíveis e que desempenhavam importante papel: além de serem usados nos labores da lavoura, preparo do solo e colheita, constituíam o mais importante meio de transporte e fonte de proteínas.

Embora não haja registro da entrada de bovinos e eqüinos, aparenta que, onde houvesse um território exigido pelos espanhóis para estabelecer uma colonização tão rudimentar, certamente cavalos e gado faziam parte das instalações básicas de qualquer assentamento colonial pioneiro.

Nessa primeira tentativa de fixação em terras do hoje Estado de Mato Grosso do Sul, não lograram êxito os pioneiros. Os constantes ataques dos índios hostis à presença do colonizador, como também as distâncias e dificuldades de manter relações comerciais com Assunção, acabaram por afastá-los da recém-fundada cidade. (ESSELIN, 2000).

Apesar das dificuldades provocadas pelos constantes ataques indígenas, febres e sezões, a região despertava grande interesse entre os espanhóis radicados em Assunção, pois era ideal para a exploração do trabalho e estava na rota dos tesouros peruanos.

Fundada novamente em 1600, às margens do rio Aquidauana, com contingentes oriundos de Ciudad Real e Vila Rica e como era de costume entre os espanhóis, levando vacas e cavalos, “a cidade foi assentada definitivamente em um sítio às margens do rio Aquidauana, cerca de 30

léguas acima da confluência desse último com o Miranda”. (ESSELIN, 2000, p. 47).

Assentados, os espanhóis desenvolveram uma economia de subsistência, ao lado de uma pequena produção de algodão, milho, feijão, mandioca e atividades criatórias. Por vezes, exportavam seus produtos para o mercado de Assunção, Tucuman e principalmente para as reduções jesuíticas do Guaíra, Ciudad Real e Vila Rica do Espírito Santo. Situada a 80 léguas de Santa Cruz de la Sierra, era uma vila pobre, que mantinha contatos esporádicos com Potosí, e a sua população espanhola nunca foi superior a 60 vecinos em seu melhor momento. (ESSELIN, 2000).

Embora fosse um povoado extremamente pobre, sem um produto que despertasse interesse nas demais colônias espanholas, no entanto, o rebanho bovino e eqüino se desenvolveu muito bem. “Possuía vultosa gadaria, além de fartas lavouras.” (TAUNAY, 1961, 2ª ed., p. 62, T. 1). A ajuda vinda de Assunção parece que era freqüente não só em armamentos mas também em gado bovino, o que permitiu a rápida estruturação desse rebanho em Santiago de Xerez.

En 1615 ejerciendo como ‘Alguacil Mayor de la provincia’ recibe papeles de la Audiencia referente a la encomienda de indios de su padre el general Ruy Díaz de Guzmán. Se le ordena organizar una jornada contra los indios Itatines y el 17 de septiembre recibe ayuda del gobierno de Asunción, peltrechos de guerra y luego el 11 de octubre llegan bastimentos y ganados vacunos, para ya enviar a los soldados de la ciudad de Santiago de Jerez. (GUZMAN, 2000/2001, p. 93).

Outro fator que contribuiu para se acreditar que em Santiago de Xerez havia uma significativa quantidade de gado bovino é o fato de que Gabriel Ponce de Leon ali se estabeleceu com o direito de exportar couros do gado vacum para as demais províncias. (GUZMAN, 2000/2001).

A cidade, porém, enfrentou muitas dificuldades, pois, mesmo sendo a via mais fácil e mais rápida para atingir os tesouros peruanos, a presença dos guaicurús e paiaaguás nas rotas impediam a livre circulação e o

comércio regular. Afastada dos demais núcleos espanhóis, a cidade não conseguiu prosperar e seus habitantes sobreviveram enfrentando grandes privações e sofrendo constantes ataques dos nativos.

No ano de 1600, Xerez tinha acabado de ser trasladada para as margens do Mbotetei, quando os Mbaya promoveram portentoso ataque e quase destruíram a cidade.

“Después de la destruicion de la ciudad española de Xerez, la mayor parte de los Mbaya volvió a sus antiguos asientos al oeste del gran río, mientras una pequeña parte quedaba en la región conquistada.” (KERS-TEN, 1967, p. 67).

Ao atacarem a cidade espanhola, os indígenas contribuíram para o início da dispersão de eqüinos e bovinos por toda a planície do Pantanal. A intenção dos indígenas, a princípio, não era o roubo do rebanho, pois o uso de animais de sela, sobretudo dos eqüinos, entre os indígenas, mesmo os guaicurús, só teve início nos meados do século XVII, após quase cem anos do primeiro contato destes com os espanhóis introdutores dos animais no século XVI.

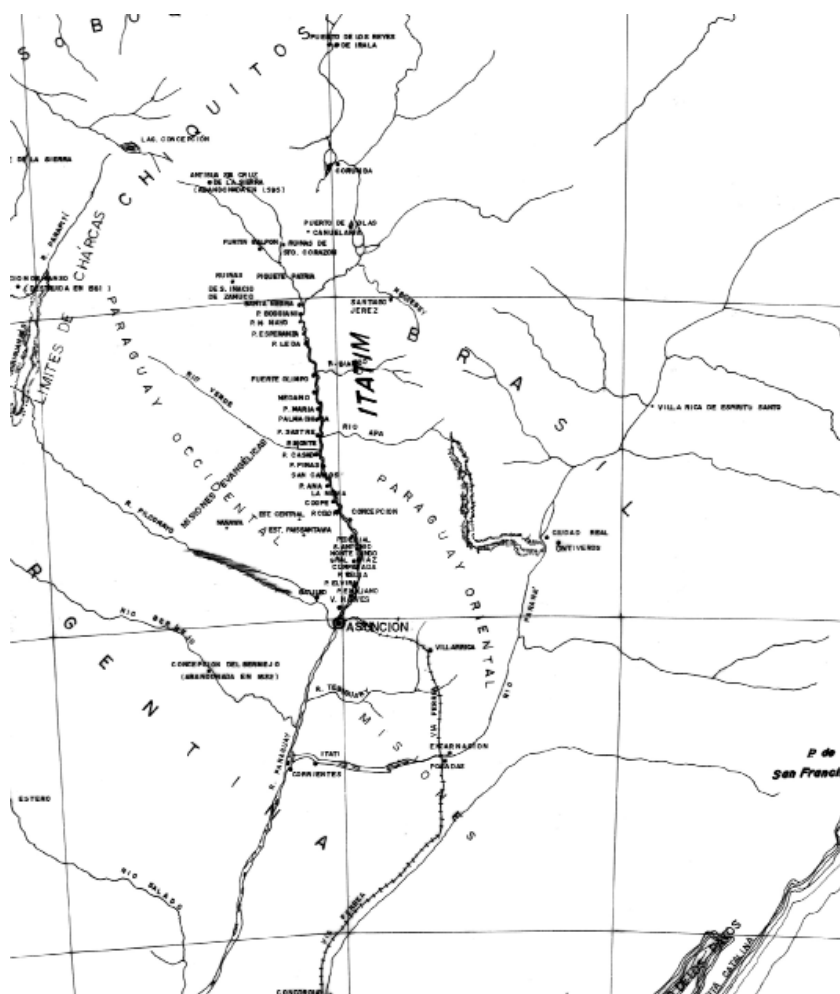
Foi necessário um tempo histórico para uma mudança cultural tão drástica em um povo. Até se tornar um hábito transformar-se em um componente, e ser caracterizado como a figura do índio cavaleiro, decorreram algumas décadas, até mesmo para que houvesse cavalo em número suficiente para que essa idiosincrasia se transformasse em comportamento tipicamente cultural.

Los primeros caballos que tuvieron los mbayá fueron pocos y muy malos, y robados una noche en las inmediaciones del pueblo de Ypané, em 1672, y habiéndoles gustado volvieron al mismo pueblo seis meses después y robaron mayor porción con algunas yeguas. Todavía no son buenos jinetes y aunque muchos se han procurado frenos de hierro los más lo usan de palo. Sin aparejo ni lazo manejan sus caballos que son muy mansos porque los montan desde que maman. (AZARA, 1990, p. 125).

Pelas informações de Azara, é possível concluir que o início do uso do cavalo pelos guaicurús data de meados do século XVII, oportunidade

em que eles não tinham ainda a destreza e a maestria com que ficaram conhecidos em sua lida diária com esse animal, como também que o roubo dos eqüinos e do gado bovino passou a ser uma prática comum entre esses guerreiros. A partir dessa época, passaram a dispor de rebanhos que se abrigavam no Pantanal e que se multiplicavam extraordinariamente.

No entanto, o impulso mais forte para o desenvolvimento da pecuária no Pantanal veio juntamente com os jesuítas, que ali se instalaram a partir de 1628. Fugindo das invasões dos bandeirantes paulistas na região do Guaíra, atual Estado do Paraná, os padres entravam em Mato Grosso para desencadear o processo de redução dos índios na região do Itatim, muito conhecida dos espanhóis e habitada do rio Miranda até o rio Apa pelos itatins, embora este nome englobasse outras parciaisidades diversas como os ñuaras, ñiguaras, guaxarapós e outros. (GADELHA, 1980).



Itaim área ocupada pelos espanhóis no final do século XVI

BAEZ, Cecilio. História Colonial del Paraguay y rio de la Plata. Assuncion: Carlos Schauman Editor, 1991, s/n.

Já há algum tempo, os moradores de Santiago de Xerez rogavam pela presença de missionários na região para introduzirem na fé os índios insubmissos que lhes atacavam frequentemente e impediam o crescimento e desenvolvimento da cidade. Os religiosos chegaram em 1628, não

com o propósito de servir ao colonizador mas, sim, com o fim de estabelecer missões estáveis em locais determinados e afastados das aglomerações coloniais.

Os padres receberam amplos poderes para reunir os naturais em povoados, governarem-nos sem qualquer dependência das cidades e fortalezas vizinhas e se oporem em nome do Rei a quem quisesse sujeitar os novos cristãos ao serviço pessoal dos espanhóis sob qualquer que fosse o pretexto. (MONTROYA, 1985). O propósito dos jesuítas era fazer dos indígenas, cristãos.

Quando os padres iniciaram seu trabalho no Itatim, as aldeias das mais diversas facções estavam dispersas pelas florestas, sendo que cada uma delas reunia em torno de 100 a 200 famílias, que dispunham de áreas que lhes permitiam viver perfeitamente bem. Esses guaranis, que eram agricultores e cultivavam milho, mandioca, batata doce e feijão, completavam a sua alimentação principalmente com produtos da caça, pesca e a coleta de arroz silvestre, mel e palmito. O algodão nativo era colhido e fiado pelas índias, que ainda se dedicavam à cerâmica, em cujas peças preparavam sua alimentação diária. (FERRER, in CORTESÃO, 1951, V. 2).

Antes da conquista, não possuíam animais domésticos, à exceção de patos, papagaios e macacos. A sua permanência entre os colonizadores foi que permitiu, bem mais tarde, adotarem o galinheiro e a criação de bovinos, eqüinos e caprinos.

Entre os indígenas, as terras pertenciam ao coletivo, ou seja, a todos os membros de uma aldeia, sendo que cada família tinha um lote particular, cultivado para o seu sustento. O crescimento demográfico e o esgotamento do solo devido ao uso de técnicas rudimentares, como o emprego sistemático do fogo antes do desmate e posteriormente com a coivara, obrigavam os indígenas a procurarem novos campos.

Ao adentrarem em uma nova comunidade e decidirem pela redução e exclusão do modelo de aldeamento tradicional, os padres foram colocando o indígena sob o jugo da Igreja, e o seu sucesso dependia, antes de mais nada, do rápido desenvolvimento da agricultura tradicional indígena.

As reduções que se formaram no Itatim se organizaram no mesmo formato que as demais reduções de guaranis do Paraná. Os povoados eram formados por palhoças rústicas no meio da aldeia, e cada agrupamento desse tinha áreas cercadas para criação de aves domésticas para o abate. Os campos estavam reservados para o cultivo de cereais e algodão e os pastos nativos serviam as manadas de ovelhas, cabras, mulas, além do gado vacum e cavalар. (Documentos para a história da Argentina, 1929, p. 725/26, T. 20).

É verdade, porém, que o esforço mais árduo, nos primeiros tempos, terá sido aplicado não na criação de uma agricultura, mas para formar agricultores, com os caçadores guerreiros das antigas tribos nômades: 'Era-se mesmo coagido, nos primeiros tempos, a não deixar ao cuidado deles os bois de que se serviam para a lavoura, com receio de que, por preguiça, não se dessem o trabalho de os desatrelar, quando o serviço acabava, ou os fizessem em pedaços para comê-los. (CHARLEVOIX apud LUGON, 1976, p. 124).

Assim, antes da pregação do evangelho e de fazer dos indígenas, cristãos, era necessário transformar toda a sua tradicional base material, era necessário lavrar a terra e, além disso, de ensinar as novas práticas de cultivo e de trabalho. A fixação do indígena, por si só, criava novas necessidades, e a principal delas era a produção de alimentos em grande escala para suprir as necessidades dos membros da coletividade. Cobrir a nudez dos índios implicava na produção do algodão e era isso o que de certa forma mais preocupava os jesuítas. Para eles, seria o primeiro sinal de transformação do "bárbaro". Tem-se aqui a veste e o traje que, ao nascer, concede a natureza ao ser humano, sendo necessário da parte dos padres um cuidado solícito em fazer cobrir o que possa ofender a olhos castos. (MONTROYA, 1985).

Era necessário também desenvolver as habitações, construir igrejas e casas. A casa comum, ou casona, deveria ser abandonada para se eliminar de vez no olhar do jesuíta a incidência do pecado. Com isso, a indústria da construção sofreu um rápido desenvolvimento e sempre es-

teve muito ativa pelo contínuo aumento dos índios aldeados. Também se construíram embarcações de transportes, pequenos barcos, carros de boi, arados de madeira e galpões para armazenar a produção.

O bovino e o eqüino tornaram-se, dentro de um aldeamento, bens de valor inestimável, pois era com eles que se preparava o solo para o cultivo, que se fazia aração, gradagem, tratos culturais e colheita. Não havia outras enxadas, senão as omoplatas de cavalos e de bois. (AZARA apud LUGON, 1976). “Cada uno tiene sua yunta de buyes para la labranza”. (Documentos para la História Argentina, p. 734, 1929, T. 20). Todo transporte da produção do campo para os armazéns, da madeira para a construção de casas, de carros de bois ou embarcações, só era possível com o auxílio dos animais de tração. Além de tudo isso, no princípio de um aldeamento era a sua carne que compensava a insuficiência de qualquer gênero alimentício.

Por experiéncia vieron los Missióneros que no bastavan para que tuvieran la subsistencia asegurada tanta muchedumbre de gente las sementeras y cosechas, que ó por granizos, ó por falta de lluvias o por la irremediable negligencia de los cultivadores, resultaban escasas; y así hubieron de pensar en procurar animales, in especial ganado vacuno, que ya en tanto numero se habia multiplicado en las posesiones de los españoles. (Documentos para a história da Argentina, p. 203, T. 20).

Nessa empresa, o primeiro passo era o de garantir aos neófitos a alimentação, sem a qual fracassava toda tentativa de mantê-los aldeados. Qualquer provisão que faltasse era motivo para que se ausentassem para a selva ou para os rios onde pudessem saciar sua fome.

O gado, embora muito importante, não era muito numeroso, pois o provincial recomendava aos padres que criassem “gallinas por la dificultad q ay de tener carne”. (Pe. ZURBANO, in CORTESÃO, 1951, p. 66, V. 2).

No Itatim, a princípio, os padres enfrentaram muitas dificuldades para obterem uma oferta regular de alimentos. O inimigo invisível da

agricultura era o clima, de modo que em determinados momentos toda a produção era perdida, ora pelo excesso de chuvas, ora pela seca, ora pelas geadas.

Essas catástrofes ambientais foram registradas pelo padre Diego Ferrer: “En el Itati al principio padecieron los indios grandissima hambre, porque demas de la seca universal que avia auido dos años aquel mismo año se les avia elado dos vezes lo sembrado, (...)” (Pe. FERRER, in CORTESÃO, 1951, p. 4, V. 2).

Sobre essa mesma situação, escreveu o padre Diego Ferrer ao superior das missões em Assunção dois anos após:

Es increible, cuánto se han arruinado en este tiempo nuestra esperanza y nuestro bienestar. Para no decir nada de la sequía del año pasado, la cual quemó todas nuestras sementeras, cayó este año tanta lluvia, que quedó inundada toda la región. [...] Me sorprendió este mal tiempo en el campo abierto, y me tuve que refugiar en un racho muy estrecho, donde debí permanecer quince semanas.

Dos cosechas se perdieron, y los pobres indios reducidos tuvieron que desparramarse por montes y campos en busca de algo que comer. Añádase que no había esperanza de un socorro desde la Asunción, ya que las aguas imposibilitaron el viaje por tierra, y los asaltos de los enemigos el viaje por agua. (BOROA in RAVIGNANI apud GADELHA, 1980, p. 246).

Quando os padres encontravam clima e solo que permitiam o cultivo de cereais, vegetais e frutos que se desenvolviam na Europa, como trigo, batata, maçã e pêra, rapidamente dispunham de uma boa oferta para atender aos neófitos, como ocorreu no Paraná, Uruguai e Rio Grande do Sul. No entanto, no Itatim, eles se defrontavam com uma natureza inóspita e cujo clima quente impedia o desenvolvimento das tradicionais culturas européias; além disso, o total desconhecimento das condições ambientais impediu o rápido desenvolvimento da agricultura. Enquanto na Europa o clima é bem definido, com quatro estações e grande amplitude térmica anual, inverno frio, com queda de neve, e verão ameno, com a precipitação de chuvas distribuindo-se uniformemente durante o ano,

- no Itatim as temperaturas são quentes e as áreas dominadas por massas de ar quente equatoriais e tropicais. Apenas no curto inverno ocorre a penetração de frentes frias, que se diluem rapidamente, fazendo retornar o calor. Notam-se duas estações do ano, o verão mais quente e geralmente chuvoso e o inverno, menos quente e seco, geralmente resultando déficit hídrico para os vegetais. (MAZZA et al 1994).

Dada essa situação, os padres foram obrigados a introduzir mais rebanhos bovinos, aproveitando-se dos privilégios em pastagens naturais que a terra oferecia. O jesuíta, ao lançar mão do gado bovino e cavalar para desenvolver suas reduções entre os índios itatins, estava lançando, sem o saber, as bases da pecuária mato-grossense e sul-mato-grossense, como fizera no Rio Grande do Sul e Uruguai.

Com a abertura de propriedades rurais, o indígena foi incorporado à disciplina do trabalho, o que mais tarde favoreceu a posse desses imensos territórios pela coroa portuguesa e pelo império brasileiro.

Embora a agricultura no Itatim tenha levado alguns anos para se fortalecer, nunca foi abandonada, constituindo-se em preocupação rotineira entre os padres que, enquanto não conseguiam uma produção estável de alimentos, recebiam continuamente ajuda de Assunção. Seis anos haviam se passado desde que os religiosos iniciaram o aldeamento e ainda não haviam conseguido uma produção que pudesse atender sua demanda interna.

El año de 1634 fué muy triste para las cuatro reducciones del Itatín. Están ellas situadas en las cercanías del río Paraguay, en un lugar vistoso y fértil. (...) Habiales enviado el rector de la Asuncion animales vacunos, tanto para los Transportes, como para la agricultura, mientras com mucha habilidad, y com buen resultado se dedicavan a la instrucción religiosa de los indios, juntando se cada dia a los ya reducidos, los dispersos por las selvas atraino los nuestros Padres com agasajos, e regalillos. (Documentos para la História Argentina, 1929, p. 529/30, T. 20).

Somente a partir da década de 40 é que os padres foram se familiarizando com os caprichos climáticos do Pantanal e obtendo sucessivos

êxitos com os mais variados cultivos. Em todo esse processo, o gado bovino teve uma importância preponderante para garantir a presença dos jesuítas no sul de Mato Grosso. Sem ele, dificilmente os padres teriam conseguido aldear os nativos e os colonos não teriam se fixado; ele foi o motor de todos os transportes, a tração para a agricultura e a fonte de proteína para os habitantes das aldeias nascentes. A introdução de equipamentos mais produtivos em substituição àqueles empregados pelos indígenas possibilitaram o aumento das áreas cultivadas. A intensificação da agricultura, que sempre floresceu nas reduções, permitiu a estruturação dos rebanhos. O abate sem critério que envolvia fêmeas aptas à procriação foi substituído pelo descarte apenas de machos ou algum outro espécime estropiado, o que permitiu o crescimento vegetativo do rebanho.

No período de 1645 e 1647 o Padre Ferufino registra o êxito da missão:

En las reducciones q arriba dixe de S. Ignacio y Nra S^a de fe reciden cinco P^s donde exercitan nros ministerios en el mismo modo y forma q dixe de las rred.es del Parana y del Uruguay, y se les han luzido bien sus trabajos en el copioso fruto q han crecido com buen numero de Indios q los Pes. No sin riesgo de sus vidas e inevitables fatigas han sacado de los esconderijos de los montes y reducidos al gremio de la Iglesia. [...]. (FERUFINO in CORTESÃO, 1951, p. 77, V. 2).

Embora as reduções que se formaram no Itatim espelhassem o que a Companhia de Jesus havia desenvolvido no Paraná - e no Rio Grande do Sul no século XVIII - aqui elas ganharam uma feição completamente diferente. Na região missioneira do sul, havia verdadeiros núcleos urbanos e uma economia agropastoril rigorosamente organizada, com a utilização da mão-de-obra indígena, pelos jesuítas. No Itatim, isso nunca aconteceu: o período de existência dessas reduções foi em torno de vinte anos, mesmo assim com intervalos em que os padres foram obrigados, por um motivo ou outro, a abandonar a missão, deixando-a sem qualquer trabalho missionário.

Nos momentos em que a Companhia de Jesus mais atenção deu às reduções do Itatim, ela disponibilizou apenas cinco padres para atender uma área superior a 100.000 km², o que de certa forma impediu a catequese em massa. Além disso, os padres enfrentaram forte resistência dos indígenas, o que não aconteceu no Guaíra, atual Paraná, onde havia uma hegemonia dos índios guaranis e estes sempre foram mais suscetíveis ao trabalho missionário. Aqui, as tentativas com os índios guaicuruss, agachis, paiaguás despendeu energia do projeto sem qualquer resultado prático. Por essas razões, os produtos religiosos do Itatim são extremamente insignificantes, sobretudo quando comparados aos de outras regiões.

As missões do Itatim foram invadidas pelos bandeirantes paulistas em duas ocasiões, 1632 e 1648. Na primeira, os bandeirantes ameaçaram a cidade de Santiago de Xerez mas a população não ofereceu resistência e uniu-se aos invasores. O tenente D. Diogo de Orrego e outros cidadãos guiaram-nos até as reduções do Itatim, recentemente organizadas, levando grande parte cativa dos índios aldeados. (ESSELIN, 2000).

Após a invasão, muitos desses castelhanos passaram para a Capitania de São Paulo com suas famílias e de posse de muitas peças indígenas, mas, na pressa de deixar a cidade, temendo represálias das autoridades paraguaias e da própria Companhia de Jesus, deixaram na campanha chamada Vacaria grande quantidade de bovinos que não conseguiram reunir. (LEME, 5ª ed., 1914, T. 1).

Na segunda vez, em 1648, os padres jesuítas foram obrigados a abandonar a redução, incapazes de enfrentar os invasores em condições tão desiguais, já que não tinham armas para se defenderem de ataques tão portentosos.

As agressões promovidas pelos bandeirantes parece que eram sempre esperadas pelos padres, que nunca eram pegos de surpresa, mas as correspondências entre eles revelam, além de suas preocupações cotidianas, o cuidado que demonstravam com seu gado. “Desde mediado octubre hasta todo henero no falten espías de confianza porq si el Portugues viniere no nos coja descuydados y en caso q venga retirase

en primer lugar la chusma y cosas y ganado (...).” (ZURBANO in CORTESÃO, 1951, p. 67, V. 2).

O gado constituía algo de tanta importância que, juntamente com os neófitos, era o que primeiro deveria ser retirado para evitar que caísse nas mãos dos bandeirantes e depois, no caso de um realdeamento, a sua organização não se tornasse algo tão difícil.

Ao abandonarem o Itatim em 1649, os padres jesuítas viram-se obrigados a deixar o pequeno rebanho que ali haviam reunido.

(...) dexando como 700 Cabezas de ganado, dedicadas de Lismona al sustento de aquellos pobre Indios que dexavam fuera de otras muchas que quedaran en la antigua poblacion desamparada, donde tambien quedaron muchos alajuelos de estima que no les permitieron recoger: y despues de esta perdida todos los bueyes, ieguas, mulas, cabalos y demas bienes. (Informe da Companhia de Jesus in CORTESÃO, 1951, p. 19, V. 2).

O manuscrito revela que os religiosos reuniram em torno de 700 cabeças de gado vacum deixando-as de esmola aos neófitos, e que muitas outras ficaram na antiga povoação juntamente com os animais de trabalho: bois, éguas, cavalos e mulas. Esses animais, que constituíram o casco inicial da pecuária sul-mato-grossense e mato-grossense, sobreviveram silvestremente em um ambiente favorável, propício para a atividade pecuária.

Essas invasões contribuíram decisivamente para a propagação do gado por todo o pantanal sul-mato-grossense.

Derrotados pelo conhecido bandeirante Raposo Tavares e seus comandados, os jesuítas e os indígenas que puderam escapar transpuseram o rio Apa e foram se estabelecer no Paraguai, abandonando muito gado que haviam ali conseguido reunir.

Além das condições ambientais favoráveis que o gado encontrou para o seu desenvolvimento, outros fatores foram importantes, como as epidemias e enfermidades, que contribuíram para o decréscimo da população indígena no Itatim. Uma grande quantidade de doenças que eram

praticamente inofensivas para o organismo imunizado dos europeus provocou efeitos desastrosos nas populações nativas, biologicamente sem condições de fazer frente ao inimigo desconhecido. Desde os primeiros contatos entre os nativos dessa região e os padres da Companhia de Jesus, ou mesmo os colonos espanhóis e portugueses, há constantes registros de epidemias que levaram à morte muitos dos primitivos habitantes. [Em 1634] “Como conseqüência da fome seguiu-se uma epidemia que, segundo o padre Boroa, dizimou 2/3 dos índios reduzidos e em 1648 em fuga os índios foram acometidos de uma nova epidemia que tirou a vida de muitos deles.” (GADELHA, 1980, p. 246 e 270).

Outro fator importante foi que os jesuítas recommençaram um trabalho de realdeamento da população do Itatim, dispersa após a última invasão, conseguindo com sucesso reunir 800 das 1000 famílias anteriormente aldeadas e conduzi-las para as margens do rio Ipané, a 40 ou 50 km de Assunção. (GADELHA, 1980). Ou seja, o território do Itatim foi praticamente despovoado¹⁰. Os indígenas que já haviam incorporado a carne bovina à sua dieta foram trasladados para muito longe, condição importante para a rápida proliferação do gado, pois as demais nações indígenas, embora o abatessem, preferiam outras caças como veados, antas, caititus, capivaras, onças, tatus. Havia também muitas aves, como patos, marrecos, araquãs, jaós, jacus e jacutingas, além de que os rios eram extremamente piscosos e ofereciam aos nativos, pacus, dourados, curimbatás, piranhas.

Quando o [rio Taquari] leva pouca água deixa várias praias descobertas, as quais se enchem de caça, principalmente fatos de extraordinária grandeza, e outras mais pequenas, a que chamam marrecos. Há também pelos matos muitas araquãs, jacus e

10 A tanto chegou o despovoamento que um padre jesuíta que correu esses lugares por volta de 1657, deixou registrado que só achou “algunos monumentos que manifestan el seniorio que los itatines tuvieron de todo el terreno e não passavan de un lugubre legado: grandes vasos de barro com ossadas humanas, dos que usam os guarani a fim de neles meterem os seus defuntos”. (LABRADOR, 1910, p. 62).

jacutingas (...) mutuns do tamanho dos nossos perus novos (...). A caça de pêlo também é infinita: muito porco bravo, muito veado e capivara. (MOURA, 1982, p. 19).

Como no rio Taquari, o mesmo acontecia por todo o Miranda e o Aquidauana:

é prodigiosa a abundância de pescado e carne (...). Explorando esses rios viamos a cada instante possantes antas, veados de todas as espécies e intermináveis varas de porcos montezez (...). Bandos e bandos de lontras, ariranhas e capivaras (...) inúmeras aves, mutuns, jacus, jacutingas. (...) Em peixes é fartíssimo, abundam os jahús, surubys, dourados, em certos mezes os pacús, piraputangas, piranhas, além de corumbatás, trairas, pacupévas, abotoados, papaterras, raias, piás e outros comuns aos rios do Brasil. (TAUNAY, D, sd., p. 8 e seg.).

O mesmo acontece em todo o Pantanal, que abriga em seu território “656 espécies de aves, 122 de mamíferos, 264 de peixes e 162 de répteis”. (COELHO NETO, 2002, p. 53).

A variedade da fauna pantaneira permitiu que os indígenas continuassem a consumir animais, como por exemplo aves, incorporadas culturalmente à sua dieta, embora a base da alimentação deles não fosse a carne. Gostavam de frutas, mel, insetos de todo gênero, répteis, e eram muito gulosos de uma lagarta que ataca o capim mimoso e que eram saboreadas vivas. (VIVEIROS, 1958).

Além de todas essas condições favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, há o fato de que o próprio rebanho instintivamente adota mecanismos de defesa para garantir a perpetuação da espécie. “Os bovídeos em estado natural são selvagens e a epizootia não os atinge, assim eles engordam. Em completa liberdade, os animais selvagens refugiam-se nos bosques e só saem à noite para pastar”. (BERTELLI, 1984, p. 224).

Quando o gado torna-se alçado, é preciso caçá-lo, em noites de lua saem os vaqueiros em cavalos amestrados, coluna por um, costeando as ilhas de mato até que a inquietação da montada se

transmita à perna do cavaleiro, sinal de que estão perto dos baguais. (PROENÇA, 1958, p. 72).

A própria macega do Pantanal, geralmente muito alta e penosa de romper e que em determinados locais cobre um cavalo e seu cavaleiro, contribui para proteger qualquer animal, até mesmo um bovino, dos olhos atentos de um caçador.

Esse processo da procriação do bovino em condições naturais não é uma exclusividade do pantanal sul-mato-grossense e se repetiu em diversas regiões da América. As invasões promovidas pelos bandeirantes paulistas no sul, sobretudo no atual Rio Grande, contribuíram para a propagação de modo assombroso do gado em toda a margem oriental do Uruguai até a costa do mar (as chamadas “vacarias do mar”). Vencidos pelos bandeirantes em sucessivos combates que culminaram com o de São Nicolau em 1638, os jesuítas e índios que puderam escapar cruzaram o rio Uruguai e estabeleceram novas missões entre esse rio e o Paraná, deixando deste lado, muito gado ao abandono. Depois do ano de 1687, convencidos da tranqüilidade que então pairava sobre a região das antigas reduções da margem oriental, os jesuítas se animaram a transpor de novo o Uruguai e fundaram os famosos sete povos (São Nicolau, São Miguel, São Luís, São Borja, São Lourenço, São João e Santo Ângelo). O gado que ficou inteiramente livre, procriando e multiplicando-se sem cuidado algum, após cinquenta anos somava milhares de cabeças apascentadas pelos campos gaúchos. (ABREU, 1940).

Segundo Rui Diaz de Gusman, em agosto de 1541, ao ser despoitada Buenos Aires, os conquistadores foram obrigados a abandonar cinco éguas e sete cavalos¹¹. (GUZMÁN apud MENDONZA, 1922, p. 626, T. 73).

11 Segundo a tradicional historiografia portenha, foram abandonados cinco éguas e sete cavalos, no entanto essa pequena quantidade de animais, ainda que em condições ótimas, não justificaria o enorme procrio que houve em Buenos Aires.

Quando Garay fundou Buenos Aires pela segunda vez em 1580, calcula-se que encontrou em estado selvagem oitenta mil eqüinos, cujos ancestrais eram aquele pequeno lote abandonado em 1541. (MENDONZA, 1922, T. 73).

O gado das missões jesuíticas do Itatim, encontrando uma grande área com condições ambientais extremamente favoráveis ao seu desenvolvimento, expandiu-se pelos campos da planície do Pantanal, em cujo território ficou confinado. As barreiras naturais impediram que o rebanho ganhasse outros campos. Isso só seria possível se fosse conduzido, como mais tarde ocorreu, mas a princípio esteve ele encerrado a leste pela serra de Maracaju, acompanhando o lado ocidental o rio Paraguai, entre o Mbotetei e o fecho dos morros..

No entanto, há quem afirme que possivelmente o gado oriundo das missões jesuítas tenha chegado até os campos de Vacaria em Mato Grosso do Sul: “Antônio Gonçalves Barbosa atirou-se sertão adentro, rumo sul, ouvira por certo, falar da vacaria, de campos e águas excelentes, onde existe muito gado selvagem, conhecido por alçado, em grandes manadas, deixados possivelmente pelos jesuítas.” (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 1995, p. 36 nota 42).

Para que esse gado missioneiro apascentado no Pantanal chegasse até os campos de Vacaria, ele teria que escalar a Serra de Maracaju para ganhar as regiões dos rios Brilhante, Vacaria, Verde, Pardo, e para isso teria que romper uma área de floresta extremamente densa que encobre a serra, cujas encostas são relativamente íngremes. Se observada no horizonte de Nioaque e Guia Lopes da Laguna, verifica-se que há uma escarpa abrupta, quase uma falésia, que tornaria praticamente impossível a penetração desse rebanho, a não ser que fosse conduzido. Por outro lado, não existiam razões de ordem natural para o gado escalar a serra, uma vez que estaria ele se afastando de uma região extremamente rica em pastagens.

Com os ataques portugueses e a conseqüente escravização dos indígenas, os constantes surtos epidêmicos que levaram à morte milhares de nativos e à transferência de famílias aldeadas para as proximidades

de Assunção, a província do Itatim foi completamente despovoada de índios guaranis. Disso se aproveitaram os bandeirantes, já que as ruínas da cidade de Santiago de Xerez e das reduções serviam de ponto de apoio para as suas investidas. Já em meados do século XVII, eles se instalaram às margens do Aquidauana e Miranda, fronteira com o Paraguai. Tinham como objetivo escravizar os remanescentes indígenas, que eram muito poucos, promover o contrabando com os vizinhos; manter um arraial onde se reuniam para cultivar o solo, colher e até descansar no lugar onde foi Xerez e que finalmente era o centro das correrias que faziam até Santa Cruz de La Sierra. (ALMEIDA. 1941).

Provisoriamente instalados, os paulistas se organizavam e promoviam invasões, expulsavam os espanhóis de núcleos próximos, roubavam gados, apossavam-se de colheitas e capturavam nativos para escravizá-los e vendê-los. (ESSELIN, 2000).

Em princípios do século XVII, vindos de São Paulo, ao chegarem ao rio Mbotetê, depararam com seis povoações de gente castelhana que eram:

(...) brancos Índios e mestisos com Igrejas cazas de telha oficinas criaçoens de bois cavallos carneiros a quem os nossos famosos capitaens como fieis portuguezes fizerão guerra por repetidas vezes thé que pondo em fuga os brancos recalherão muitos Índios destruirão e queimarão as feitorias vendo pertencerem aquelles lugares aos dominios de Portugal, adonde se acha por memória algum gado vaccum, chamados hoje as vacarias, o que causou tanto espanto e temor as povoaçoens da Província do Paragoai que alli mais não tornarão e ao não ser iso serião hoje de dominio de Espanha todos os nossos lugares thé Sam Paulo Minas Gerais Goyas e Cuyaba. (TAUNAY, 1930, p. 3-4, V.6).

Os paulistas atacavam as povoações castelhanas organizadas nas áreas em que eles nominavam Vacaria, desestabilizavam seus núcleos, faziam com que recuassem para as proximidades de Assunção e se aposavam de seus índios. Além disso, contribuíam para a dispersão do gado bovino e equino.

A formação de uma base de operações na antiga Província do Itaitim permitiu que no último quartel do século XVII numerosas bandeiras cruzassem toda essa região, rasgando-a em vários sentidos. Essa maciça presença portuguesa causava preocupações e temores entre os espanhóis, justamente devido à facilidade com que eles poderiam dispor de cavalos e bovinos. Um jesuíta espanhol, Pe. Diogo Altamirano, em correspondência às instâncias do Conselho das Índias, afirma: a ocupação daquelas áreas pelos portugueses era mais prejudicial até do que a da colônia de Sacramento, por ficarem apartados dos olhos dos castelhanos e porque ali podia dispor o invasor de cavalos, mulas e outros gados. (PASTELLS, 1912, V. 4).

Os registros de portugueses e espanhóis permitem concluir que os campos dos pantanais mato-grossenses estavam, no fim do século XVII, abrigando grandes manadas de bovinos e eqüinos que se multiplicaram muito rapidamente, aproveitando-se das boas condições ecológicas da região.

Em carta enviada em 1687 ao Rei e ao Duque de la Plata, o Governador do Paraguai, D. Francisco Monforte, informa que:

(...) enviando à los campos de Jerex, 50 españoles para saber si permanecian en ellas los portugueses, remitiendose en esto a los autos que envia, por copia, com la declaracion de un indio, que comprende la noticia de las muchas vacas que hay cerce de los campos de Jerez. (...). (PASTELLS, 1912, p. 142, V. 4).

Um ano antes, a expedição de Salvador Marecos saíra de Assunção em jornada com 42 soldados espanhóis, além de índios, atingindo, em meados de novembro, os campos de Xerez no local chamado Curamia. O soldado Manuel Jaques, que acompanhava a expedição, informou que havia gado na região - aliás, pouco numeroso, muito bravo e que mostrava, pela desconfiança, o quanto devia estar temeroso do contato humano. (TAUNAY, 1930, V. 6).

O reconhecimento dos campos de Xerez por Don Lorenzo del Villar em 1720 e 1721 não deixa dúvidas sobre a presença das manadas

como também das caçadas promovidas por portugueses e espanhóis para abater animais que se tornaram selvagens.

(...) tope otro alojanto [Portugueses] como una legua adelante (roto) de estubieron conjiendo ganado y matando toros que no (roto) mas de unos sinco o seis toros tan abispadas que para (roto) socorrer cansabamos caballos. (...) y pasando a la otra banda se hallo el corral que fue y manga del me. de campo Juo. duarte que se echaba dever podridos y a los palos donde tope mucha (roto) bacas, entre los dos rrios ypita y el dho yaguari los carriltes roto de hasia el rrio del paraguay que disse el cappn. pablos gaona y el indio que nunca am bisto semejante, el campo de ganado (...). (Bandeirantes no Paraguai, 1949, p. 294).

Durante muitos anos, até quase um século depois de despovoada a Província, eram constantemente enviadas tropas de Assunção com a incumbência de observar e se possível embaraçar os movimentos dos portugueses. A ação das autoridades não ia além da vigilância.

Por outro lado, foram os portugueses, em suas constantes incursões pela região, que nominaram as áreas de Vacaria após o encontro de diversos rebanhos silvestres. Delimitava-a Pedro Taques, em meados do século XVIII, depois de afirmar que nos campos assim chamados existiam enormes rebanhos sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, não só de gados vacuns mas também dos animais cavallares. (TAQUES apud TAUNAY, 1930, V. 6).

No ano de 1682, uma das mais importantes bandeiras que fora organizada na cidade de Sorocaba partiu para o sul de Mato Grosso tendo como capitão mor Pedro Leme da Silva, que resolveu pela formação de um arraial nas vacarias. Informa ele: “aproveita-se a gente deste corpo da abundância dos gados que inutilmente multiplicam nestas campanhas sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, que não só é dos gados vaccuns, mas também dos animais cavallares”. (TAUNAY, 1930, p. 14, V. 6). Por outro lado, um escrito anônimo, não datado, mas que, segundo estudos, foi produzido por volta de 1695, sugere, através de seu signatário, a construção de um presídio na Vacaria, que afirmava achar-se

em terra portuguesa. Entendia que tal povoação seria uma base de contenção às pretensões castelhanas e de socorro para as operações militares futuras, no caso de se tornar necessária a invasão do Peru, desde que irrompesse a guerra entre as duas coroas. Dizia ele:

fica um pais chamado hoje dos Paulistas, Vacaria entre o rio grande e o rio Paraguai que ambos juntos como principais formam o celebre Rio da Prata, chama-se vacaria pelo gado amontoado que aqui há, cujo princípio trouxeram os castelhanos, quando tentaram povoar a dita paragem. (TAUNAY, 1930, p. 19, V. 6).

Na condição de membro da comissão de demarcação dos limites entre o imperio português e o espanol na América, Francisco José de Lacerda e Almeida, deixa registrado que: “Antes de Cuiabá ter as boas e muitas fazendas de gado, que presentemente tem, levaram por terra uma grande boiada para aquela Vila, cortando sertões por onde nunca se tinha passado e dirigindo o rumo pela estimativa”. (LACERDA e ALMEIDA, 1944, p80)

Possivelmente esse rebanho que Lacerda e Almeida se refere foi capturado no Pantanal sul –mato – grossense e levado para Cuiabá.

Quando principiou o século XVIII, os campos da Vacaria estavam a abrigar milhares de cabeça do gado vacuum e cavalar. Os relatos conhecidos, tanto de espanhóis radicados em Assunção como de portugueses em São Paulo, são concordes em afirmar a presença desses rebanhos em todo o pantanal sul-mato-grossense, vivendo silvestremente e sem trato algum.

A contínua penetração dos bandeirantes em direção ao sul e a oeste rumo às fronteiras castelhanas levou à descoberta das minas de ouro de aluvião, abundante em Cuiabá, o que atraiu milhares de portugueses, seus escravos africanos e índios para a região.

Com as novas descobertas, desenvolveu-se o bandeirantismo de povoamento ou de comércio, conhecido por monções:

A história das monções do Cuiabá é de certa forma um prolongamento da história das bandeiras paulistas em sua expansão

para o Brasil Central. Desde 1622 numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba, Itú, trilharam constantemente terras hoje matogrossenses, preando índios ou assolando povoações de castelhanos. (HOLLANDA, 1945, p. 43).

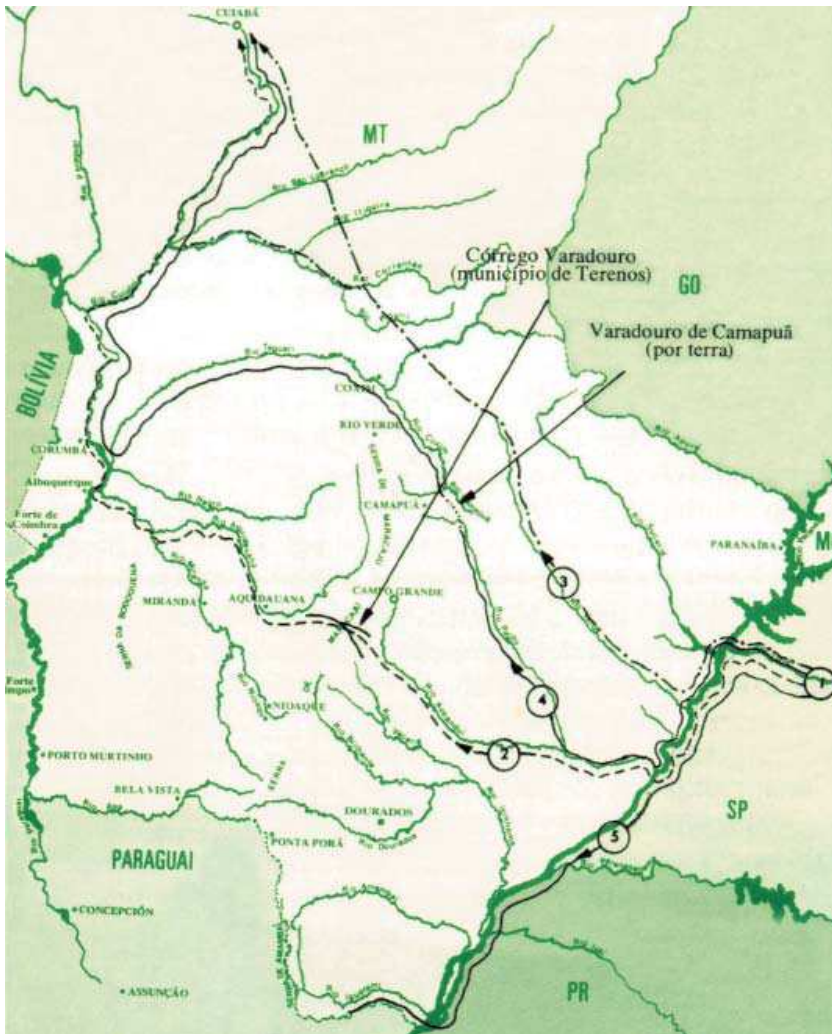
As bandeiras preadoras de índios foram substituídas pelas monções, que se especializaram na atividade comercial visando ao abastecimento do recém fundado arraial do Cuiabá. A chegada de grandes contingentes humanos tornou a vida de todos eles muito difícil. Como conseguir se manter em uma região tão hostil onde tudo faltava, até mesmo os instrumentos para a mineração?

Muito rapidamente, porém, os empreendedores trataram de tirar proveito dessas novas oportunidades para a agricultura e, sobretudo para o criatório do bovino e eqüino. Desde o princípio, houve necessidade de animais de tração para transportar artigos, movimentar moinhos, fazer a lavoura e fornecer proteínas, como também artigos outros que ia desde vestuário e alimentos até ferragens e ferramentas.

[São Paulo] É esta vila o interposto de todos os objetos de exportação, e importação da Província; de Goyas, e Mato Grosso; ou conduzidos por terra, ou pelos rios. As produções, que descem dos estabelecimentos centrais, para saírem à barra, são açúcar, o algodão, tecidos do mesmo, toucinhos, aguardentes, café, courama, fumo e carnes chamadas ensacadas; estes generos são transportados, em sumacas, a outras Províncias, (...). Os principais efeitos de importação vêm a ser o ferro, o aço, o sal, as fazendas secas e vinhos, e além destes, em mais ou menos quantidade, todos os que a Europa produz, e costumam ser exportados para o Brasil: (...). (d' ALINCOURT, 1975, p. 29).

Ao contrário das bandeiras do século XVII, as monções usavam basicamente a navegação fluvial. Os bandeirantes seguiam quatro roteiros, cuja primeira parte era comum: de Araritaguabá (Porto Feliz), desciam o rio Tietê até o Paraná, o qual desciam também. A partir daí, decidiam-se por um dos roteiros, o primeiro marcava-se subindo o Ivinhema até suas cabeceiras entrando no Brilhante onde navegavam até um

porto mais tarde chamado Santa Rosa ou Sete Volta, aí deixavam suas canoas e caminhavam por terra até as cabeceiras do Nioaque ou Urumbéva, ali faziam novas embarcações e navegando pelo Nioaque entravam no Miranda e desse passavam para o Paraguai, atingindo o São Lourenço e encontravam o caminho fluvial das minas cuja descoberta deu lugar à fundação de Cuiabá. O segundo, fixava-se através do rio Verde, o qual subiam até o salto do mesmo rio, onde deixavam as canoas e daí tomavam por terra um caminho em torno de 25 dias até o Porto do Rio Piquiri, após cortavam os rios Correntes, Itiquira, e São Lourenço até chegar a Cuiabá. O terceiro era subindo o Rio Pardo, entrava no Anhandui até o Aquidauana, desse ao Miranda e daí ao Paraguai onde se navegava até o Rio Cuiabá pelo qual se chegava à cidade homônima. O quarto era balizado pela subida até os campos de Camapuã.



Caminho das águas

1. De São Paulo pelo Tietê
2. Rota da Vacaria
3. Rota do Rio Verde Rotas das Monções, roteiros fluviais utilizados pelos bandeirantes paulistas, para se deslocarem as minas de ouro em Cuiabá.
4. Rota do Camapuã
5. Expedição para o Iguatemi

CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul. 4ª ed. Campo Grande: Academia Sul Mato-grossense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1995. p. 16.

Num curto varadouro, atingiam o Camapuã, que os levava ao Coxim, desciam este até o Taquari e continuavam pelo roteiro comum até a região central. (SODRÉ, 1941).

A preferência que davam os monçoeiros à rota do rio Pardo, Anhandui e Aquidauana, explica-se, sem dúvida, pela grande abundância de gado que ali encontravam e que supria as dificuldades de transporte dos mantimentos necessários ao consumo durante a jornada. (HOLLANDA, 3ª ed., 1990).

Essa rota foi abandonada a partir da criação de um estabelecimento fixo na paragem de Camapuã, em 1725, onde se organizaram as primeiras roças. Tratava-se de uma grande fazenda onde os viajantes podiam refazer-se da longa viagem e suprir as suas necessidades. Ali era possível obter feijão, milho, galinhas, toucinho, tecidos, carne fresca de vaca e de porco, farinha de milho, arroz e aguardente de cana de açúcar. Além disso, contava com boas acomodações para atender aqueles que se deslocavam para a região das minas ou retornavam a São Paulo. No dizer do primeiro capitão general da Capitania de Mato Grosso, “com mais asseio do que ali se podia imaginar”. (MARTINS de PAIVA, et al (org), 1982, p. 15).

Essa fazenda foi fundada pelos irmãos Leme, Antônio, Domingos, João e Lourenço, fugitivos da Justiça paulista, e constituiu-se no primeiro núcleo fixo português de Mato Grosso do Sul. Localizava-se em uma faixa de terras que separa as cabeceiras dos rios Sanguessuga e Camapuã e os monçoeiros atravessavam esse trecho geralmente a pé, deslocando-se através do Varadouro Camapuã.

O desembarque para aqueles que se dirigiam às minas do Cuiabá era feito no Porto de Sanguessuga, onde as canoas eram descarregadas e toda a carga e as próprias embarcações eram colocadas sobre carretas puxadas por bois que seguiam até as nascentes do rio Camapuã, através do qual, após alguns dias de navegação, encontravam o Coxim, por onde continuavam até o Cuiabá.

A fazenda Camapuã, como alguns outros entrepostos que surgiram posteriormente, para garantir suprimentos aos seus usuários, teve que lançar mão do gado da Vacaria. Tão logo foi fundada, seus proprietários

se viram na contingência de introduzirem animais para desenvolver suas lavouras, realizar colheita, movimentar moinhos, pilar milho para o fubá, a farinha ou a canjica, abastecer os comboios e transportar as cargas dos viajantes. A solução ideal estava nos animais de criação que, capazes de resolver todos esses problemas, ainda poderiam ser criados sem praticamente nenhum trato, como já acontecia no Pantanal sul-mato-grossense.

As primeiras cabeças levadas para Camapuã chegaram por volta de 1729 e, muito rapidamente, se proliferaram pelos campos naturais daquela fazenda. “Tem sempre grande abundância de (...), vacas das quais se não sabe já o número pela largueza dos pastos, e se entende passarem de seiscentas cabeças.” (MARTINS de PAIVA, et al (org), 1982, p. 15).

Criados à solta, sem qualquer embaraço para o seu alongamento, já que não existiam cercas, seiscentas cabeças tornaram-se um número símbolo, uma vez que a expedição de Hércules Florence, que esteve em Camapuã entre 1825 e 1826, registrou o mesmo número da expedição de Rolim de Moura quase cem anos depois.

Também em Cuiabá o gado era uma exigência. A preocupação dos mineiros em não permitir que braços fossem consumidos com outra atividade, que não a mineração, resultava no uso dos animais de tração para o transporte do dia-a-dia e para a lavoura. Além disso, o crescimento demográfico da região exigiu a organização de algumas propriedades rurais para a produção de alimentos a fim de suprir as necessidades dos trabalhadores das minas.

O próprio Rodrigo César, mesmo temeroso quanto à possibilidade de reação por parte dos castelhanos, autorizou, através do Bando¹² de 8 de novembro de 1725, a condução do gado bagual do sertão de Curitiba e dos campos de Vacaria¹³ para a região das minas.

12 Bando; trata-se de uma proclama ou um anúncio público.

13 Roberto C. Simonsen, sem citar fontes, afirma que: “nos campos de Vaccaria, no Sul de Mato Grosso, a criação do gado bovino, originário das estacias dos missionários paraguaios tinha assumido um grande desenvolvimento. Delle também lançaram mão os paulistas.” (SIMONSEN, 1937, p. 246, T. 1).

Por ser conveniente ao real serviço de V. Mage q'Ds. ge.. e ao aumto das novas minas de Cuyabã, meter se nellas gados vacuns pa. sustento dos Mineiros, e mais pessoas, q' se acharem naquelle descobrimento, de q' tambem resultará grande conveniencia aos moradores desta capnia, q' os quizerem mandar, ou levar, pa. as das Minas do Cuyabã, [...] e também poderá amançar, e conduzir de paragens chamada Vaccaria gados, pa. as ditas Minas sem se lhe pôr impedimento algun. (Bando do Capitão General Rodrigo Cesar apud SIMONSEN, 1937, p. 246/, T. 1).

Em carta dirigida a Sua Majestade em 13 de setembro de 1727, assim expressou o Governador Rodrigo César de Menezes:

(...) já que a maior parte dos sertanistas desta capitânia intentava enfrentar a sua marcha por hua paragem chamada Vacaria, a qual ainda esta indicizo se pertence á Real Coroa de V. Mg. Ou de Castello por falta de demarcação; me pareceu embaraçar-lhes não continuassem aquelle caminho q'como os catelhanos costumão vir a dita paragem de anos em anos com cavallaria, a observar-se os paulistas fazem ahi alguma prezistencia ou descobrimento, [...]. (Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo, p. 19, V. 31).

A autorização do Governador da Capitania de São Paulo permitiu, com seu ato, não só que fosse levado o gado do Pantanal sul, área conhecida como campos de Vacaria para Cuiabá, como também que outros entrepostos comerciais no mesmo modelo do de Camapuã surgissem na rota de São Paulo para Cuiabá.

Barbosa de Sá¹⁴ testemunha de parte dos acontecimentos relativos à ocupação e conquista do território mato-grossense, afirma que as primeiras matrizes bovinas não entraram na vila de Cuiabá antes de 1739. (BARBOSA de SÁ, 1975).

14 A obra de Joseph Barbosa de Sá, primeiro cronista mato-grossense, relata em ordem cronológica os principais fatos ocorridos quando da ocupação de Mato Grosso, desde a descoberta dos metais em Cuiabá em 1718, até a construção do forte Coimbra em 1775.

Certamente que, quando o Governador Rodrigo César autorizou a amansação e a condução de bovinos da Vacaria para Cuiabá, ele apenas legalizou uma prática comum, vez que muitos sertanejos já lançavam mão desse recurso para abastecer a região das minas. O seu ato, além de atender o desejo de alguém, solucionava o problema de abastecimento por que passavam aqueles que se deslocavam para a extração do metal. Embora não haja registros de condução de gado da Vacaria para Cuiabá antes de 1727, muito provavelmente ela tenha ocorrido, tendo os bovinos sido transportados através de canoas ou então conduzidos pelos sertões. Embora as dificuldades fossem grandes, pois de canoas enfrentavam em torno de 30 dias levando poucas cabeças e, se conduzidos por tropeiros, passavam por áreas habitadas por animais selvagens e grupos indígenas belicosos, transpunham rios caudalosos, e ainda pouco conhecidas, nada disso impediu que o gado fosse levado para Cuiabá. O primeiro registro encontrado foi o de João Cabral Camelo, a mais antiga das narrativas de viagens monçoeiras. Diz ele:

Quando eu cheguei ao Cuyaba, que foi em 21 de Novembro de 1727, não havia n'elle mais que um único engenho, dez ou doze leguas distante da Villa, no sitio onde chamam a Chapada: hoje porêem tem já cinco, e todos na margem do rio, onde mostrou a experiência produzir melhor a canna, e em muito menos tempo que, em todas as mais partes ainda d'estas Minas; nem me parece que haja para ellas melhores terras que as do Cuyabá e mesmo para criações de porcos, gallinhas e cabras; e tambem o seria para cavalloos se houvessem eguas n'ellas: no anno de 1727 foram na minha tropa quatro ou seis novilhas pequenas, e já no ano de 1730 ficavam algumas paridas, e se produzirem como os porcos e cabras, em breve tempo se cobrirão de gados os campos. (CAMELLO, 1863, p. 497/8).

Pelo relato do sertanista, conclui-se que os animais foram conduzidos e que entraram em Cuiabá dois anos após a assinatura do Bando. Tratava-se de fêmeas novas e que somente em 1730, portanto três anos após, estariam aptas à procriação. Hollanda afirmou que pode se supor

que a descendência desses novilhos introduzidos por Camello foi sacrificada por falta de recursos, problema que afligiu os moradores de Cuiabá nos primeiros anos, o que justificaria a versão de Barbosa de Sá de que as primeiras vacas só chegaram em Cuiabá em 1739. (HOLLANDA, 1990).

Na verdade, em 1730, as dificuldades já tinham sido vencidas. Os sertanejos paulistas estavam em Cuiabá há doze anos, tempo suficiente para organizarem a produção agrícola, submeterem os grupos indígenas, apossarem-se de suas colheitas e implementarem um fluxo regular com São Paulo, de onde vinham todos os produtos de que necessitavam. O próprio Camello informa que em 1730 já havia em Cuiabá cinco engenhos, sinal de prosperidade, onde se produzia a melhor cana-de-açúcar. Certamente que esses engenhos tinham que recorrer a animais de tração para poderem produzir e que havia uma oferta regular de alimentos para garantir a subsistência da escravaria, demais trabalhadores do engenho e proprietários. Portanto, por esse período, já havia gado suficiente para suprir tais necessidades.

Nos registros do ano de 1730 da lavra do Barão de Melgaço, não há qualquer referência a dificuldades de abastecimento ou falta de alimento para a população de Cuiabá. Estavam os colonos ocupados em organizar patrulhas para combater os índios paiaguás, que haviam atacado a monção do ouvidor Lanhas Peixoto e roubado sessenta arrobas de ouro¹⁵. (MELGAÇO, 1952).

A propósito, depois de 1728, afrouxam-se as exações, produzem-se melhores alimentos, submetem-se ou afastam-se da região os índios bravos e anima-se enfim o povo a novos empreendimentos. (HOLLANDA, 1990).

Além disso, é muito importante o relato do sargento-mor, engenheiro Luiz D'Alincourt, que em expedição pela região registrou:

15 Sobre o assunto ver ainda NOGUEIRA COELHO, Felipe José. Revista Trimestral de História e Geografia, memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso 2º Trimestre de 1850, p. 147. (BARBOSA DE SÁ, Joseph. Relação das povoações do Cuyaba e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. Cuiabá – Edições UFMT, 1975).

Foi desta fazenda [CAMAPUÃ] que entrou em quantidade para Cuiabá o primeiro gado vacum conduzido por um dos possuidores da mesma de nome André Alves, grande e afamado sertanista e pai do reverendo padre Manoel Alves, actual presidente do governo provisório da provincia; e daqui saíram os lemes a formar os grandes aterros dos bananaes de São Lourenço, e de Cuiabá, que ainda existe hoje [1823], tudo a custa do suor dos indios que cativaram, pois nesse tempo ainda não tinham escravos africanos. (d'ALINCOURT, 1824, p. 337).

Portanto, são concordes os depoimentos de que, depois do ano de 1728, já haviam sido criadas todas as condições para que se estruturasse o rebanho bovino em Cuiabá com os estoques oriundos da Vacaria e Camapuã. Isso porque o percurso Vacaria-Cuiabá era, apesar das dificuldades, o melhor, o mais barato e o mais eficiente roteiro, os animais eram encontrados livremente na natureza sem qualquer espécie de ônus.

Se os pioneiros optassem por levar o gado vacum de São Paulo para Cuiabá, utilizando o roteiro das Monções, teriam que pagar por eles e despenderiam, no mínimo, cinco meses do trajeto. Navegariam em torno de 648 léguas, as cachoeiras do rio Tietê, Pardo, Coxim e Taquari, 113 ao longo da viagem constituíam obstáculos nada desprezíveis, em muitas delas fazia-se necessário deixar o rio e passar por terra, arrastando as canoas, o que gastava muito tempo e trabalho. Os animais eram conduzidos em pé em embarcações cuja tonelagem não era em média superior a 2000 kg, poderiam levar no máximo um lote de dez reses, enfrentando toda sorte de privações e um alto índice de mortalidade, o que elevaria consideravelmente os seus preços. Portanto, entre um roteiro e outro, os pioneiros preferiam o da Vacaria por ser o mais fácil, barato e rápido.

Isso não significou que a origem do rebanho cuiabano tenha sido exclusivamente dos campos meridionais do Pantanal sul-mato-grossense, já que, com a abertura de um caminho ligando por terra Mato Grosso a Goiás, em 1737, muitos rebanhos foram introduzidos e muitas fazendas formadas com o intuito de produzir carne. Além disso, o gado bovino e eqüino, criado com sucesso pelas missões jesuíticas castelhanas entre

os índios moxos e chiquitos, no que é hoje território boliviano, também eram comercializados desde 1740 com mineiros e colonos estabelecidos em Cuiabá.

Sobre o gado da Vacaria, de Goiás, e das missões dos chiquitos e moxos, em apenas trinta e um anos, o capitão general da Capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura, registrou:

No Cuiabá é já o gado vacuum tanto que não chega a matar-se todos os anos metade do número das reses, que nascem naquele distrito, e a última rematação que a Câmara fêz do corte de vaca, foi por um cruzado de ouro a arrôba, metade do preço porque eu a achei quando cheguei àquela Vila 1751. (CORRÊA FILHO, 1969. p. 711).

Com o gado da Vacaria também surgiram outros entrepostos comerciais nos mesmos moldes que a fazenda de Camapuã e fixaram-se alguns moradores nas barras dos principais afluentes do Paraná no curso das monções, junto a áreas onde, pela sua fertilidade, era possível o cultivo e a criação para fornecer os mais diversos gêneros aos navegantes.

As notícias registradas pelo capitão Antônio Pires de Campos em 1723 dão conta de que, por esse período, ainda não existia nenhum morador na posse de roças na barra do rio Verde nem do rio Pardo, mas que essas eram áreas infestadas pelos índios caiapós, que causavam danos consideráveis aos viajantes e mineiros que se dirigiam para Cuiabá. Sem mencionar nomes, afirma que esses nativos despovoaram todas as roças que haviam sido fundadas às margens do rio Taquari e que os pioneiros foram assassinados na sua maior parte e tiveram suas casas queimadas, o que concorreu para que abandonassem aquele sítio. O mesmo não aconteceu em Camapuã, porque os roceiros ficavam em perpétuo estado de alarme, de armas às mãos e mesmo assim, perderam mais de vinte escravos. (CAMPOS in TAUNAY, 1953).

Já em 1727, João Antônio Cabral Camello dizia que entre a barra do rio Tietê e a do Pardo havia dois moradores, nas duas margens do Paraná, abaixo do Verde. O da direita tinha roças grandes de milho e feijão, cujos produtos vendia pelo preço que impunha aos clientes.

Entre a foz do rio Pardo e a barra do Nhanduy-Assú havia duas grandes roças com grandes cultivos de feijão e bananas. Eram de Bartolomeu Fernandes dos Rios e de outro lavrador cujo nome não cita. (TAUNAY, 1953).

Um pouco abaixo do salto do Cajuru, intalaram-se mais dois moradores; na barra do Nhanduy Mirim, dois outros; e um quinto, no Pardo até o salto do Corau.

No Taquary-Mirim, vivia João de Araújo com algum roçado. Na confluência do Coxim e do Taquary existia uma roça de Domingos Gomes Belião, o primeiro homem que introduziu o gado vacum naquela região. (HOLLANDA, 1986). Mais abaixo, havia duas outras roças abandonadas devido aos constantes ataques de índios caiapós.

Esses pioneiros estabeleceram-se com sítios de cultura que tiveram grande utilidade para aqueles que se destinavam às lavras; era ali que se proviam dos mantimentos necessários, como também descansavam para se refazerem da longa jornada.

Nesses sítios, cultivava-se feijão, milho, batata, fumo, melancia, abóbora, mandioca - da qual se fazia farinha - e cana-de-açúcar, para produção de aguardente de cana e rapadura. Era comum ao sitiante criar algumas galinhas e porcos que também eram vendidos aos viajantes. Assim, essas unidades produziam todos os bens necessários ao reduto da fazenda e também para os monçoeiros que se deslocavam para Cuiabá e São Paulo.

Rodrigo César de Menezes, Governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, em viagem a Cuiabá relatou: “chegou à fazenda de Manuel Homem, no rio Paraná próximo a barra do Verde, onde se tomou algum mantimento a mão de nvº a oitava e meia, o alqueire de farinha a dose oitavas e de feijão a dez e as galinhas a três oitavas.” (MENEZES in TAUNAY, 1953, p. 104).

No curso de suas viagens e nos mais diversos sítios de que dispunham os monçoeiros, foi possível estabelecer o preço das mercadorias cobrado nos mais diversos entrepostos espalhados no roteiro Cuiabá-São Paulo:

	Roça de Manoel Homem	Roças de Bartolomeu P. dos Rios	Camapuã	Roças de Felipe de Campo – no Cuiabá	Cuiabá
	Oitavas	Oitavas	Oitavas	Oitavas	Oitavas
Mão de Milho	8.5	2	-	2	-
Alqueire de Farinha	12	-	-	-	14
Alqueire de Feijão	10	12	20	-	14
Alqueire de Milho	-	12	16 à 18	-	-
Arroba de Toucinho	-	-	32	-	-
Dúzia de Abóboras	-	1	-	-	-
Libra de Carne de Porco	-	-	15	-	-
Idem Salgada	-	-	-	-	1
Frasco de Cachaça	-	-	15	-	-
Galinha	3	-	3	-	-
Dúzia de Ovos	-	-	-	-	1 à 1.5

Fonte: (TAUNAY, 1953, p. 70).

Nesses entrepostos, estabeleceu-se uma colonização extremamente rudimentar que não podia dispensar o uso do gado vacum e cavalar, o primeiro utilizado como tração e suprimento de boca e os cavalos para o transporte e ocasionalmente para puxar carroça.

Embora não haja registros definitivos, esse gado era arrebanhado na Vacaria, na planície pantaneira, e levado até os sítios, no planalto, ora em canoas, com grande trabalho e despesa, requerendo em torno de 30 dias de navegação com dedicação exclusiva de muitos marinheiros, que conduziam muitas vezes não mais que meia dúzia de animais, e ora por terra, castigados pelos nativos que se opunham ao trânsito dos condutores.

Esses colonos, estabelecidos no planalto central do Brasil, desempenharam importante papel na disseminação do gado bovino por toda a região conhecida hoje como Vacaria. Em sucessivas expedições à planície pantaneira, reuniam pequenos magotes de bovinos e os conduziam aos

sítios onde faziam seus cultivos. Em princípio, confinados no Pantanal por limites naturais, esse rebanho contribuiu decisivamente para o surgimento das primeiras fazendas instaladas nas barrancas do Paraná, Pardo, Verde e Nhanduy-Assu.

Apesar das grandes dificuldades desse empreendimento, os sacrifícios eram sempre recompensados. Uma vez estabelecidos, os rebanhos constituíam a garantia de um cultivo de áreas maiores, de uma maior eficiência na fabricação de farinha e industrialização da cana, além da melhoria da alimentação familiar e do transporte. Porém, embora o gado se multiplicasse, aproveitando-se das pastagens naturais abundantes, há de se destacar um importante elemento nas características do solo da região que constituiu um aspecto extremamente negativo para a sobrevivência dos animais: a falta de barreiros, também conhecidos como salinas, devido ao elevado teor de cloreto de sódio, pontos procurados pelo gado que necessita de sal.

Outro fator importante do ponto de vista pedológico é que a área do planalto, à exceção de algumas manchas florestais, possui solos muito pobres, devido à quase completa ausência de fósforo, substância extremamente importante, uma vez que sua ausência reduz a eficiência reprodutiva do animal, além de impedir o melhor aproveitamento dos alimentos por eles ingerido. (VILARES, 1974).

As deficiências do gado bovino em uma região de cerrado não passaram despercebidas do primeiro Governador da Capitania de Mato Grosso, que registrou:

Sem embargo do muito gado, que há naquela fazenda [Fazenda Camapuã], como a conveniência dos donos é para os passageiros se demorarem, nunca é muito o que tem manso, e capaz de andar com os carros, os quais também ordinariamente não passam de dois os que têm cada uma das fazendas, e ainda que com o aviso, eu lhes tinha feito, estavam, mais alguns prontos, nunca pude desembaraçar-me antes de vinte de novembro, pelas muita canoas, e cargas, que houve que passar, e pela pouca força dos bois, que sem embarco de serem formosos, são necessárias três a quatro juntas para o trabalho, que faz uma dos nossos, o qual estes não

podem fazer, se não de noite, ou com muito pouco sol. (MARTINS de PAIVA, et al (org), 1982, p. 15).

A debilidade dos animais era tamanha que a variação somente era possível nas horas noturnas ou de pouco sol, sendo por isso morosa, já que eles não suportavam os rigores da temperatura e o peso da carga.

Situação semelhante viveu o Barão de Langsdorff que, em viagem a Cuiabá com o objetivo de estudar essa região brasileira, pouco antes de chegar à fazenda de Camapuã no local conhecido como Corau, enviou dois de seus camaradas até ela afim de requisitar cavalos para completar a sua marcha, porém eles retornaram sem as cavalgadas pedidas: “O comandante daquele ponto mandava desculpar-se, dizendo que não tinha animal em estado de agüentar marcha tão longa”. (FLORENCE, 1997, p. 66).

Apesar das dificuldades, o gado do planalto foi se reproduzindo e ganhando os campos nativos de pastagem. Os constantes ataques perpetrados pelos índios caiapós aos diversos núcleos instalados às margens dos rios contribuíram para que o gado ganhasse liberdade e fosse criado silvestremente.

Em documento de Manuel de Barros publicado antes de 1748, em que descreve o roteiro das minas do Cuiabá, está registrado que as roças do rio Pardo já haviam sido destruídas pelo gentio, que assassinou os moradores e queimou suas casas. Advertia que ninguém se animava a lançar roças e viver em semelhante altura, salvo se fosse algum homem de poder que vivesse muito bem entrincheirado e com muitas armas. (TAUNAY, 1953).

O mesmo aconteceu com as fazendas instaladas às margens do rio Taquari. As diversas nações indígenas - caiapós, guaicurús e até mesmo os paiaguás não permitiram a estada de brancos em seus territórios, os quais tiveram suas roças desfeitas e suas casas queimadas, como os anteriores, e muitos foram assassinados ou então fugiram.

Na relação da viagem que fez o Conde de Azambuja, Dom Antônio Rolim de Moura, da cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751, não há qualquer referência às antigas roças. Todas elas haviam desaparecido; permanecia apenas a fazenda de Camapuã.

Fator importante para o desaparecimento dos entrepostos comerciais foi a abertura, em 1736, de um caminho por terra de Goiás a Cuiabá que tornou menos freqüentada a navegação por Camapuã. Basicamente, apenas as remessas feitas pelo governo continuaram seguindo pelos rios, uma vez que os custos eram menores e o transporte mais eficiente para determinadas mercadorias mais pesadas e volumosas, como artilharia e munições.

Por outro lado, a abertura da navegação entre Mato Grosso e Pará, que se tornou importante linha de comunicação e comércio para Vila Bela e Cuiabá, constituiu em duro golpe à rota das tradicionais monções.

A nova rota permitiu o uso de embarcações maiores, e mais bem equipadas e com maior capacidade de cargas. As terras de Mato Grosso, que eram consideradas pelos portugueses como que postas no fim do mundo, pela dificuldade de seu acesso, tornaram-se mais fáceis de serem alcançadas do que as de Goiás e Minas Gerais.

A partir de meados do século XVIII, o ouro começou a declinar em Cuiabá, diminuindo, portanto, o número de migrantes que se deslocavam para as minas, o que significou o abandono quase que completo do caminho fluvial de Porto Feliz àquela cidade. O abandono da rota tradicional, que ligava o litoral àqueles longínquos sertões, teve conseqüências positivas no desenvolvimento dos rebanhos na planície pantaneira e no planalto central.

A parte meridional da Província de Mato Grosso, que constituiu rota obrigatória para aqueles que desejavam atingir as lendárias riquezas cuiabanas, praticamente desapareceu para o florescimento de uma nova via. Dessa antiga rota, que passava pelos campos de Vacaria, sobretudo na planície freqüentemente visitada por pequenos sertanejos para reunir magotes de gado e iniciar o criatório em algum lugar ou vendê-los em qualquer região onde fosse possível o comércio, esses sertanejos foram aos poucos se distanciando, buscando outras regiões onde pudessem se estabelecer.

Sem a presença do homem branco, esses animais permaneceram abandonados à lei da natureza por mais de vinte e cinco anos, sem que

houvesse grandes abates, sendo esse mais um fator que permitiu o seu rápido crescimento.

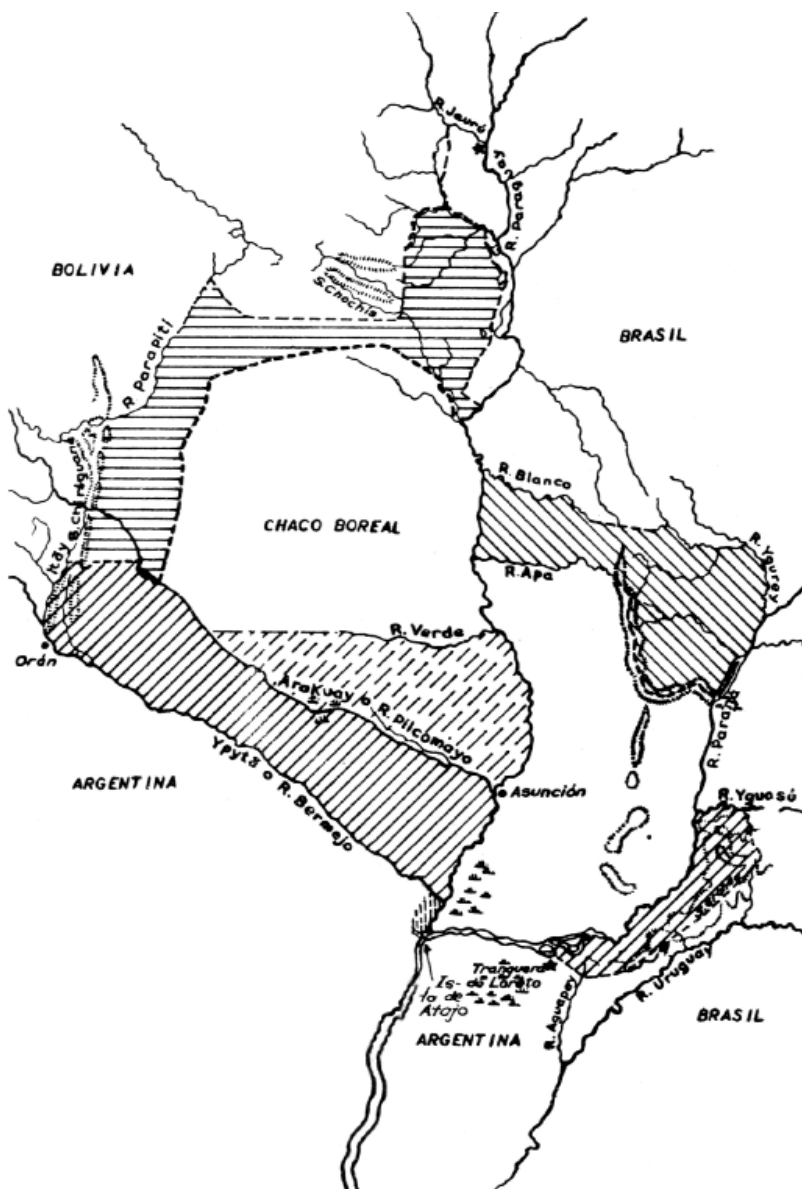
No caso do planalto, as deficiências do solo foram compensadas pela postura que adotaram os nativos da região em relação ao bovino. Os Guaraní Kayowa, hegemônicos na área, não incorporavam à sua dieta uma série de carnes, ou porque identificavam esses animais com algum antepassado ou porque teriam uma função totêmica em relação àquele grupo. Determinados macacos estavam ligados a ancestrais e alguns pássaros não eram abatidos porque eram incorporações de determinados espíritos que cultivavam. No caso do gado bovino, que não fazia parte de sua cultura, porque não existia na América, eles não o incorporaram à sua alimentação porque, sendo o boi ruminante, os naturais entendiam que ele era portador da epilepsia e, se incorporassem essa carne a sua alimentação, poderiam contrair a doença. (MARTINS, entrevista 22/09/2000).

Portanto, as novas vias de acesso a Cuiabá isolaram a parte meridional da Capitania, que raramente era visitada. Não havia um único núcleo populacional a não ser a fazenda Camapuã, o que permitiu que o gado fosse se adensando, ganhando toda a planície pantaneira.

1.7. O Papel dos Índios Mbaya-Guaikuru no Processo de Difusão do Gado Bovino no Pantanal

Os mbayas-guaikurus eram grupos caçadores-pescadores; inicialmente, como não poderia deixar de ser no período pré-colonial, pedestres, e adotaram, a partir do século XVII, o hábito cultural de domesticar e montar cavalo, o que lhes permitia deslocamentos pelo Chaco¹⁶ e Pantanal.

16 O Chaco é uma planície de bosques situada no centro sul da América do Sul que inclui parte do Paraguai, Argentina e Bolívia. Possui uma extensão territorial de 790.000 km². Geograficamente, limita-se ao sul com os Pampas; a oeste, com a região Andina; ao noroeste com o planalto de Chiquitos e velasco, e a leste, com os rios Paraguai e Paraná. (CARVALHO, in Herbets, 1988, p. 66).



Chaco onde primitivamente viviam os mbaya - guaikuru

VASCONSELLOS, Victor Natalicio. 7ª ed. Lecciones de Historia Paraguaya: centenario de la epopeya nacional. Assunción: 1978. p. 188.

Entre os séculos XVI e XVII, eram encontrados, vivendo nessa área geográfica, da mesma forma os mbayás que, assentados mais ao norte, viviam às margens ocidentais do rio Paraguai, ou seja, dentro do ambiente chaquenho, no século XVI e primeira metade do século XVII. (HERBERTS, 1988).

Antes dos primeiros contatos, na era pré-colonial, os guaicurús dominavam outras etnias de caçadores e coletores e os tradicionais agricultores, os guanás. Raramente atravessavam o rio Paraguai, a não ser em investidas esporádicas, porque essa região era habitada por outros grupos nativos, como os guaranis, guaxarapós e outros a quem faziam guerra.

As áreas em que habitavam os nativos eram, segundo as fontes documentais, extremamente inóspitas:

las tierras son en tiempo de aguas, tan pantanosas, y llenas de anegaderos, que no se pueden andar, y en tiempo de seca son tan ardientes los soles y falta de agua, que se abre, la tierra em profundas grietas, y no hay quien se atreva a andarlas, porque los caballos se ahogan de sed. (LOSANO, 1873, p. 67).

A partir do fim do século XVI, fazia parte do projeto assuncenho manter um caminho estruturado até o Peru para que se pudesse estabelecer relações comerciais mais freqüentes e romper com o isolamento a que estavam submetidos os espanhóis de Assunção.

Logo foram organizadas frentes de colonização. Colonos e jesuítas espanhóis se instalaram no Pantanal, na região do Itatim, aproveitando-se da abundante mão-de-obra guarani. Núfrio de Chaves, por determinação própria, fundou a primeira Santa Cruz de La Sierra na província dos Chiquitos e passou a pressionar as tribos chaquenhãs. As bandeiras paulistas, que desde o início do século XVII passaram a investir sobre o território espanhol em busca do indígena, depois de destruir o Guará, invadiram a cidade de Xerez e, em conluio com os xereanos, as missões do Itatim.

Esses acontecimentos constituíram fatores importantes para desorganizar completamente o quadro geográfico nativo do Chaco e do Itatim. A extinção de grupos indígenas, a destruição das missões jesuíticas

e o completo despovoamento da região do Itatim provocaram um vácuo demográfico que foi aproveitado pelos índios guaicurús e guanás, que passaram a se instalar na margem oriental do rio Paraguai, provavelmente no começo do século XVIII.

É muito difícil determinar qual era o território dos guaicurús, porque eles eram caçadores coletores (parcialmente no período colonial) e tinham uma dinâmica territorial extraordinária, o que se contrapõe ao agricultor, que se fixa em um determinado local para cuidar de sua lavoura. Eles tinham um dinamismo espacial impressionante e, à medida que adotaram o cavalo como ingrediente cultural, eles passaram a se fazer presentes em distâncias longínquas e localidades extremas, atacando na periferia de Cuiabá, em Assunção, o núcleo colonial luso-paulista no Iguatemi, a fazenda Camapuã, na cabeceira do rio Taquari. Enfim, eles percorriam toda a região entre a Serra de Maracaju e o rio Paraguai. A chamada depressão ou planície sedimentar do rio Paraguai, de Cuiabá até Assunção, era o território por onde circulavam em suas ações de pilhagem e saque, de conquista de escravos e mulheres e tudo o mais, porém eles retornavam ao território étnico, na medida em que esses lugares mais longínquos eram ocupados por outras nações indígenas rivais.

A região que vai do sul de Corumbá até o rio Apa, englobando a região do Pantanal do Nabileque, era a localidade onde os guaicurús se reencontravam para realizar suas festas, sepultamentos e tudo o mais. Era aí o coração do território deles. Era para esse local que sempre retornavam, onde ficavam suas aldeias propriamente ditas, embora falar em aldeias seja muito relativo, porque seu investimento em habitação fixa era quase nulo. O tipo de habitação desses nativos eram tendas ou barracas que eram levadas no cavalo.

Na verdade, como eram caçadores coletores, tinham o hábito de acampar onde encontravam alimento. Quando este escasseava, levantavam acampamento e mudavam para outra região. “Como sufren de falta de mantenimiento cada año mudan de lugar, llevando a hombro todos los enseres domésticos y la misma casa, que es portátil, tambien”. (MURIEL, 1918, p. 229).

Esse comportamento cultural eles não perderam e isso estimulou a adoção do cavalo, que os ajudava no transporte de grande quantidade de carga. Acima de tudo, a adoção do cavalo representou para esses índios uma arma de guerra, através da qual puderam impor vassalagem a outras tribos mais distantes. (RIBEIRO, 1977). Praticavam a guerra de emboscada, assaltos, ataques e retirada. Tornaram-se exímios cavaleiros e se apossaram de inúmeras tropas selvagens de rebanhos bovinos e cavalares. Em 1648, Antônio Raposo Tavares defrontou-se com os guaicurús e registrou que estes já criavam gado, cavalos e porcos. (BERTELLI, 1984). “Se han dedicado a criar y sostener pequenãs piaras de vacas y ovejas, pero sin hacer uso de la leche, que aborrecen, como todos los indios selvages. Poseen muchos caballos.” (AZARA, 1923, p. 58).

O comandante do forte de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado, em 1795 deixou registrado que:

Os primeiros que deram notícias destes barbaros foram os antigos paulistas; e já os encontraram senhores de grandes manadas de gado vaccum, cavalos e lanígero. /.../ os nativos usavam os animais para acometer os paulistas ou espanhóis. Quando os guaicurús os viam, ajuntavam os cavallos e bois, e cobrindo os lados, os apertavam de sorte que, com a violência com que iam, rompiam e atropellavam os inimigos e elles com a lança matavam quantos encontravam diante. (RODRIGUES do Prado, 1856, p. 27).

Francisco José de Lacerda e Almeida, que passou pela capitania de Mato Grosso, em 1780, a serviço da Coroa Portuguesa, na condição de astrônomo da comissão dos limites, corrobora com o comandante Rodrigo do Prado, ao afirmar que: “[Os Guaicurús], criam gado vacum e lanígero, perús, e cavalos que permutam por ferro e aguardente, etc., e segundo exatas informações, tiradas dos espanhóis, são muito ladrões, e a maior parte dos cavalos são furtados.”(LACERDA E ALMEIDA,1944,p.72).

Os índios, de posse do gado cavalos e bovinos, com grande poder de mobilidade, passaram a difundir tanto um quanto o outro por todo o Pantanal da Nhecolândia, do Paiaguás, do Nabileque e do Abobral. Esses

deslocamentos comuns que os guaicurús faziam com frequência, muito em função do fluxo e refluxo das águas do Paraguai, que os obrigavam a procurar os terrenos mais altos e, quando baixavam, a retornar em busca da caça, contribuiu decisivamente para que o equino e bovino fossem conduzidos por todas as áreas de atuação desses indígenas. O cavalo, como um meio de transporte mais eficiente, possibilitou ao guaicurú penetrar vastos territórios com seus rebanhos.

Nos ataques planejados que os índios guaicuruss promoviam contra paulistas e castelhanos utilizando as boiadas, muitas delas se perdiam, dando origem a novos rebanhos. Como se tratava de tribos nômades, o seu rebanho não tinha querência definida; era nômade também, certamente acompanhando o fluxo e refluxo das enchentes e as tropelias guerreiras de seus pastores. (BARROS, 1998).

A presença dos índios cavaleiros nos campos de Vacaria coincidiu com a preocupação de portugueses e espanhóis em consolidar posições nas fronteiras ocidentais.

Os espanhóis viam com temor o estabelecimento dos portugueses em territórios que pelo Tratado de Tordesilhas lhes pertenciam. Esse temor aumentou quando os portugueses decidiram-se pela criação da Capitania de Mato Grosso em 1748, com administração independente de São Paulo, dando aos governantes locais poder de decisão sobre os assuntos regionais.

Com a criação da Capitania, os portugueses desencadearam um projeto de governo que resultou no estabelecimento de presídios guardados por tropas estrategicamente situadas nos limites do Império Colonial, como o Forte Coimbra (1775), o povoado de Albuquerque depois Corumbá (1778), à margem do rio Paraguai, o presídio de Miranda, em 1797.



Vilas e Fortes fundados por determinação da Coroa Portuguesa na fronteira Oeste. MELLO, Raul Silveira de. Corumbá, Albuquerque e Ladário. Rio de Janeiro: Imp. do Exército, 1966. p. 10. Mapa Vilas e fortes fundadas pelos portugueses na fronteira oeste.

Por sua vez, os castelhanos não deixaram por menos e construíram o forte de Vila Real da Conceição, acima da boca do rio Ipané, o de San Carlos, às margens rio Apa, em 1777, e o forte Bourbon, em 1792, sobre o rio Paraguai.

Com a construção dos fortes, o Governo espanhol passou a distribuir, através de concessões, terras aos colonos, e os beneficiários, que ficavam obrigados a arcar com a defesa do território, ali foram formando

fazendas de gado e cavalos e instalando estâncias para o criatório até a calha do rio Apa na fronteira com o atual Mato Grosso do Sul, procurando, assim, consolidar a ocupação territorial.

Os ervateiros e vaqueiros paraguaios progrediam para o Nordeste e o Norte e foram explorar mate e pastagens na região das cordilheiras e da margem sul do Apa. Não raro, ultrapassando a linha do Apa, davam batidas nas manadas alçadas da região do Miranda e do altiplano vizinho. Não encontraram ali a presença de portugueses. Chegaram por vezes até Camapuã, além de que manifestavam vivo interesse em construir um forte sobre o Mondego, antigo Mbotetei. (MELLO, 1959, V. 2).

Em julho de 1797, comitiva castelhana que visitava o forte Coimbra transmitiu ao capitão Francisco Rodrigo do Prado a notícia do plano da fundação de uma vila castelhana onde antes fora a cidade de Santiago de Xerez. (ALMEIDA, 1951). Em resposta, as autoridades portuguesas passaram a estimular os índios guaicurús a se lançarem em incursões predatórias ao norte do rio Ipané-Guaçu sobre as propriedades castelhanas, onde os índios destruíram cento e tantas fazendas, apoderando-se de mais de 20.000 cavalos sic. (ALMEIDA, 1951).

Os assaltos às propriedades castelhanas continuaram, os guaicurús fizeram várias incursões conduzindo agora inúmeras cabeças de gado bovino para as proximidades do forte Coimbra, nos campos nativos de Vacaria, planície pantaneira. (BRUNO apud MAZZA, 1994).

Os portugueses não só estimulavam os ataques às propriedades castelhanas, como também interceptavam os produtos roubados pelos indígenas.

Em correspondência ao comandante do forte Coimbra, Ricardo Franco de Almeida Serra, o Governador da Capitania de Mato Grosso apresentou sugestões ao comandante de como este deveria responder aos espanhóis sobre os animais que estavam sendo comprados dos indígenas:

V.M. depois de sondar o seu ânimo, fará pelos persuadir de que com efeito só os ditos soldados têm entrado nesta pequena e insignificante negociação, e que isto longe de os escandalizar,

antes é uma das provas mais evidentes de que somos uns vizinhos justos e sinceros, pois se tivéssemos as intenções sinistras que eles nos querem atribuir, então, ou por conta da Fazenda Real, ou dos particulares, se faria negociar um grande número de animais para escitar com este interesse que os referidos índios fossem roubar, ou derrotar-lhe as suas fazendas quando para o pequeno número que os soldados tem comprado, são mais do que sobejo os que possuem e são propriamente seus, permitindo-se só debaixo desta boa fé aquelas insignificantes compras, que não podem ser objeto do ciúme espanhol.

Que o contrário até se não pode acreditar sendo não só o oposto a piedade e justiça de S.M.F e as providentes Leis que tem dado para a redução e governo dos índios, mas até seria diametralmente oposta aos fins que se propõem este Governo, o qual, querendo arranca-los das trevas do paganismo e da sua natural barbaridade, não lhes havia de inspirar ao mesmo tempo, roubos e assassinios tão incompatíveis com a Moral civil e cristã e com o intentado fim da sua civilização. (OFÍCIO Instruções de CAETANO Pinto de Miranda Montenegro para Ricardo Franco de ALMEIDA SERRA. 27/07/1797, in MENDONÇA, 1985, p. 207).

Ao se lançarem nas incursões predatórias ao norte do Ipané-Guaçu, os guaicurús deixavam suas mulheres e os filhos pequenos entregues à guarda e ao zelo da guarnição do presídio de Coimbra. (ALMEIDA, 1951). Ou seja, os ataques aconteciam sob a proteção da autoridade portuguesa. E quando os índios massacravam a população de uma aldeia espanhola e sentiam-se perseguidos, vinham se pôr sob a proteção das guarnições em solo mato-grossense. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Em correspondência para o Governador da Capitania de Mato Grosso, o Governador do Paraguai, Lázaro de Ribeira, denunciou a ação dos indígenas com suporte dos fortes portugueses:

En effecto los Establecimientos – Hespanholes han sido insultados repetidamente y os aggresores si avanzan a las maiores empresas, favorecidos dos Fuertes de Coimbra, e Albuquerque en donde no solo si les concede asilo y proteccion si no que sus Comandantes permittem a sus subditos comprar a los Yndios o fruto dos robos e rapinas que han echo em esta provincia. Apesar de um sistema

tan contrario a las justificadas intenciones de la Corte de Lisboa y a pesar de los estragos que há occasionado en esta Fronteira, pues a demas de las muertes Y atentados, q han commettidos los barbaros com infracion de la paz que havião echo com los Hespanoles, passão de tres mil caballos com crescido numero de ganado vaccunolos que nos han robado. (OFÍCIO de D. Lazaro de Ribeiro para Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 719/ 1797, in MENDONÇA, 1985, p. 214).

Estes acordos entre portugueses e os índios guaicuruss foram de grande valia para aqueles. Os índios serviam de aliados nos conflitos declarados contra os espanhóis, atacavam suas fazendas, prejudicavam e inviabilizavam seus estabelecimentos na região e até mesmo roubavam-lhes o gado, que era transportado para os fortes portugueses. Isso garantia aos lusitanos o abastecimento de carne nos períodos de maior carência. (VOLPATO, 1987). Como também, impedia a ocupação da fronteira pelos colonos de origem espanhola.

Essa cumplicidade entre os soldados e oficiais portugueses e os índios guaicuruss fica flagrante na correspondência em que o Governador da Capitania de Mato Grosso envia ao comandante do forte Coimbra:

E se o referido auxilio que lhe pedirem, for também contra aqueles capitães guaicurus, e guanás, que vivem entre mansos e pacificos, depois que V.M. lhes dar a escusa antecedentemente referida, podera acrescentar como reflexão sua que não sabe com que fundamento os espanhóis possam pretender deste governo, que lhes dê ajuda, e favor contra uns homens que reduzio com muito trabalho, e despesa da Fazenda Real, que vivem entre nós, apartados já das suas bárbaras incurções, que não são os autores dos danos praticados nas suas fazendas, pois há muito tempo nem saem da nossa companhia, e que já são contados entre o número de S.M.F, que longe de terem que requerer contra semelhantes individuos, antes julga que o GOVERNO da PROVÍNCIA do Paraguai tem muito que agradecer ao de Mato Grosso, por lhe diminuir o número de seus inimigos, fazendo eficazes diligências para reduzir a civilidade o resto da nação guaicurú. (OFÍCIO – Instruções de CAETANO Pinto de Miranda Montenegro para

Ricardo Franco de Almeida Serra, 27/10/1797, in MENDONÇA, 1985, p. 207-208).

Os portugueses também se aliavam aos guaicururus para combater outros grupos nativos. Em 1830, 8 soldados sediados no forte Coimbra, a convite de um cacique terena, viajaram durante uma semana através do Grão Chaco para conhecer as aldeias daqueles índios. Embora tenham sido bem recebidos, foram posteriormente atacados traiçoeiramente, segundo relato dos militares. Um dos soldados morreu, dois ficaram gravemente feridos e os outros foram salvos pela interferência de um cacique de uma aldeia vizinha, mas foram desarmados e despojados de tudo quanto possuíam, e só com muita dificuldade retornaram. Entretanto, como pouco tempo depois do regresso deles, tivesse vindo descansar nas proximidades do forte um grande bando de índios guaicururus, os cinco soldados imaginaram um plano para se vingar e arrancar do cativeiro dois de seus companheiros. Tendo obtido a permissão do comandante, não lhes foi difícil arrastar os guaicururus a tomar parte numa expedição semelhante à primeira. Atravessaram então de novo o Chaco e, escondidos nas matas, cercaram durante a noite o aldeamento dos terenas e investiram contra ele nas primeiras horas da madrugada, massacrando todos seus habitantes. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Em 1802, o comandante do forte Coimbra decidiu uma ação ofensiva contra o fortim de São José do Apa. Partiu então de Miranda com 54 soldados e 297 índios, todos guaicururus. Após o embate e a vitória portuguesa, os indígenas recolheram 300 cavalos do tráfego da guarnição. Do pouco gado que se achou no curral inimigo, fez-se divisão igual pelas tropas. Considerando que o imposto era de 10% e que havia 360 cabeças, 36 foram destinadas à Real Fazenda. Chamou a atenção do comandante a prática guaicururu no que concerne à divisão do botim, ou seja: a presa pertence a quem a captura, de sorte que um cativo fica com quanto apanhou e seu senhor sem coisa alguma. (MELLO, 1959, V. 2).

As investidas dos indígenas continuaram ainda mais ousadas, chegando eles, certa feita, a arrastar cerca de 3000 cabeças de bovinos e 1000

eqüinos das fazendas localizadas nas margens do rio Apa. Dessa vez, os castelhanos, prevenidos, conseguiram reaver a maioria dos animais, que já se encontravam muitas léguas ao norte do Apa. (BRUNO apud MAZZA, 1994).

A esse respeito presta importante contribuição Abílio Leite de Barros; diz ele:

Aqueles índios, que aprenderam com os civilizados o uso do cavalo como arma de guerra, tornaram-se terríveis saqueadores das Colônias espanholas, (...) de onde retiravam principalmente cavalos e gados. (...) Essa história desfez um pouco o romantismo com que costumávamos ver esses índios cavaleiros. Eram ladrões de gado e nós, brasileiros, receptadores. Isso, no distante século XVIII e começos do XIX, tempo suficientemente distante para amenizar nossa consciência. Aliás, os etnólogos nos ajudam nesse amaciamento de culpa, pois nos garantem não se tratar de roubo. Os índios, nossos ancestrais, não tinham noção de propriedade. Ótimo!. (BARROS, 1998, p 77).

Mal sabia o senhor Abílio Leite de Barros que, atrás das iniciativas dos indígenas, estavam importantes autoridades provinciais como o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro e o comandante das forças militares do baixo paraguaio, Ricardo Franco de Almeida Serra, preservado em nossa memória como o militar exemplar que deteve heroicamente o ataque espanhol de D. Lázaro Ribeiro em 1801.

Como os ataques às fazendas dos castelhanos passaram a ser comuns e inviabilizavam o projeto das autoridades espanholas de definir as fronteiras com os portugueses, aqueles passaram a organizar tropas bem armadas para repelir os indígenas. Primeiro, eles passaram a escorraçá-los e a impedir-lhes a entrada ao sul do Apa. Depois, enfatiadas com as freqüentes pilhagens e roubos de gado, as autoridades enviavam tropas de Concepcion e São Carlos com o fim de persegui-los a ferro e fogo. (MELLO, 1959, V. 2).

Entretanto, os indígenas continuavam as depredações. Valendo-se de suas habilidades eqüestres e do conhecimento dos campos de Vacaria

e da campanha, retornavam ao carcheio de gado. (MELLO, 1959, V. 2). Segundo (CASTELNAU, 1949, T. 2), era comum encontrar esses nativos na posse dos produtos subtraídos dos espanhóis.

A intensificação do roubo promovida pelos guaicurús acabou por conduzir a uma violenta repressão por parte dos castelhanos, que passaram a repelir os índios a canhoneiros.

Nos anos de 1796-1797, partiu de Concepcion o capitão D. Miguel Bañes, à frente de 120 soldados espanhóis, para castigar os indígenas. Bateu, em diversas oportunidades, os nativos que, dispondo apenas de armas primitivas, foram facilmente derrotados. Perderam 300 guerreiros, além do seu chefe João Queima de Albuquerque. (ALMEIDA, 1951).

Posteriormente, os espanhóis voltaram fortemente armados e atacaram nova maloca dos guaicurús nas proximidades do rio Mondego. O saldo foi a captura de mais de duzentos indígenas. (ALMEIDA, 1951).

D. Lázaro de Ribeira, Governador do Paraguai, enviou o coronel D. José Espinola com o único fim de restabelecer “la paz com ellos, y recuperar o mucho ganado maior que da empresa si havião llevado, ordenando-le al mismo tiempo que de nenhum modo entrasse armado em território Portugues”. (OFÍCIO de D. LÁZARO de Ribeira para Caetano Pinto de Miranda Montenegro 7/9/1797, in MENDONÇA, 1985, p. 214).

Os espanhóis invadiram o território português, armados e, contando com a complacência dos lusitanos, capturaram e mataram seus aliados, os guaicurús, sem que eles, os portugueses, em momento algum esboçassem qualquer reação para deter aquele massacre. No passado, esses nativos, ao lado dos paiaguás, haviam causado enormes prejuízos aos portugueses: “a perda de 4000 vítimas pela sua flecha e lança e o prejuízo que causaram, para mais de três milhões”sic. (RODRIGO DO PRADO, 1856, p. 45).

Em correspondência a Francisco Rodrigues do Prado, reconheceu o comandante do forte de Coimbra que:

[no ano de 1797 os guaicurús] foram inopinadamente atacados segunda vez, por um corpo de 700 espanhóis armados e que com

3 peças de artilharia encheram de terror aqueles referidos índios e assim que antigamente ali habitavam matando alguns, queimando-lhes as toldarias e estacadas; tirando-lhes muitas mil cabeças de gado que por despojo da sua devastação conduziram para perto de Vila Real. [...] Animando-se o coronel D. José Espínola, que o governo de Assunção constituiu comandante desta diligência, e chefe de tanta crueldade; o passar vinte léguas além do Mondego derramando o terror e o susto naqueles já aterrorizados e flagelados índios; o que aquele governo inda mandou repetir a 3^a expedição, (...). (Correspondência de Ricardo Franco de Almeida Serra para Francisco Rodrigues do Prado. Presídio de Coimbra, 1 de Novembro de 1797, in MENDONÇA, 1985, p. 217).

Ricardo Franco reconheceu em sua missiva que os guaicurus vinham sendo duramente castigados pelas suas incursões em propriedades castelhanas e, embora condoído, não impediu que os indígenas continuassem sendo armados para manter os ataques. “(...) que a los barbaros, que estan en medio de dos naciones civilizadas, se les dan en aquellos fuerte. [Coimbra e Albuquerque] armas y municiones, ensenandoles su manejo, (...)” (Carta de D. LÁZARO Ribeiro para Caetano Pinto de M. Montenegro 23/02/1798, in MENDONÇA, 1985, p. 225).

Ao mesmo tempo em que os portugueses armavam os indígenas, gado e cavalos por eles roubados dos colonizadores do Paraguai tinham um mercado regular em Mato Grosso.

(...) Hei de remeter algumas ferramentas, e baetas para se comprar aos índios, uma partida maior de cavalos, e como uma monção do prego está a chegar por estes dias, terei mais oportuna ocasião de comprar as referidas fazendas a melhor preço que os Armazéns Reais acham-se examinados absolutamente. Mas é preciso manjar V.M. esta negociação debaixo do maior rebuço por conta dos nossos vizinhos.(...). (Correspondência de Ricardo Franco de Almeida Serra para Caetano Pinto de Miranda Montenegro Forte Coimbra 31/06/1798, in MENDONÇA, 1995, p. 230).

Possivelmente, os portugueses temiam que a conhecida fúria dos nativos pudesse mais tarde voltar-se contra eles. Ao serem complacentes

com os ataques desferidos por seus rivais castelhanos, eles se asseguravam do enfraquecimento dos grupos e do início da sua desagregação, e, por outro lado, os ataques continuados desses às fazendas na região do Apa enfraqueciam a colonização castelhana.

De certa forma, os portugueses iam se livrando de incômodos que impediam o seu estabelecimento naquela região, sobretudo a falta de segurança para os colonos, provocada pelos vizinhos fronteiriços e pelos indígenas.

Nos campos da Vacaria, o rebanho era estímulo importante. Os estoques haviam aumentado substancialmente: devido aos assaltos dos guaicurús nas fazendas dos castelhanos no Apa, o gado havia ganhado todo o Pantanal e estava ali à espera dos pioneiros que dele ouviram falar.

Capítulo 2

O Panorama das Transformações Sociais Políticas e Econômicas no Limiar do Século XIX no Brasil e as suas Conseqüências em Mato Grosso

2.1. As Transformações Sociais Políticas e Econômicas em Meados do Século XIX no Brasil

No limiar do século XVIII, as Coroas de Portugal e Espanha ainda mantinham a maior parte de seus imensos domínios coloniais conquistados nos séculos XVI e XVII, e as relações políticas e econômicas entre eles giravam em função dos interesses da burguesia mercantil e das exigências do Estado Moderno.

A fragilidade do emergente sistema capitalista e das novas instituições estatais, nesse longo período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, que não conseguiram adequar-se rapidamente às novas formulações de produção, distribuição e consumo, determinou a aliança entre os mercadores e a Coroa, numa troca de serviços e garantias que se definiram por um sistema de monopólios e privilégios concedidos pelo Estado aos comerciantes. (COSTA, 1971).

A política preconizada pela burguesia mercantil pressupunha uma ampla intervenção estatal, seja assumindo diretamente algumas ativida-

des econômicas ou criando condições altamente favoráveis a determinados grupos, através do monopólio, assegurando a eles a exclusividade do mercado do comércio interno e externo da Colônia e da Metrópole.

Essa aliança entre burguesia mercantil e o Estado resultou na adoção de uma série de medidas políticas e econômicas que permitiu acelerar a acumulação de capital na Europa.

Esse conjunto de medidas, que visava ao fortalecimento do Estado Nacional e de um grupo de mercadores, foi chamado de Política Mercantilista.

Efetivamente, a expansão da economia de mercado para assumir o domínio da vida econômica européia, esbarrava com uma série de óbices institucionais legados pelo feudalismo; ao mesmo tempo (...), o grau de desenvolvimento espontâneo da economia mercantil não a tinha capacitado para ultrapassar os limites geográficos em que até então se vinculava o comércio europeu. A emersão dos Estados do tipo moderno rompendo essas barreiras cria condições de enriquecimento da burguesia mercantil e seu fortalecimento face às demais 'ordens' da sociedade européia. A política econômica do mercantilismo ataca simultaneamente tôdas as frentes, preconizando a abolição das aduanas internas, tributação em escala nacional, unidade de pesos e medidas políticas tarifárias protecionista, balança favorável com conseqüente ingresso do bulhão, colônias para completar a economia metropolitana. (NOVAIS, 1971, p. 50 e 51).

O mecanismo pelo qual se processou a acumulação do capital foi, sobretudo o monopólio do comércio das colônias pela metrópole: as colônias constituíam-se em mercados consumidores dos produtos metropolitanos e funcionavam como fontes fornecedoras de matéria prima e metais, se os tivessem. As colônias só poderiam comercializar com a respectiva metrópole, sendo que internamente era vedado produzir qualquer produto que concorresse com artigos metropolitanos.

O monopólio do comércio das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dêle que as colônias preenchem

a sua função histórica, isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, lhes dão sentido. (NOVAIS, 1971, p. 51).

A produção colonial, a não ser em casos esporádicos, não deveria ser transportada em navios estrangeiros, especialmente quando se tratasse de carga a ser vendida em outro país, e as mercadorias não produzidas na metrópole também não deveriam chegar às colônias em navios estrangeiros.

O comerciante metropolitano monopolizava a compra dos produtos coloniais e forçava a baixa do preço, o que lhe permitia lucros astronômicos, uma vez que no continente europeu os vendia pelo preço de mercado.

(...) reservando a si com exclusividade a aquisição dos produtos coloniais, a burguesia mercantil metropolitana pode forçar a baixa dos seus preços até o mínimo além do qual se tornaria antieconômica a produção; a revenda, na metrópole ou alhures a preço de mercado, cria uma margem de lucros de monopólio apropriada pelos mercadores intermediários: se vendido no próprio mercado consumidor metropolitano os produtos coloniais, transferem-se rendas da massa da população metropolitana (bem como dos produtores coloniais) para a burguesia mercantil; se vendidos em outros países trata-se de ingresso externo, apropriado pelos mercadores metropolitanos. Igualmente, adquirindo a preço de mercado, na própria metrópole ou no mercado europeu, os produtos de consumo colonial, (produtos manufaturados sobretudo), e revendendo-os na colônia a preços monopolistas, o grupo privilegiado se apropria mais uma vez de lucros extraordinários. Num e noutro sentido uma parte significativa da massa de renda real gerada pela produção da colônia é transferida pelo sistema de colonização para a metrópole e apropriada pela burguesia mercantil; essa transferência corresponde às necessidades históricas de expansão da economia capitalista (sic) de mercado na etapa de sua formação. (...) Estado centralizado e sistema colonial conjugam-se pois para acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil européia. (NOVAIS, 1971, p. 51-52).

Do século XVI ao século XVIII, a chamada política colonial organizou as colônias a partir de pressupostos em que suas populações nada mais eram que fontes de rendas para as metrópoles e sua burguesia comercial, grandes fornecedoras de matéria-prima e consumidoras de manufaturados.

Esse foi um período importante no qual as colônias desempenharam papel significativo, tendo o comércio lucrativo permitido a acumulação de capitais e possibilitado que uma corrente de riquezas se concentrasse nas mãos de alguns banqueiros e comerciantes europeus, riquezas essas necessárias à posterior expansão do sistema capitalista.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. (MARX, 2ª ed., 1985, p. 285, V. 2).

Na Europa, *pari e passu* ao processo de acumulação de capital, deu-se o processo histórico por meio do qual o produtor foi separado dos meios de produção e foi sendo criada uma oferta de trabalho adequada às novas necessidades da sociedade capitalista. Ai então é que começa a desaparecer o artesão; o pequeno produtor independente, que trabalhava diretamente para o consumidor, vai sendo substituído pelas grandes unidades produtoras e as manufaturas passam a reunir grande número de trabalhadores como simples assalariados e sob a direção de um patrão que dispunha do capital. (PRADO JÚNIOR, 5ª ed., 1959).

Foi no final do século XVIII e no começo do XIX, que esse fenômeno pôde ser melhor visualizado. A sociedade ocidental européia experimentou um processo de transformação estrutural e de extraordinária expansão econômica que marcou o estabelecimento do sistema capitalista como modo de produção dominante. Alguns poucos países desenvolvidos industrializaram suas economias, possibilitando assim que a burguesia, como classe social dominante, assumisse a hegemonia do poder político e dominasse a produção de riqueza, pois se tornou sua proprietária.

No século XVIII, emergiu desse processo, como grande potência do capitalismo, a Inglaterra. Embora tenha promovido a Revolução Industrial e se tornado a primeira economia do mundo, utilizando-se do protecionismo alfandegário e do monopólio comercial, quando conquistou uma base técnica muito mais poderosa, com produtividade superior à do resto do mundo, passou a exigir a redução das tarifas de importação e fim dos monopólios comerciais. Como país hegemônico, passou a agir a favor do novo sistema, e o livre comércio era apenas figura de retórica para quem podia mais naquele momento.

A burguesia inglesa percebeu que, com o fim dos monopólios e com a redução das tarifas alfandegárias, a indústria ganharia muito, já que a supremacia de sua produção exigia novos mercados, tanto para a venda da sua extraordinária produção de manufaturados¹⁷ como para obter matéria-prima, pois internamente ela possuía o básico, que era o carvão mineral e o minério de ferro, e o resto, sobretudo o algodão, ela tinha que importar. Portanto, para continuar a sua produção eram necessárias a expansão comercial e a conseqüente destruição dos monopólios.

Naturalmente, o avanço do capitalismo industrial se voltou contra todos os monopólios, cuja destruição completa apareceu como condição necessária ao seu desenvolvimento. Os impérios coloniais ibéricos, fundados puramente no monopólio, achavam-se por isso condenados a desaparecer. (PRADO JUNIOR, 5ª ed., 1959).

Em tese, ainda em princípios do século XIX, o mercado colonial continuava conservando rígido controle monopolista. Portugal desempenhava o simples papel de intermediário na circulação dos produtos, sobretudo daqueles produzidos na Inglaterra, já que o Reino não era nem consumidor apreciável dos produtos coloniais, que se destinavam a outros

17 Com a Revolução Industrial, a Inglaterra, que importava 1 milhão de libras-peso do algodão em 1701, em 1750 elevou a 3 milhões; em 1781, 5.300.000; em 1784, 11.482.000; em 1789, 32.576.000; em 1799, 43.000.000; e em 1800, 56.000.000. O mesmo ocorreu na siderurgia: a produção cresceu 10 vezes em 40 anos, enquanto a de ferro-gusa passou de 68.000 toneladas em 1788 para 1.347.000 toneladas em 1839. (IGLESIAS, 2ª ed., 1981, p. 87 e 88).

mercados, nem fornecedor dos artigos consumidos no Brasil. (PRADO JÚNIOR, 5ª ed., 1959).

No final do século XVIII, embora enfraquecido, Portugal ainda mantinha para si larga faixa do mercado colonial, que já enfrentava a concorrência estrangeira através do eficiente contrabando organizado por navios britânicos com complacência das autoridades coloniais.

No entanto, um acontecimento acelerou o processo histórico e deu o golpe decisivo no sistema de monopólio: as guerras napoleônicas que culminaram com a invasão do Reino Português e a conseqüente transferência da família real portuguesa para o Brasil sob a proteção inglesa, o que acarretou profundas mudanças no relacionamento político e econômico entre a metrópole e a colônia.

No Brasil, a primeira medida tomada por D. João VI foi a abertura dos portos em 1808, franqueando-o ao comércio internacional livre. A essa se seguiram muitas outras medidas que liberavam a produção e comércio da colônia, uma vez que a permanência das proibições era incompatível com a sua nova situação de sede da monarquia.

Pelo alvará de 01 de Abril de 1808 permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas. (...) A 30 de Janeiro de 1810 (...) autorizou todos os vassalos a vender, pelas ruas e casas, qualquer mercadoria que tivesse pago os competentes direitos. (...) O alvara de 28 de Setembro de 1811(...) declarou livre a todos comerciar quaisquer gêneros não vedados. A 11 de Janeiro [1812], (...) autoriza-se o Conselho das Fazendas a conceder licenças para o corte do pau-brasil. O decreto de 18 de Julho de 1814, permitiu a entrada de navios de qualquer nação nos portos dos Estados Portugueses e a saída dos nacionais para portos estrangeiros. A 11 de agosto de 1815, (...) [foi permitido] aos ourives trabalhar e negociar livremente com obras de ouro e prata. A série de medidas culmina com a lei de 16 de Dezembro de 1815, elevando o Estado do Brasil a graduação e categoria de Reino. (COSTA, 1971, p. 75).

A abertura dos portos brasileiros e todas as outras medidas que a ela se seguiram representaram a liberdade do produtor e do consumidor brasileiro, que daquela data em diante puderam levar ao mercado seus produtos

ou comprar de outros países sem a intermediação dos portos portugueses, chegando assim ao fim o regime de monopólio e o do pacto colonial.

Se por um lado, tais medidas representavam uma enorme concessão aos interesses ingleses, já que apenas eles poderiam comercializar com o Brasil, pois eram os únicos que possuíam uma frota marítima capaz de garantir o transporte das mercadorias com segurança, em função da guerra européia que tornava arriscada a travessia do Atlântico (RIBEIRO JÚNIOR, 1988), por outro lado, vieram atender a elite mercantil brasileira, que há muito queria comercializar livremente e gerir os seus próprios negócios, emancipar-se da tutela da administração portuguesa e absorver os lucros da exportação que antes eram carreados para a metrópole.

Os grandes proprietários rurais tinham consciência clara de que Portugal constituía um entreposto oneroso e a voz dominante na época era que a colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio. O desaparecimento do ‘entreposto’ lusitano logo se traduziu em baixa de preços das mercadorias importadas, maior abundância de suprimentos, facilidades de crédito mais ampla e outras óbvias vantagens para a classe de grandes agricultores. (FURTADO, 24ª ed., 1991, p. 116).

A derrota de Napoleão e o restabelecimento da ordem aristocrática na Europa recolocam em Portugal a discussão sobre a recolonização do Brasil. A metrópole desejava restabelecer a sua antiga condição privilegiada no comércio luso-brasileiro.

A Revolução Liberal do Porto, de 1820, embora um movimento aparentemente de cunho liberalizante, levou ao poder a burguesia comercial, que imediata e paradoxalmente convocou as cortes para a elaboração da primeira Constituição portuguesa, e o primeiro ato dos constituintes foi o de forçar a volta do monarca D. João VI a Lisboa e exigir dele a recolonização do Brasil em benefício dos interesses do comércio português.

Para a Metrópole, tratava-se de restabelecer a situação antiga de intermediária nas trocas. Para a Colônia, tratava-se de impedir que se restabelecesse aquela situação antiga. Para as forças feudais da

Europa continental, tratava-se de salvar a estrutura colonialista peninsular. Para o capitalismo em expansão, tratava-se de manter o comércio livre e de extinguir o tráfico negreiro e liquidar o trabalho escravo. (SODRÉ, 13ª ed., 1990, p. 186).

Esse propósito colonialista da burguesia portuguesa acabou por agravar as contradições entre a elite colonial e a metropolitana. Contra a recolonização se organizaram as elites brasileiras, oferecendo vigorosa reação, e desse entrechoque resultou a independência do País.

A articulação pela independência do Brasil uniu a classe dominante colonial, que “encontra, além disso, o apoio das outras classes ou camadas sociais. Ela empresa e realiza a Independência, mas no sentido de configurar o país à sua imagem e semelhança”. (SODRÉ, 13ª ed., 1990, p. 187).

Assim, ela adota os seguintes procedimentos:

- Substituiu a aliança com a nobreza mercantil portuguesa por uma aliança com a burguesia européia;
- Em consequência, conquistou a liberdade de comércio e o aparato liberal como forma exterior;
- Resistiu à pressão no sentido de liquidar o tráfico negreiro e o trabalho escravo, mantendo-os enquanto possível;
- Resistiu às alterações estruturais internas, mantendo o seu domínio social absoluto; batendo-se por um mínimo de alterações formais conservando, inclusive o regime monárquico e do titular desse regime, daí representar o Império a classe que empresa a independência. (SODRÉ, 13ª ed., 1990).

A estrutura sócio-econômica do Brasil, fundamentalmente agrário e escravista, não permitiu o desenvolvimento de uma burguesia forte. Preponderaram os grupos agrários, preocupados apenas em manter as medidas liberais concedidas por D. João VI quando este estava no Brasil, ou seja, a liberdade de comércio e a emancipação da tutela administrativa portuguesa e do fisco, mantendo porém intacta a escravidão.

2.2. O Brasil Independente

Os três séculos de domínio colonial e de monopólio comercial transformaram a economia brasileira em fornecedora de produtos agrícolas tropicais, dependente do mercado externo. Baseado no latifúndio e monocultura, o País permaneceu refém das flutuações do mercado internacional, à exceção do período de 1693 a 1780, aproximadamente, quando houve o predomínio da mineração, sobretudo do ouro.

Durante o ciclo do ouro, o açúcar brasileiro, o mais importante produto de exportação, havia perdido o mercado para o antilhano. Como de regra, no período mencionado, a agricultura experimentou um período de completa decadência, situação que se modificou sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII.

O crescimento da população européia, com o conseqüente aumento das atividades econômicas e comerciais em todo o mundo, sobretudo devido à Revolução Industrial, refletiu intensamente no mundo colonial: seus mercados se alargaram e seus produtos se valorizaram. (PRADO JÚNIOR, 5ª ed., 1959).

O complexo antilhano para a produção açucareira, montado um decênio após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, tornou-se em pouco tempo um poderoso centro que controlava grandes áreas de cultivo e possuía engenhos açucareiros de grandes proporções. Contando com uma posição geográfica privilegiada, mais próxima dos centros consumidores, e com equipamentos de última geração empregados no seu beneficiamento, dominou o mercado até que a desarticulação momentânea da sua produção, devido às lutas coloniais em torno da Revolução Francesa, e o conseqüente colapso da sua produção impulsionaram favoravelmente o açúcar brasileiro, que recuperou mercados perdidos.

Outro fator importante que estimulou a agricultura brasileira foi a procura pelo algodão. Em fins do século XVIII, as guerras pela independência dos EUA prejudicaram o fornecimento de algodão às fábricas inglesas, cabendo ao Brasil suprir as necessidades daquele mercado.

Os dados abaixo avaliam o crescimento da cultura do algodão brasileiro sobretudo no Maranhão:

Anos	Exportação
1760	130 Sacas
1770	3.511 Sacas
1780	7.414 Sacas
1790	11.321 Sacas
1800	28.789 Sacas
1810	52.460 Sacas
1820	66.619 Sacas

Fonte: (AMARAL apud PINTO, 1971, p. 129).

Estímulo no mesmo sentido recebeu o couro no início do século XIX com a crise da área platina ligada ao movimento de independência. O “embargo act” americano, de 1807-1808, e a nova guerra dos Estados Unidos com a Inglaterra, de 1812 a 1814, incrementaram também a exportação de couros, algodão, fumo e cacau. (SIMONSEN, 1937, p. 301, T. 2).

Outro produto que teve sua produção ampliada foi o arroz, que mereceu a atenção da Coroa para protegê-lo da concorrência exterior. D. Maria I, por alvará de 24 de julho de 1781, “proibira a entrada de arroz que não fosse produzido em territórios portugueses”. (SIMONSEN, 1937, p. 299, T. 2).

Esse renascimento da agricultura, no entanto, foi algo apenas circunstancial e de curta duração. O fim das guerras napoleônicas e o restabelecimento da paz na Europa restringiram os mercados para os produtos brasileiros, reduzindo drasticamente as exportações, além de fazê-los voltar a enfrentar a concorrência das áreas que tiveram suas economias afetadas pelo processo de independência ou pelas guerras.

O açúcar sofreu a concorrência do novo grande produtor, Cuba, e do açúcar extraído da beterraba, que em 1860 já supria 25% do consumo mundial, em 1882 atingia 50% e em 1900, 75%. (SODRÉ, 1958). Aliada à concorrência externa havia ainda a baixa produtividade da agricultura brasileira, sobretudo a açucareira.

Fenômeno semelhante enfrentou a cultura do algodão em virtude do fim das guerras pela independência nos Estados Unidos e pela retomada da produção naquele país. As exportações para a Inglaterra, que chegaram à casa de 48.279 sacas em 1820, despencaram para 26.364 em 1821. (PINTO, 1971, p. 131). O clima mais propício para o desenvolvimento dessa cultura, a facilidade de plantações em larga escala, a menor distância dos mercados consumidores, a inversão de capitais ingleses – os grandes consumidores do artigo – e as invenções de ordem técnica ali verificadas colocaram os colonos americanos em situação privilegiada. (SIMONSEN, 1937, T. 2).

O mesmo aconteceu com o arroz e o couro. No caso do primeiro, a produção da Carolina, nos Estados Unidos, voltou à normalidade no começo do século XIX e desalojou do mercado o seu concorrente brasileiro, enquanto que o segundo produto ressentiu-se da concorrência da produção platina. (PINTO, 1971).

Temporariamente, os produtos tradicionais da agricultura brasileira se beneficiaram de uma conjuntura favorável e recuperaram espaço no mercado externo, sobretudo com a elevação dos seus preços. Esse surto de prosperidade, todavia, foi de curta duração, uma vez que o País enfrentou sérias dificuldades econômicas nos primeiros anos como nação independente.

Essa crise geral da agricultura tradicional brasileira se estendeu de 1821 a 1850 e foi marcada pela redução dos preços dos produtos exportáveis, com a conseqüente queda das receitas, e pela dependência financeira em relação à Inglaterra, herança dos tempos coloniais.

A situação de predomínio dos ingleses sobre Portugal e suas colônias foi consolidada no Brasil com a assinatura do tratado de 1810. Por ele, os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas foram fixados em 15%; para os produtos portugueses em 16%; e, para os produtos de outras nações, em 24%. Assim, Portugal pagava mais do que a Inglaterra para comercializar com a sua própria colônia (MENDES JÚNIOR et al 2ª edição, sd.).

Os ingleses, detentores de uma base técnica muito superior à dos demais países e em condições de enfrentar com muita vantagem a concorrência portuguesa, usufruíam ainda de uma taxa alfandegária que lhes dava o domínio absoluto do comércio do império lusitano. As consequências disso foram desastrosas para a economia brasileira, pois o barateamento dos produtos ingleses e a facilidade de sua importação logo contribuíram para o crescimento da remessa de todo tipo de manufatura britânica para o Brasil.

O tratado ainda arruinou a nascente manufatura nacional, que surgiu após a revogação do decreto de D^a. Maria I, o qual proibia a instalação de indústrias no Brasil. Ficou o País, assim, condenado por muitos anos a um desenvolvimento cuja orientação era exclusivamente agrária e voltada a atender os mercados europeus. Naturalmente, não foi essa a única razão do retardamento do surto industrial brasileiro, mas a redução das tarifas contribuiu para liquidar as iniciativas industriais.

O aumento das importações coincidiu com a substancial redução das exportações de produtos nacionais, e, como resultado, a balança comercial tornou-se deficitária. Na década de 20 do século XIX, a crise agravou-se ainda mais, agora devido à guerra da Cisplatina (1825-1828). Para fazer frente às despesas, o Novo Estado lançou mão de empréstimos junto à Inglaterra, pagando juros altíssimos e com isso limitando ainda mais a autonomia do Governo brasileiro.

Empréstimos externos brasileiros (NORMANO, 1939, p. 211):

Anos	Valor nominal	Taxa	Fim a que se destina
1824	L 1333,300	5	Cobrir déficit da dívida flutuante e amortizações de empréstimos anteriores
1825	L 2352,900	5	Idem – Juros e amortização
1829	L 769.200	5	Idem
1839	L 411.200	5	Idem
1843	L 732.600	5	Idem
1852	L 1.040,600	4,5	Idem

Os déficits orçamentários contínuos que o País enfrentou desde 1808, quando da transferência da Corte Portuguesa, foram pagos recorrendo-se a empréstimos, deixando-se de honrar compromissos assumidos, ou emitindo-se papel-moeda sem lastro ou ainda mantendo-se em atraso o pagamento dos funcionários públicos. Para atenuar a crise da balança comercial, o Governo introduziu um imposto de 8% nas exportações, reduzindo assim os lucros da classe dominante.

Essa situação refletiu negativamente, provocando descrédito público, desvalorização da moeda, inflação e encarecimento do custo de vida. Todos eles, cada qual com a sua cota própria, contribuíram para agravar ainda mais o geral desequilíbrio da vida econômica do País. (PRADO JÚNIOR, 5ª ed., 1959).

A rotineira escassez de recursos financeiros, justamente nos primeiros anos após a conquista da independência política, criou um clima de insatisfação entre as províncias e o Governo central. As revoltas foram se sucedendo e, duas décadas após a independência, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso enfrentaram conflitos internos que nada mais eram do que um reflexo do processo de empobrecimento do País e que levaram o primeiro Reinado à derrocada econômica.

2.3. Os Reflexos da Crise Econômica do Primeiro Reinado e o Desenvolvimento da Pecuária no Norte de Mato Grosso

A notícia da Independência do Brasil só chegou à Capitania de Mato Grosso em 22 de janeiro de 1823, pouco menos de cinco meses após a sua proclamação, tendo sido ruidosamente comemorada. (CORREIA FILHO, 1969).

Já no final do século XVIII, o esgotamento das minas de ouro era progressivo e a Capitania havia entrado em acentuada decadência econômica. Os diamantes, explorados desde 1805 no distrito de Diamantino,

não conseguiram apresentar-se como alternativa econômica, e já em 1825 essa atividade se encontrava em franca decadência. O momento era de extrema dificuldade: as receitas eram inferiores às despesas e as rendas públicas iam diminuindo *pari e passu* à produção das minas. A decadência material era visível, sendo marcada pelo deslocamento de capitalistas e de mão-de-obra escrava para além dos limites de Mato Grosso. Transparece, cristalinamente, que tal deslocamento decorreu da necessidade de desmobilizar capitais da atividade mineira para sua aplicação em outros ramos de produção. Entre 1819 e 1828, o número de escravos retrocedeu de 14.180 para 12.715. (ALVES, 1985).

Em 1828, a província enfrentou sérios problemas com contínuos déficits em suas finanças:

Receita Total	32.644\$020
Despesa Total	102.135\$050
Déficit	69.490\$430

Fonte: (D'ALLINCOURT, 1881, p. 186, V. 3).

A escassez de ouro e de diamante criou um quadro desolador na Capitania que, a exemplo de outras partes da Colônia, passou a depender das remessas da administração central para fazer frente às suas despesas e só assim garantiu a sua sobrevivência.

Essa diferença entre despesa e receita atingiu um ponto em que os funcionários públicos civis e militares vendiam o direito de receberem seus salários atrasados com deságio de até 90% do valor, o que os obrigava a terem uma segunda atividade que pudesse garantir a sua sobrevivência. (CORREIA FILHO, 1969).

À medida que os salários atrasados iam se acumulando, surgiam novas idéias que iam sempre ao encontro dos interesses dos grandes comerciantes, em detrimento dos trabalhadores civis e militares. Foi implantada pelas autoridades provinciais uma espécie de tráfico, com a permuta do soldo por peças de tecido, mediante recibos comprobatórios, que

tornavam seus detentores credores da Fazenda Pública. Alguns desses compradores doavam o total de documentos adquiridos para a Fazenda Pública a fim de receberem honrarias e títulos; outros obtinham, através do seu prestígio, o resgate integral dessas dívidas, com grande margem de lucro. (CORRÊA, 2000).

A maneira encontrada pelo Governo imperial para financiar o déficit da balança comercial foi a emissão do papel-moeda e a elevação dos preços dos produtos importados, provocada pela desvalorização da moeda. Essas medidas atingiram especialmente a população urbana, pequenos comerciantes, empregados públicos e do comércio e militares, que tiveram drasticamente reduzido seu poder de compra. (FURTADO, 24ª ed., 1991).

Esse conjunto de medidas, que visava sobretudo reduzir as importações, elevou a taxa de inflação, promoveu um rápido empobrecimento das camadas médias urbanas e exacerbou o ódio contra os portugueses, sobretudo aqueles que eram comerciantes, responsabilizados pela população pelos contínuos aumentos de preços dos produtos.

Em Mato Grosso, um pequeno grupo de comerciantes portugueses remanescente da extinta estrutura colonial monopolizava a política e o comércio e detinha os melhores cargos e empregos públicos; ainda desse grupo se recrutavam os administradores locais, como também dali saíam os representantes do povo às Câmaras Alta e Baixa do Congresso.

Esses comerciantes, dispondo de capital suficiente para investir, adquiriam toda a mercadoria que tivesse aceitação comercial, nos portos fluviais ou mesmo direto dos produtores, para revendê-la à população urbana com alta margem de lucro. Isso redundava em verdadeiro monopólio comercial, encarecendo os gêneros que constituíam a base da alimentação da população pobre da província, como milho, farinha, arroz, toucinho, feijão. (CORRÊA, 1976).

Era natural, portanto, que entre a população assalariada, pequenos e médios comerciantes e militares se professasse uma profunda insatisfação com aqueles que detinham o poder local, porque era a eles atribuída a culpa por todos os males que afligiam as classes média e baixa. À me-

dida que a crise ia se ampliando, os comerciantes portugueses (brasileiros adotivos) passaram a ser identificados com ela e a enfrentar renhida resistência por parte da população urbana. No ano de 1831, sucediam-se manifestações em Mato Grosso, de civis, soldados e oficiais inferiores pedindo a demissão dos brasileiros adotivos dos empregos públicos, reivindicações essas não atendidas.

Em uma região em contínuo processo de decadência, os estrangeiros – ou os “de fora”, como eram chamados – eram encarados como concorrentes, aqueles que tiravam dos nativos as oportunidades de trabalho e emprego e que, também por isso, eram duramente combatidos.

Diante da nova situação menos promissora, a economia produtora mato-grossense foi obrigada a lançar mão de novas alternativas, buscando produtos que pudessem encontrar o caminho da exportação e devolver o equilíbrio às finanças públicas.

Em 1802, estando em Cuiabá como enviado da Coroa Portuguesa, o padre José de Siqueira, Professor Real da Filosofia Racional e Moral da Vila de Bom Jesus de Cuiabá, elaborou um longo relatório sobre a situação da mineração na Capitania, criticou a ausência de tecnologia, apresentou alternativas para melhorar o desempenho da extração do metal e por fim revelou:

Estão as Minnas cansadas; os seus jornaes já não cobrem as despezas do ferro, asso, alimento e vestuario dos escravos e porisso o mineiro já desesperado se passa a lavrador ou creador de gado, ou erije hum engenho d'aguardente e assucâres: p.m onde se poderá dispor, e qual o equivalente para formar a troca que se chama compra e venda. (SIQUEIRA apud HOLANDA, 3ª ed., 1990, p. 129).

A redução drástica da produção das minas e a impossibilidade da troca a que se referiu o enviado real estimularam o minerador à busca de outras alternativas que pudessem garantir o seu sustento. Nessa procura, incentivou-se a extração da ipecacuanha, exportada, “desde 1830 até os dias de hoje, para os laboratórios farmacêuticos europeus”. (AYALA & SIMON, 1914, p. 259). Na área mineradora nos arredores de Cuiabá,

já desde o século XVIII, existia uma insipiente, mas expansiva, economia agropecuária destinada ao abastecimento regional, como ocorreu em Goiás e principalmente em Minas Gerais. (MAMIGONIAN, 1986).

As novas alternativas econômicas se desenvolveram em grandes propriedades territoriais e aos poucos tomou para si um número cada vez maior de atividades: “nessas unidades as matérias primas passaram por todas as fases até o preparo definitivo para o consumo da população que ali vivia, tudo se obtinha dentro dos limites da unidade autônoma, conhecida como complexo rural.” (PAIM, 1957, p. 17).

O complexo rural inicialmente se organizou como atividade complementar a mineração, e essa economia foi então se desenvolvendo para produzir uma oferta de bens de consumo que pudesse atender a todos aqueles que estavam envolvidos na atividade principal que era a mineração. Enquanto o ouro e o diamante eram encontrados abundantemente, e tendo eles alto valor de troca, muito daquilo consumido internamente era adquirido dos comerciantes portugueses. À medida que a crise foi se ampliando, sobretudo com o encarecimento dos produtos importados, paulatinamente foi se desenvolvendo um processo substitutivo de importações no interior dessas propriedades: comprava-se apenas aquilo que não era possível produzir internamente, como prataria, louça, ferragem, etc.; o restante, muito rapidamente, passou a ser produzido nas grandes propriedades, geralmente artigos de consumo, com emprego de técnicas extremamente rudimentares.

O mercado externo não proporcionou recursos suficientes para a compra dos artigos de consumo dos quais necessitava a população. Em consequência, voltava-se à produção direta, a fim de se superar este obstáculo, promovendo no seio da agricultura as atividades manufatureiras. Cada fazenda era uma unidade econômica autônoma, e, como o sistema era adotado por todas as fazendas, as unidades autônomas constituíam então a base da economia brasileira, na qual preponderava o setor natural da produção. (PAIM, 1957).

Esse modelo de economia de autoconsumo se desenvolveu em algumas regiões de Mato Grosso e, no século XIX, combinou caracterís-

ticas de auto-abastecimento com alguma finalidade mercantil, não deixando de ser retratado pelos viajantes que galgaram a região no início do século XIX. Referindo-se à fazenda Jacobina, o desenhista da expedição de Langsdorff deixou registrado: “Grandes armazens, quatro engenhos de assucar, dois tocados à água e dois por bois, uma olaria, uma machina de soccar, milho, ranchos, tudo isso dava ao estabelecimento as apparencias de uma aldeã.” (FLORENCE, 1875, p. 241).

Francis Castelnau, na década de 40 do século XIX, dá mais informações a respeito da fazenda Jacobina. O principal cultivo era o da cana-de-açúcar, da qual se extraía a aguardente. Cultivavam-se, ainda, mandioca, milho, feijão, banana, arroz, algodão, fumo, além de produzir-se tecido de algodão e manter-se um importante criatório de gado bovino, suíno e de aves. (CASTELNAU, 2000).

Essas propriedades, estabelecidas nas proximidades dos centros urbanos, garantiam uma produção regular de gêneros, desde alimentos até tecidos, que eram absorvidos pela população.

Em 1828, Luis d’Allincourt registrou o grau de expansão da economia pastoril mato-grossense: “na capitania mor do Diamantino constatou 46 sesmarias, quasi todas destinadas à lavoura, como as de Matto Grosso (...), em Cuiabá averbou 317 das quaes 92 são unicamente destinadas a criação de gado vacum e cavallar.” (D’ALLINCOURT apud CORRÊA FILHO, 1926, p. 18).

Do resumo do seu recenseamento, que estava muito aquém da realidade, registrou:

Localidades	Fazendas de gado grandes e pequenas			
	Número	Total das cabeças	Produção Anual	Nº de rezes que anualmente vão aos cortes públicos
CUIABÁ	51	161.416	40.300	995
DIAMANTINO	6	1.817	354	370
MATTO GROSSO	7	9.120	1.900	375
TOTAL	64	172.353	42.854	1.740

Fonte: (D’ALLINCOURT apud CORRÊA FILHO, 1925, p. 20).

Dessas propriedades, algumas se sobressaíam. Era o caso da Jacobina, a mais rica fazenda da província, com área de quatro léguas em quadra, das quais dois quartos, quando muito, eram cultivados; o resto era composto de florestas virgens, lizeiras e pastaria. Duzentos escravos de trabalho dos dois sexos e sessenta crianças formavam a escravaria; mas havia quase igual número de gente forra, entre agregados, crioulos, mulatos e índios, que trabalhavam mais ou menos para si, ou pagos pelo proprietário da terra, no imóvel havia em torno de 60.000 rezes: a maior parte em estado selvagem. (FLORENCE, 1875).

Desde 1830, havia um comércio regular entre Cuiabá e a costa. Os comerciantes dispunham de quinze tropas, variando de 50 a 200 animais cada uma, que faziam o intercâmbio pelo caminho de Goiás. No lombo deles, exportavam o couro do gado vacum, peles de onça e de veados, ouro em pó, diamantes e ipecacuanha. Da costa vinham o vinho, sal, pólvora, chumbo, azeite e equipamento para engenho de açúcar. (CASTELNAU, 2000).

O principal excedente dessa economia foi o gado bovino, pois havia um grande volume dele em torno de Cuiabá vivendo de forma extensiva, disponível para a comercialização.

Pertencentes a grandes fazendeiros que não eram forçados financeiramente a vender toda a produção anual, a pecuária se expandiu parcialmente, independente do mercado favorável, com grandes áreas de pastagem natural, custos de produção insignificantes, quase nenhuma mão-de-obra, terras geralmente obtidas através de doações feitas pelo Estado e providas de salinas naturais ao sul e sudoeste de Cuiabá. Sendo assim, desde o século XVII, à medida que o mercado não absorvia a produção anual, o rebanho crescia geometricamente. (MAMIGONIAN, 1886).

Com os grandes estoques de bovinos que se formaram em Cuiabá e seus entornos, a partir de 1832, esforços foram feitos no sentido da construção de uma picada que possibilitasse aos pecuaristas vender seus excedentes. O caminho, concluído somente em 1835, bordejava o sopé

da serra de São Lourenço, transpunha o Piquiri, donde rumava para as cabeceiras do Sucuriú e ao Paranaíba e, após a travessia deste, continuava até Uberaba, cidade mineira que tradicionalmente se dedicava à pecuária. Por essa via, entraram pela primeira vez suínos tangidos de Uberaba, em vara de 70 cabeças, além da tropa de bestas de Manuel Bernardo, que em troca conduziu boiadas de fazendeiros cuiabanos, inaugurando assim o intercâmbio que se intensificou mais tarde. (CORRÊA FILHO, 1969).

Essa economia agropecuária que se formou e desenvolveu nos arredores de Cuiabá e se fortaleceu ganhando grande importância no contexto urbano, devido a um intenso processo de substituição de importação, deu origem a uma poderosa oligarquia rural, uma nova elite, composta pelos proprietários rurais e que, fortalecida, passou a lutar pelo poder político.

Essa oligarquia proprietária de terras e de grandes rebanhos bovinos, já fortalecida, não identificada com os comerciantes que detinham a hegemonia regional, empunhou a bandeira nativista com acentuada aversão aos portugueses e se contrapôs a eles. Entendia que não tinha mais que se submeter ao antigo grupo dominante, remanescente dos tempos coloniais. Queria o aparelho do Estado para si e ofereceu seus quadros dirigentes para a condução dos negócios públicos. Entretanto, os “adotivos” lutavam para manter-se no poder, embora sobre eles tenha recaído a culpa por todas as dificuldades pelas quais passava a Província de Mato Grosso, pois nessa luta da classe dominante pelo poder político e econômico o povo não ficou indiferente, tendo sido facilmente cooptado pela oligarquia nativa. As dificuldades econômicas a que estavam submetidos os trabalhadores das cidades, civis e militares, e o conjunto da sociedade da província, em oposição a um pequeno mas poderoso grupo mercantil, fizeram com que eles identificassem os comerciantes como seus adversários. A elite nativista, então, encontrou na situação social da arraia miúda o estímulo necessário para a propagação de suas idéias contra o grupo dominante.

Os nativistas fundaram seu partido político em Mato Grosso, que se caracterizou pela heterogeneidade de seus membros, pois reunia em suas fileiras desde pessoas da mais alta projeção, como comerciantes, proprietários rurais, profissionais liberais, professores de lógica e de primeiras letras, até militares de baixa patente e a população em geral. Eram os Zelosos da Independência. (CORRÊA, 2000).

Esse grupo, no seu núcleo mais moderado, lutava pela preservação do sistema monárquico da ordem e tranquilidade pública com a preservação da monarquia e pelo afastamento dos portugueses e adotivos dos cargos públicos e da condução política da Província.

Os Zelosos da Independência também abrigavam em suas fileiras um grupo mais radical, que desejava a República e que a Província fosse governada por elementos nativos. Não aceitava Presidentes nem comandantes de armas nomeados pela Regência. (SIQUEIRA, 1992).

Do outro lado, e em oposição aos nativistas, estavam organizados os adotivos, que lutavam pela manutenção dos privilégios alcançados no período colonial e que para tal fundaram o Partido Caramuru, organizado junto à Sociedade Filantrópica, que reunia a classe dominante local, sobretudo os comerciantes.

Refletiu em Mato Grosso, logo após a Independência e no período que a ela se seguiu, a situação nacional, em que caramurus e liberais promoviam intensos debates em torno de qual forma assumiria o Estado nacional nascente. Os primeiros pregavam o retorno ao absolutismo e a restauração das duas Coroas; já os segundos, no seu grupo hegemônico, manifestavam-se pela manutenção do livre comércio e da escravidão.

À medida que a crise ia se ampliando, naturalmente acirravam-se as discussões e conseqüentemente o ódio contra os portugueses, os quais, na sua maioria comerciantes, eram responsabilizados por todos os males que afligiam o povo. Nas mais diversas províncias do Império explodiam manifestações armadas das quais, as mais importantes foram:

Movimento	Ano	Província
RUSGA	1834	MATO GROSSO
FARROUPILHA	1835	RIO GRANDE DO SUL
CABANAGEM	1835	PARÁ
SABINADA	1837	BAHIA
BALAIADA	1838	MARANHÃO
PRAIEIRA	1847	PERNAMBUCO

No caso de Mato Grosso, a rebelião reconhecida como Rusga foi deflagrada na noite do dia 30 de maio de 1834 e durou alguns meses. Ela marca o triunfo do movimento nativo local e a completa desarticulação das forças tradicionais, representadas pelos comerciantes portugueses, com importantes desdobramentos para o futuro da Província.

A radicalização foi possível quando chegou ao exercício da Presidência da Província, em 28 de maio de 1834, João Popino Caldas, um dos inspiradores do movimento contra os “bicudos”, alcunha pejorativa dada aos portugueses. (PÓVOAS, 1995, V. 1).

O movimento nativista, que tinha sido acolhido em vários setores da sociedade – quartéis, câmaras, profissionais liberais, professores – passava a ser difundido dentro da administração provincial. Sentindo-se fortalecidos pela cobertura que significou a ascensão daquele caudilho ao poder, na noite de 30 de maio de 1834, sob o comando de lideranças da Guarda Nacional e contando com a adesão popular, os nativistas tomaram o quartel dos guardas municipais, apoderaram-se das armas e munições, saíram às ruas e começaram a trucidar os portugueses.

A disseminação da violência dirigida contra os portugueses pareceu incontrolável, e uma onda de saques, perseguições e mortes se estenderam por dias seguidos, alcançando diversas regiões da Província. (NOVIS NEVES, 1988).

Os amotinados cometeram atrocidades inauditas: cortaram as orelhas e partes pudendas das vítimas, queimaram cadáveres, violaram esposas, além de outros atos de selvagerias. (BARÃO DE MELGAÇO, 1949).

A revolta nativista foi vitoriosa e, restabelecida a normalidade, a facção dos comerciantes portugueses foi subjugada completamente, a quem a elite emergente substituiu à frente dos negócios públicos e do comando militar da Província, cujas finanças, no entanto, ficaram mais combalidas ainda. Em 1836, o orçamento previa despesas de 69.673\$000 para uma receita de 17.132\$000, apesar de a arrecadação do ano anterior ter sido de apenas 4.742\$000. (CORRÊA FILHO, 1969).

Os portugueses tiveram suas casas comerciais invadidas e saqueadas, muitos morreram e muitos outros fugiram, promovendo uma grande evasão de capitais para outras províncias. Além disso, logo se iniciou um processo repressivo cujo interesse mais premente não era o de levar a julgamento os responsáveis pela rebelião, mas apenas afastá-los rapidamente do cenário político mato-grossense. (CORRÊA, 2000).

Assim foi que, não mais podendo permanecer no norte e sob pena de perseguições, alguns portugueses embrenharam-se para o sudoeste de Mato Grosso, fronteira distante onde havia muita terra devoluta, grandes manadas de gado alçado e possibilidades de enriquecimento.

Capítulo 3

O Sul de Mato Grosso no Século XIX no Olhar dos Viajantes

3.1. A Fronteira na Primeira metade do Século XIX

Desde o século XVI, a parte meridional do velho Mato Grosso vinha sendo utilizada como rota para as bandeiras paulistas que haviam penetrado nesse território para prear os índios e conduzi-los para São Paulo na condição de escravos, já que as fazendas ali organizadas produziam trigo em larga escala para o mercado da Colônia e também da Metrópole. (MONTEIRO, 1994). A partir do princípio do século XVIII, aumentaram as incursões nessas terras, que foram vasculhadas pelos mamelucos paulistas, em busca do indígena, até que, por um golpe de sorte, descobriram ouro no norte, na Cuiabá de hoje. Com isso, estabeleceu-se a primeira colonização permanente em Mato Grosso. Para o extremo oeste do Brasil, se voltaram as atenções da Coroa e para lá afluíram milhares de pessoas, de posse de seus escravos, de onde extraíram grandes quantidades de ouro. A parte meridional da Capitania continuou como área de passagem viável dos paulistas que se dirigiam às minas de ouro em Cuiabá.

A ameaça do avanço castelhano pela América portuguesa, sobretudo pelas regiões produtoras de metais, levou o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, em 1770, a promover a demarcação e ocupação das fronteiras.

Consoante a análise de Lourival Gomes Machado, essa política mostrava-se muito fiel ao conceito de soberania como o constante e real domínio de um espaço geográfico bem demarcado, pois outra não era a noção de território nacional adotada pelo despotismo esclarecido. (MACHADO apud KOK, 1998, p. 295).

A intenção era a de formar colônias com soldados e suas famílias e, quando possível, estimular a aproximação, a amizade e o casamento com as nativas, com o objetivo de aumento da população e, conseqüentemente, ocupação territorial.

Em consequência dessa política e da posição de Mato Grosso em relação às terras espanholas, na segunda metade do século XVIII, vários fortes (guarnições militares) foram construídos às margens dos rios, ao longo da fronteira: Príncipe da Beira, no Guaporé; Coimbra, Albuquerque e Corumbá, no Paraguai; o Miranda, no Miranda, e o Iguatemi, no rio homônimo, de forma que, em uma fronteira com mais de 500 léguas, havia seis pontos inseridos numa demografia humana nativa já bastante desestruturada nas suas formas tradicionais de ocupação de espaço. A fronteira sudoeste no Vale do Paraguai foi a que recebeu maiores atenções, devido a sua vulnerabilidade e por se avizinhar com a Província do Paraguai. (ALMEIDA SERRA, 1975).

Embora a população fronteiriça vivenciasse períodos de extrema insegurança, sob constantes ameaças de invasões, a Coroa Portuguesa nunca apresentou um projeto estratégico de ocupação que incorporasse trabalho produtivo e abertura de propriedades com produção regular e contatos comerciais com o mundo exterior. Somente algumas fazendas nacionais foram estabelecidas em Mato Grosso no fim do século XVIII e início do XIX por iniciativa governamental. Eram elas, a Fazenda Caiçara, Casalvasco e São Lourenço no norte do Pantanal, atual Mato Grosso, e Miranda, Betione, Poeira e Albuquerque no sul, essas montadas com o gado alçado. A intenção era a de estabelecer a soberania portuguesa na borda das regiões ainda em disputa, apesar da existência dos tratados desde 1750 que delimitaram as posses de ambas as coroas, e também a de fornecer suprimentos aos soldados dos fortes.

No sul, a fazenda Nacional de Albuquerque, próxima do rio Paraguai, abrigava expressivo rebanho bovino, desde sua fundação em fins do século XVIII. O mesmo aconteceu com as fazendas fundadas na região de Miranda.

Em fins do século XVIII e começo do século XIX, os contingentes militares do Governo central, instalados ao longo da fronteira meridional, mal cumpriam o seu papel de resguardar a integridade territorial.

No limiar do século XIX, as principais nações européias, sobretudo aquelas que promoveram as suas revoluções industriais, procuravam acompanhar os processos de independência na América, não deixando de intervir em seus destinos, já que estavam interessadas na completa destruição do sistema colonial, contribuindo assim para o nascimento de novas nações que, sem a intermediação de uma metrópole qualquer, iriam se inserir em uma nova ordem da história mundial.

Por essa época, representantes das diversas potências européias, religiosos, naturalistas, viajantes mantiveram seus respectivos governos informados dos acontecimentos que se desenrolavam nas novas nações, além de revelar o que essas terras guardavam em suas entranhas.

A motivação destas expedições pela América do Sul, como a do Barão Gricory Ivanovitch Langsdorff (1825-1829) às províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará. A motivação desta expedição, como as anteriores Spix e Martius 1821, (Saint Hilaire) (1822), [CASTELNAU, 1845], e mesmo das que ocorreram durante todo o século XIX em várias partes do mundo, estava na busca do conhecimento da natureza, população e riquezas minerais de regiões disponíveis, tão necessário para a dominação e exploração pelas nações imperialistas emergentes do espólio deixado pelo processo de desagregação dos impérios coloniais. (CORRÊA, 1999, p 20).

Mato Grosso foi alvo da atenção de alguns deles, sobretudo Francis Castelnau e Langsdorff; Hércules Florence, que acompanhou o segundo; Luis d'Allincourt, oficial de engenheiro português; todos eles chamaram a atenção para os principais núcleos e fazendas fundadas aqui e deram

informações preciosas sobre as populações que abrigavam, como viviam, o que e como produziam, o que e com quem comercializavam e também sobre os rebanhos eqüinos e bovinos.

Luis d'Allincourt, que visitou a banda meridional da Capitania de Mato Grosso em 1825, a respeito do forte de Miranda deixou registrado que era:

(...) um reduto quadrado, de 45 braças de lado, fechado por uma trincheira de terra socada entre duas estacadas, com uma pequena banqueta, e com os Quartéis, e Armazens, feitos com pouca estabilidade, e dispostos paralelamente às faces do Reduto, e tão próximos à trincheira, que não deixam capacidade bastante para manobram os defensores desafrontadamente: no interior tem uma praça também quadrada, no centro da qual se construiu depois um poço: o paiol acha-se a meio da face, que olha para o Ocidente; é uma pequena casa coberta de telha, assim como o Armazem, Capela e Quartel do Comandante todos os mais Quartéis são cobertos de capim. Pelo tempo adiante construiu-se, a meio de cada face, um Redente, que por sua pequena capacidade, é quase inútil para aumentar a defesa: não tem fôssco e somente, para supri-lo, há uma cava de 3 palmos de profundidade e 12 de largura: tem dois portões, o principal na face para a parte do Rio e o segundo na oposta, que deita para um largo espaçoso, ornado de algumas casas, que todos têm quintais com bastantes laranjeiras; ambos os portões são descobertos. (D'ALLINCOURT, 1975, p. 170).

O forte nunca teve utilidade alguma senão contra os ataques dos índios selvagens, cuja arte guerreira era ainda incipiente. Em 1845, em virtude do estado de conservação em que se encontrava, certamente não suportaria a investida de qualquer inimigo: as estacas haviam caído quase todas, o fosso estava coberto de terra e o espaldão, quase que inteiramente destruído. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

A guarnição era constituída de 76 praças, menos de um terço do necessário, e, apesar desse reduzido número, alguns ainda eram destacados para administrar a fazenda de gado vacum e cavalar, para o curtume, o cultivo e outras tarefas que não tinham cunho militar. (D'ALLINCOURT, 1975).

Os habitantes de Miranda são poucos, em torno de 62 almas, com apenas dois casais, são 04 homens brancos maiores de 14 anos, menores de 14 anos existem 2; mulheres brancas acima de 14 anos 3 e abaixo 4, homens pardos com idade acima de 14 anos 16, menores 9. Escravos com mais de 14 anos 8, escravas 2 e de 14 para baixo 2. (D'ALLINCOURT, 1975).

Castelnau, que visitou o povoado de Miranda na década de 40, afirmou que a população era de 200 habitantes, na sua maioria mulatos ou caburés, os demais eram negros, à exceção de alguns dois ou três brancos muito duvidosos. Porém, a maior parte da população era constituída de índios que, em número de quatro a cinco mil, viviam espalhados pela redondeza. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Em Miranda, Castelnau excursionou pelas várias povoações indígenas espalhadas pelos arredores do vilarejo. Sobre os laianas, cuja aldeia situava-se a meia légua de Miranda, constatou que se tratava de índios agricultores, de posse de grandes áreas cultivadas, que se ocupavam do cultivo da mandioca, montavam a cavalo e eram exímios caçadores. Nas paredes de suas casas era possível observar peles de onças e gatos do mato. Esse grupo pertencia à nação Guaná. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Entre os índios terenas, que também pertenciam a um subgrupo da nação Guaná, observou que até ali eles haviam mantido poucas relações com os brancos e por isso conservavam os costumes de seus antepassados. Esses índios, cuja população girava em torno de 3000 mil almas, criavam muito bovino e equino, eram excelentes cavaleiros e vaqueiros e possuíam grandes áreas com lavoura de cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca (da qual se obtinha muita farinha) e algodão (com o qual as mulheres produziam tecidos e os vendiam aos brasileiros). O couro do gado vacum era largamente utilizado na fabricação de cama, vestuário, porta e janela de suas habitações e outros artigos como corda e buçal. Aproveitavam eles também os ossos de bovino e de porco, aos quais adicionavam um soluto quente de cinzas de mamoeiro para obterem o sabão. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Nas vizinhanças do presídio, encontravam-se também os guaicurús, em torno de 300 almas. Viviam da criação de animais cavaleiros, da caça e da pilhagem, tendo destruído grande número de fazendas dos paraguaios, nossos vizinhos de fronteira. (D'ALLINCOURT, 1857).

Embora a população em torno do forte fosse extremamente rarefeita, ela mantinha relações de ordem econômica com os naturais ao seu redor, e, a julgar pelas informações dos viajantes, não eram relações de pouca importância, já que ficou claro que os indígenas produziam tecidos para atender aos brasileiros, como também muito daquilo que cultivavam abastecia a referida população, ou pelo menos completava o seu abastecimento com produtos que os brasileiros não eram capazes de produzir. Os poucos sitiados que viviam nas vizinhanças comercializavam o gado equino e bovino do indígena para vendê-los em Cuiabá, para onde conduziam os animais por terra, percorrendo oitenta léguas e atravessando os rios Negro, Taquari e São Lourenço. (D'ALLINCOURT, 1857). Também eram conduzidos bovinos e eqüinos para a fazenda Camapuã, os quais eram trocados por tecidos. (FLORENCE, 1857). Como se pode observar, o comércio de gado entre o sul e o norte já era praticado nas primeiras décadas do século XIX, o que comprova que os estoques eram significativos nesse período.

De Miranda a Camapuã havia uma estrada a qual só era possível percorrer em lombo de animais, uma vez que o seu estado de conservação era péssimo, sobretudo na época da estação chuvosa. Ela atravessava os pantanais que ladeavam o rio Paraguai e transpunha o planalto de Camapuã, passando abaixo das nascentes do Aquidauana, sendo que eram necessários dez dias para cumprir o trajeto. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Havia na região uma enorme quantidade de pau-roxo e de jacarandá que, além de serem usados como combustível por seus moradores, eram embarcados no Aquidauana com destino a Porto Feliz, na província de São Paulo. Uma tábua de pau-roxo medindo de dois a três metros de comprimento, meio metro de largura e dois a três centímetros de grossura e pesando, em média, duas arrobas e meia, valia cerca de dois francos e

cinquenta, mas o seu transporte custava cerca de quarenta e oito francos. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

As dificuldades de transporte e a distância dos centros consumidores inviabilizaram o comércio entre o sul da Capitania de Mato Grosso e São Paulo. A madeira abundante e de boa qualidade poderia ter se constituído em fator de renda capaz de atrair novos colonos à região, mas o custo do frete impediu o empreendimento. Só muito mais tarde, quando melhorou a infra-estrutura de transportes, é que foi possível aproveitar os recursos naturais da banda meridional.

Na extensa planície de Miranda e região, vicejava variada e rica pastagem, de maneira que o gado propagava-se extraordinariamente. A fazenda pública¹⁸ contabilizava nove mil e quinhentas cabeças de gado *vacum*, sem considerar o gado *bravio* que, pela falta de cuidados e de vaqueiros, andava disperso pela campanha, sendo que os eqüinos chegavam a setecentas e cinquenta cabeças. “Interessante é o fato de que, embora o estabelecimento fosse novo, pois havia sido fundado há apenas dezesseis anos, possuísse tanto gado e cavalo.” (D’ALLINCOURT, 1975, p. 175).

Não foi difícil reunir o gado *vacum* e cavalos na fazenda pública, que estava localizada próximo à antiga Santiago de Xerez e das reduções do Itatim, onde se concentravam os rebanhos sobre os quais colonos e padres espanhóis haviam perdido o controle no século XVII, após as invasões dos bandeirantes paulistas.

Os estoques por essa época eram muito superiores às nove mil e quinhentas cabeças registradas, tanto que o viajante faz menção ao gado *bravio* que corria as campanhas de Miranda sem trato algum e também àquelas reses que estavam sob o controle dos indígenas - que eram muitas. Se a taxa de desfrute do rebanho alcançasse 10%, abater-se-iam novecentos e cinquenta cabeças por ano, em média 2,7 por dia. Considerando

18 No início do século XIX, particularmente no recém independente Império Brasileiro, foram fundadas fazendas públicas para o cultivo e, sobretudo para o criatório, a fim de suprir as necessidades dos fortes ao longo dos rios Paraguai e Miranda, os estratégicos Coimbra, Albuquerque, Miranda e Iguatemi.

o peso médio da rês em dezoito arrobas, obter-se-iam 714,42 quilos de carne por dia que, divididos por 200 pessoas - a população máxima do vilarejo -, daria a cada um uma ração diária de 3,5 kg de carne. Certamente, essa abundância chamou a atenção do viajante que afirmou: “(...) falta lhes a maior parte do anno o municiamento de boca excepto carne e quanto ao soldo basta dizer que n’este anno so lhe tem ido um mez de vencimento.” (D’ALLINCOURT, 1824, p. 341).

Certamente, o consumo de carne bovina era muito menor porque a caça e a pesca eram extremamente abundantes e práticas comuns entre colonos e indígenas.

Nas proximidades de Miranda, comumente se encontram pequenas lagoas cujo fundo é formado de uma terra argilosa de cor avermelhada. Durante o período da seca, essa terra se cobre de eflorescência salina de onde os habitantes extraíam o sal. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

A bandeira de Joaquim Francisco Lopes, que cruzou todo o sul de Mato Grosso, nas proximidades do forte Miranda surpreendeu alguns de seus moradores, fabricando sal:

(...) q’ o Santos, Portuguez estava fazendo Sal, e me convidarão, e me dêrão uma Egoa Rozilha andadeira, e o dito amontou-se em um Potro BAIO, e fomos a Salina; quando apeiou-se hé que vi o moldre do Sellin inglez que muito bem imbutia; topemos o Sr Salvador Luiz dos Santos e seus Camaradas fabricando sal em sacas de coiro, estilando e apurando em Taixos. (LOPES, 1999, p. 89).

O cotidiano sul-mato-grossense era marcado pela grande carência de sal, o que levava os colonos a extraírem aquele condimento. A despeito das dificuldades de extração, os barreiros tornaram-se fonte de extraordinário ganho para alguns, mesmo sendo vendido completamente impuro. (TAUNAY, 1923).

Albuquerque era outro núcleo português que se situava às margens do rio Paraguai, no meio de uma planície. Ainda em 1810 não passava de uma fazenda real, guardada por quatro soldados comandados por um cabo, tendo passado à povoação em 1826 e à freguesia em 1833. Possuía

cerca de setenta casas, quase todas de barro, algumas caiadas e duas ou três cobertas de telhas. Contava com setenta e seis moradores, incluindo a guarnição, que era composta de quarenta soldados. A cidade era comumente visitada por dois mil índios moradores das cercanias. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Presenciou Castelnau, em sua estada em Albuquerque, que um grupo de guaicurús deixou o Chaco para pedir proteção aos soldados do forte. Contaram que haviam massacrado uma aldeia espanhola e que, sentindo-se perseguidos, vieram pôr-se sob a proteção da guarnição brasileira.

Nas imediações de Albuquerque havia uma aldeia de índios guanáns, os quais também praticavam a agricultura. Plantavam cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca, feijão, banana, milho, cará e batata doce. Construíam engenhocas para moer cana, fabricavam rapaduras e destilavam aguardente em alambique de barro, com um cano de espingarda servindo de pescoço. As mulheres fiavam algodão, com o qual faziam ponchos tingidos com anil ou curcuma. Utilizavam o couro de boi no vestuário e também para confeccionar camas, portas e janelas de suas moradias. Eles também se organizavam em grupos para a extração da ipecacuanha¹⁹. Em embarcações, os nativos subiam o rio Paraguai até Vila Maria, seguindo daí para os rios em cujas margens crescia a referida planta. Após colhê-la, trocavam-na em Cuiabá por ferramentas de ferro, aço e bebida alcoólica. “Empregamos todos os esforços para arranjar uma equipagem para subir o rio Paraguai. Mas como a maioria dos índios estava ocupada na extração da ipecacuanha nada pudemos conseguir.” (CASTELNAU, 1949, p. 285, T. 2).

O sucesso do criatório bovino e equino em Albuquerque incentivou a instalação de uma aldeia dos padres capuchinhos no local, em 1819.

19 Planta natural nas matas de São Luís de Cáceres em MT, cuja raiz tem qualidades vomitivas. Sua exportação era significativa no período de 1830 a 1837, quando diminuiu, retornando depois em 1845. (CASTELNAU, 1949, p. 105 e 168).

Os resultados positivos que a missão alcançou atraiu pessoas de muitos lugares, inclusive de Corumbá, esvaziando ainda mais essa cidade.

Além do gado bovino, os guanás criavam galinhas, porcos e carneiros, e os excedentes, tanto agrícolas quanto pecuários, eram vendidos em Coimbra, onde era impossível a prática do cultivo devido às enchentes. (D'ALLINCOURT, 1975).

Outro aldeamento existente nas proximidades de Albuquerque era o de um subgrupo dos guaicurús, conhecido como uaitiadeus. Fabricavam redes e tanguas de tecido de algodão, tinham como principal cultivo o da banana e possuíam rebanhos eqüinos que mantinham nos pastos das redondezas. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Os guaicurús promoviam festejos solenes, ocasião em que ocorriam diversos combates entre mulheres e entre cavaleiros, dos quais resultava a escolha do mais forte ou do mais hábil e ágil. Os ganhadores eram premiados ao final da contenda com uma cabaça de cachaça.

Já em 1845, a bebida alcóolica havia penetrado nos acampamentos indígenas, sobretudo naqueles mais estreitamente ligados aos fortes e às vilas, sendo que os guanás possuíam até um engenho para a sua produção.

Tal prática trouxe conseqüências desastrosas para os nativos pois, uma vez dependentes do álcool, quebravam seus padrões culturais tradicionais e de hierarquia e tornavam-se presa fácil do assédio da sociedade envolvente e vítimas da chantagem.

O colono e o soldado trocavam bebidas por muitos benefícios, que iam desde os favores sexuais até a doação de terra, madeira, gado e outras concessões.

Espectáculo deveras interessante era o dessa gente, que, acostumada à vida errante, se esforçava agora por imitar as construções grosseiras, mas permanentes, das outras tribos; infelizmente, porém, já a paixão pela aguardente dela se havia apoderado, chegando ao ponto de fazer com que esses índios vendessem até os cavalos e as armas para saciar a sua funesta inclinação. (CASTELNAU, 1949, p. 313, T. 2).

Nas margens do rio Paraguai encontrava-se outro núcleo, o Forte Coimbra, erguido pelos portugueses em 1775. A princípio, era uma escalada de madeira em forma retangular, tendo assim se conservado por muito tempo, até ser edificado de pedra e cal. Em 1826, sua guarnição era de 84 pessoas entre oficiais e soldados. (D'ALLINCOURT, 1975).

Por volta de 1845, havia sido reduzida para 26 soldados a tropa do forte, onde alguns poucos condenados cumpriram pena. Nas suas imediações, havia um aldeamento de índios guaicurus com aproximadamente 800 almas. Exímios cavaleiros, possuíam grandes manadas de cavalos, tão selvagens quanto eles próprios. Não cultivavam a terra: os homens se ocupavam da caça e da pesca e as mulheres trabalhavam com algodão nativo, fiavam e teciam panos, cintas, cordas, esteiras e faziam cerâmica da argila. Estabeleceram comércio com soldados que serviam no forte, a quem forneciam carneiros, galinhas, veados, peles, cavalos e gado bovino em troca de pratos, bacias, machados, facas, facões e álcool. Entre as mulheres guaicurus, a prática do aborto era comum. Sentindo-se pejada, a mãe comprimia o gérmen através das paredes do ventre até a sua expulsão final. “O que as mulheres pretendiam com aquele ato era conservar uma aparência jovem durante mais tempo.” (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Na verdade, o infanticídio era praticado como uma necessidade de se eliminar um obstáculo à vida nômade e guerreira, e essa prática era compensada pelos contínuos seqüestros ou ainda pela incorporação de cativos, decorrente da vitória sobre tribos inimigas.

A circunstancia de que os Guaicuru nômades, por um lado, matam os próprios, filhos, roubando por outro lado crianças forasteiras, é compreensível considerando-se o fato de serem as crianças roubadas, provavelmente em sua maior parte, já de idade a não mais necessitar cuidado especial, não constituindo, por conseguinte, obstáculo nas viagens, e podendo ser empregadas para serviços. (HERBERT, Introdução in BOGGIANI, 1975, p. 23).

Do Forte ficou o registro:

Este lugar depende absolutamente de socorros estranhos, porque em si não tem mais que um pouco de gado, que fica magríssimo no tempo da enchente; e o terreno junto aos morros único livre da inundação não produz por ser combinado com partículas calcareas: e por esta forma vê-se reduzida a guarnição e os poucos povoadores à maior miséria quando faltam as conductas do Cuyabá, e que agora acontece com frequencia. (D'ALLINCOURT, 1824, p. 343).

O Forte Coimbra foi edificado em um local cujas terras eram estéreis para a agricultura, devido ao cálcio, e, além disso, a região alagava anualmente, impedindo o pastoreio do rebanho. A sua manutenção dependeu sempre do auxílio das outras unidades. Em determinadas épocas, era da fazenda Jacobina, nas proximidades de Cuiabá, que vinham víveres para atender a população do Forte. Sua proprietária, dona Anna, “mandara seis grandes canôas cheias de víveres à Nova Coimbra no Paraguai para sustento gratuito da guarnição. Não sabia que destino dar aos mantimentos, disse-nos ella, e preferi à perdel-os presentear o governo”. (FLORENCE, 1875, p. 240).

Ainda às margens do rio Paraguai, os portugueses fundaram, em 1778, o vilarejo de Corumbá para ser sede de um distrito militar e pólo de colonização. Em 1845, sua população, formada por uma mescla de brancos, índios e negros, girava em torno de cem habitantes, sendo setenta adultos, dos quais cinqüenta eram mulheres, uma desproporção significativa entre a população masculina e a feminina. (CASTELNAU, 1949, T. 2). Esse fato se explica pelo sucesso que alcançou a fazenda de gado de Albuquerque e pela presença dos capuchinhos, que atraiu muitos descontentes do núcleo de Corumbá.

Em um recenseamento anterior, de “abril, 1791, constava sua população de 141 almas, sendo um oficial e doze soldados de guarnição, com seis crianças brancas; cinquenta índios e nove pretos escravos, todos do sexo masculino; onze mulheres e crianças brancas sessenta e duas índias e tres negras escravas”. (FONSECA, 1986, p. 315, V. 1).

No povoado – que possuía uma igreja em ruínas, diante da qual ficava o posto militar, composto por três soldados – havia uma rua prin-

cipal com uma fileira de dez casebres unidos uns aos outros tendo como fecho das portas e janelas o couro do bovino. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

A povoação de Corumbá foi edificada, de acordo com as expectativas oficiais, para constituir-se em um ponto de apoio ao recém construído Forte de Coimbra, produzindo gêneros e toda sorte de suprimentos para a guarnição, no entanto ela mal sobreviveu, tendo vivenciado, até meados do século XIX, a mais completa falta de recursos e abandono – situação, aliás, que marcou toda a fronteira meridional. Em Corumbá, o terreno era de formação calcária, de onde se extraía a cal tanto para as construções locais como para a exportação, sobretudo para Cuiabá. Ela era encontrada pura e quase superficialmente, sendo empregada para argamassa e caiação dos edifícios. As técnicas de extração dessa substância eram extremamente rudimentares: os habitantes deixavam que os blocos desmoronassem da colina e se fragmentassem por si mesmos, para assim facilitar a retirada dos nódulos calcários envolvidos pela ganga, os quais eram submetidos à ação do fogo em pequenos fornos redondos. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Embora o calcário tivesse grande aceitação no norte, para onde era vendida grande parte da sua produção, ele nunca se constituiu numa alternativa econômica para a cidade, pois esta não prosperou e sua população vivia miseravelmente, mal produzindo o indispensável à sua subsistência.

Quanto à pecuária, as poucas cabeças que ali eram criadas encontravam dificuldade para a sua reprodução porque havia grande quantidade de morcegos que atacavam sobretudo os bezerros, tanto que, para que escapassem das investidas dos quirópteros, eram colocados em currais muito bem protegidos, o que dava muito trabalho àquela pobre gente. (D'ALLINCOURT, 1881).

Por outro lado, Bartolomé Bossi, que visitou Corumbá anos depois, afirmou: a cidade estava situada “na margem ocidental do rio Paraguai. As campinas intermediárias sobre as duas margens, espécie de pampas verdejantes e infinitos, podem alimentar milhões de animais. Com efeito na costa ocidental já se começava ver alguns rebanhos de gado que pastam sobre essas campinas privilegiadas”. (BOSSI, 1863, p. 22).

As dificuldades apresentadas para o desenvolvimento da pecuária haviam sido vencidas e os animais, dispendo das áreas propícias ao criatório, cresceram de forma rápida, tendo certamente sido suficiente o esmero dos vaqueiros para a adaptação do rebanho àquela região.

Outro importante núcleo na banda meridional da Capitania de Mato Grosso foi a fazenda Camapuã. Montada mais ou menos na metade do caminho que ligava Porto Feliz a Cuiabá, embora constituísse passagem praticamente obrigatória para aqueles que se deslocavam para as minas de ouro do extremo oeste, entrou em plena decadência no final do século XVIII, sobretudo a partir da abertura da ligação terrestre entre Cuiabá e Goiás, que colocava a Capitania em contato com o Rio de Janeiro e São Paulo, e da navegação Guaporé-Madeira, que ligava ao Pará, sendo então aquele caminho tradicional abandonado pelos comerciantes.

Contava a fazenda, em 1826, com 300 habitantes, dos quais a terça parte era composta de escravos. Em geral, a população era de negros; poucos eram mestiços e mulatos. Desta cor era o comandante do vilarejo. (FLORENCE, 1975). Viviam miseravelmente e, pelos bens que possuíam, pouco se distanciavam do estado selvagem. Apenas os mais ricos andavam vestidos com calças e camisas de pano grosso; o restante usava ceroulas muito parecidas com tangas, enquanto que a maior parte das mulheres cobria os seus corpos com uma saia. (FLORENCE, 1975). Não contavam com nenhum religioso, portanto não havia missa nem quem os confessasse em caso de perigo. Isso era praticamente impossível, porque as distâncias eram muito grandes. (MARTINS de PAIVA, et al, (Org.), 1982, p. 15).

Fabricavam grosseiros tecidos de algodão para uso dos moradores e para remessas para Miranda, onde o produto era trocado por gado vacum e cavalar. Cultivavam a cana-de-açúcar, da qual faziam uma péssima aguardente; o milho, para dele extraírem a farinha e o fubá; o feijão e o fumo. Para a produção da farinha recorriam ao antigo monjolo movido à água; no entanto, uma inundação arrastou rio abaixo o único existente. A partir de então, os negros escravos ficaram compelidos a manejar os pilões simples. (FLORENCE, 1975).

Criavam, além de porcos e galinhas, gado de corte, do qual a fazenda mantinha o controle de seiscentas cabeças, enquanto que muitas outras viviam espalhadas pelos campos, vivendo sem trato algum. (MARTINS de PAIVA, et al, (Org.), 1982, p. 15).

A base da alimentação era o milho e o feijão (raramente usavam a carne suína, bovina ou ovos), tudo sem sal, que era um artigo de luxo, muito raro e caro: um prato raso custava 12 francos, 1\$800. Todos os pagamentos eram feitos em gêneros, porque em Camapuã se dispensava o uso de moeda, verdadeira raridade na banda meridional da Capitania. (FLORENCE, 1975).

Foi somente no século XIX que se generalizou o uso da moeda metálica no Brasil. E isso nas regiões litorâneas, pois no interior ainda por muitos anos continuou o uso do escambo para quase todas as relações econômicas, como pagamentos de serviços, de mercadoria, de salários e pagamentos de impostos. O Governo português proibiu por muitos anos a circulação, na Colônia, de moedas cunhadas em Portugal, e não permitia que elas fossem cunhadas no Brasil. Essa medida visava claramente evitar a sangria de dinheiro da Metrópole para a Colônia. (ARMED e NEGREIROS, 2000).

Na sede da fazenda Camapuã havia duas casas de sobrado, telhas, numa morava o comandante, que na ocasião era um alferes de milícias (guarda nacional); outra fronteira, separada por vasto pátio, que tem um engenho de moer cana tocado por bois. O pátio é fechado pela senzala dos escravos, toda ela baixa e coberta de sapé. À noite, são eles metidos debaixo de chaves. A gente forra mora do outro lado do rio Camapuã. (FLORENCE, 1975, p. 73 e 74).

Já a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres, de São Francisco de Paula de Iguatemi, ou simplesmente o Forte de Iguatemi, foi fundado com o propósito de abrigar “quatrocentos a quinhentos homens, para combater as forças espanholas que pressionavam a colônia do sacramento e a proteger as capitânicas de Cuiabá e Goiás”. (PEREGALLI apud KOK, 1998, p. 297). Sua edificação também visava povoar os Campos de Vacaria, a

fim de desenvolver ali a agricultura, o criatório bovino e a exploração dos recursos naturais. Esse projeto exigia elevados investimentos, recursos dos quais os portugueses não dispunham no Reino e muito menos em São Paulo, o que redundou em completo fracasso. Além disso, foi edificado em uma região insalubre, onde as constantes epidemias produziam grande mortandade entre os pioneiros. Fundado em 1767, acabou sendo abandonado dez anos depois, quando foi invadido por tropas espanholas sem que seus ocupantes oferecessem qualquer resistência.

Embora fugindo dos objetivos iniciais que levaram à fundação dos núcleos anteriores, ainda em princípios do século XIX, pioneiros oriundos de São Paulo fundaram um pequeno povoado, Santana do Paranaíba, elevado a distrito de paz em 1838, localizado no caminho que faziam os tropeiros mineiros que se destinavam a Uberaba, no Triângulo Mineiro, limitado então “pelo rio Paraná até a foz do Pardo; por este até suas cabeceiras, em Camapuã; destas, por uma linha, até as nascentes do Araguaia; daí, por uma linha às do rio Aporé; por este e pelo Paranaíba, até o Paraná”. (CAMPESTRINI, 1994, p.09).

No ano de 1862, Santana do Paranaíba contava com quatrocentos fogos e tinha uma população livre de 1400 almas, além de seiscentos escravos. (MOUTINHO, 1869).

Desde 1775, quando da construção do Forte Coimbra, a parte meridional da Província de Mato Grosso havia permanecido entregue apenas a seis núcleos: Forte de Miranda, fazenda de Camapuã, Albuquerque, Corumbá, Forte Coimbra, Santana do Paranaíba e Forte de Iguatemi, este último completamente isolado da civilização.

Com exceção do Forte Coimbra, que dependia de socorro externo para sua manutenção, os demais núcleos desenvolveram uma economia tipicamente natural, isto é, com base na agricultura de subsistência, concentrando quase todos os ramos da produção, que ia desde alimentos até manufaturados, sem que houvesse qualquer especialização. Vestuário, calçado, habitação, combustível, alimentação, tudo, enfim, que era necessário para sua sobrevivência se obtinha dentro dos estreitos limites da propriedade.

Os contatos com os mercados externos eram esporádicos, apenas para completar o que não se podia obter internamente, enquanto que os contatos internos, entre as unidades que estavam localizadas na banda meridional, foram mais estreitos, possibilitando a troca de panos e sal por gado bovino e equino.

A população era extremamente rarefeita: não havia, entre escravos, mulatos e brancos, mais de 3000 pessoas nos diversos núcleos meridionais, das quais, mais da metade era ocupada nos fortes.

Quanto à população indígena, era a seguinte:

Nações	Indivíduos	Lugares em que habitavam
1 – Cayuás	?	Imediações do rio Iguatemi
2 – Chamacaros	200	Margem direita do Paraguai e sul de Miranda
3 – Cadiueos	850	Margem do Paraguai, de Coimbra, para baixo
4 – Beaqueos 5 - Coloqueos	500	A leste do Paraguai e sul de Miranda Lalima perto de Miranda
6 – Guatiedeos	130	Albuquerque
7 – Guanás	200	Albuquerque e imediações de Cuiabá
8 - Kinikanãos	1000	Mato Grande, perto de Albuquerque e Miranda
9 – Terenas	2000	Miranda
10 – Laianas	300	Miranda
11 – Guaxis	?	Miranda
12 – Guatós	500	Rios Paraguai, São Lourenço e lagoas Gahyba e Uberaba
Total	5680	

Fonte: (FERREIRA apud AYALA & SIMON, 1914, p. 89). Essas informações precisam ser relativizadas, a obra de Ayala & Simon, foi produzida para divulgar Mato Grosso no Brasil e no mundo, com o objetivo de atrair novos investimentos e pessoas de outras localidades que pudessem se transferir para o Estado. O número reduzido de índios parece proposital, se fosse apresentado o número real, poderia afugentar os que manifestassem interesse em investir na região ou vir a residir.

Embora os dados não sejam muito precisos, devido à extensão do território, aos poucos núcleos organizados e à falta de órgãos estatais em condições de promover um recenseamento com critérios científicos.

O gado bovino e equino parecia que já havia sido incorporado à cultura do indígena. Em seus depoimentos, os viajantes se referem como bons cavaleiros não só aos guaicurús mas também a outros grupos, como os guanás e os terenas. Os indígenas eram encontrados de posse de grandes rebanhos bovinos, cuja carne já havia sido incorporada à sua dieta, assim como o couro estava presente em quase todos os utensílios por eles produzidos, bem como o vestuário, a cama, colchão, portas, janelas, bolsas, sacas e muitos outros objetos.

O isolamento da banda meridional era praticamente absoluto. A principal dificuldade da região era os meios de transporte, que se resumiam à navegação fluvial, extremamente penosa no começo do século XIX. Langsdorff atingiu Cuiabá em 30 de janeiro de 1827, após decorridos duzentos e vinte e três dias desde a saída de Porto Feliz, e vencidas 648 $\frac{1}{2}$ léguas e 113 cachoeiras e corredeiras, sobretudo no Tietê e Coxim. (ALMEIDA e LACERDA apud CORRÊA FILHO, 1969). De Porto Feliz a Camapuã, primeiro povoado da banda meridional da Capitania, a expedição levou em torno de 123 dias.

De Corumbá, Albuquerque e Miranda, os dois primeiros às margens do rio Paraguai e o último, do Rio Miranda, navegava-se em torno de 30 dias para se chegar a Cuiabá, a capital da Capitania.

Até princípios do século XX, os meios de transporte que ligavam Mato Grosso ao restante do País continuavam limitados à navegação fluvial. Mesmo quando a navegação a vapor já tinha ganhado o mundo, ainda se despendiam muitos dias para se chegar a Mato Grosso, ainda que se empregassem nessa travessia os mais novos inventos. A viagem mais cômoda entre Rio de Janeiro e Cuiabá era feita de navio, com escalas em Montevideo e Buenos Aires, subia-se o rio Paraguai, com escala em Assunção, chegava-se a Corumbá e, finalmente, a Cuiabá, num percurso feito em torno de 30 dias. A propósito, em 1907, quando deixou a cidade de Recife para vir a Mato Grosso, o primeiro Juiz de Direito de Campo Grande, Arlindo de Andrade Gomes, teve sua viagem assim relatada:

Do Rio de Janeiro embarcou para Montevideú, onde passou alguns dias à espera do pequeno navio que, subindo os rios da Prata e Paraguai, passando por Assunção, o conduziu até Corumbá. Ai transferiu-se para a embarcação de menor calado que o deixou na capital de Mato Grosso, após viagem superior a um mês, a partir do dia em que saiu do Rio de Janeiro. (MACHADO, 1988, p. 20-21).

Por terra, o caminho mais comum era o que ligava Miranda a Sant' Ana do Paranaíba e, daí, a Franca, em São Paulo. Costeando sempre o rio Paraná, atravessava o Paranaíba, cortando pequena porção da província de Minas Gerais, que ficava entre a de Mato Grosso e a de São Paulo, e entrava então nesta última, transpondo para isso o rio Paraná. As regiões que varava a partir daí eram cada vez mais habitadas, até vila de Franca; após, seguia a Campinas, Jundiaí e daí até a capital. A estrada era boa até para os carros de boi. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Os fazendeiros que foram se estabelecendo em torno da Colônia militar de Miranda e da Vila homônima com esforços próprios abriram uma nova trilha em direção ao Piquiri que deu a eles a oportunidade de colocar seus rebanhos no mercado de Minas e São Paulo.

O traçado foi estabelecido acompanhando os rebordos da costa do planalto de Maracaju. Tomou a direção do sertão dos Garcia, passando pelo atual município de Campo Grande, daí seguindo para Coxim, fazenda Camapuã, até Santana de Paranaíba, de modo a atingir o caminho de Piquiri ou de Uberaba. (GUIMARÃES, 1999, p. 56).

Uma outra trilha era o que ligava Miranda à fronteira do Paraguai; e daí a Assunção. Depois de atravessar o rio Mondego (Miranda), entrava-se em uma trilha em direção ao sul, percorrendo cinco dias até as margens do rio Apa, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Após atravessar o Apa, percorria-se dois dias até o posto de Bustos, que também estava distante apenas dois dias de Concepción, de onde se tinha ainda mais três dias de viagem para alcançar Assunção. (CASTELNAU, 1949, T. 2).

Essa facilidade de se chegar às terras do país vizinho permitiu que o contrabando de gado desempenhasse importante papel na economia sulina; o gado era vendido no país guarani; na volta, os criadores traziam sal, medicamentos, produtos alimentícios e outros produtos de difícil obtenção para os isolados fazendeiros sulistas. O contrabando de gado para o Paraguai desempenhou papel significativo na economia sulina, causando grandes prejuízos ao erário público, mas, de certa forma, contribuía para oferecer alguma renda aos fazendeiros.

No início do século XIX, o chamado sul de Mato Grosso estava praticamente desabitado. A presença do Estado estava manifesta nos fortes erguidos às margens do Paraguai e Miranda para deter o avanço espanhol, e essas guarnições, conforme os relatos dos viajantes, encontravam-se em completa decadência, o que comprometia a segurança da região, já que faltavam munições e provisões e o soldo dos militares era, constantemente, pago com atraso.

Alcir Lenharo afirmou que as teses que defendem o isolamento da Capitania de Mato Grosso devem ser desmistificadas, pois criam mitos e atribuem heroísmos e virtudes que fortalecem os grupos dominantes locais.

O mito não foi elaborado nem tem sido reelaborado por casualidade; tem servido na verdade, a constituição de um ideal aristocrático localista alimentado por uma historiografia de teor semelhante, seduzida pela prática laudatória das camadas dominantes. Quanto mais aparecem reforçadas determinadas nuances do isolamento, maiores atribuições de tenacidade, heroísmo, e virtudes afins têm sido associados aos representantes do poder local. (LENHARO, 1982, p. 11).

Quando o autor se refere ao norte da Capitania de Mato Grosso, não há dúvida de que o intercâmbio mercantil inaugurado com a descoberta do ouro em Cuiabá estabeleceu uma relação contínua com o Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Minas Gerais, quer pelo roteiro das monções (Tietê-Paraná-Paraguai) ou do norte (Madeira-Guaporé), quer por via terrestre.

Mesmo quando do declínio da mineração, o desenvolvimento do complexo rural nas proximidades dos núcleos urbanos garantiu não só a produção de gêneros de primeira necessidade como também aqueles com finalidades mercantis, como o açúcar e o gado bovino, que permitiram a continuidade das relações comerciais entre o norte de Mato Grosso e os grandes centros urbanos do Império. Entretanto, quanto ao sul, o isolamento foi absoluto, até porque não havia nenhum produto que despertasse a atenção de outras regiões e que pudesse incentivar o intercâmbio mercantil. Essa evidência, embora tenha criado todas as condições para o desenvolvimento de uma historiografia elaborada por memorialistas, cuja principal preocupação foi a de engrandecer os feitos de seus antepassados para justificar o seu domínio político, não pode hoje ser tomada como verdade absoluta e deverá estar sujeita ao mesmo rigor crítico das outras fontes consultadas, o que permite ao historiador “fazer a crítica do mito, inserir a razão onde ela é falta, levantar questões, lançar bases teóricas que propiciem o resgate do processo histórico corrente e fundamentem sua inteligibilidade” (LENHARO, 1982, p. 11). O que não se pode, definitivamente, adotar é a desconsideração do fato para atender a uma questão de cunho ideológico.

Por outro lado, internamente os rebanhos eqüino e vacum cresciam geometricamente. O fenômeno registrado em Cuiabá e presenciado por Rolim de Moura se repetia na banda meridional. Toda produção destinava-se ao abastecimento regional, limitada por um mercado interno extremamente reduzido e protegido pela distância das regiões agropecuárias mais importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. (MAMIGONIAN, 1986).

Com relação ao indígena, enquanto na costa brasileira se implantou uma estrutura econômica vinda de fora, que incorporou vários elementos da cultura européia e a mão-de-obra escrava, aqui, o nativo desempenhou papel extremamente importante. O período que se estende de 1775, com a construção do forte de Coimbra, até 1834, quando efetivamente se iniciou

a penetração de frentes colonizadoras na banda meridional, foi marcado pelo estreitamento das relações entre nativos, colonos, negros e militares.

Nas proximidades dos fortes, seus comandantes estavam sempre preocupados em aldear os indígenas atendendo a instruções de seus superiores;

Para dar o meu parecer, conforme manda S.M. e V. Ex. me ordena, sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, que vivem como entre os portugueses, nos terrenos adjacentes, e a norte d'este presidio de Coimbra, e nos contiguos ao de Miranda, de tal fôrma que fiquem sendo uteis a mineração e agricultura, confesso, Illm e Exm. Sr. que mais de uma vez tenho esforçado para cumprir com esse meu dever, (...). (ALMEIDA SERRA, 2ª ed., 1866, p. 204).

Instalados nos mais longínquos sertões do Brasil e dependendo de uma produção regular para a manutenção das tropas, os portugueses recorreram aos nativos, que desde o primeiro momento foram aliciados ao uso de determinados produtos ou ferramentas que, posteriormente, só eram entregues em troca de alimentos ou então de participação em frentes de trabalho, como a da extração da ipecacuanha.

O indígena foi aprendendo o uso de técnicas mais sofisticadas, o manejo de instrumentos mais produtivos, o cultivo de plantas oriundas da Europa, introduzidas e adaptadas ao novo ambiente, e, assim, os vínculos entre nativos e colonos foram de tal forma se estreitando que, quando se iniciou o processo de ocupação da banda meridional da Capitania de Mato Grosso, alguns grupos indígenas estavam prontos para ser absorvidos pelas novas propriedades. Foram eles, em consequência, que cultivaram a terra e colocaram sobre a mesa do colonizador branco o alimento necessário à sua subsistência, como também se ocuparam com a labuta diária no trato do rebanho bovino. Em meados do século XIX, sob os encargos dos indígenas, estava organizada a pequena produção sul-mato-grossense.

A principal contribuição veio dos índios guanás, sobretudo tereanas, quinquinaus e guaianás, que tinham uma atividade agrícola muito

desenvolvida e por isso incorporaram mais rapidamente os aspectos materiais da cultura do branco, sobretudo as técnicas agrícolas e o manejo do gado bovino e eqüino.

O reconhecimento da contribuição de algumas nações indígenas ao “progresso do Estado” era tal que, no seu discurso, o Presidente da Província do Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1837, afirmou:

Muitas diferentes nações de Indigenas vadeião os incultos e extensissimos sertões da Provincia, em grandes porções ainda não trilhadas por nossa parte; de algumas temos noticia, e de outras de que seguramente existem bem fundadas conjecturas: (...) Temos tirado não pequena vantagem para o serviço de defesa do Baixo Paraguay, dos guatos, Laianos, Terenos, Quinquenaos, e guánas (...). (BUENO, 1840, p. 170).

Os fortes construídos para a defesa da Capitania contra eventuais ataques do incômodo vizinho acabaram por agregar os indígenas que, já bastante desorganizados, buscaram refúgio em suas proximidades, formando aldeamentos e desenvolvendo intenso comércio com as guarnições. Tornaram-se esses fortes, pólos atrativos, permitindo mais tarde, a formação dos primeiros núcleos urbanos, como Corumbá, Miranda e Albuquerque.

Porém, nem todos os grupos nativos se submeteram ao colonizador. Alguns despertaram, pelas suas tropelias, as atenções das autoridades governamentais. Era o caso dos guaicurús, a quem Bueno, a propósito, assim se referiu: “no número das [nações indígenas] domesticadas não incluo a soberba intrepida nação dos Cavalleiros Guaicurús, sempre errante, e comprehendedora”. (BUENO, 1840, p. 170).

Embora os guaicurús mantivessem o seu ímpeto guerreiro, suas ações estavam muito longe daquelas que impuseram extremas dificuldades ao processo de fixação tanto de portugueses como de espanhóis. O gado e o cavalo por eles roubados, sobretudo dos colonizadores paraguaios, tinham regular mercado em Mato Grosso, sobretudo com o

comandante de um forte português, que era também fazendeiro e interceptava os animais furtados e os vendia em Cuiabá. Em apenas um ano, os indígenas entregaram a ele 1500 cabeças de cavalos e mulas em troca de bebida alcóolica. (Relato de 1825/26, Vila de Concepcion Paraguay apud WILCOX, 2000).

Os guaicurús viviam desde o século XVII nas proximidades dos fortes e no século XIX já mantinham estreitos contatos com seus dirigentes. A belicosidade guerreira havia sido substituída por singelas trocas entre as autoridades brasileiras e os indígenas. Se antes, estes recebiam proteção de oficiais portugueses para realizarem incursões, agora, o fruto do roubo era trocado sobretudo pela bebida alcóolica. Assim, com os anos de convivência pacífica, passaram de aliados senhoriais a simples índios dominados, de negociantes de cavalos próprios e roubados a meros peões de fazenda. (RIBEIRO, 2ª ed., 1977).

Capítulo 4

O Sul de Mato Grosso: do Início do Processo de Ocupação no Século XIX à Guerra da Tríplice Aliança

4.1. A Ocupação da Banda Meridional: O Pantanal Sul-Mato-Grossense

Dono de fauna e flora riquíssimas, o sul de Mato Grosso reduzia-se a dar abrigo a caçadores de peles de animais e penas de aves e a explorar apenas produtos que brotavam espontaneamente de seus solos.

Certamente, o início de sua ocupação teria se retardado ainda mais não fosse a importante contribuição desse fator exógeno na quase metade do século XIX, a Rusga.

Foi de iniciativa do Pe. Simão de Toledo²⁰ o primeiro projeto de se estabelecer nas proximidades de Fecho dos Morros, no sul da então Capitania de Mato Grosso, para dedicar-se à pecuária, mediante a captura do gado bravo da redondeza. O Capitão General Rolim de Moura indeferiu o projeto de todo em 1771, por já superabundar o gado em Cuiabá, acima

20 O padre Simão de Toledo Rodovalho era vigário da aldeia de Sant'Anna; ele propôs ao Capitão General Rolim de Moura a sua transferência para o Fecho dos Morros no rio Paraguai. Tendo em vista a distância, as despesas que ocasionaria e o ciúme que despertaria aos espanhóis, deixou o governador de acolher a proposta daquele jesuíta. (MENDONÇA, 2ª ed., 1973, p. 105).

das necessidades do consumo, e também por razões políticas. (CORRÊA FILHO, 1926).

Antes dos insurretos da Rusga, já haviam se instalado às margens do rio Miranda, no Morro do Azeite, João Leme do Prado com irmãos e filhos, no final do século XVII. O major João José Gomes, comandante do forte de Miranda, com o auxílio dos índios laianas, fundou em 1834 a fazenda Forquilha, no pontal dos rios Nioaque e Miranda, próximo de onde afazendou-se João de Faria Velho. Mais ao norte e na mesma época, na região do rio Negro, haviam se estabelecido D^a. Maria Domingos de Faria, seu filho João Mamede e João Canuto Cordeiro de Faria; a eles se juntou o primo Luís Generoso de Albuquerque. Anos depois, D^a. Maria Domingos fundou, à margem do Aquidauana, fazenda onde estabeleceu um porto fluvial. (ALMEIDA, 1951).

Nas proximidades do forte de Miranda, no ano de 1836, já havia se estabelecido Salvador Luiz dos Santos, um dos insurretos da Rusga que, além da criação do gado bovino, eqüino e outros menores, mantinha lavouras e fundou uma salina rudimentar onde apurava o sal para vendê-lo na região circunvizinha. (LOPES, 1999).

João Pereira do Amaral se fixou no Rio Negro em 1838 e pouco antes, no Uassú, às ribeiras do Aquidauana, instalou-se Valério de Arruda Botelho. Na interjacência do Miranda e daquele seu tributário, ficaram Nicolau Tolentino dos Santos, André José dos Santos e Agostinho Joaquim Coelho. Em 1846, no vale setentrional do Miranda, Benedito Pedro Duarte fundou a fazenda Curral da Taquara, e em 1847, José Alves de Arruda, a São José Jatobá. (ALMEIDA, 1951).

Em 1844, Luís Pedroso adquiriu a fazenda Forquilha do major João José Gomes que, por sua vez, havia fundado em zona diversa a fazenda Rodrigo, enquanto José Francisco Lopes abriu uma fazenda em Jardim, nas proximidades das nascentes do Miranda. (ALMEIDA, 1951).

Um dos pioneiros do desbravamento das terras sulinas do baixo Paraguai foi Bráz Pereira Mendes, “professor de lógica e de Filosofia em Cuiabá, vereador da Câmara Municipal de Cuiabá (1834), membro do

Conselho de Governo (1834) e Juiz de Paz em Cuiabá” (SIQUEIRA, 1992, p. 27), que se fixou em 1834 nas cabeceiras do rio Negro. Malquistado em Cuiabá, devido a sua participação na Rusga, descera para o sul certamente fugindo da Justiça e de adversários políticos. (ALMEIDA, 1951).

A exemplo de Bráz Pereira Mendes, José Alves Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá em 1833 e um dos líderes do movimento “Rusga”, em função da repressão governamental, embrenhou-se pelo Pantanal com parentes e amigos, estabelecendo-se à margem direita do rio Negro, acima do Anhumas, e fundando a fazenda Proteiro, onde ficou Antônio Alves Ribeiro. Após andanças exploratórias, o grupo desceu até a margem do rio Taboco, onde o major João Alves Ribeiro e o doutor Generoso Alves Ribeiro fundaram a fazenda Taboco. (RIBEIRO, 1984).

José Alves Ribeiro, o Juca Costa, veio mais tarde e comprou a Fazenda Forquilha, às margens do Miranda e Nioaque. Os Fialho se instalaram entre o rio Aquidauana e o Taboco. Os Paes de Barros, às margens do Aquidauana, fundaram a Boa Vista, uma fazenda grande, que tinha até um engenho de porte médio para a fabricação de açúcar e cachaça. Os Mascarenhas fundaram a Fazenda Correntes. Os Pereira Mendes, a Alinane. (RIBEIRO, 1984).

Ainda depois de 1845, João Batista de Oliveira, em parceria com João Alves Ribeiro da Cunha, fundou, à margem do rio Taquari, entre os rios Salobra e Peixe, o latifúndio do Bracinho, com área de 736.928 ha. Em ritmo lento, novos colonos ocuparam glebas nos vales do Aquidauana e Miranda e respectivos tributários, efetivando-se assim a ocupação territorial na região impropriamente chamada de Baixo Paraguai. (ALMEIDA, 1951).

Em 1847, Joaquim Gomes da Silva, que mais tarde recebeu o título de Barão de Vila Maria, estabeleceu-se em extenso latifúndio que se estendia desde as montanhas minerosas do Urucum até os pantanais do Taquari, Paraguai, Jacadigo, Aquidauana e outros. Fundou a fazenda das Piraputangas, onde fez sua morada, a poucos quilômetros de Albuquerque, a qual passou a ser o núcleo de onde a prosperidade se irradiava

para toda a região e onde se abasteciam a Vila de Corumbá e arredores. (PROENÇA, 3^a. ed., 1997).

Foram essas as famílias, procurando áreas novas onde pudessem desenvolver atividade criatória, ou se livrar dos inconvenientes da Justiça, que chegaram ao Pantanal sul da província de Mato Grosso para iniciar o processo da sua colonização.

Para Virgílio Corrêa Filho e Renato Alves Ribeiro, essas famílias pioneiras vieram conduzindo gado bovino: “Dos pantanaes, avançaram as boiadas para o sul, em rumo de Miranda, conduzidas pelos exaltados de 1834, que se exilaram espontaneamente de Cuiabá, depois da tragédia de 30 de maio.” (CORRÊA FILHO, 1926, p. 21).

Na mesma direção aponta Ribeiro:

Acredito que os pequenos criadores (...) de Livramento Poconé, Santo Antônio e Cáceres desceram em direção ao sul à procura de bons campos de criar, com uma média de 300 a 600 reses no máximo, sentiram a necessidade de procurar novas pastagens, campos que pudessem se apossar e estabelecendo-se definitivamente. (RIBEIRO, 1984, p. 19-41).

Embora ambos os autores façam referência à vinda dos pioneiros conduzindo boiadas, não há qualquer documentação que possa comprovar tal afirmação. Isso não significa, porém, que os pioneiros não tenham trazido alguns poucos animais.

O primeiro registro da entrada de gado bovino no Pantanal sul-mato-grossense, desconsiderando o missioneiro e o de colonos espanhóis, é de 1894, quando José de Barros conduziu de Cáceres, para a região da Nhecolândia, cerca de 750 reses, das quais 350 pertenciam a Gabriel Patrício de Barros, o Bié, e em torno de 400 eram suas. Despendeu 33 dias na viagem, sendo 4 somente na travessia dos rios São Lourenço e Taquari, que foi muito custosa, e levou muitas vacas paridas, cujos bezerros não suportaram a viagem, tendo ambos muitos prejuízos. (BARROS, 1987).

As notícias do gado alçado nas regiões do Pantanal eram de domínio público. As transações que os criadores que se afazendaram em torno

do forte de Miranda realizavam na cidade de Cuiabá eram freqüentes, como também aquelas atribuídas aos índios guaicurús com a intermediação dos fortes: “Como era comum estes notáveis cavaleiros venderem animais de sela desde 1820 em Cuiabá”. (BERTELI, 1984, p. 41-42).

Os primeiros colonos não fizeram qualquer referência à entrada de bovinos. É possível que estes tenham sido tão poucos que não mereceram menção: ademais, que razão justificaria levar gado bovino e equino para uma região onde eles existiam aos milhares? No entanto, é certo que eles trouxeram alguns animais de sela, como também aqueles que optaram pela via terrestre se utilizaram das carretas puxadas por juntas de bois para transportar suas famílias e seus poucos pertences. Certamente, vieram também os animais de tiro para a labuta diária, indispensáveis no início do processo de fixação, algumas vacas leiteiras, animais de pequeno porte, o suíno, o caprino lanígero e aves domésticas, em escala suficiente para garantir a subsistência nos primeiros meses e para a reprodução.

Essa empresa de migração foi feita pela iniciativa particular de alguns colonos sem que houvesse o envolvimento do Estado. Os pioneiros foram atraídos pela facilidade em se obter terra abundante e devoluta e cuja pastagem natural em grande quantidade abrigava milhares de cabeças de bovinos e equinos selvagens e domesticados na posse dos grupos indígenas.

Geralmente, as comitivas que deixaram o norte de Mato Grosso eram muito numerosas, com famílias inteiras, parentes, amigos, compadres, agregados e alguns escravos; enfim, os que vinham tomar posses das terras não eram pessoas miseráveis, mas reuniam condições que lhes permitiam a fundação de fazendas.

Muitas vezes, esses grupos de colonos, fugindo do centro do inóspito Pantanal, embarcavam em pequenos navios em Cuiabá e vinham pelo Paraguai abaixo até Corumbá, onde se dispersavam com suas comitivas para um local que melhor lhes aprouvesse. Nesse primeiro momento de ocupação, era possível escolher as terras que se queria para tomar posse, geralmente nas proximidades dos fortes, onde se poderia encontrar auxílio em caso de necessidade e proteção contra os naturais.

Os colonizadores que chegaram à região, antes da metade do século XIX, reproduziram os mesmos processos políticos a que estavam afeiçoados no norte e trataram logo de tomar posse de grandes áreas, herança da consciência do Brasil colonial, onde quem dispunha de terra era considerado rico, poderoso, respeitado e gozava do prestígio social.

“Como a apelação de ‘senhor de engenho’ ou de ‘fazendeiro’, desde remotos tempos coloniais, fora quase um título de nobreza, pois traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.” (ANTONIL apud QUEIROZ, 1976, p. 52).

Havia a clara possibilidade de os pioneiros se apossarem de grandes áreas, achando-se no direito a elas, além do que o fator que determinou o tipo de propriedade fundiária foi a criação extensiva do gado bovino, que por si só exigia grandes áreas e impelia os colonos a se assenhorearem delas.

No Pantanal, generalizou-se como unidade territorial a sesmaria de uma légua de frente por três de fundo, o que equivaleria a 13.068 hectares.

Raramente, porém, cada proprietário rural contentar-se-ia com uma única, indicativa de comedidas aspirações. Adquirida, mediante concessão do Governador, a primeira sesmaria que servisse de núcleo, em torno dela seriam requeridas as terras contíguas, até que perfizessem conjunto grandioso, (...). De mais a mais, os limites mencionados vagamente abrangiam, não raro, área muitas vezes maior que a devida, quando não se processasse a medição de acordo com as exigências legais. A facilidade na aquisição, por título gratuito, de glebas imensas, cujas divisas os vizinhos longínquos respeitavam, por não lhes minuar terreno bruto, (...). (CORRÊA FILHO, 1955, p. 20).

A justificativa para incorporar grandes áreas no Pantanal era a de que durante as cheias, como parte das terras ficava alagada, necessitava-se de outro terreno correspondente, inacessível às enchentes, para onde o gado pudesse refugiar-se. Além do que, a pecuária extensiva praticada no Pantanal tem características próprias, é realizada em extensas áreas,

exigência do pequeno suporte dos campos, que comporta em cada 3,3 ha, apenas uma cabeça.

Os bovinos eram criados à solta até as primeiras décadas do século XX, pois não havia cerca para deter o seu avanço e, à medida que instintivamente procuravam melhores pastagens, fugindo das áreas macegosas, iam descobrindo novas pastagens, cujas terras os homens que acompanhavam os seus deslocamentos iam incorporando ao seu patrimônio e requerendo junto às autoridades estaduais.

Com isso, foram surgindo megalatifúndios no Pantanal Mato-grossense:

- Faz. Palmeiras, com 106.025 hectares - [legalizada] - 03/12/1894
- Faz. Rio Negro, com 118.905 hectares - [legalizada] - 03/09/1893
- Faz. Firme, com 176.853 hectares - [legalizada] - 27/08/1899
- Faz. Taboco, com 344.923 hectares - [legalizada] - 24/04/1899
- Faz. Rio Branco, com 384.292 hectares - [legalizada] - 22/06/1901 (CORRÊA FILHO, 1955, p. 23).

Isso aconteceu a despeito da edição da Lei de Terras de nº 601, de setembro de 1850, que estabeleceu, no seu artigo 2º, que daquela data em diante:

Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem matos, ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e demais soffrerão a pena de dous a seis mezes de prisão, e multa de cem mil réis, além da satisfação do damno causado. (Collecção das Leis do Imperio do Brasil, 1850, apud PENÇO, 1987, p. 1).

E no seu artigo 5º, parágrafo 1º:

Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, comprehenderá, além do terreno aproveitado, ou do necessário para pastagens dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contíguo, com tanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de huma sesmaria para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma

Comarca ou na mais vizinha. (Collecção das Leis do Imperio do Brasil, 1850, apud PENÇO, 1987, p. 2).

A lei de 1850 procurou limitar o tamanho das propriedades, evitando a concentração fundiária, e estabeleceu que a única forma de se obter terra era comprando do Governo, o qual atuava como mediador entre o pretendente e o domínio público. A terra, até então em grande quantidade e que podia ser obtida através de ocupação e doação real, desde que no primeiro caso fosse mais tarde legitimada por concessão, daquela data em diante poderia ser obtida por qualquer pessoa desde que pudesse pagar por ela. A lei expressou os interesses dos proprietários rurais. Enquanto no plano internacional o avanço tecnológico no setor de transportes, conhecido como Segunda Revolução Industrial, abriu novas perspectivas para a agricultura brasileira, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dois problemas avultaram, exigindo solução: o da mão-de-obra e o da terra.

A libertação dos escravos exigência internacional sobretudo da Inglaterra e internamente amplos setores se mobilizavam para obtê-la, preocupados com a facilidade que ex-escravos e imigrantes teriam de se apossar de terras, a oligarquia lançou mão da lei de 1850 para “(...) criar obstáculos a propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas. Portanto, os tradicionais meios de acesso à terra, ocupação, formas de arrendamento, meação, - seriam proscritas”. (COSTA, 1979, p. 133).

Em Mato Grosso, a lei cumpriu em parte o seu papel de negar acesso de trabalhadores rurais à terra e, por outro lado, constituiu fator de concentração fundiária. Os governantes reconheceram os direitos de todos aqueles que exibissem “escritos particulares de compra e venda ou provassem posse mansa e pacífica decorrente da ocupação primária”. (CORRÊA FILHO apud CORRÊA FILHO, 1951, p. 22). A própria realidade levou a esse processo de concentração das terras, uma vez que não era possível a prática da pecuária em outros moldes que não fosse a extensiva. Aproveitando o capital natural (a terra e o gado selvagem), a lu-

cratividade do empreendimento seria garantida com custos baixíssimos. Os investimentos necessários a uma prática intensiva, ou seja, construção de cercas, plantio de pastagens artificiais e outros, eram, naquele momento, impraticáveis.

Não foi difícil aos novos colonos legalizar as suas terras; tinham eles a mesma origem: se não parentes próximos, eram amigos e compadres. Os documentos foram produzidos com a mesma facilidade com que se ocupou a terra. “(...) eu considero o Pantanal a única área de Mato Grosso que foi colonizada exclusivamente pelo mato-grossense, ou melhor, pelos cuiabanos, poconeanos, livramentanos e cacerenses (...)”. (RIBEIRO, 1984, p. 23). Essa foi uma empreitada de amigos e parentes em que a solidariedade constituía a marca do empreendimento. As áreas atingiam um tamanho tal que eram demarcadas vagamente em função de acidentes geográficos, posição das montanhas, curso dos rios, corixos e vazantes.

A frente desses imensos latifúndios emergiu um grupo de proprietários que foi se enriquecendo ao longo dos anos e, se aproveitando da ausência dos equipamentos estatais para ganhar poderes sobre as pessoas e as coisas.

Ao tomar posse de uma área, a primeira tarefa do novo proprietário era a de reunir o gado alçado espalhado por todo o Pantanal Sul. Era a chamada bagualeação, ocasião em que eram organizadas comitivas que permaneciam por mais de 15 dias internadas na região, distantes do núcleo da fazenda. (BARROS, 1998). “Eugênio Gomes, neto do barão [de Vila Maria], conta que nos primeiros tempos da fazenda Firme, seu pai, o Nheco, organizava comitivas de bagualeação que permaneciam por mais de 15 dias internadas no Pantanal, a grande distância.” (BARROS, 1998, p. 78).

Saíam sobre o lombo de cavalos para recolher os animais descendentes dos rebanhos introduzidos, séculos antes, por jesuítas e colonos espanhóis, como também aqueles que os índios guaicurus, devido aos seus rápidos deslocamentos, abandonaram Pantanal afora. “Esse gado não tinha dono, era o gado bagual estava solto e a prática da bagualeação

seguuiu-se por anos a fio depois da ocupação meu pai contava que ainda no início da década de 30 do século XX havia muito desse gado pela região.” (BARROS, entrevista em 13/10/2001).

Geralmente, os vaqueiros saíam em noite de luar para melhor visualizar os animais que tinham o hábito de pastar apenas à noite, os quais eram laçados e amarrados em árvores, onde passavam horas nessa condição para que fossem quebradas as suas resistências, e mais tarde, o peão voltava ao local para conduzi-los. Não era raro encontrar alguns animais mortos. Morriam de pura raiva e, recolhidos, eram levados para as proximidades das sedes da fazenda. (PROENÇA, 1958, p. 72-73). Eram as vaquejadas: “vai-se escondido, pelos matos, e sai-se em cima do gado, de repente... Pior, porém, era caçar a rês feroz, em ermas regiões, perante a lua. A pega do gado bagual, de noite, é trabalho terrível”. (ROSA, 5º ed., 2001, p. 117).

Renato Alves Ribeiro, grande latifundiário sul-mato-grossense que, pessoalmente, participou da pega e amansamento do gado selvagem, deixou uma das maneiras de fazê-lo, utilizando o sinoeiro:

A pega do nosso gado bravo – o touro, principalmente, que era uma verdadeira fera – representava um desafio ao homem do campo. Quantos e quantos cavalos morreram estripados pelos chifres dos touros e vacas. A pega do gado ‘bagual’, ou selvagem geralmente era feita levando-se um lote de gado manso que o bagual seguia. Por corruptela ou espanholismo se chamava esse gado manso de ‘Sinuelo’, mas a palavra certa é ‘Sinoeiro’, por ser aquele que carrega o sino. Para não espantar o gado bravo não levávamos o sino e procurávamos não fazer qualquer outro barulho pois, percebendo qualquer sinal estranho o gado logo disparava para o mato. (...) Tinha-se que procurar ir sempre contra o vento, pois, os animais têm melhor o sentido do olfato que o da visão. Então colocava-se o ‘sinuelo’ em um ponto visível para o gado que se queria pegar e uns cinco a seis peões davam uma enorme volta, fechando em forma de pinça e procurando jogar o gado bravo contra o Sinuelo. .../ Muitas vezes o gado obedecia esse movimento, mas quase sempre os bois erados, e principalmente os touros, não respeitavam os cavaleiros e voltavam em sentido

contrário ao desejo dos vaqueiros. .../ Esses touros saíam em disparada e os vaqueiros um ou dois, saíam atrás, geralmente em porfia para ver quem o laçava primeiro. Após laça-lo, se o vaqueiro estivesse sozinho, procurava derrubá-lo com golpes depois de enlea-lo no laço. Quem muito sofria nessa luta eram os cavalos, pois além de correr duro com um vaqueiro em cima, por campos massegosos, paus caídos, buracos de tatus e outros empecilhos, ainda sofriam grandes golpes para derrubar o touro. .../ Após derrubá-lo, o vaqueiro apeava e ia lá manear o touro com sua peia, uma tira de couro de uns dois metros, muito bem sovada, que o vaqueiro trazia amarrada na cintura. .../ Muitas vezes, o touro ou melhor a rês, já caída, com a aproximação do vaqueiro conseguia se levantar e o canpeiro tinha que subir em uma árvore próxima, ou bancar o toureiro atrás de um pau. Nestes casos o touro também costumava investir contra o cavalo. (RIBEIRO, 1984, p. 116-117).

Para manter esse gado nas proximidades do núcleo da fazenda, sob os olhos dos criadores, usava-se o seguinte estratagema: cortava-se a ponta do casco, para que a dor da pisada o impedisse de fazer longas caminhadas; com relação às fêmeas, aproveitava-se seu instinto materno: prendiam-se as crias para que as mães não se alongassem. (PROENÇA, 1958).

Foi assim que os bovinos foram sendo reunidos em torno dos ranchos dos pioneiros, e desta forma começavam a se estruturar os primeiros rebanhos e, com eles, as fazendas.

These early settlers moved into the central and southern regions of the Pantanal fluvial plain, setting up ranches with as many as 300 to 500 animals each. By the 1850s, there were at least six substantial ranches registered under law. Within, decades these establishments had thousands of head of cattle and raised local horses as well, and many of the settler came to be important figures in the economy and politics of Mato Grosso in subsequent decades, (...). (WILCOX, 2000, p. 20).

À medida que esse rebanho encontrado pelos campos ia sendo recolhido, recebia imediatamente a marcação a ferro, o que determinava

que, daquela data em diante, ele estava na posse de um fazendeiro, passando à condição de mercadoria e, conseqüentemente, não poderia ser abatido por outrem.

No final do século XIX, quando muito gado selvagem ainda estava espalhado pelo Pantanal, essa lógica do homem “branco” já havia sido absorvida pelos índios guaicurús, entre os quais já reinava a compreensão de que o gado orelhano não dividido – não marcado, portanto – era gado de ninguém, era de todos, era gado bravio, era como bicho. (RIVASSEAU, 1941).

O fato de o pioneiro reunir em torno de 300 a 500 cabeças para o seu criatório inicial não significava que na área onde ele instalara sua fazenda não houvesse um número muito superior, tanto que as caçadas eram comuns, para a posterior retirada do couro.

Criaram-se gerações de bois miúdos e de côr avermelhada que nunca tinha visto o homem. Quando êste apareceu (...) houve chacina. E alguns dos recém chegados apareceram daí a pouco, com gibões de couro novo, o couro avermelhado dos boisinhos, (...) mortos a tiros. (...). (PROENÇA, 1958, p. 70).

Os rebanhos dos primeiros que se afazendaram no Pantanal multiplicaram-se consideravelmente, mesmo sem receber os cuidados regulares. O fazendeiro não tinha recursos para marcar todos os nascidos, e aqueles sem trato manifestavam tendências para se afastar, tornando-se ariscos e repelindo a presença do homem.

E, neste caso, ha um facto que se deu, facto perfeitamente reconhecido: os touros que se tornaram bravios – e são elles os mais promptos e propensos a esta mudança – buscam e aproveitam todas as occasiões para arrebanhar o gado ainda manso. Assim, as manadas de gado bravio vão-se engrossando sempre em detrimento dos criadores. (RIVASSEAU, 1941, p. 67).

A pecuária tornou-se a principal atividade do Pantanal. O regime das cheias e a distância das regiões mais ricas impediram o desenvolvi-

mento de outras atividades. A posse do gado, que podia ser conduzido para outras regiões, significou que a sobrevivência dependia quase que exclusivamente desse recurso. O trabalho em uma fazenda era extremamente rudimentar a ponto de dizer um produtor que “lá não se criava gado, mas colhe-se gado”. (MACIEL, 1922, p. 18 e 19). “Aqui é o gado que cria a gente”. (ROSA, 5ª ed., 2001, p. 118).

Todas as tarefas começavam em princípios de setembro, com as primeiras partições, e se estendiam até o fim de janeiro, às vezes até março, conforme elas fossem uniformes ou tardias. (MACIEL, 1922).

Durante esses meses, os vaqueiros saíam a campo, localizavam as manadas e as conduziam para um curral, laçavam rês a rês, derrubavam-nas uma por uma e, no caso das crias, sinalizavam-lhes as orelhas para identificar a propriedade; sistema de marcação esse é ainda largamente utilizado no Pantanal. *Pari e passu*, fazia-se a marcação em brasa dos animais adultos, o que nada mais era do que a confirmação da posse. Concomitantemente à marcação, os touros eram castrados, enquanto eram separadas as vacas que estivessem em período de lactação. (MACIEL, 1922).

De março a agosto, as atividades da fazenda se resumiam ao cultivo de alguma cultura ou simplesmente ao ócio. Como se pode depreender, a intervenção dos fazendeiros e dos peões na pecuária era mínima: apenas a de assegurar a propriedade dos animais, já que a criação se fazia às custas da generosidade da natureza.

No Pantanal, no momento em que se encerravam as atividades anuais de marcação, castração, etc., o proprietário costumava, a título de gratificação, oferecer alguns novilhos ou novilhas aos seus empregados, considerando para isso o desempenho de cada um; “às vezes tinha capataz que conseguia até dez novilhas em um ano”. (RIBEIRO, 1999, entrevista).

Simonsen, que estudou a implantação da pecuária no Brasil, afirmou: “Depois de quatro a cinco anos de serviço começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazendas por sua conta”. (SIMONSEN, 1937, p. 234, T. 1).

À semelhança do sistema de povoamento que se desenvolveu nas colônias inglesas e francesas, o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação. Tudo indica que essa atividade era muito atrativa para os colonos sem capital. (FURTADO, 24ª ed., 1991, p. 59).

No caso específico do Pantanal, não foi muito diferente: muitos daqueles que acompanharam os pioneiros sem dispor de recursos para iniciar a atividade por conta própria acabaram por efetuar a acumulação inicial trabalhando em uma fazenda pantaneira.

Era comum termos na fazenda Taboco pequenos criadores, quase que em regime de patriarcado, ou melhor, de comunidade, que iam crescendo, aumentando a sua criação, e depois o próprio patrão legalizava para eles ou os auxiliava na compra de glebas para se tornarem fazendeiros. (RIBEIRO, 1984, p. 33).

E ainda: “Quasi todos os antigos capatazes dessas fazendas [Pantanal da Nhecolândia] são, hoje, proprietários de terras. Os vaqueiros possuem gado, que criam nos campos dos patrões, sem despesa alguma”. (BARROS, 1934, p. 23).

Eu ainda alcancei parte dos processos de ocupação do pantanal, meu pai requereu muitas terras para ex funcionários, que são hoje grandes fazendeiros, ele tinha grande prestígio político e levava para Cuiabá lotes de requerimentos para a legalização de terras para aquela gente, pelo fato de ser deputado ele encontrava muitas facilidades, em troca recebia bezerros, tourinhos, vacas velhas, de alguns nunca recebeu nada. Não é por ser meu pai mas era um homem muito bom, um mecena. (RIBEIRO, entrevista 1999).

As terras públicas foram, assim, sendo distribuídas justamente àqueles que estavam próximos do poder e que tinham os meios para legalizá-las, enquanto que os índios foram sendo expulsos e mortos ou se tornando peões de fazenda. Os que lançavam mão de grandes quantidades de terra pública, vendendo ou doando a particulares, eram ainda considerados mecenas.

Ao lado da atividade criatória o pioneiro teve que desenvolver a agricultura para garantir a sua subsistência e a de sua família, no mesmo modelo do norte de Mato Grosso. Enquanto lá ela se desenvolveu para atender a atividade mineira, no sul deu suporte para o desenvolvimento da pecuária.

Cada latifúndio tinha o seu cultivo próprio de gêneros alimentícios para o sustento daqueles que viviam e trabalhavam no núcleo rural. Praticamente, produzia todo o necessário, não havendo a necessidade de recorrer para além dos limites da propriedade, a não ser para a aquisição de ferro, louça, vinhos e outros produtos, cuja produção interna não era possível. A maioria dos produtos elaborados nas fazendas era fabricada por processos manuais ou com instrumentos rudimentares de baixíssimo rendimento.

As moendas de cana, torneadas de jatobá, ou análoga madeira de lei, pelos seus carapinas, completavam-se com a maquinaria simples, em que se enformava a rapadura, o açúcar de barro, ou alambicava a aguardente (...). As peças metálicas só foram introduzidas quando ia em meio o século. (CORRÊA FILHO, 1946, p. 68).

O equipamento metálico foi introduzido no norte de Mato Grosso, ao passo que no Pantanal sul, a produção era tocada por equipamento de madeira. Cultivava-se muita mandioca, que constituía, ao lado da carne, a base da alimentação do sulino e era um produto tão valorizado como é hoje o arroz. Da mandioca, antes da farinha, extraía-se o polvilho para fazer o bolo e o pão de queijo. Cultivava-se também o feijão, já que os solos eram propícios ao desenvolvimento dessa cultura, que tem ainda o conveniente de não ser muito exigente em água e de fácil armazenamento, podendo ser utilizado muito tempo depois de colhido. O milho era cultura obrigatória, pois, além da canjica e da farinha, obtinha-se dele o curau, a pamonha e muitos outros quitutes ainda hoje apreciados pelos sul-mato-grossenses, mas que preferencialmente eram armazenados em paiol para alimentar o porco que, além da carne, fornecia a banha. (RIBEIRO, entrevista 1999).

Toda grande propriedade cultivava a cana-de-açúcar, da qual se extraía o melado, a rapadura, a aguardente e o açúcar. Os processos eram extremamente rudimentares: a cana colhida passava por uma moenda, geralmente feita de madeira – o jatobá – e tocada por uma junta de bois ou de cavalos, onde era espremida, e o caldo levado a grandes tachos sobre fogões de lenha que forneciam o calor necessário para a purificação. Após esse processo, o melado era colocado em um cocho em forma de fenda e, assim que se solidificava, o recipiente era completado com terra que, com o tempo, absorvia a umidade do melado, um princípio de osmose utilizado pelo caipira naquelas regiões sem muitos recursos. A operação terminava quando se retirava com cuidado a terra que estava seca e em pedaços. Obtinha-se assim o açúcar de barro: quanto mais seco, mais alvo e mais limpo. (RIBEIRO, entrevista 1999). Para o preparo da rapadura, encaixava-se o melado em grades desmontáveis de madeira; assim que secava, o produto estava pronto para ser consumido.

Cultivavam-se, ainda, arroz, abóbora, moranga. O arroz encontrava muitas dificuldades ambientais para o seu desenvolvimento, sobretudo na planície. Raros eram os fazendeiros que conseguiam colhê-lo.

Conta que assim que se estabeleceu no Pantanal da Nhecolândia, José de Barros, se dirigiu a fazenda de um amigo e por lá ficou alguns dias, na sua volta anunciava a todos que o amigo a quem fora visitar estava rico e ao ser indagado sobre a afirmação ele respondia, a mesa dele estava branca de arroz. (BARROS, entrevista 2001).

Por esta afirmação, pode-se aferir que o arroz, além de não ser uma cultura que se desenvolveu muito bem nas condições ambientais do Pantanal, era vendido por preços que tornavam o alimento proibitivo a algumas pessoas, inclusive a alguns fazendeiros. A alimentação básica era mandioca, carne, leite, muita farinha de milho e de mandioca, abóbora, batata doce, moranga, feijão, açúcar. Sobressaía o consumo avultado da carne como elemento preponderante no regime de alimentação. (CORREIA FILHO, 1955). Ela era servida em pelo menos três refeições: ao

raiar do dia – o desjejum, o chamado “quebra-torto” –, no almoço e no jantar. (BARROS, entrevista, 2001).

Também contribuía na alimentação do mato-grossense, tanto do norte como do sul, o peixe dos rios e baías. Era comum, igualmente, o cultivo de árvores frutíferas, como a laranja, o limão, a manga, a jabuticaba, o mamão. Dessas frutas faziam-se doces e, de algumas delas, licores que eram servidos o ano todo.

Instalou-se no Pantanal sul-mato-grossense a grande propriedade rural voltada basicamente para o criatório bovino e adotou-se o indígena como mão-de-obra principal numa relação de semi-escravidão.

O vaqueiro se originou do índio, do guató, do guaná, dos chamacocos e guaicurús, os primitivos donos da terra; também do negro escravo que veio para as minas de ouro e depois para as plantações de cana no norte de Mato Grosso, acompanhou o desbravador por caminhos vários e, já no sul, recebeu a influência do sangue paraguaio, absorvendo-lhes os costumes e traços fisionômicos, formando um tipo diferente do vaqueiro do norte. (PROENÇA, 3ª ed., 1997).

Na verdade, a origem do vaqueiro sul-mato-grossense não ocorreu dentro de um processo idílico campestre de amor e ternura; pelo contrário, pautou-se pela violência e expropriação. O recrutamento da mão-de-obra para a pecuária teve por base o elemento indígena, com conseqüências dramáticas para este, na medida em que determinou o seu engajamento em uma economia de caráter semi escravista, não obstante a oposição que ele fez ao ver-se expropriado de suas terras, seu gado, seus bens e de sua gente.

Nas primeiras décadas do século XIX, os indígenas, sobretudo os terenas e guanás, tradicionais agricultores, eram livres e economicamente autônomos. Em contato com os religiosos que promoviam a catequese, e com os soldados dos fortes instalados na fronteira, transformaram toda a sua tradicional base material incorporando novas práticas de cultivo e trabalho, como também instrumentos mais produtivos, ao ponto de se tornarem os responsáveis pela produção de hortifrutigrangeiros de al-

guns núcleos populacionais do Pantanal sul de Mato Grosso como Miranda e Corumbá.

Com o processo de colonização do Pantanal sul, os pioneiros foram expropriando os indígenas de suas terras e de todo o seu gado e submetendo-os violentamente. Aqueles que não foram mortos internaram-se pelo interior em busca de segurança, os que ficaram foram submetidos e transformados em força de trabalho. Nesse processo de expropriação, foram surgindo imensos latifúndios que concentravam milhares de cabeças de gado. Por volta de 1860, já havia algumas substanciais propriedades e, à frente delas, os primeiros colonizadores que se tornaram importantes figuras na economia e política de Mato Grosso.

A presença do paraguaio em Mato Grosso é visualizada somente no final do século XIX e começo do século XX.

Quando da independência da América Espanhola, o Ditador Supremo do Paraguai, José Gaspar Rodrigues Francia, através do confisco ou de compras a baixo preço, adquiriu e distribuiu terras aos camponeses paraguaios, arrendando-as a custos irrisórios, além de fornecer-lhes implementos agrícolas, gado e sementes. Criaram-se as “estâncias da pátria”, onde os trabalhadores do campo produziam com o auxílio do Estado e dispunham de parte da produção como homens livres. Das estâncias, saíam carne e couro, sendo que o segundo era exportado. (CHIAVE-NATTO, 24^a ed., 1979).

Essas estâncias da pátria tornaram-se extremamente importantes para a nação paraguaia, na medida que: desempenharam o papel de propiciar trabalho à mão-de-obra assalariada.

No Paraguai não haverá desempregados e, consequentemente, os vadios e desocupados não vão constituir fenômeno social, como ocorria aqui, na alusão à Argentina. (...) Desta forma, verificar-se-à o caso único de uma economia, que embora atrasada, permitirá a integração nela da totalidade do povo humilde, base solidíssima para a formação de uma consciência nacional. (POMER, 2^a ed., 1985, p.16).

Mais tarde, já no governo de Solano Lopes, o Paraguai, que possuía um rebanho de sete milhões de cabeças de gado vacum, colheu, no início da guerra, sete milhões de quilos de fumo, dois milhões e meio de quilos de erva-mate. (CHIAVENATO, 24ª ed., 1979). No final do governo de Antônio Carlos Lopes, o efetivo militar paraguaio era de “quinze mil homens e, próximo do início da guerra, saltou para quarenta mil.” (VERSEN, 1976, p. 53).

Entretanto, o Paraguai vivia um momento de progresso e não havia razões para que o povo se deslocasse para Mato Grosso, onde as oportunidades naquele momento eram muito menores. Portanto, se aqui paraguaios houvesse, eram fugitivos da Justiça ou trabalhadores especializados que se dedicavam à construção de currais, bretes e cercas, em que esses hábeis artesãos se destacavam.

Durante os séculos XV e XVI, na Europa, sobretudo na Inglaterra, começava-se a criar a base do modo de produção capitalista, processo esse marcado pela separação entre os trabalhadores e a propriedade, período de muita violência e revoluções que arrancou súbita e violentamente as grandes massas humanas de seus meios de subsistência e as lançou no mercado de trabalho. (MARX, 2ª ed., 1985, V. 2). Esse processo marcou o ponto de partida da produção capitalista, a sua gênese, deixando profundas cicatrizes na classe trabalhadora. Quatro séculos depois, a banda meridional de Mato Grosso foi palco de violências que fizeram recordar a “aurora capitalista”.

Enquanto no Velho Mundo a sociedade organizada se preparava para entrar na fase superior do capitalismo - o imperialismo -, os pioneiros mato-grossenses se lançavam sobre as terras, o gado e o trabalho do indígena.

Naturalmente que os conflitos foram se sucedendo e, embora a população indígena fosse a maioria, ela não tinha possibilidade de lutar, devido à inferioridade bélica e também porque os pioneiros contavam com o respaldo legal de autoridades dos fortes e do distante governo provincial.

Em muito pouco tempo, os indígenas guanás e terenas, de proprietários de rebanhos bovinos e cavalares, se transformaram em peões de fazenda.

Os [terenas são muito] procurados pelos fazendeiros, contentavam-se com pequena remuneração, sendo, em geral, por êles explorados. Raramente se encontrava um camarada terena que não devesse os cabelos da cabeça ao fazendeiro – seus serviços não eram pagos pelo que valiam e, nas fazendas efetuadas pelo patrão, eram tristemente roubados. Daí uma escravidão de nova espécie, porque nenhum camarada de conta poderia deixar o patrão antigo sem que o novo se responsabilizasse pela dívida. E se tivesse a ousadia de fugir, correria os maiores riscos de vexame e até de morte, porque nos povoados e vilas, estava a polícia sempre em mãos dos fazendeiros. (VIVEIROS, 1958, p. 179-180).

Via de regra, os trabalhadores eram muito mal remunerados e dependiam inteiramente do patrão para o fornecimento de gêneros, como roupas, calçados, aguardente, enfim, aquilo que a propriedade não produzia. Esses artigos eram fornecidos a preços majorados, de forma que sempre havia saldo prendendo o peão ao patrão.

A população nativa foi sendo aos poucos apropriada de suas terras e de seu gado e sistematicamente reduzida à condição de servidão. Empobrecida, à medida que ia sendo desapropriada de seus bens, juntava-se em bandos, perambulando pelas fazendas, mendigando por um local onde pudesse se fixar, desenvolver lavouras de subsistência e caçar.

No fim do século XIX, alguns desses grupos eram vistos nas cabeceiras do rio Taboco, no alto Pantanal, em conflito com fazendeiros:

Esses índios, sempre mansos, com o passar dos tempos foram criando certos problemas, chegando a provocar um caso entre meu avô e Rondon [Gen. Rondon]. Nessas visitas que faziam à fazenda eles ganhavam pedaços de arame que, por não serem de aço naquele tempo, eles laminavam e colocavam na ponta de suas setas, dando às mesmas um maior poder de penetração. Apesar do meu avô pedir-lhes que viessem em casa que ele daria até rolos completos para eles, os índios por comodidade, ingenuidade e

não avaliando o prejuízo que causavam, iam tirando o arame das cercas. .../ Às vezes estávamos prendendo boiadas para serem negociadas e, na véspera do dia combinado para o aparte, os índios vinham e tiravam uma a duas quadras de arame das cercas²¹, soltando toda a boiada que havia sido presa em 20 ou 30 dias. .../ Outro prejuízo grande que davam é que eles gostavam de comer ‘nonatos’ (bezerros de barriga, às vésperas de nascer). Eles, muitas vezes, matavam as vacas e só tiravam o bezerro contido no útero. (RIBEIRO, 1984, p. 77).

Desde a saída dos colonos e jesuítas espanhóis do Pantanal, os índios foram, aos poucos, incorporando a carne bovina à sua dieta. O gado era numeroso e sem proprietário e passou a representar para alguns grupos uma nova caça, mas, à medida que os pioneiros foram chegando, ocupando a terra e apropriando-se do rebanho, a situação entre eles foi se deteriorando. Os fazendeiros se queixavam de que os índios causavam grandes prejuízos ao furtarem “suas reses” para abaterem e se organizavam para pôr cobro àquela situação. Como as autoridades em geral estavam nas mãos deles, logo se desencadeavam repressões brutais, muitas vezes estimuladas dentro do próprio governo da Província de Mato Grosso. Em um documento do império, de 1874, Joaquim Barbosa Marques foi autorizado a “arredar os índios de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir a família”. (BARBOSA, 1961, p. 06). Ou seja, os fazendeiros estavam respaldados pelo Governo imperial a tomar posse das terras de qualquer maneira, até, se fosse necessário, exterminando o elemento nativo. A situação chegou ao ponto de ver-se, no final do século XIX, o General Rondon obrigado a intervir nas relações pouco amistosas entre um produtor da região e os índios ofaiés.

A custa de intermináveis esforços para proteger a segurança pessoal e a vida dos silvícolas, conseguí salvar os remanescentes da

21 Na sua obra “Taboco 150 anos. Balaio de Recordações” Renato Alves Ribeiro afirma que a fazenda Taboco só começou a ser cercada depois da década de 1920, quando o general Rondon já havia registrado os conflitos entre os nativos e o seu avô, que aconteceram entre 1900 e 1910.

tribo dos ofaiés, das cabeceiras dos rios Taboco e Negro. Estavam sendo caçados e exterminados por um ‘coronel’, porque matavam, para comer, rêses da fazenda. Só a custa de energia, pertinácia e paciência foi possível obter do Govêrno que reprimissem tais caçadas e mais difícil ainda foi convencer o fazendeiro de que eram essas proezas assassínios execráveis. (VIVEIROS, 1958, p. 225-226).

Os confrontos se estenderam violentamente por todo o século XIX, com desfecho favorável aos fazendeiros; de certa forma, já havia uma acomodação entre os proprietários de terra e os nativos. Joaquim Ferreira Moutinho, que esteve em viagem por toda a Província de Mato Grosso, deixou relatos importantes a respeito do trabalho do indígena. No princípio da década de sessenta do século XIX, portanto, antes do início da Guerra do Paraguai, ele esteve na Vila de Miranda e foi hóspede do Barão de Vila Maria no engenho de Piraputangas, nas proximidades da cidade de Corumbá. Segundo ele:

Os terena e laianas [estavam] aldeados sob a direcção de frei Marianno de Bagnaia, em uma bella planicie, perto da Villa de Miranda, prestavão já relevantes serviços, visto como não só os homens se davão ao trabalho de camaradas, como ainda cultivavão roças que abastecião a villa de generos alimenticios (MOUTINHO, 1869, p. 135).

Já no engenho de Piraputangas,

Os índios aprendião varios officios e trabalhavão em olarias. Perfeito remeiros e pilotos, empregavão se e prestavão auxílio não só ao commercio, como camaradas das canôas que transportavão generos de Corumbá a Cuybá; como ainda nas fazendas de cultura e criação, onde seus serviços erão apreciados. (MOUTINHO, 1869, p. 137).

Os índios, pelo relato do viajante, eram os responsáveis por quase todo o trabalho que se desenvolvia nas cidades e nos seus entornos, além de cultivarem a terra. Toda atividade produtiva estava sobre os ombros dos naturais.

No aldeamento de Albuquerque dos Capuchinhos, revela o viajante,

(...) notamos a regularidade da educação dada por frei Angelo, que não os poupava do trabalho, mas tratava-os com amor paternal (...) na aldêa havia abundância de víveres plantados pelos índios que se mostravam todos muito satisfeitos (...). Os velhos ainda seguiam seus costumes selvagens. (MOUTINHO, 1869, p. 137).

As mulheres índias também mereceram atenção do viajante:

As índias, entre as quaes se contavão 20 a 24, de 14 a 16 annos, erão na maior parte afillhadas da bondosa e caritativa sra. baroneza de Villa Maria, que lhes tributava extrema affeição, e as protegia muito. Vinhão regularmente ao seu sítio onde passavão dias, e ella as recebia sempre em sua casa, infiltrando-lhes bons princípios, que seguião pela índole naturalmente boa. (...) os indios ouvião missa e resavão todos os dias no oratorio do missionario. .../ Havião escholas de primeiras lettras e musica, onde estudavão com muito aproveitamento. As índias empregavão-se nos arranjos de suas casas e em costuras. (MOUTINHO, 1896, p. 137).

As jovens índias iam recebendo os “bons” princípios da formação ocidental cristã para tornarem-se prendadas empregadas domésticas, cozinheiras, enfim, para realizarem todos aqueles serviços que, por uma razão ou por outra, tornavam-se pouco dignos de serem exercidos pelas famílias oligárquicas que começavam a se formar no Pantanal sul.

Era muito comum os fazendeiros da região de Mato Grosso retirarem indiazinhas dos seios de suas famílias ainda em tenra idade sob a alegação de oferecer-lhes uma melhor educação. Na verdade, desde os primeiros dias de chegada à casa dos patrões, elas eram colocadas na lida diária, primeiro divertindo os filhos e netos dos coronéis e seus apaniguados, na condição de babás e, mais tarde, introduzidas nos demais afazeres domésticos, geralmente sem ganho nenhum, merecendo por esses serviços a honrosa condição de participarem do ciclo mais íntimo da família, obterem um casamento arranjado pela condição de protegidas do coronel ou alguns cuidados especiais em sua velhice.

Nas fazendas 80% da peonada era de índios, sendo os serviços da casa exercidos por moças índias que eram criadas pelos brancos. .../ Até hoje em Aquidauana e Miranda é muito comum as índias servirem de cozinheiras, arrumadeiras e babás. Os meus filhos tiveram algumas babás índias. Era tão íntimo o contato com eles que muitos fazendeiros aprendiam a falar a sua língua. (...) Vovó [criou] uma mestiça, Laura, e para quem desejava coisa melhor. Vovó fez a Laura se casar no Rio de Janeiro com um almofadinha da época (...). (RIBEIRO, 1984, p. 35-73-74).

Moutinho identifica, entre os grupos indígenas que já prestavam serviços em fazendas da região de Albuquerque e Corumbá, os quinquinaus. Faz referência aos guanás, mas, ao contrário de Castelnau, registra que estes estavam em frente ao porto geral de Cuiabá, na margem direita do rio. Nas proximidades de Miranda destacou os laianos e terenas, todos já vivendo em completa harmonia com nossos costumes. (MOUTINHO, 1869).

Quanto à tribo dos índios paiaguás e os guaicurús, que por muito tempo representaram o flagelo das embarcações que subiam o rio Paraguai, “A primeira pode-se dizer extinta na província. (...) Habitão hoje o gran chaco do Paraguay, onde por vezes os vimos à margem do rio. [Já os segundos] estão completamente dedicados ao Brasil, conservando ódio e rancor aos paraguayos”. (MOUTINHO, 1896).

Já Bartalomé Bossi, em viagem pela Província de Mato Grosso em 1863, registrou junto à vila de Albuquerque uma aldeia de índios guanás que:

(...) prestam à vizinha povoação toda a classe de serviços; já na agricultura, já em outras necessidades e pequenas indústrias [como também havia outros aldeamentos de indígenas] kiquinaus, laianos e guaicurús no ponto denominado Mata Grande, a 12 Km de Albuquerque. (BOSSI, 1863, p. 22).

Essas informações confirmam que todo trabalho na incipiente sociedade sul-pantaneira era feito através dos braços indígenas, que acionavam tanto a propriedade rural como também os setores de serviço

e indústria que não exigiam uma maior especialidade. A eles se juntavam alguns poucos negros escravos.

A vida nos rincões da Província de Mato Grosso foi marcada no princípio por extrema pobreza. Os fazendeiros, na posse de extensos latifúndios, viviam em estado deplorável, mas não de miséria, uma vez que a agricultura de subsistência e a abundância da carne, seja ela de bovino, de porco, de caça ou de peixe, permitiam uma rica dieta protéica.

A indolencia parece ter assentado sua séde em Matto Grosso. Existe nos campos d'aquella província, uma população *sui generis*, meramente entregue à criação de gado, com hábitos arraigados, que a inhabilitam para qualquer outro trabalho. (...) Sua fazenda é uma área de terreno indeterminada, muitas vezes com 5, 10 e 20 e mais legoas de extensão, tendo, em certo ponto, um rancho, coberto quasi sempre de palha, raras vezes de telha, que serve de vivenda ao dono d'essas gigantescas propriedades, onde caberiam à larga, dez a doze grão-ducados ou principados allemães. (...) Raras vacas mansas rodeam um espaço limpo só pelas patas do gado; porém dezenas de millares de rezes percorrem as suas campinas desertas e innumerous touros mugem ao longe. (TAUNAY, 1923, p. 68-69).

A terra, por si mesma, não possuía valor algum. O trabalho humano nessas propriedades não lhes modificava a feição. Ficavam como que nas condições em que eram encontradas. (SODRÉ, 1941). As benfeitorias eram poucas e de construção extremamente simples. As moradias eram construídas de pau-a-pique com barro socado, e cobertas com a palha do acuri ou então do capim-sapê, esse último preferido devido a sua melhor proteção quando das chuvas. O chão era de terra batida; os cômodos, altos e espaçosos. Geralmente, junto à casa havia uma varanda aberta, que ficava em frente à sala. As refeições eram tomadas nessa varanda, onde havia uma grande mesa, feita de madeira grossa e sustentada por cavaletes, com longos bancos também confeccionados de madeira. Os quartos eram amplos e seu mobiliário consistia em baús e canastras de madeira ou de couro, onde se guardavam as poucas mudas de roupas. As redes

por muito tempo serviram de cama, e só eram armadas na hora de deitar. (BARROS, entrevista 2001).

Havia, ao que parece, uma única exceção:

(...) era o riquíssimo engenho - as Piraputangas - pertencentes ao sr. barão de Villa Maria. D'ahi sahia grande parte do sustento para Corumbá; accrescendo que a maior parte do gado que ali se consumia era tirado das fazendas do mesmo barão, próximas do engenho, onde residia em riquíssima casa, perto da fábrica movida por água, entre ricos pomares, e bellas e abundantes plantações, disposto tudo com muito gosto, regularidade, e até com luxo. (MOUTINHO, 1896, p. 245 e 246).

Segundo Thompson, nas propriedades marginais do rio Paraguai, do “Barão de Vila Maria, havia cerca de 80.000 reses”. (THOMPSON apud ALMEIDA, 1951, p. 345).

O isolamento, a solidão e a falta de renda constituíram uma marca significativa da nascente sociedade sul-mato-grossense e obrigou alguns poucos a produzirem praticamente tudo dentro da propriedade, inclusive tecidos. As unidades mais bem aparelhadas produziam a vestimenta de seus empregados e também a dos nativos nas aldeias. “Teem typos muito bonitos; as raparigas vestem-se bem, e não gastão absolutamente fazenda ordinaria; os seus vestidos são feitos por ellas mesmas, ao passo que cuidão tambem das roupas de seus maridos e filhos.” (MOUTINHO, 1869, p. 138).

Na metade do século XIX, já então haviam se estabelecido as primeiras fazendas regulares, sobretudo na fronteira, onde estavam concentrados os fortes e as aldeias indígenas dirigidas por padres. A princípio, o principal negócio desses pioneiros foi a produção do couro que se exportava em grande quantidade, tanto do gado *vacum* como também dos animais silvestres. A carne era desprezada devido ao pequeno mercado interno; muitas vezes, abatia-se a rês apenas para retirar-lhe o couro.

Dispondo de uma imensidão de campos e de uma vegetação que permitia boa forragem, o gado se multiplicou muito rapidamente, tanto

que em meados do século XIX havia previsões de que “somente o distrito de Miranda possuía 150.000 mil cabeças de gado, segundo o testemunho de vista de José Barbosa Bronzique”. (TAUNAY, 1923, p. 114).

Não parece exagerado o número apresentado por José Barbosa Bronzique. Quando da viagem de Luis d’Allincourt à Província de Mato Grosso, na década de 20 do século XIX, ele deixou registrado que somente a fazenda pública de Miranda apascentava 9.500 cabeças de gado bovino e 750 de eqüinos. (D’ALLINCOURT, 1975). Não incluindo o gado selvagem ao qual ele se refere dizendo encontrar-se espalhado por toda a planície por falta de manejo, como também aquele em poder dos grupos indígenas. Destacado pesquisador pantaneiro, CORRÊA FILHO, afirmou que “a taxa de natalidade nessa região não distanciará grandemente de 20%, o que permite dobrar o rebanho de cinco em cinco anos, e, às vezes, em menos prazo”. (CORRÊA FILHO, 1946, p. 72). Obviamente, nas condições de campo, com a criação extensiva, sem o emprego de técnicas mais apuradas.

Nesse caso, considerando essas 9.500 reses encontradas por d’Allincourt e recorrendo a uma progressão do rebanho com base nos índices oferecidos por Corrêa Filho, no ano de 1864, quando do início da guerra do Paraguai, existiria algo superior a trinta milhões de cabeças. No entanto, o mesmo autor alerta para as dificuldades nos primeiros anos de ocupação: os animais enfrentavam os predadores, ainda em grande quantidade e, além disso, embora sem registro, havia intenso comércio clandestino com o Paraguai, antes da guerra, e venda de carne seca e subprodutos do gado no Porto de Corumbá.

Considerando esses fatores, tomando as 9.500 cabeças de gado bovino e adotando o crescimento vegetativo desse rebanho de apenas 5% ao ano, portanto, um quarto do previsto por Corrêa Filho, somente no distrito de Miranda, em 1864, havia 85.329 cabeças descendentes do rebanho doméstico registrado por d’Allincourt. (Ver tabela na página 198).

O volume de gado existente no sul da Província era substancial e despertou a atenção de tropeiros mineiros, já acostumados a conduzirem

boiadas de Cuiabá para engorda em Minas Gerais desde 1836, quando Manoel Bernardo inaugurou o intercâmbio conduzindo para Uberaba um magote de legítimo gado pantaneiro. (CORRÊA FILHO, 1969).

Desde 1848, se formou uma corrente contínua de boiadas no norte de Mato Grosso compradas por gente de Minas Gerais, que cuidava da engorda na sua Província antes de levá-las à capital brasileira. (LEVERGER apud MAMIGONIAN, 1986).

O processo de concentração urbana foi um fenômeno registrado no Brasil no início do século XIX e deveu-se ao desenvolvimento comercial estimulado tanto pela abertura dos portos como pelo aparecimento de atividades econômicas urbanas e, mais tarde, também pela expansão das áreas de cultivo do café nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo; esta por ser incompatível com o criatório bovino, conduziu a uma ampliação do mercado da carne nessas regiões e permitiu que o gado do sul de Mato Grosso, como já acontecia com o do norte, fosse comercializado com produtores do Triângulo Mineiro, tradicionais invernistas, e, posteriormente, levados para abate na capital administrativa.

A colonização do Pantanal sul de Mato Grosso se fazia com uma corrente oriunda do norte formada, sobretudo, por cuiabanos e poconeanos livramentanos, que conheciam as relações que se estabeleciam entre os comerciantes mineiros e os produtores mato-grossenses, e não demorou muito para que os primeiros chegassem à região de Miranda e Aquidauana com o propósito de comprar bois. Logo, teve início a exportação do gado em pé.

Em 1850 os boiadeiros do triângulo mineiro, conhecedores já do sertão sul-matogrossense para onde passavam atravessando o Paranaíba, abaixo da barra do Rio Grande, iniciaram as suas viagens periódicas a estas paragens, fazendo negócios de gado com criadores estabelecidos nas margens do Miranda, Ivinhema, Apá e planos da Vacaria. (ALMEIDA, 1933, p. 02).

A cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, havia se transformado em importante centro comercial. Devido a sua privilegiada posição ge-

ográfica, tornou-se caudatária do grande comércio entre o Centro-Oeste e o litoral do Sudoeste e importante entreposto de comércio do gado bovino. A rota salineira passava por São Paulo, Jundiá, Campinas, Porto de São Bartolomeu (Rio Mogi), descia pelo rio Pardo e subia pelo rio Grande, buscando o porto da Ponte Alta; daí, através de carros de bois, chegava a Uberaba. (SAINT HILAIRE, 1975). Essa rota deu à cidade a condição de mais importante entreposto salineiro do Brasil Central. Além do sal, os comerciantes recebiam produtos de alta rentabilidade como armarinhos, perfumarias e querosene. (GUIMARÃES, 1991).

Aproximadamente 2.500 carros de bois faziam, nesta época, o transporte de sal para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, daí porque os tropeiros e os carreiros desempenharam um papel importante no transporte de mercadorias para as províncias interioranas. (REZENDE, 1997, p. 37).

Logo foi estabelecido importante canal de mercantilização entre os invernistas mineiros e os criadores de Mato Grosso. O gado sulino era conduzido para o Triângulo Mineiro e, após a engorda, era vendido a abatedouros paulistas e cariocas.

Os animais eram vendidos uma vez por ano; os compradores apareciam geralmente no período da seca, de maio a julho, e os fazendeiros começavam a reunir o gado com pelo menos trinta dias de antecedência. O isolamento e a distância do sul de Mato Grosso dos centros mais dinâmicos do País tornaram o pantaneiro um produtor dependente dos tropeiros, que eram poucos e sabiam tirar proveitos dessas fragilidades. “Daí que, no ato do negócio havia sempre certa insegurança por parte do pantaneiro, temor de perder a oportunidade e ficar sem vender”. (BARROS, 1998, p. 107).

Uma outra alternativa comercial para os colonos do sul de Mato Grosso era a cidade portuária de Corumbá, que recebia com frequência mercadorias vindas de Cuiabá. No entanto, apesar da pequena distância entre o porto e os pólos da nova colonização e da facilidade em se fazer o percurso via marítima, em função da rica rede hidrográfica que levava ao

rio Paraguai, havia um fator limitante, ou seja, ali só era possível a venda de peles de animais e plumagem de aves, pois as fazendas localizadas nas proximidades de Corumbá abasteciam os pólos colonizadores de carne seca e carne verde.

Manoel Cavassa, que chegou a Corumbá em 1857, logo que foi franqueada a abertura do rio Paraguai, deixou registrado esse comércio que havia naquela cidade entre os núcleos populacionais mato-grossenses.

(...) vim para esta cidade [Corumbá], que era então um lugar ermo, onde sómente havia quatro ranchos de palha e nem uma só casa, pelo que vi-me obrigado a fazer do navio armazem, vendendo ahi as mercadorias, que tinha trazido, aos habitantes d'este lugar e às embarcações que vinhão da capital, de Vila Maria e de Miranda. (CAVASSA, 1997, p. 20 e 21).

Os mascates vinham com suas embarcações até o ponto comercial de convergência, que era Corumbá, traziam aquelas mercadorias impossíveis de serem produzidas no interior das fazendas e em seu retorno levavam sobretudo couro e penas de aves, produtos da região, para serem vendidos. Por último, o contrabando que se realizava com o país vizinho, o Paraguai, seguiu forte até as primeiras décadas do século XX. As boiadas conduzidas pelos tropeiros entravam livremente em território paraguaio, onde eram vendidas com relativa facilidade. Enfim, as únicas alternativas que os pioneiros do sul de Mato Grosso tinham para vender seus produtos eram através de comerciantes que vinham de Cuiabá, pelos tropeiros de Minas Gerais, ou então o contrabando com a República vizinha.

Para vencer as dificuldades de ligação da Província com todo o Império, era imprescindível a busca de uma via mais rápida que superasse os problemas das grandes distâncias, uma vez que os antigos caminhos tornaram-se obsoletos. Desde o ano de 1828, Luis d'Allincourt chamava a atenção das autoridades brasileiras para a necessidade da abertura da navegação pelo rio Paraguai, a fim de possibilitar a comunicação do litoral Atlântico com Mato Grosso, integrando assim a Província à economia e

soberania do País. Ou seja: através da navegação fluvial, assegurar-se-ia estrategicamente o domínio de toda a fronteira oeste do Império, procurando acelerar seu processo de definitiva ocupação, permitir o seu desenvolvimento econômico e libertá-la das limitações impostas pelo caminho terrestre. Resolver esse problema, no entanto, não dependia apenas do desejo das autoridades nacionais, mas também de situações extremamente complexas que envolviam as relações diplomáticas do Brasil com a República do Paraguai.

Tabela de Progressão do Rebanho BOVINO DA FAZENDA PÚBLICA DE MIRANDA – DE 1820 A 1864

Anos	Rebanho	Produção anual	Taxa de crescimento anual	Produção total
1820	9.500	475	5% a.a	9.975
1821	9.975	499	5% a.a	10.474
1822	10.474	524	5% a.a	10.998
1823	10.998	550	5% a.a	11.548
1824	11.548	577	5% a.a	12.125
1825	12.125	606	5% a.a	12.731
1826	12.731	636	5% a.a	13.367
1827	13.367	668	5% a.a	14.035
1828	14.035	702	5% a.a	14.737
1829	14.737	736	5% a.a	15.473
1830	15.473	773	5% a.a	16.246
1831	16.246	812	5% a.a	17.058
1832	17.058	853	5% a.a	17.911
1833	17.911	895	5% a.a	18.806
1833	18.806	940	5% a.a	19.746
1834	19.746	987	5% a.a	20.733
1835	20.733	1.036	5% a.a	21.769
1836	21.769	1.088	5% a.a	22.857
1837	22.857	1.143	5% a.a	24.000
1838	24.000	1.200	5% a.a	25.200
1839	25.200	1.260	5% a.a	26.460
1840	26.460	1.323	5% a.a	27.783

1841	27.783	1.390	5% a.a	29.173
1842	29.173	1.458	5% a.a	30.631
1843	30.631	1.531	5% a.a	32.162
1844	32.162	1.608	5% a.a	33.770
1845	33.770	1.688	5% a.a	35.458
1846	35.458	1.773	5% a.a	37.231
1847	37.231	1.861	5% a.a	39.092
1848	39.092	1.954	5% a.a	41.046
1849	41.046	2.052	5% a.a	43.098
1850	43.098	2.155	5% a.a	45.253
1851	45.253	2.262	5% a.a	47.515
1852	47.515	2.376	5% a.a	49.891
1853	49.891	2.494	5% a.a	52.385
1854	52.385	2.619	5% a.a	55.004
1855	55.004	2.750	5% a.a	57.754
1856	57.754	2.888	5% a.a	60.642
1857	60.642	3.032	5% a.a	63.674
1858	63.674	3.184	5% a.a	66.858
1859	66.858	3.343	5% a.a	70.201
1860	70.201	3.510	5% a.a	73.711
1861	73.711	3.685	5% a.a	77.396
1862	77.396	3.870	5% a.a	81.266
1863	81.266	4.063	5% a.a	85.329
1864	85.329	4.266	5% a.a	89.595

4.2. As tensões na fronteira e o conflito com o Paraguai

Desde 1811, no Governo de José Gaspar de Francia, as tensões entre o Brasil e o Paraguai foram reavivadas em meio às contradições sociais e políticas não resolvidas, antes acentuadas pelos constantes ataques dos índios guaicurus aos colonos paraguaios na região fronteiriça.

Quando da emancipação das colônias espanholas, a elite de Buenos Aires, vitoriosa, defendia interesses econômicos semelhantes aos dos espanhóis: o de conservar o monopólio sobre o comércio do rio da Prata e formar uma confederação sob sua liderança com todas as Províncias

que faziam parte do Vice-Reinado. Entretanto, desse território emergiram três países independentes: Paraguai, Argentina e Uruguai.

Na cidade de Assunção, em junho de 1811, organizou-se uma junta governativa que se decidiu pela formação da República do Paraguai e que esse novo Estado seria governado sem a intervenção portenha. (ALMEIDA, 1951). Os revolucionários paraguaios se opunham à hegemonia de Buenos Aires e à sua pretensão de formar um único país e conservar o monopólio do comércio sobre o rio da Prata. A junta governativa de Buenos Aires considerou o ato como um movimento rebelde e, para reprimi-lo, formou um exército que invadiu o Paraguai, mas foi completamente derrotado. Em outubro do mesmo ano, os argentinos foram obrigados a conviver com um país independente em território que julgavam ser da Federação Argentina.

As primeiras décadas após a independência da América Espanhola foram marcadas por violentos debates políticos e econômicos. Emergiram desse processo grupos internos contraditórios: de um lado, aqueles que defendiam um atrelamento ao Império Britânico e desejavam organizar as novas repúblicas independentes como fornecedoras de matéria-prima à indústria inglesa e consumidoras dos seus manufaturados; de outro, aqueles que advogavam para seus países um desenvolvimento autônomo com medidas que protegessem a produção artesanal platina frente a um impacto da manufatura inglesa, lançando mão dos mais variados recursos para atenderem seus propósitos. No caso do Paraguai, após a sua independência, o então Presidente

havia assegurado um sensível distanciamento frente ao imperialismo inglês. (...) além de monopolizar a navegação dos rios interiores, o que lhe permitiu controlar rigorosamente todo o comércio de importação e de exportação, o governo paraguaio tomou iniciativas que viabilizaram o desenvolvimento acentuado das forças produtivas. Uma delas foi a estatização das terras, donde o surgimento consequente das estâncias de la patria, que expandiram vigorosamente a pecuária. Também o arrendamento das terras agriculturáveis, a baixo preço, rapidamente assegurou a

auto suficiência do país em arroz, milho, algodão, legumes. (...). O Estado Paraguaio também incrementou o desenvolvimento da indústria manufatureira, especialmente nos ramos textil, de papel, de tintas, de pólvora, etc.. A exportação de erva mate, de algodão, de tabaco, de couros curtidos, de cigarros e mel de abelha propiciou ao país superávits sucessivos nos exercícios orçamentários, o que deu margem à implantação de estaleiros em Assunção e da siderúrgia de Ibicuy, através dos quais o Paraguai chegou a construir seus próprios navios e fundir peças militares (...). (ALVES, 1985, p. 07).

O Paraguai, pequena república sul-americana, contrariava assim todo um novo pensamento gestado em Londres, que pregava o livre comércio, a eliminação das barreiras alfandegárias, a utilização das vias navegáveis para o comércio, enfim, tudo aquilo que impedia a livre circulação da mercadoria.

A única via de comunicação do Paraguai com o exterior era através do rio Paraguai, estando assim obrigado a utilizar essa via quem desejasse entrar ou sair do País. Para evitar contatos indesejáveis e controlar todo comércio importador e exportador, o Governo paraguaio “mandou colocar postos de guarda de 300 em 300 metros de distância para assim alcançar seus objetivos”. (VERSEN, 1976, p. 51). A política isolacionista e contrária aos interesses internacionais praticadas por Francia teve continuidade no governo de Carlos Antônio Lopes.

A julgar pelas circulares por ele enviadas [presidente Antônio Carlos Lopes] às potências vizinhas, dir-se-ia que era desejo seu entabolar com elas boas relações; entretanto, até o presente, só o Brasil tem ministro reconhecido em Assunção. O país continua fechado aos estrangeiros, sendo necessária uma autorização especial para nele ingressar. (CASTELNAU, 1949, p. 272, T. 2).

Do exclusivismo característico do sistema colonial, reclamavam sobretudo o Brasil e a Inglaterra. No caso do primeiro, o fechamento dos rios afetava os seus interesses, pois ameaçava a integridade do seu território, uma vez que o rio Paraguai era a via de comunicação mais rápida com a Corte e com o resto do mundo, como também permitia o

transporte de mercadorias mais pesadas e volumosas com o conseqüente barateamento do frete, e a possibilidade de estimular a economia local, então completamente estagnada, era uma alternativa para minorar a situação de empobrecimento por que passava a Província após o ciclo do ouro. Enquanto permanecia fechada a banda meridional, só era possível a vinculação com as demais Províncias do Império basicamente através do comércio de caravanas, com todas as dificuldades conhecidas: transpor relevos acidentados, enfrentar a presença hostil de algum remanecente indígena, levar alimentos para atender os animais que compunham a tropa. Eram vias inseguras, verdadeiras trilhas de salteadores.

Além disso, o Império corria o sério risco de ver a Província de Mato Grosso gravitar economicamente em torno dos círculos comerciais paraguaios, com tendência a se desligar da precária unidade monárquica e se juntar à nova República.

Do outro lado, a Inglaterra, afetada seriamente em seus interesses comerciais, exigia a abertura dos rios que compunham a Bacia do Prata. Os comerciantes de Liverpool e Manchester pediam a interferência do Governo britânico no sentido de tomar medidas que limitassem as restrições postas ao comércio no Prata e assegurassem acesso ao rio Paraguai e regiões do interior. (CADY apud RAMOS, 6ª ed., 1974).

Esses reclamos eram respaldados pelos centros industriais de York Shire, Manchester, Leeds, Halifax e Bradford e subscritos por 1.500 banqueiros, comerciantes e industriais das cidades citadas. A opinião generalizada na Inglaterra era no sentido de que o comércio livre com Buenos Aires e Montevideu não teria tanta importância se as comunicações com o interior sul-americano não fossem estabelecidas. “En esta apreciación del gobierno y la industria británicos, encontraremos màs adelante la clave de la trágica guerra del paraguay”. (CADY apud RAMOS, 6ª ed., 1974, p. 184).

Após a imediata emancipação das Províncias que compunham o Vice-Reinado do Prata, essa região foi considerada como o mais rico mercado aberto aos ingleses, pois, além do alto consumo de produtos

industrializados, suas matérias-primas exportadas favoreciam o desenvolvimento da indústria e do transporte, que era feito nos navios ingleses. (DORFMAN apud RAMOS, 6ª ed., 1974).

O Brasil, através de seu governo, manifestava constante preocupação com a integridade de seus territórios a oeste e mantinha conversações com o Governo paraguaio, sempre com o respaldo da Inglaterra, que defendia seus objetivos comerciais.

O segundo Presidente do Paraguai, Antônio Carlos Lopes, não se negava a abrir a navegação do rio homônimo para os navios brasileiros, “desde que fosse em troca de um tratado que desse fronteiras seguras ao país guarani”. (POMER, 1979, p. 70). No entanto, alguns incidentes envolvendo a República do Paraguai e os Estados Unidos da América do Norte contribuíram para a abertura dos rios.

O agente da Companhia Paraguaia de Navegação Edward A. Hopkins, cônsul dos Estados Unidos no Paraguai, com aporte de capitais privados e do Governo americano, iniciou a exploração da navegação a vapor, do açúcar, do tabaco, do algodão e outras atividades. (CARDOSO, 1967). No entanto, alguns incidentes de pequenas proporções e a soberba de Hopkins, ao tratar do assunto com o Presidente Antônio Carlos Lopes, fizeram com que o Governo paraguaio cancelasse a autorização que lhe permitia atuar como cônsul e encerrou seus negócios no País. (CARDOSO, 1967).

No ano seguinte, o vapor norte-americano “Water Witch” sulcava as águas dos rios Paraguai e Paraná enquanto sua tripulação promovia estudos científicos na região, quando entrou em águas de navegação proibida, sendo por isso bombardeado, o que provocou a morte de um tripulante e o ferimento de vários outros. (CARDOSO, 1967).

Esses incidentes trouxeram conseqüências imediatas, com o rompimento das relações entre Paraguai e Estados Unidos da América. O Congresso norte-americano autorizou o Presidente James Buchanan a adotar medidas e o uso da força para exigir daquele País uma justa satisfação. Para garantir o sucesso da medida, foi enviada uma poderosa frota naval que ficou ancorada na foz do rio do Prata em 1858, produzindo

um alarme geral em todos os países da América do Sul. Com a mediação do Presidente Urquiza, da Argentina, e com o atendimento das exigências dos americanos, o conflito foi resolvido. Pelo incidente, os Estados Unidos da América receberam “(...) una carta de explicaciones y excusas por el incidente del “Water Witch”, la familia del timonel muerto seria indemnizada con 10.000 dólares; los buques mercantes norteamericanos podrían navegar libremente los ríos Paraná y Paraguay; (...)”. (VASCONSELOS, 7ª ed., 1978, p. 153).

Além deste problema, o Paraguai enfrentava outros, desde a década anterior, com o Governo argentino, que se empenhava na união das províncias que no passado formaram o Vice-Reinado do Prata. (ALMEIDA, 1951). A situação da República do Paraguai era extremamente difícil, já que o Brasil havia assinado um protocolo secreto com a Argentina estabelecendo que, se aquele País não chegasse a um acordo amigável, o Império lançaria mão de medidas coercitivas e, se necessário, da guerra. (POMER, 1979).

O estabelecimento de um cenário de crise na região platina fez com que o Governo paraguaio revisse a sua posição e adotasse medidas que pudessem resguardar sua independência nacional, fortemente ameaçada. O que mais importava naquele instante era uma aliança com o Império; tanto é que em 1856 foi assinado um acordo de comércio entre o Brasil e a República do Paraguai que liberou a navegação do rio homônimo até o porto de Corumbá, ligando então Mato Grosso ao Rio de Janeiro e a todas as demais províncias do Império cuja navegação fosse possível.

A assinatura desse Tratado de 1856, promoveu mudanças substanciais na região meridional de Mato Grosso, que, pelo franqueamento da navegação, ligou-se ao comércio mundial via o estuário do rio da Prata. A principal beneficiária do Tratado foi a cidade de Corumbá, que teve possibilitada a abertura do seu porto a navios nacionais e estrangeiros.

Já no ano de 1858, foi criada a Companhia Nacional de Navegação a Vapor, que manteve, a partir de então, uma viagem mensal entre Corumbá e Montevideú. (MOUTINHO, 1869).

Corumbá (...) pode dizer-se o depósito central das manufacturas que se distribuem pelos diversos pontos da província: Miranda, Villa Maria, Cuyabá, Albuquerque, etc. Estas localidades e muitas outras da província de Matto Grosso, enviam por sua vez para Corumbá os seus produtos de exportação, tornando-a assim o emporio commercial dessa abençoada região. (BOSSI, 1863, p. 22-23).

A abertura da navegação pelos rios Paraguai e Paraná deu a Corumbá a condição de principal entreposto comercial da Província e porta de acesso às mercadorias européias da América do Sul e Europa. A princípio, não havia muito que levar da região: apenas couro do gado vacum e de animais silvestres, sebo, charque e penas de aves.

A vida econômica da Província passou a se desenvolver; ao longo das regiões ribeirinhas havia um crescente movimento de mercadorias e pessoas, quebrando assim uma rotina de profundo paradeiro e abandono. O mesmo decreto que habilitou o porto de Corumbá ao comércio criou uma mesa de rendas. Em 1861, instalou-se a alfândega, e em 1862, o povoado foi elevado à categoria de vila. (FONSECA, 1986, V. 1).

Depos de permanecer isolado pela conjuntura colonial portuguesa por mais de 150 anos, o Pantanal de Mato Grosso foi favorecido por fatores que provocaram a dinâmica do seu crescimento. Da abertura do porto ao início da guerra com o Paraguai, passaram-se somente oito anos, período esse marcado pelo crescente crescimento da região. “O pantanal mato-grossense passou então a ser mais intensamente ocupado com a abertura de fazendas de gado cujo o núcleo inicial surgiu nos arredores de Cuiabá.” (CORRÊA, 1985, p. 30).

A população, que antes da abertura do porto era de 100 habitantes, saltou para 1315 em 1861, dos quais 1187 eram brasileiros, 29 italianos, 26 franceses, 2 alemães, 6 espanhóis, 6 argentinos, 9 orientais, 3 bolivianos, 3 americanos e 44 escravos. (PORTO CARRERO apud FONSECA, 1986, V. 1).

No ano de 1864, a população atingia “1500 habitantes, na maior parte brasileiros, não excedendo o numero de estrangeiros a cem”.

(MOUTINHO, 1869, p. 245). A população cresceu devido aos evidentes progressos do comércio: “Cada dia aumenta o numero de edifícios de modesta construção que servem de abrigo provisório aos habitantes que se preparam para entrar em uma vida de atividade e progressos”. (BOSSI, 1863, p. 22).

Geralmente de origem européia, muitos imigrantes estrangeiros, com possibilidade de ampliar seus capitais, vieram para Corumbá na condição de mascates, acostumados ao comércio fluvial na foz do Prata pelos rios Uruguai e Paraguai e entre os portos de Buenos Aires, Montevidéu e Assunção. Além de usufruir do grande comércio que se estabeleceu com as principais cidades do Prata, utilizavam pequenas embarcações com as quais singravam cada rio da planície pantaneira, levando os mais variados produtos aos fazendeiros e seus peões. Isso em uma região extremamente carente de meios para o seu auto-abastecimento. Retornavam com suas embarcações prenhes de couros do bovino, de animais silvestres e outros produtos da região.

O imigrante português Manuel Cavassa, que se estabeleceu em Corumbá em fins de 1857 e exerceu a atividade de mascate fluvial com pequeno capital inicial, conseguindo acumular, em curto período, uma considerável fortuna. “É verdade que, aqui tendo-me domiciliado, ganhei muito dinheiro e estava satisfeitíssimo, pois pelos balanços de 1864 as minhas casas representavam um capital de mil, quatrocentos e tantos contos de reis.” (CAVASSA, 1997, p. 21).

A abertura da navegação permitiu a alguns proprietários rurais, sediados nas proximidades de Corumbá, ampliar os seus negócios comercializando a carne verde na cidade e exportando o gado em pé via porto. Foi o caso do barão de Vila Maria, que “(...) pode ele então dar saída ao gado e expandir ainda mais, fundando a Fazenda do Barranco Branco (Porto Murtinho) e Fazendas Firme e Palmeiras, entre os rios Taquari e Negro”. (PROENÇA, 3ª ed., 1997, p. 82).

Antes do início da Guerra do Paraguai, já era possível identificar grandes proprietários na posse de imensos rebanhos bovinos:

(...) João Faustino do Prado, da fazenda Rodrigo com 10.000 cabeças de gado; João da Costa Lima (...) da fazenda Chapema, com 10.000 cabeças de gado; Joaquim de Souza Moreira, na fazenda Piqui, João Alves de Arruda, na fazenda Rebojo; José Alves de Arruda na fazenda Jatobá; Joaquim Alves Correia, na fazenda do Taboco; Simplício Xavier Ribeiro, na fazenda Cutape; Leopoldino Lino de Faria, na fazenda Santa Voia; João José Pereira Filho na fazenda Monjolinho e Henrique Ferreira Mascarenhas, na fazenda Correntes, emigrado da Baía por obra da Sabinada, em que se envolverá. (SODRÉ, 1941, p. 81).

Além disso, uma expedição de engenharia militar, que atravessou o sul de Mato Grosso em 1858, encontrou diversas fazendas do rio Paraná ao Miranda, algumas das quais alojavam grande rebanho. Aparentemente, uma, chamada Santa Gertrudes, próximo da fronteira do Paraguai, tinha 10.000 cabeças de gado e 200 cavalos, enquanto duas outras, 2.000 e 5.000 cabeças cada. (SOUZA apud WILCOX, 2000).

Embora os relatórios produzidos na região raramente mencionem o número do rebanho equino e bovino, Leverger estimou que em 1863 o rebanho mato-grossense era de 500.000 cabeças. Considerando uma taxa de desfrute de 5%, era possível abater 25.000; destas, apenas de 10.000 a 17.000 eram vendidas a tropeiros mineiros, o restante iam para o consumo local, o que evidencia um muito baixo aproveitamento das possibilidades produtivas da região.

O excedente bovino continuou a não ser totalmente vendido, fato que só ocorreu durante a 1ª Guerra Mundial, quando as exportações de carne cresceram enormemente graças aos frigoríficos estrangeiros estabelecidos em São Paulo. (CORREIA FILHO, 1955).

Embora o tratado de comércio e navegação estivesse em pleno vigor, com o porto de Corumbá recebendo não só navios brasileiros, mas de todas as demais bandeiras, a guerra entre o Império e a República parecia ser uma questão de tempo.

Desde meados do século XIX, o Governo imperial, que até então pouca atenção havia dado ao sul da Província de Mato Grosso, passou a tomar iniciativas visando assegurar o domínio das regiões em litígio com

o Paraguai, instalando novas colônias militares ao longo da fronteira, enquanto promovia conversações com o governo daquela República para a abertura da navegação do rio homônimo. Encorajava, igualmente, o estabelecimento de colonos para manter permanente controle sobre a área, desenvolvendo atividades que pudessem, mais tarde, justificar a presença brasileira.

Em maio de 1850, uma força de artilharia e infantaria imperial, a mando do Presidente da Província, Costa Pimentel, desembarcou na encosta do morro Pão de Açúcar, às margens do rio Paraguai, próximo de Coimbra (forte construído pela monarquia portuguesa em 1775 para assegurar a exclusividade da navegação no médio Paraguai e conter as incursões dos nativos) com a intenção de levantar ali um navio forte. O governo paraguaio reagiu imediatamente, enviando uma frota com tropas; eram mais de 600 soldados, que cercaram a construção e expulsaram os militares imperiais.

A segunda dessas colônias militares foi a de Nioaque, agora com sucesso, instalada em 1850 à margem do rio Urumbeva e que contava com 226 praças e respectivos oficiais. (GUIMARÃES, 1999). Em 1855, foi fundado, à margem do rio Brilhante, outro pequeno forte, o de São José de Monte Alegre. (ALMEIDA, 1951). Em 1860, foi construída uma nova colônia militar, que tomou o nome de Miranda, localizada junto à cabeceira do rio homônimo, à margem do seu afluente do lado direito, o córrego Atoleiro. (GUIMARÃES, 1999). Por último, foi criada a Colônia Militar de Dourados, em 1861, à margem direita do primeiro e maior dos três braços que formam o rio Dourados. (ALMEIDA, 1951). “Todos [os fortes] visavam, defender e proteger os moradores estabelecidos nessa parte do território do Império, até as fronteiras do Iguatemi e do Apa, contra as incursões dos selvagens, e a chamar êstes por meio de catequese à civilização.” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 536).

Os fortes não foram construídos com o objetivo de proteger e defender os moradores dos ataques dos selvagens, pois já não havia nações indígenas insubmissas que pudessem colocar em risco qualquer iniciativa

de fixação. O desejo do Governo Imperial era impedir que, no futuro o Governo paraguaio viesse fazer qualquer exigência sobre aquelas áreas e criar condições para a instalação de alguns pioneiros nos territórios em litígio para, posteriormente, garantir a possibilidade de soberania baseada no princípio do *uti possidetis*.

(...) o Brasil nunca mudou suas exigências nos tratados lindeiros, e constantemente exigiu as fronteiras, ou mesmo menos do que essas, pelas quais havia combatido desde a Independência, limites que, embora resultassem principalmente de convenções antigas, reclamava exclusivamente, em nome de sua norma internacional, o *utipossidetis*. (CALÓGERAS, 1945, 288).

O próprio Decreto de criação da Colônia Militar de Dourados, no artigo 8º, dava ao Presidente da Província de Mato Grosso e, com a sua concordância, o comandante da Colônia, autorizados a “fazer concessões gratuitas a colonos brasileiros, até uma légua quadrada cada uma e o total das concessões a 200 léguas, com a condição de serem habitadas imediatamente”. (ALMEIDA, 1951, p. 314).

A Colônia Militar de Dourados, a mais importante das novas guarnições, foi construída no planalto arenítico basalto Campo Grande-Maracaju ou no nominado Campos de Vacaria, área disputada pelo Império e pela República do Paraguai, que engloba as bacias dos rios Brilhante, Vacaria e Dourados e que hoje abriga os municípios de Rio Brilhante, Sidrolândia, Maracaju, Dourados, Laguna Caarapã, Caarapó, Naviraí e Ponta Porã. Essa região tem uma peculiaridade: estende - se Paraguai adentro numa faixa de 100 km com a mesma uniformidade ambiental, o que leva a imaginar que são regiões irmãs. A própria população nativa guarani, que ali habitava, era a mesma que ocupava o interior do norte do Paraguai; portanto, tanto as condições ambientais como as humanas eram as mesmas; havia uma continuidade paisagística como também uma grande disponibilidade nativa da erva-mate.

Até meados do século XIX, o Estado brasileiro não tinha qualquer controle sobre essas áreas, as quais, aliás, eram freqüentadas todos

os anos por levadas de paraguaios que chegavam para extrair a erva nativa e prepará-la, enviando a produção para Assunção. Eles devassavam todo esse território na crença de que as terras pertencessem ao solo pátrio.

Em meados do século XIX, o alferes João Crisóstomo, do Exército Brasileiro, deixou registrado que a referida área era um campo onde se fazia a extração da erva-mate para o consumo local.

Teriam os povoadores aprendido com os paraguaios tal mister porque, vindos de outras províncias, não conheciam a planta, nem o seu uso. Os paraguaios adentravam essa e outras regiões para extrair a erva mate, sem contudo, se fixarem. Vinham e voltavam.. (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 1995, p. 50).

Seguramente, muitos dos rebanhos que foram encontrados pelos pioneiros brasileiros nos Campos de Vacaria eram ramanescentes dos arrendamentos paraguaios instalados para a colheita da erva.

Já escrevi alhures e repito o que meu pai contava com entusiasmo; Antônio Gonçalves Barbosa, subindo o rio que navegava, chegou aos campos do Erê à procura de local adequado para seu rocio e aí encantou cheio de deslumbramento ao avistar uma ponta de gado, só vacas, em verdadeiro édem de verdura. (BARBOSA, 1963, p. 13).

Desde o início se estabeleceu uma pecuária incipiente nos fortes, em parte apoiada no gado introduzido pelos paraguaios. Em 1854, uma expedição que se dirigia de Cuiabá ao Paraná encontrou em Brilhante uma guarnição composta de 16 soldados, alguns cavalos e 22 touros de transporte e plantações de mandioca, não somente para a própria subsistência mas para alimentar expedições que entravam na região. De acordo com seus comandantes, em 1862, Dourados tinha aproximadamente 60 soldados e cinco famílias, enquanto Miranda tinha 40 soldados e 15 famílias com 56 cabeças de gado, onze cavalos e algum cultivo de milho e cana-de-açúcar para sua subsistência. (MENDONÇA apud WILCOX, 2000).

Enquanto o Governo brasileiro tomava iniciativas no sentido de assegurar a propriedade das terras sulinas da província de Mato Grosso, construindo fortes, incentivando a abertura de fazendas, o criatório, o cultivo, ações que nada mais eram do que a manifestação da política lindeira dos gabinetes do Rio de Janeiro e a aplicação de um único princípio *o uti possidetis*, a República vizinha não fazia muito diferente. O medo da expansão brasileira no que era considerado território paraguaio, juntamente com os ataques dos guaicurus desde fins do século XVIII, levou ao estabelecimento de pequenos fortes ao longo do rio Apa com estímulo permanente a colonos para se estabelecerem e manter permanente controle sobre a região. Já em princípios da década de sessenta do século XIX, a fortaleza de Humaitá foi concluída. Aquela posição no rio Paraguai fora artilhada, inicialmente, rápida e precariamente, quando da expedição naval imperial de 1855. o Governo comprou da Inglaterra centenas de canhões e grande quantidade de munições, sendo que a esquadra contava com dezessete pequenos vapores. (VERSEN, 1976). Aumentou, igualmente, os seus efetivos militares, evidenciando, assim, a ameaça de guerra com o declarar Império.

Em princípio de 1862, o Presidente Solano Lopes enviou a Mato Grosso o oficial do seu Exército, Isidoro Resquim, disfarçado de comprador de gado e terras para fazer um levantamento do rebanho eqüino e bovino das propriedades que concentravam maior número de cabeças, dos armamentos que dispunham as unidades fronteiriças, enfim, fazer o mapeamento da região. (GUIMARÃES, 1999).

Outro espião foi o tenente Andrés Hererro. Em 1863, ele visitou Mato Grosso com o pretexto de que desejava estreitar relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai e assim anotou tudo que pudesse ser de interesse militar. Passou por Coimbra, Albuquerque e o estabelecimento naval de Dourados, à margem direita do rio Paraguai; subiu o rio São Lourenço e o Cuiabá e só não foi até a capital porque era estação da seca e as águas baixas não permitiam o tráfego de navios de alto calado. Como os paraguaios pretendiam invadir Mato Grosso também através do rio,

aproveitaram-se do trabalho de seus espões para estudarem previamente as singularidades mesológica e patomográfica das áreas-chave da região que iriam ocupar. (SILVA, 1999).

A guerra era iminente e foi deflagrada em 1864

Em 1864, as tropas imperiais invadiram a República do Uruguai, sob pretexto de proteger os proprietários rio – grandenses estabelecidos nos departamentos setentrionais daquela nação, como se vivessem em terras do Império. Apoiando a sublevação do colorado Venâncio Flores, pró- império e pró Buenos Aires, o governo procurava reestabelecer a hegemonia que gozara sobre o Uruguai, em razão dos tratados de 1851 – 1852, apenas expirados. (PENA,1975). A invasão do Uruguai e a deposição do governo autonomista pelas forças de Venancio Flores e do Império foram orquestradas por Bartolomé Mitre, na cabeça do governo unitarista argentino, desde a vitória de 17 de setembro de 1861, no combate do arroio Pavón, sobre o federalismo argentino.

Em associação com o Império, Barlolomé Mitre procurava pôr fim rapidamente aos dois aliados do federalismo provincial argentino – o Partido Blanco no Uruguai, e o governo autonomista, no Paraguai. O governo paraguaio alertara o Império de que a invasão do Uruguai seria considerada casus belli. Isso porque o governo súcubo ao Império em Montevideu cerraria definitivamente a saída ao mar ao Paraguai, pois Buenos Aires encontrava – se nas mãos do unitarismo argentino, que voltara a sonhar com a própria conquista da província desgarrada. Abandonar o aliado oriental significava enfrentar – se mais tarde com a Argentina e o Império, sem qualquer aliado.

As hostilidades entre a República do Paraguai e o Império do Brasil foram anunciadas em novembro de 1864, quando o Presidente Solano Lopes deu ordens para capturar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, com a conseqüente prisão do Presidente nomeado para Mato Grosso, o coronel Carneiro de Campos, que nele seguia como passageiro. (CUNHA MATOS apud VERSEN, 1976). No mesmo ano, o Paraguai lançou um ataque sobre Mato Grosso com duas poderosas colunas, uma fluvial e outra terrestre. (RODRIGUES, 1993).

A coluna fluvial, comandada pelo coronel Vicente Barrios, era constituída de quatro batalhões de infantaria (6^a, 7^a, 10^a e 13^a), com 3.200 homens, e de doze peças raiadas e foguetes à Congreve. Deixou Assunção em 24 de dezembro de 1864, e, ao passar em Conceição, mais mil homens de cavalaria reforçaram a esquadra. (FRAGOSSO, 1934, V. 1). Os navios que formavam a expedição eram os vapores Taquary, Paraguay, Igurey, Rio Branco e Iporá, escunas Independência, Aquidaban e Patacho Rosário e lanchões Humaitá e Cerro Leon. Mais tarde a ela se juntaram ainda o Salto de Guayra, o Rio Apa e o Marquês de Olinda. (FRAGOSSO, 1934, V. 1).

Dois dias após deixar Assunção, a esquadra paraguaia atracou a poucos quilômetros do Forte Coimbra, e, após o desembarque, os soldados a sitiaram e tomaram posição para o início do bombardeiro. O Forte constituía-se de 115 soldados, entre praças e oficiais, além de “10 índios cadiúeos, quatro vigias da Alfandega, três ou quatro paisanos de Albuquerque e 17 presos. Ao todo 150 homens”. (BARÃO DO RIO BRANCO apud FRAGOSSO, 1934, p. 225, V. 1).

Por ordem de Porto Carrero, que na ocasião comandava a fortaleza, foi enviada a lancha Jauru para Corumbá com o objetivo de dar a notícia da iminência do ataque paraguaio.

No dia 27 de dezembro, o coronel Vicente Barrios enviou uma intimação para rendição do forte, por intermédio de um oficial de suas tropas. A notificação foi rejeitada, o que levou a que a tropa paraguaia iniciasse os primeiros bombardeios com auxílio dos vapores e das baterias. A infantaria guarani, já estava em terra e avançou, aproveitando – se da alta vegetação que circundava o forte sendo recebida por forte fogo, que reduziu a intensidade do assalto. A luta se estendeu até as primeiras horas da noite, quando foram suspensos os ataques sem que lograssem êxitos os atacantes.

Na manhã seguinte, os paraguaios voltaram á ofensiva com a mesma intensidade, embora sem sucesso; no entanto, tornou-se impossível aos soldados imperiais resistir ao assédio, devido ao esgotamento da munição. Porto Carrero decidiu convocar uma reunião com todos os oficiais,

que decidiram pela retirada de Coimbra. Na madrugada do dia 29 de dezembro, a bordo do vapor Anhambaí, toda a guarnição partiu rumo a Corumbá.

Ao amanhecer do dia 29 os paraguaios que se encontravam preparados para desfechar nova ofensiva, tiveram a surpresa de ver a fortaleza deserta e silenciosa. Pensando que se tratava de ardil dos brasileiros ainda bombardearam Coimbra com sua artilharia, por algum tempo. (PÓVOAS, 1995, p. 266, V. 1).

Em pesquisa recente, Doratioto contesta a versão de que a munição se esgotara. Segundo ele, “(...) na lista do armamento capturado pelos paraguaios em [Coimbra] constam 83.400 cartuchos de fuzil e 120 quilogramas de pólvora fina”. (DORATIOTO, 2002, p. 101).

Com a queda de Coimbra, o exército paraguaio continuou o seu avanço. Por terra, partiu uma coluna para ocupar Albuquerque e a fazenda Piraputangas, do Barão de Vila Maria, que reunia milhares de cabeças de gado bovino, e outra pelo rio Paraguai, rumo a Corumbá. Tanto a vila de Albuquerque como a fazenda Piraputangas já haviam sido abandonadas: “já o Barão de Vila Maria, partira, com a Baronesa, a cavalo, para a Corte, em viagem de sacrifício, a fim de transmitir ao Imperador a notícia da invasão.” (SOUZA, sd., p. 53 e 54).

Quando os retirantes de Coimbra chegaram a Corumbá encontraram a vila tomada por um incontido pânico, devido às notícias que chegaram pelo Jauru. O coronel Carlos Augusto de Oliveira, responsável pela organização da defesa, resolveu pela evacuação da localidade, “em ato inopino de infamia e covardia”. (SOUZA, sd. p. 55).

A lancha Jauru, comandada pelo tenente Balduino, seguiu para Cuiabá no dia 2 de janeiro transportando o cofre da Alfândega e algumas famílias. Horas depois, o Anhambaí partiu sob o comando de José Israel Alves Guimarães. A notícia da invasão e a fuga das autoridades responsáveis pela segurança da população fizeram com que o pânico tomasse conta de todos aqueles que ali viviam, dando início a uma desenfreada corrida em busca de lugares nos vapores disponíveis. Aqueles que não

conseguiram lugar a bordo aventuravam-se a fugir em barco e canoas a vela ou a remo ou então buscavam refúgio nas matas.

A três de janeiro de 1865, as forças do Exército paraguaio tomaram Corumbá. Os seus vapores conseguiram deter muitos daqueles que tentaram fugir sem contar com recursos para tal empreitada.

Às 8 horas da noite mais ou menos aqui chegaram a canhonera Taquary [Corumbá] e parte das forças inimigas, que veio por terra, vindo já nomeadas as auctoridades, que aqui vinham funcionar. .../ Parecia aquella uma noite de São João: vinham mortos de fome os invasores, pelo que tudo que encontravão, porcos, cabras etc., ia para o fogo, e começou o saque das casas de commercio que não tinha moradores. (CAVASSA, 1997, p. 23).

A segunda coluna paraguaia, a expedição terrestre ou Divisão do Norte, partiu de Conceição em 29 de dezembro de 1864 sob o comando do coronel de cavalaria Isidoro Resquim e tendo como subchefe o major Martim Urbietta, com um contingente de 2.500 homens de cavalaria e um batalhão de infantaria com outros 1.000. (FRAGOSSO, 1934, V. 1).

A Divisão do Norte, como era chamada, ganhou o território mato-grossense atravessando o Apa, em Bela Vista. Enquanto o grosso da tropa se dirigiu para a Colônia de Miranda, Nioac e Vila Miranda, outro grupo, com 200 cavaleiros e comandados por Urbietta, atacou a Colônia de Dourados, onde, embora tenha encontrado pequena resistência, venceu facilmente uma corporação que reunia 15 homens sob o comando do tenente Antônio João.

No dia anterior ao ataque, a população civil havia abandonado a praça, embrenhando-se na mataria em busca de proteção.

Como Urbietta, Resquim também não encontrou dificuldades para submeter os vilarejos do sudoeste de Mato Grosso. Em 7 de janeiro de 1865, comunicou ao comando superior de Assunção que na Colônia militar de Miranda não havia nenhum soldado, mas apenas duas senhoras que se recusaram a acompanhar a população fugitiva. (GUIMARÃES, 1992, V. 1). Ao receberem notícias da proximidade das tropas invasoras,

famílias inteiras que residiam em Miranda marcharam em direção aos morros das margens do rio Aquidauana, carregando o que podiam, a pé ou nas poucas carretas ali existentes, e avançando pelos pantanais com enormes sacrifícios até acampar, em caráter provisório, nos altos da morraria. (NANTES, 1993).

Em Nioac, houve rápido entrevero com as tropas brasileiras comandadas pelo coronel José Dias que, após negar rendição, abriu fogo contra os inimigos. No entanto, o avanço das tropas paraguaias e sua superioridade numérica fizeram com que o comandante brasileiro decidisse pela fuga.

Assim, com o avanço das tropas inimigas, Nioac e a Vila de Miranda foram evacuadas, tendo a população procurado refúgio transpondo a serra de Maracaju.

As tropas de Lopes obtiveram pleno êxito na invasão de Mato Grosso: ocuparam com a primeira coluna, às margens do rio Paraguai, o Forte de Coimbra, Albuquerque, Corumbá e, com a segunda, a região entre o rio Apa, a serra de Maracaju e o Taquari, as colônias de Miranda e Dourados e as Vilas de Nioac e Miranda, estendendo-se ainda até Coxim.

Ao se referir a invasão, Pandiá Calógeras afirmou, que Lopes cometeu grande equívoco ao invadir Mato Grosso, além da divisão de suas forças essa Província não tinha nenhum objetivo militar pois a conquista do território constituía mero alvo geográfico. (CALÓGERAS, 1945).

Por outro lado, o general Tasso Fragosso afirmou que Lopez desfechou ataque à Província de Mato Grosso por que;

(...) deseja apossar-se dos territórios em litígio, isto é, porque uma de suas principais fontes de inspiração guerreira é precisamente a que ele empresta com absoluta injustiça aos seus adversários. Essa conquista territorial fascina-o de tal maneira que não se preocupa com distrahir nela uma parte de suas forças, a qual seria evidentemente mais útil na operação fundamental que iria empreender depois no rumo oposto, a saber, a invasão de Corrientes e do Rio Grande do Sul. Os seus propósitos ficaram registrados de modo indelével nos seus primeiros movimentos estratégicos. (FRAGOSSO, 1934, p. 219, V. 1).

Já o general Flamarion Barreto Lima destacou que, além da ocupação dos territórios contestados, a invasão paraguaia procurava “neutralizar as forças brasileiras existentes nesta região, assegurando a liberdade de ação para o desencadeamento da ofensiva do sul”. (LIMA, 5ª edição, 1988, p. 29).

O memorialista, Joaquim Francisco de Mattos, afirmou que:

A estratégia de Lopez condenara previamente seu empreendimento à catástrofe: lançando suas forças sobre Mato Grosso sob o comando de Barrios e Resquim que lhe deram sensação de facilmente conquistar um vasto território, ocupou apenas o deserto. (MATTOS, 1989, p. 122).

A possibilidade da invasão do território sul-mato-grossense para neutralizar os efetivos ali estacionados não parecia fazer parte da estratégia militar do Exército paraguaio. Segundo o barão do Rio Branco, em agosto de 1864, entre o Estado-Maior, engenheiros, corpo de saúde, eclesiásticos, infantaria, cavalaria e artilharia, havia 875 militares em toda a Província. Destes, apenas 165 faziam parte do Distrito do baixo Paraguai e da Vila de Miranda. (RIO BRANCO apud FRAGOSSO, 1934, p. 221-222, V. 1). Portanto, a região não tinha a menor expressão militar; estava desarmada e indefesa, embora mantivesse em seus armazéns uma grande quantidade de armas e munições enviadas pelo Governo do Império no ano de 1862. Em Maldita Guerra, Francisco Doratioto propõe:

A negligência militar dos gabinetes que governaram o Brasil fez com que enviassem para Mato Grosso, desde 1862, grande quantidade de armas, munições e outros artigos bélicos, sem destinar a tropa necessária para utilizá-las. Para defender a província eram insuficientes aqueles 875 soldados, dispersos por cinco distritos militares, e os seis pequenos vapores da Marinha imperial, dos quais apenas um dispunha de dois canhões. (DORATIOTO, 2002, p. 98-99).

O armazenamento de abundante e moderno armamento no sul do Mato Grosso não constituía ato insensato do governo imperial, do ponto

de vista militar. Ele teria permitido organizar rapidamente uma poderosa segunda frente de combate, aí sim dividindo as forças paraguaias, se a defesa da província não tivesse ruído pela falta de decisão de seus oficiais e defensores. Realidade que pode justificar a maciça intervenção preventiva das tropas paraguaias, que após a conquista se retiraram em sua maior parte da região. O armamento mantido em Mato Grosso foi capturado pelos paraguaios, fortalecendo o antiquado poder bélico dos seus exércitos. Na lista do armamento capturado pelos paraguaios constam: “(...) 83.400 cartuchos de fuzil e 120 quilogramas de pólvora fina. Na fortaleza de Humaitá, instalou-se a ‘bateria de Coimbra’, assim denominada pelo fato de os dez canhões que a compunham terem sido capturados no forte brasileiro.” (DORATIOTO, 2002, p. 101).

O ataque pelas tropas paraguaias justificava-se pela conquista de um espaço territorial em litígio, com a possibilidade de no transcorrer do conflito as autoridades brasileiras solucionarem o problema fronteiriço a favor do Paraguai, mas todos os autores anteriormente citados não consideraram o fator principal que era a atração que exerceu o rebanho bovino e eqüino, então apascentado nas extensas pastagens sul-mato-grossenses.

O sudoeste de Mato Grosso era uma região semi deserta, pouco conhecida e separada dos grandes centros do Brasil por milhares de quilômetros, mas era extremamente cobiçada pelos estrategistas paraguaios, sobretudo em virtude do rebanho eqüino e bovino que abrigava em seus extensos campos de pastagem natural. À época, a cavalaria constituía-se em um dos elementos mais importantes e necessários à guerra. Aliás, essa era uma preocupação que rondava os círculos dirigentes de Cuiabá. Gabriel Getulio de Monteiro e Mendonça em correspondência ao Barão de Lajes afirmou “(...) ser a cavalaria a tropa mais apropriada às excursões no território vizinho (...) e que, em caso de guerra, a primeira providência a tomar deveria ser a apreensão da cavalaria inimiga, recomendava ainda, que se fizesse forte a guarnição na fronteira do Paraguai a fim de proteger nossa boiada e cavalhada (...)”. (MENDONÇA apud PROENÇA, 1958, p. 94).

Quanto ao gado bovino, era o principal recurso de boca para os exércitos em constantes deslocamentos: além de empregado também no transporte, era com eles que se transportava a artilharia. O alimento fundamental das tropas paraguaias e aliancistas durante toda a guerra foi precisamente a carne *vacum assada*.

Os paraguaios tinham informações seguras de que o sul do velho Mato Grosso abrigava gado suficiente para manter os seus exércitos em guerra e ainda atender às necessidades da população assuncenha.

Tão logo os soldados invasores ocuparam a região, foram destacadas tropas para reunir gado, cavalo e mulas. Foi construído um curral para a retirada dos animais, justamente nas fazendas Firme e Piraputangas, do Barão de Vila Maria:

‘Curral do Soldado’ na fazenda Firme as margens do rio Negro, ‘O gado era transportado pela canhoneira Yaporá, e isso só foi possível devido a enchente que permitia a embarcação alcançar o porto da Manga para dentro do campo, numa distância de mais de duas léguas, até o capão que, depois dessa passagem, ficou batizado pelo nome de Yaporá’. (BARROS, 1922, p. 16).

Há controvérsias quanto ao número de animais que foram retirados do sul de Mato Grosso para serem enviados a Assunção e para alimentar as tropas estacionadas na província. Das propriedades do Barão de Vila Maria, teriam sido retiradas 20.000 cabeças, todas conduzidas para o Paraguai. (BOSSI, 1863). Segundo Thompson, “só o Barão de Vila Maria, o homem então mais rico da província, possuía cerca de 80.000 cabeças de gado em suas propriedades marginais do rio Paraguai. Todo esse gado foi assenhorado pelos paraguaios”. (THOMPSON apud ALMEIDA, 1951, p. 345). Mesmo tendo sido o seu rebanho saqueado pelos paraguaios, dez anos depois da guerra as atividades pecuárias eram ali retomadas, com o restante do gado alçado que os paraguaios não conseguiram reunir. (MACIEL, 1922, p. 16). Tudo isso comprova o grande volume de cabeças que estavam apascentadas naquela fazenda. No distrito de Miranda, das 150.000 cabeças existentes, segundo o testemunho

de José Barbosa Bronzique, 60.000 caíram em mãos dos exércitos paraguaios. (TAUNAY, 1923, p. 114). “Estes mantêm ainda nesse distrito, mil soldados; creio que os conservam por causa da grande quantidade de carne seca que enviam todos os meses para Assunção”. (TAUNAY, B, sd., 154). Já nas proximidades da Colônia Militar de Dourados, foram imediatamente arrebanhadas 1.200 cabeças de gado bovino e 80 éguas, 1.000 em Nioaque, mais 600 em fazendas isoladas. O abate para a manutenção dos soldados paraguaios e da população civil brasileira de Corumbá era de 300 a 500 cabeças por mês. (Documentos 12.14 e 16, Colecion, Rio Branco apud WILCOX, 2000, p. 25).

Muito mais ao sul entre os rios Pedra de Cal, também chamado ribeirão das Cruzes, ou Pirapocú, e o Caracol, afluentes da margem direita do Apá, e o espigão divisor das águas de pequenos formadores dêste, estendiam-se longos campos de pastos nativos, em que se assinalavam pequenas elevações, como lombadas. Ai nesse território, Solano Lopez, por aquela época do assalto ao núcleo de Taquari, mandou fundar uma estância pastoril, ponto de recuperação, por onde passaram a escoar-se, em descanso, as boiadas arrecadadas no solo matogrossense e destinadas pelo passo de Bela Vista ao interior da República. Os guaranis chamaram-na Machorra, e nela edificaram estabelecimentos, que se elevariam a oito, para abrigo de tropa e instalação de serviços, grandes currais, oficina de carreiro e cortume. (ALMEIDA, 1951, p. 346).

O ataque ao sul de Mato Grosso consolidou a idéia de que o rebanho bovino, embora tenha se multiplicado à lei da natureza, com muitas perdas e sem trato algum, havia crescido vertiginosamente. “Representou estratégica retaguarda de abastecimento para as forças militares paraguaias”. (CORRÊA, 1999, p. 48). Mesmo nas áreas dos Campos de Vacaria, onde a ocupação se iniciava, o bovino foi encontrado aos milhares, o que comprova que havia sido introduzido por colonos paraguaios que promoviam a colheita da erva-mate, como também por guarnições do Exército Brasileiro que se instalaram ao lado de alguns pioneiros, o que contribuiu para elevar o rebanho da região.

Embora os soldados invasores tenham capturado muito gado bovino e eqüino para manter seus exércitos e enviá-los para Assunção, a maior parte desse gado permaneceu no território sul-mato-grossense sem que pudesse ser retirado, devido à presença devastadora de uma doença fatal que atingiu a cavallhada, conhecida como a peste das cadeiras ou Trypanosomíase eqüina, “que da Bolívia penetrou, por volta de 1850, em Mato Grosso, cuja tropa de eqüinos foi terrivelmente dizimada.” (CORRÊA FILHO, p. 1969, p. 531).

Transportada da Bolívia em 1857, começou aquella enfermidade a grassar entre os cavallos, com todos os caracteres de epidemica. Hoje tornou-se endemica. (...) A zona, em que actua esse mal, estende-se do sul do districto de Miranda até Cuyabá, exactamente em todos os pontos, onde se dão as inundações periódicas e o alagamento dos campos. (TAUNAY, 1923, p. 70).

Nos campos da planície pantaneira os significativos estoques de cavalos constituíram motivo de atração aos invasores quer para usá-los como montaria na região, quer para serem enviados para outras frentes de batalhas, sobretudo no sul, “pois a atenção geral das potencias alliadas quasi exclusivamente voltada para o sul, para as operações de guerra travadas em torno de Curupaity e Humaytá”. (TAUNAY, A., sd., p. 6).

A doença, no entanto, comprometeu os planos dos oficiais paraguaios, que não tiveram animais sequer para formar tropas para tirar do território sul-mato-grossense os bovinos ali apascentados. No relatório de Joaquim Ferreira Moutinho, ficou registrado que nas fazendas públicas de Betione e Poeira, os paraguaios haviam deixado milhares de cabeças de gado bovino já marcados a ferro com as letras “LP” (La Pátria), que se tornaram a maioria selvagem, visto que a região foi abandonada. (MOUTINHO, 1869).

Internamente, desde 1850, a Província sofria com as consequências da doença, pois a arrecadação reduziu drasticamente as rendas, que em sua maior parte advinham da pecuária através da comercialização do gado em pé, que se fazia via tropeiros mineiros e paulistas e que foram

temporariamente interrompidas pela falta de cavalos que pudessem fazer o manejo. (CORRÊA FILHO, 1969).

A força expedicionária que partiu de Uberaba com o propósito de libertar Mato Grosso, e que foi imortalizada no livro “A Retirada da Laguna” pelo Visconde de Taunay, sofreu todas as privações devido à ausência de animais de sela. Durante a estada no Coxim, morreram quase todos os muares não escapando um só cavallo atingidos pela peste das cadeiras. (TAUNAY, 1923).

O mesmo aconteceu com as tropas paraguaias que se dirigiram a Coxim quando da invasão do território mato-grossense em abril de 1865. “Se bem tivessem levado excelente cavalaria, voltaram muitos dos expedicionários a pé, pois que a peste, commun n’estas localidades, incessantemente derribava os melhores animais de sella”. (TAUNAY, 1923, p. 22). Destaque – se igualmente, a baixa qualidade geral dos animais de monta da época. Quando a coluna brasileira, destinada à invasão do Paraguai pelo norte, transitou pelas terras sulinas do Coxim, dirigindo-se à Laguna, “pôde averiguar visualmente a extensão dos prejuízos da força da cavalaria dos invasores, estateada nas centenas de carcassas de animais mortos na região pantanosa, assaltados pela peste de cadeira”. (ALMEIDA, 1951, p. 346).

Os memorialistas Campestrini e Guimarães afirmaram que a força expedicionária, marchando por terras goianas de poucas fazendas e depois pela província de Mato Grosso quase desabitada, teve alguns transtornos no tocante ao provisionamento da tropa, concorrendo para isso a pequena produção das roças por falta de chuvas no ano anterior. Além disso, o gado trazido de Goiás, saído gordo dos campos, chegava esquelético, em face das grandes distâncias percorridas. (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 1995).

No que se refere a Mato Grosso, sobretudo na planície do Pantanal, o gado bovino era abundante, mas a sua obtenção foi se tornando difícil pela falta de cavalos. Taunay, que fazia parte da Força Expedicionária Brasileira como segundo tenente de artilharia, revela que quando

saíram do Coxim, com as provisões meio esgotadas, confiavam no muito gado que vagueava pelos campos. Eles eram vistos pastando em grandes manadas; no entanto, bravios ao extremo, fugiam rapidamente quando pressentiam a presença do homem, tornando difícil abatê-los, como a qualquer animal selvagem. (TAUNAY, 1923). Restou ao grupo, em grande parte da viagem, alimentar-se dos frutos nativos que encontravam pelo caminho: chupavam o miolo de macaubeiros e comiam jatobás verdes, cujo sabor desagradável sobrepuja ao cheiro nauseabundo, palmitos, cocos, mel de abelha e guavira. (TAUNAY, 1923)

“O gado muito arisco, fugia facilmente de nossos atiradores, cujas armas de pederneiras e espoletas se inutilizavam com a chuva contínua de maneira que estávamos reduzidos a chupar o miolo da palmeira imbecayá(bocayuba, côco de catarro) o que os índios denominavam namuculi”(TAUNAY, 1929, p.17).

A epidemia, que praticamente dizimou o rebanho eqüino no Pantanal, aparentou, a alguns criadores, tratar-se de um problema insolúvel. (BARROS, 1922). Em 1870, no fim da guerra, o comandante da Força Brasileira em Miranda relatou que não poderia cumprir as ordens de conduzir gado a Bela Vista porque a doença havia dizimado o rebanho eqüino da região. Essa empreitada foi confiada a tropeiros mineiros que estavam trazendo cavallhada por terra, vendendo-a a preços fabulosos. (TAUNAY, 1923).

“Em alguns annos, a dificuldade de obter cavallhada tem impossibilitado o costêo, sem o qual o gado se torna arisco e bravio, como o que avistamos na base da serra de Maracaju” (TAUNAY, p.60 – 61, 1929).

A peste das cadeiras fez avultar o preço dos cavalos, que chegou à cifra de 100 a 120\$000 por cabeça, dez vezes o preço de um animal no Rio Grande do Sul da época. Os muares, embora não se prestassem ao serviço das fazendas, atingiu a mesma cifra, o que obrigou o mato-grossense a fazer uso do boi manso, tanto para o transporte de cargas (lenha, mantimentos) como para montaria. “(...) muitas vezes vê-se entrar pela cidade tropas de bois arreados com cangalhas e os tocadores de lotes

montados n'outros que offerecem mais commodo no andar". (MOUTINHO, 1869, p. 34-35).

Um fator que motivou a invasão de tropas paraguaias em Mato Grosso foi a oferta de bovinos e eqüinos, disponibilizados em seus campos. Esperavam reunir milhares de cabeças para alimentar seus exércitos em combate e também a população assuncenha. No entanto, o plano dos invasores frustrou-se quase que completamente devido à falta de animais de sela, o que os impedia de reunir os bovinos para conduzi-los a local desejado.

De certa forma, a doença que atacou a cavallhada, embora tenha desarticulado a nascente pecuária do Pantanal sul, acabou por tornar-se benéfica, na medida em que preservou os estoques bovinos da extração paraguaia. O mesmo não aconteceu com a mão-de-obra sulina. Os indígenas, sobretudo aqueles que eram objeto do intenso trabalho de catequese e que prestavam serviços em torno dos núcleos urbanos, ou fugiram, ou foram obrigados a prestar todo tipo de serviços às forças invasoras.

Os índios guanás desse aldeamento [Matta Grande] foram levados prisioneiros pelo coronel Barrios e no Paraguay empregados nos trabalhos públicos como escravos; [Ainda] durante a ocupação os paraguayos abriram uma excellente estrada de rodagem, através de mattas virgens, entre Corumbá e a villa de Santo Coração na Bolívia, em cujo trabalho empregaram os prisioneiros, especialmente indígenas, e no qual gastaram 152 dias de effectivo serviço. (BOSSI, 1863, p. 21-22).

O tratamento dispensado aos indígenas pelas tropas invasoras não foi muito diferente daquele dado pelas brasileiras, revela Taunay:

Estamos na mais extraordinária das situações; o comandante obriga os pobres índios Terenas e Quinquinaus a trabalharem sem trégua, apesar da necessidade em que estão de ir cultivar suas terras e sustentar as infelizes famílias. Sem razão alguma retém êstes pobres coitados despachando escoltas para os prender, desde que mostrem pouca vontade de vir submeter-se ao seu arbítrio. (TAUNAY, B, sd., p. 196).

Em julho de 1866, o Presidente Solano Lopez ordenou que toda a população masculina da Província, sem distinção de nacionalidade, deveria seguir para Assunção. “(...) chegamos ao amanhecer a Albuquerque, em cujo porto estavam já reunidos todos os índios varões domesticados que também deviam embarcar e efetivamente embarcaram entre as commoveis lamentações de suas famílias, (...)” (CAVASSA, 1997, p. 33).

O Forte de Miranda, antes que as tropas invasoras chegassem, foi abandonado por sua população, e o depósito de artigos bélicos ficou entregue ao saque dos indígenas aldeados nas proximidades e, antes de cair em poder dos paraguaios, como fatalmente aconteceu, os terenas, laianas, kinikinaus, guaicurus, kadiuveos e baquilos trataram de se prover de espingardas, clavinhas e de quanta pólvora e bala puderam angariar; munição de que dispuseram em abundância durante todo o tempo da ocupação do distrito, em seguida, alguns grupos transpuseram a serra para se juntar à população fugitiva; os terenas se isolaram e os kadiuvéus adotaram uma atitude contrária a qualquer branco, ora atacando os paraguaios na linha do Apa, ora assassinando famílias brasileiras inteiras. (TAUNAY, 1931, p. 33). Os kadiuvéus, instigados e armados de fuzis pelos brasileiros, penetraram no rio Apa, assaltando as aldeias e os exércitos paraguaios. (BOGGIANI, 1975, p. 267). Os guanás, kinikinaus e laianas participaram da guerra ao lado do Exército Imperial. Já os terenas mantiveram-se esquivos; só depois de algum tempo é que acabaram se juntando à população fugitiva de Miranda e de seus entornos, lutando ao lado dessas forças contra os paraguaios. (TAUNAY, 1931).

A transposição da serra de Maracaju permitiu a dispersão desses grupos e a ocupação, por eles, de uma extensa área, do rio Brilhante às nascentes do Vacaria e, destas, ao vale do Dourados. Esse foi um fator importante para a difusão do gado no planalto de Maracaju-Campo Grande. Os nativos não levaram todo o rebanho que possuíam, pois em momento de fuga isso era impossível, mas certamente conduziram parte dele, contribuindo decisivamente para o povoamento daqueles campos, aproveitando-se das ricas pastagens naturais, onde formaram uma colô-

nia de refugiados que reunia uma série de ranchos vastos e cômodos, e pouco a pouco regularizou-se o modo de viver daquelas colônias híbridas de brasileiros civilizados e índios. (TAUNAY, 1931, p. 33).

Tornou-se comum entre a população que transpôs a serra durante a ocupação paraguaia, buscar o gado bovino espalhado pelos campos da vila de Miranda.

Por entre as rondas passavam, à noute, os índios quando desciam da serra para virem laçar rêses na planície e ajoujá-las com bois mansos, tangêndo-as assim para o alto dos acampamentos. E com estas expedições repetidas sempre com êxito, apesar da vigilância dos inimigos, abasteciam-se de carne fresca, ou então seca ao sol, e ao ar (o que se chama carne de vento) os moradores dos Morros. Só se podiam então queixar da falta de sal, esta mesma, até certo ponto, minorada pela exploração, embora imperfeitíssima, dos barreiros ou terrenos salitrosos, tão abundantes de matéria salina e numerosos nesse sul de Mato Grosso. (TAUNAY, 1948, p. 270 e 271).

As nações indígenas já haviam adotado muitos costumes da cultura européia que lhes pareciam úteis, e nesses acampamentos, os bovinos desempenhavam importante papel: além de servirem de alimento, eram utilizados como tração e transporte tanto para puxar carroça como para montaria. Taunay presenciou o uso do bovino pelos indígenas quando esteve com as tropas brasileiras que se dirigiam a Laguna. “(...) os índios da Boa Vista (...) montados em bois, marchavam uns atrás dos outros, com a lentidão grave d’aquelles ruminantes (...)”. (TAUNAY, 1923, p. 113). Quando da formação de novas lavouras, eram com eles que se derrubavam as matas, preparavam o solo, puxando arados de madeira ou de ferro e, por fim, transportavam a colheita; além do mais, com o couro eram feitas as portas dos ranchos, as camas, as cordas, o recipiente para carregar água e mel, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, as sacas para armazenar o sal. (CAPISTRANO de ABREU, 3ª ed.,

1934). Havia também as pelotas feitas com o couro e que portavam as cargas e as pessoas que não sabiam nadar.

Um dos modelos de pelotas mais usuais nos passos dos arreios ou rios de nado era preparado com o couro fresco de touro que, depois de franzido em roda, toma a forma de uma grande bacia ou de um cesto arredondado. A abertura da boca era mantida por meio de um travessão de pau, e antes do passageiro embarcar colocavam-se no fundo as suas bagagens, que serviriam de lastro; à frente nadava o condutor levando presa entre os dentes uma tira de couro: uma das extremidades das tiras era agarrada pelo viajante que, com outra mão, puchava o cavalo pelas rédeas. (HOLLANDA, 1945, p. 32).

No esforço para expulsar os paraguaios de Mato Grosso, em especial de Corumbá e Miranda, duas frentes foram formadas, uma das quais partiu do Rio de Janeiro em julho de 1865 para Uberaba, Minas Gerais, onde se juntou a vários batalhões oriundos de Ouro Preto, São Paulo, Amazonas e Goiás, constituindo um contingente de aproximadamente 3.000 homens. (GUIMARÃES, 1999). Em setembro do mesmo ano, as tropas deixaram aquela cidade sob o comando do Coronel Manoel Pedro Drago em direção ao noroeste até as margens do rio Paranaíba, daí tomaram o rumo de Coxim, descendo até Miranda, já sob o comando de Carlos de Moraes Camisão. A coluna se internou pelo território paraguaio, onde ocorreu a epopéia da Retirada da Laguna.

Uma segunda frente, formada para expulsar os paraguaios de Corumbá, foi organizada na cidade de Cuiabá com duas brigadas sob o comando do tenente coronel Antônio Maria Coelho. Tendo arquitetado um ataque pela retaguarda e de surpresa, em 13 de junho de 1867, o povoado caiu rapidamente em mãos das tropas cuiabanas. No entanto, parte dos habitantes da Vila vinha enfrentando uma epidemia de varíola que grassava naquela região com bastante intensidade. No dia seguinte à retomada, sem qualquer cautela, foi enviado um mensageiro para comunicar na capital o êxito da expedição; como ele já havia contraído a doença, contami-

nou todos aqueles com quem havia se comunicado, morrendo assim que chegou a Cuiabá. (MOUTINHO, 1869).

Em 24 de junho, quando chegou a Corumbá o próprio Presidente da Província, José Vieira Couto de Magalhães, a doença já tinha atingido as tropas, alastrando-se com rapidez, o que as impossibilitava de ficar na Vila; além disso, chegavam notícias de que os paraguaios desfechariam novo ataque.

Diante da situação, o Presidente deu ordens para a evacuação de Corumbá. Com o retorno para Cuiabá de toda a tropa, sem os cuidados que se faziam necessários, a doença encontrou todas as condições para se alastrar por toda a Província. “A epidemia foi assim trazida para a Capital, ceifando metade da população cuiabana.” (PÓVOAS, 1995, V. 1). “Na memória do povo, mais do que da ‘Retomada de Corumbá’, 1867 seria o Ano das Bexigas, da máxima provação a que se viu submetida a população cuiabana.” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 551).

Embora não seja possível revelar com exatidão o número de pessoas atingidas pela varíola, pois o responsável pelo registro também faleceu vitimado pela epidemia, o ofício do Dr. J. V. Couto de Magalhães, dirigido ao Presidente da Província de Mato Grosso em setembro de 1867, afirma: “luctamos aqui com uma medonha epidemia de bexigas, a qual do dia 14 de agosto a 17 do corrente nos arrebatou numero de victimas superior a 1.500, só nesta capital”. (MAGALHÃES, 1867).

Dessa situação, se aproveitaram os paraguaios para retornar a Corumbá, ali permanecendo até o ano seguinte, quando as tropas brasileiras renderam Humaitá e dirigiram-se para Assunção. Solano Lopes ordenou a evacuação de todos os efetivos militares estacionados em Corumbá, último reduto paraguaio em Mato Grosso, para fortalecer os seus exércitos que mantinham reinvadidos combates no sul, o que ocorreu em abril de 1868, pondo fim à guerra em solo mato-grossense.

Foi somente em agosto de 1868, que as autoridades de Cuiabá conseguiram a confirmação de que Corumbá havia sido evacuada pelas tropas invasoras, após enviarem uma patrulha de reconhecimento ao local.

A partir daí, teve início um período de restauração das atividades comerciais que, no passado haviam impulsionado o crescimento da região. As comunicações entre a Província de Mato Grosso e o Rio de Janeiro, interrompidas desde o fim de 1864, foram restabelecidas em 1869, após a ocupação da capital paraguaia, pelos exércitos brasileiros.

O fechamento do rio Paraguai, por quase cinco anos, comprometeu a economia de toda a Província, atingiu duramente o Pantanal sul e se constituiu num verdadeiro desastre para a população pantaneira.

Capítulo 5

O Sul de Mato Grosso no pós-Guerra

5.1. A Situação da Província no Pós-Guerra e os Problemas Relativos à Mão-de-Obra Indígena

A Guerra da Tríplice Aliança interrompeu um promissor processo de desenvolvimento econômico na região do Pantanal sul de Mato Grosso. Durante quase cinco anos, desapareceu a livre navegação no rio Paraguai, sobretudo no trecho brasileiro, já que as cidades ribeirinhas permaneceram sob o domínio do invasor. À exceção de Santana do Paranaíba, na fronteira de Minas Gerais e Goiás, os poucos núcleos urbanos organizados no sudoeste de Mato Grosso foram completamente arrasados pelos exércitos invasores. “Estava Miranda em ruínas (...). Ao partirem haviam-na os paraguaios incendiado. Ardera parte das construções, mas eram evidentes os signaes de decadencia, anterior ao incêndio que succedera à primeira phase de desenvolvimento e prosperidade.” (TAUNAY, A., sd., p. 10).

O mesmo aconteceu em Nioaque: a vila foi invadida em 1865 pelas tropas comandadas pelo coronel Resquim, que ali estabeleceu a capital do departamento do Alto Paraguai.

Abandonou-a [Nioaque], após destruí-la, com a aproximação da Expedição de Mato Grosso, que chegou à Vila em 24 de janeiro de 1867. Em junho seguinte, os paraguaios, perseguindo os retirantes

de Laguna, retornaram a Nioaque, incendiando o pouco que restou. (PALERMO, 1922, p. 127).

Na Colônia Militar de Dourados, todos os ranchos e as instalações militares foram incendiados, em obediência às instruções que trazia o comandante paraguaio.

O Forte de Coimbra ficou em estado de completa destruição, a que o reduziram os invasores paraguaios.

A vila de Corumbá, maior beneficiária da abertura da livre navegação do rio Paraguai e que desempenhava a função de principal entreposto comercial e pólo de todo o desenvolvimento da região de Mato Grosso, também não foi poupada pelas forças paraguaias.

A Vila, há dois anos florescente, não era agora mais do que um acampamento incendiado e devastado; poucos brasileiros aí existiam entre mulheres e crianças; os homens e algumas famílias que não foram mortas aí mesmo, Barros fizera-os partir para Assunção. (FONSECA, 1986, p. 312, V. 1).

Corumbá jazia deserta, com as casas comerciais saqueadas, os edifícios públicos arrombados e muitos prédios incendiados. (SOUZA, sd.).

Muitas das repartições públicas desses núcleos tiveram incinerados os documentos e registros, escrituras de posse, certidões de nascimento, o que, com o fim do conflito, dificultava a comprovação da posse e da própria existência da pessoa, obrigando alguns proprietários a se deslocarem à capital Cuiabá para tentar recuperar os documentos de legitimação das propriedades.

Essa foi a situação vivenciada por Joaquim Jose Pereira, que enviou um requerimento ao Presidente da Província de Mato Grosso em 23 de outubro de 1871, com os seguintes dizeres:

fazendeiro estabelecido no lugar denominado Trez Barras Freguesia de Corumbá, qui havendo perdido todos os seus papéis por ocasião da evasão Paraguay precisa por Certidão e despacho que

teve em uma sua petição feita no anno de 1861 a Exma Presidencia relativamente a permissão do dito lugar²² (...). (PEREIRA, 1871).

Isso serviu de subterfúgio para que muitos daqueles soldados, que haviam decidido pela fixação no sul do Pantanal, se apoderassem de grandes áreas, alegando que lhes pertencia e que os documentos comprobatórios haviam sido destruídos pelas tropas invasoras.

Doenças como a varíola e a cólera deram sepultura a muitos dos habitantes da Província. A guerra também contribuiu para o seu despoamento: muitos fazendeiros reuniram seus haveres e suas famílias às pressas e fugiram em busca de segurança, alguns dos quais foram para o norte, em direção a Cuiabá, outros se refugiaram nos morros da serra de Maracaju, enquanto os comerciantes estrangeiros abandonaram a região de vez, devido à interrupção da navegação do rio Paraguai. Os que resolveram permanecer foram aprisionados e levados para Assunção, onde foram submetidos a uma série de humilhações e constrangimentos, inclusive o de trabalhar como escravos em terras guaranis (Paraguai). Muitos deles não retornaram. O último recenseamento apresentado por Joaquim Moutinho em 1862, antes da guerra, revela uma população de 65.000 habitantes, inclusos índios e escravos, assim distribuídos:

População Civilizada Livre	35.000
População Escrava	6.000
População Indígena	24.000
Total	65.000

Fonte: (MOUTINHO, 1869, p. 115).

Esses não eram dados confiáveis, pois os recenseamentos, geralmente feitos por policiais ou pelos padres nas paróquias, nem sempre cobriam todas as localidades e, muitas vezes, o cálculo do número da população era feito por estimativa. Assim sendo, os números poderiam se apresentar abaixo ou acima do real.

22 Requerimento de Joaquim Jose Pereira ao Presidente da Provincia de Matto Grosso em Cuyabá, em 23 de outubro de 1871. Manuscrito Lata 1871C, APMT. Cuiabá MT.

O próprio Moutinho, quando apresentou esses números, deixou registrado que muitas pessoas autorizadas julgavam que a população era mais numerosa.

Uma evidência clara de que a população era maior foi o recenseamento de 1872, realizado dois anos após o fim da Guerra da Tríplice Aliança.

Os resultados desse censo mostraram que a população de Mato Grosso era de 84.000 habitantes, dos quais 23.983 eram índios. Considerando os números, conclui-se que, mesmo com a guerra e enfrentando as epidemias de varíola e cólera, a população cresceu a uma taxa de 2% ao ano, se comparada ao último recenseamento de 1862, o que poderia provar que ela era muito maior do que a anunciada, já que imediatamente após a guerra não houve compensação com a entrada de imigrantes estrangeiros. O próprio censo registrou que em todo o Mato Grosso havia 1669 estrangeiros, dos quais, 764 habitavam o sul da Província e desses, apenas 226 eram paraguaios.

É muito provável, no entanto, que muitos dos soldados que deram baixa do Exército após a guerra permaneceram em solo sul-mato-grossense, como também muitos outros voltaram à sua terra natal e de lá trouxeram suas famílias para se fixarem nesses rincões, onde abundavam a terra devoluta e o bovino selvagem. “Entre 1872 e 1876, estabeleceu-se para Mato Grosso uma corrente relativamente numerosa de brasileiros, antigos combatentes da guerra, que buscavam começar vida nova.” (ALMEIDA, 1951, p. 413).

Uma evidência desse processo é o fato de que antes da guerra, à exceção de Cuiabá, os principais núcleos urbanos da Província contavam com escassa população. Levantamento de 1863 aponta que a Freguesia de Miranda e inclusive a Colônia de Dourados contavam com a seguinte população:

	Livres	Escravos
Freguesia de Miranda e Colônia de Dourados	720	106
Freguesia de Albuquerque	1315	500

Fonte: (CORRÊA FILHO, 1969, p. 568).

O censo de 1872 revelou uma população muito maior justamente nas cidades que estiveram ocupadas pelos exércitos paraguaios durante a guerra e naquelas que sofreram com as agressões e pilhagem, para onde marcharam contingentes militares do Império para expulsar os invasores.

Em 1862, em Corumbá, “existiam 36 edifícios de alvenaria, 29 em construção e 109 ranchos cobertos de palha, habitados por 1315 pessoas. Após a guerra permaneceram em pé apenas 20 dessas edificações, quase todas em ruína”. (PENNA apud CORRÊA, 1999, p. 100).

O censo de 1872 revelou que em Miranda a população total era de 3.852 habitantes:

Homens	1.888
Mulheres	1.822
Escravos	142

Dessa população recenseada em Miranda havia:

Branços	649	(16,8%)
Negros	429	(11,2%)
Total	1.078	(28%)

Mestiços:

Mulatos	899	(23,3%)
Caboclos	1.875	(48,7%)
Total	2.774	(72%)

Brasileiros	1.978	(51,3%)
Brasileiras	1.874	(51,3%)
Estrangeiros	-	
Total	3.852	habitantes

População acima de 60 anos:	396	(10,2%)	Inclusos escravos 45 homens e 18 mulheres
Adultos	1.256	(32,6%)	Inclusos escravos 22 homens e 18 mulheres
Menores de 21 anos	267	(7,0%)	Inclusos escravos 6 homens e 3 mulheres
Escolares	461	(12,0%)	Inclusos escravos 7 homens e 5 mulheres

Infantes	1.472	(38,2%)	Inclusas 8 escravinhas
População livre	3.710	(96,3%)	Sendo 1.888 homens e 1.822 mulheres
População escrava	142	(3,7%)	Sendo 90 homens e 52 mulheres.

Em Corumbá, a população total era de 3.361 habitantes:

Homens	1.679
Mulheres	1.407
Escravos	275

Da população recenseada em Corumbá havia:

Branços	1.525	(45,4%)
Negros	366	(10,8%)
Total	1.891	(56,2%)

Mestiços:

Mulatos	1.342	(40,0%)
Caboclos	128	(3,8%)
Total	1.470	(43,8%)

Brasileiros	1.342	(38,8%)
Brasileiras	1.393	(41,4%)
Estrangeiros	664	(19,8%)
Total	3.361	habitantes

População acima de 60 anos:	359	(10,7%)	Inclusos escravos 30 homens e 23 mulheres
Adultos	1.838	(54,7%)	Inclusos escravos 65 homens e 69 mulheres
Menores de 21 anos	288	(8,5%)	Inclusos escravos 16 homens e 5 mulheres
Escolares	505	(15,0%)	Inclusos escravos 16 meninos e 9 meninas
Infantes	372	(11,1%)	Inclusos escravos 97 meninos e 275 meninas
População livre	3.086	(91,8%)	Sendo 1.679 homens e 1.407 mulheres
População escrava	275	(8,2%)	Sendo 155 escravos e 120 escravas.

Fonte: (Censo geral do Império de 1872). (MATTOS, 1990, p. 171 e seg.).

Há um aumento significativo na população das duas principais cidades do Pantanal; na região de Miranda, a população saltou de 720 habitantes antes da guerra para 3.852 no pós guerra, e em Corumbá, de 1.315 para 3.361 habitantes.

A pecuária, principal atividade econômica do Pantanal, passou a ser feita por ex-soldados e seus familiares no primeiro momento. Com o fim das hostilidades, iniciou-se a desmobilização dos exércitos. Como consequência, muitos militares, que deram baixa, resolveram por fixar-se nas terras do Oeste. Quando a obra de delimitação fronteiriça terminou, grupos de soldados foram se deixando ficar por ali. (SODRÉ, 1941). A existência de grandes áreas devolutas, as pastagens nativas em extensas planícies providas de águas e barreiros e ainda grandes rebanhos bovino selvagem exerceram forte atração sobre os ex-combatentes.

Apesar desse expressivo crescimento populacional, os anos de pós-guerra foram extremamente difíceis e se caracterizaram pelo esforço conjunto da população e das autoridades em recuperar a economia da Província.

A principal fonte de riqueza regional, a pecuária bovina, voltada para o abastecimento parcial das Províncias do Sudeste, foi grandemente afetada pela guerra e sobretudo pela epidemia que atingiu os cavalos (peste das cadeiras). A guerra provocou a desorganização da produção, uma vez que os proprietários em fuga abandonaram suas terras, contribuindo para que os rebanhos passassem à condição de selvagem. “(...) até os porcos domésticos que sobreviveram tinham se tornado selvagens, criando-se regionalmente a expressão ‘porco monteiro’, que subsiste até hoje.” (VALVERDE, 1972, p. 107).

Há entre os historiadores de Mato Grosso a crença de que, durante a guerra, as tropas paraguaias tenham destruído toda a população bovina²³; no entanto, grande parte do rebanho internou-se Pantanal adentro,

23 Sobre o assunto ver ainda CORRÊA FILHO, Virgílio. A Proposito do Boi Pantaneiro. PONGETTI e S. Rio de Janeiro, p. 37 e seg. MATOS, Joaquim Francisco de. A Guerra do Paraguai: Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1990. p. 174. VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento do município de Corumbá in Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1972.

tornando-se selvagem, apesar de que os exércitos invasores se apossaram de grande quantidade desse gado, muito dele ficou disperso por toda a planície, contribuindo novamente para que o fenômeno das missões jesuíticas se repetisse, essa dispersão garantiu o crescimento vegetativo do gado, mesmo durante o período de hostilidade. O avanço da epidemia que se abateu sobre os eqüinos, fundamentais para o manejo do rebanho, impediu que os paraguaios lançassem mão de todo o gado bovino, o que garantiu que mais uma vez eles se tornassem estímulo para que forasteiros se afazendassem no sul de Mato Grosso, como também para que aqueles que haviam abandonado suas terras voltassem para retomá-las.

Os habitantes do sul de Mato Grosso, sobretudo aqueles residentes na zona de fronteira, foram, direta ou indiretamente, afetados pela guerra, uma vez que, com o fechamento do rio Paraguai, a região ficou completamente isolada das demais regiões brasileiras, sofrendo com isso o aumento dos preços dos alimentos e de outros artigos, o que agravou a situação material da população pela falta de suprimentos. Joaquim Felicíssimo d'Almeida Louzada, em correspondência enviada à Corte Imperial, dá um panorama da situação enfrentada pela Província.

Toda essa gente esta nua, e sustenta-se so e unicamente de carne sem sal tirada de nossas fazendas que estão se acabando (...) estamos sem vintem nos cofres públicos e não sabemos que fim levou uns cem contos que há tempos para cá mandou o Governo; a tropa está desfardada e não temos fardamento para dar-lhe.²⁴ (LOUZADA, 1865, Pasta 29).

Apesar do empenho das autoridades, ainda em 1872 o quadro era desolador a ponto de o governo imperial ter sido obrigado a enviar alimento para Corumbá para aliviar a fome que graçava naquela cidade. A desarticulação da produção agrícola, sobretudo no sul do velho Mato

24 Carta de Joaquim Felicíssimo d'Almeida Louzada, de 12 de outubro de 1865. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Lata 762; pasta 29.

Grosso, resultante do conflito entre o Brasil e o Paraguai era consequência também da destruição das aldeias indígenas de Miranda e do Bom Conselho em Albuquerque. Essas duas unidades desempenharam importante papel na produção de gêneros alimentícios para o consumo e troca, tais como o milho, a mandioca, a cana, o feijão, alguns produtos artesanais como chapéus, redes para dormir, balaio, cerâmicas, tecidos que eram absorvidos pela pequena população urbana dos vilarejos próximos.

A invasão paraguaia, a prisão do padre responsável pelas aldeias, Frei Mariano de Bagnia, e a fuga em massa dos indígenas contribuíram para dismantlar completamente a produção, levando a população a conviver nesse período com a ameaça da fome que se seguiu aos primeiros anos após o fim das hostilidades.

Com o fim dos combates e com o tratado de paz, os índios iniciaram um movimento de retorno para as suas antigas aldeias, o que, entretanto, não foi possível, uma vez que elas foram sendo invadidas por fazendeiros e militares desmobilizados do exército brasileiro e que passaram à condição de criadores de gado e preferiam se apossar das terras onde já houvesse algum trabalho e algumas benfeitorias, tais como áreas desmatadas, que facilitassem o começo das atividades naqueles distantes rincões.

O ofício do Diretor Geral dos Índios, no ano de 1871, comprova que as terras dos nativos vinham sendo usurpadas pelos novos colonos:

(...) índio com mais alguns da sua tribo, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do falecido Pedro Tavares, Capitão da aldêa do Ipêgue, no districto de Miranda, e seu substituto; que por ocasião da invasão paraguayana não só a sua tribo, como todas as outras, e mais habitantes do districto abandonarão os seus lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos; que ultimamente, voltando os moradores a reoccuparem os seus domicilios, elles Terenas encontrarão a sua aldêa do Ipegue occupada por Simplicio Tavares, por antonomasia Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e lavrarem suas antigas terras e de seus antepassados, pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quaes não podiam

desprender-se.²⁵ (Offício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província apud CORRÊA, 1999, p. 112-113).

O processo de expropriação das terras e escravização do indígena, que se iniciara no século XVI, intensificou-se no século XIX, sobretudo após a guerra com o Paraguai, devido à expansão pastoril empreendida pelos pioneiros que se afaizendaram em diversos pontos da Província, sobretudo no Pantanal sul. Com isso, a população indígena foi se dispersando pelas fazendas da região, na condição de vaqueiros e agricultores.

Quando da construção da rede telegráfica no trecho Aquidauana-Miranda, Rondon, em contacto com os nativos, deixou o seguinte registro:

A linha naquele trecho passou pelos campos de quatro Fazendas que possuem cerca de 6.000 cabeças de gado. Em tôrno destas, outras se grupam com um número triplo de criação, sendo a mais importante a do Cutape, de propriedade do Coronel Estevão Alves Correa, com cerca de 10.000 rezes. .../ Os camaradas dessas fazendas são, na sua maior parte, índios Terêna, os mais dóceis que conheço da raça ameríndia. .../ Estão ja transformados e há mais de século que sua gente não conhece mais o arco e a flecha. Andam vestidos e apenas as mulheres nas aldeias gostam de andar mais a vontade. .../ Cultivam a mandioca de que fazem farinha, a banana, a batata, a cana de açúcar e o algodão com que fabricam rêdes e tecidos diversos. .../ Por estes motivos são muito procurados pelos fazendeiros, que também os preferem em razão de se contentarem com pouca remuneração, o bastante para se vestirem, comerem e satisfazerem seus vícios. .../ São comumente explorados pelos fazendeiros.²⁶ (RONDON, 1900-1906, p. 83).

25 Offício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província em Cuiabá 1871. Manuscrito. Lata 1871 C, DOC. av. APMT. Cuiabá – MT apud CORRÊA, 1999, p. 112-113.

26 MISSÃO RONDON. Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como chefe da Comissão Publicação nº 69-70 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, p. 83.

Os indígenas, sobretudo os terenas, transformaram-se no principal elemento de mão-de-obra nas fazendas que se organizaram no sul de Mato Grosso, na condição de vaqueiros e em outras atividades que se desenvolveram por toda a região, como lavoura, colheita e preparo da erva-mate, ipeca, borracha, e também nos transportes, como barqueiros ou remeiros – enfim, em todos aqueles postos que a nova civilização exigia.

Mas não apenas os terenas foram utilizados; na ausência de oferta de mão-de-obra no sul, outros grupos também se constituíram no principal elemento de trabalho, requerido em todas as áreas do Pantanal.

Os remanescentes do povo guaicuru tornaram-se exímios vaqueiros e passaram a prestar serviços em áreas que se estendiam do Nabileque a Corumbá. Obviamente, esse grupo se enfraqueceu muito a partir de 1850, principalmente após a guerra, quando sua cavallhada foi atingida pela peste das cadeiras que dizimou quase todo seu rebanho. No entanto, ainda nos dias de hoje são extremamente disputados pelos fazendeiros do Pantanal, principalmente na região do Nabileque.

Na época das cheias, a condução dos rebanhos para as áreas mais altas, não alagáveis, é um trabalho difícil que exige do vaqueiro habilidade, conhecimento e perícia. Nesse período, os nativos são disputados em verdadeiros leilões. No momento em que as águas estão subindo, o rebanho bovino e eqüino tem que ser retirado rapidamente, e não é qualquer peão que se adapta às condições ambientais do Pantanal e que pode realizar esse trabalho.

Os Guaikuru estão adaptados às condições da região. Historicamente, eles incorporaram a questão da sazonalidade das enchentes anuais, pois acompanhavam o movimento das águas, levando e trazendo seus rebanhos, aproveitando-se da renovação das pastagens para oferecer-lhes uma melhor alimentação. (MARTINS, entrevista 22-9-2000).

O mesmo se sucedeu com os kinikináus, layanas, guatós e guanás, uma vez que perderam muitas de suas terras para os invasores e se integraram ao trabalho nas fazendas de gado ou então em outras lides por toda a extensa faixa de fronteira.

Os nativos, mesmo disseminados pelas novas áreas que se abriam no Pantanal sul-mato-grossense, continuaram a desempenhar papel essencial tanto na produção de alimentos quanto como trabalhadores nas fazendas.

Embora os indígenas tenham, em sua maioria, lutado ao lado das tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai, a segunda onda humana de ocupação da região sul de Mato Grosso, que se iniciou após a Guerra do Paraguai,

iria proporcionar aos grupos Guanás e, especialmente aos Terêna, uma nova situação de conseqüências dramáticas, para eles, porquanto determinou o engajamento dessas populações a uma economia de caráter escravista. A esse período referem-se os Terêna modernos como ao tempo do cativeiro. (OLIVEIRA, 1976, p. 57).

Mas, de forma muito clara, entre o terena e a colonização branca havia uma acomodação, uma interface comercial; o nativo precisava das ferramentas que o colono possuía sem as quais ele não conseguia produzir, por outro lado, o branco precisava do alimento que o nativo produzia. Obviamente, isso não impediu que contra o indígena fosse praticada toda sorte de arbitrariedades, inclusive a escravidão.

No início da década de 70 do século XIX, era tal o envolvimento, sobretudo dos terenas, com a sociedade branca ocidental que o Presidente da Província de Mato Grosso, no intuito de pôr fim aos constantes ataques promovidos pelos índios coroados, cajibis, barbados e outros do norte de Mato Grosso, fez vir de Miranda o capitão índio, chefe dos terenas, Alexandre Bueno, e outros 61 índios da mesma tribo, para contribuir com a catequese e aldeamento dos grupos que se opunham à presença branca naquela região. A expedição não alcançou os objetivos propostos; pelo contrário, contribuiu para tornar mais intenso o conflito entre os grupos nativos insubmissos e os colonizadores de modo tal que os primeiros passaram a ameaçar a própria capital - Cuiabá.²⁷ (PEDROSA, 1878).

27 FALLA com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva assembléa no dia 1 de novembro de 1878. APMT. Cuiabá MT.

As autoridades cuiabanas sempre lançaram mão desse recurso de utilizar um grupo indígena para facilitar outro. Os terenas por serem extremamente dóceis desempenharam esse papel em diversas ocasiões. Além da sua reconhecida docilidade, eram agricultores e sedentários, em comparação com as demais tribos da América meridional, possuíam algum grau de civilização, faziam parte de uma sociedade estratificada e já tinham uma produção econômica regular e suficientemente abrangente para interagir com os brancos.

Por todas essas condições, os terenas tornaram-se auxiliares preciosos para a fixação do colonizador, como também em muitas ocasiões, contribuíram para pacificar outros grupos e ensinar-lhes as práticas laborais da lavoura.

As décadas de 70 e 80 do século XIX, foram marcadas pela preocupação das autoridades mato-grossenses em aproveitar a mão-de-obra de todos os indígenas que habitavam a Província, inclusive dos insubmissos e também daqueles que não se dedicavam à agricultura, para colocá-los, mais tarde, à disposição dos novos fazendeiros que iam se estabelecendo em Mato Grosso.

Sendo de utilidade o chamar-se aldeamento os Indios Guatós que habitão nas margens do rio São Lourenço, onde vivem em pequenos grupos dispersos ocupando –se na pesca e caça de que se subsistem, sendo que esses Índios que d’a muito se relacionão comnosco, dirigidos e aldeados por huma pessoa habil podem se tornar uteis aos Fazendeiros d’aquella localidade, (...).²⁸ (SANTOS, 1855, sp.).

Nas últimas décadas do século XIX, já havia poucas esperanças entre as autoridades mato-grossenses de que a terra fosse colonizada por imigrantes, como ocorria no sul e sudeste do Brasil.

28 Offício do Diretor Geral dos Indios em Cuyaba Antonio Luis Santos ao Presidente da Província Ill^{mo} e Ex^{mo} Senr General Jose de Miranda da Silva Reis. Manuscrito. Lata 1885 E, APMT. Cuiabá MT.

O custo de um colono, que alcançava a cifra de 1000\$000 réis, estava muito além das possibilidades dos cofres provinciais. Além disso, como prosperariam eles tão afastados da costa? Não havia garantias eficazes para suas lavouras, sempre ameaçadas pelos indígenas (esse era um problema considerável no norte de Mato Grosso), nem vias de comunicação e transporte fáceis e rápidos para o escoamento da produção a um custo que não a inviabilizasse. A tudo isso acrescentava-se ainda a crônica falta de capitais, alavanca para qualquer empreendimento.²⁹ (PEDROSA, 1878).

A solução era o aproveitamento do indígena, atraindo-o ao aldeamento para a causa da evangelização e preparação para o trabalho. O Vice-Presidente da Província, Dr. José Joaquim Ramos Pereira, em mensagem à Assembléia, destacou:

Tenho mandado fornecer aos comandantes não só brindes para os índios que se vão apresentando, como roupas ferramentas agrícolas e de carpinteiro, recomendando-lhes que mandem ensinar aos nossos índios o officio de carpinteiro e ferreiro, que façam grandes plantações não somente para habituar os índios ao trabalho como para diminuir a despeza com a sua manutenção (...). Creio que já é tempo de iniciarmos a colonização indígena, ja que poucas esperanças devemos nutrir de colonizar com a immigração estrangeira os nossos desertos tão abundantes de riquezas naturaes.³⁰ (RAMOS FERREIRA, 1887, sp.).

Por outro lado, os fazendeiros que iam se estabelecendo na faixa de fronteira para o criatório bovino, carentes de mão-de-obra, solicitavam permissão e apoio ao Governo Provincial para “civilizar” os índios para o trabalho em aldeamentos, alegando as vantagens do aproveitamento dessa mão-de-obra potencial. Foi o caso de João Teixeira Ribeiro, pro-

29 FALLA com que o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva assembléa. 1 de novembro de 1878.

30 Relatório que o Exmo. Sr. Vice Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso na 2ª sessão da 26ª Legislatura em Setembro de 1887.

prietário da fazenda Santa Gertrudes, próxima de Nioaque, no ano de 1874. (CORRÊA, 1999, p. 113 e 114).

Assim, muito rapidamente, e em especial no sul da Província, os indígenas foram integrados ao trabalho que se desenvolvia nas grandes fazendas, responsabilizando-se não só pelo criatório bovino como também pelas lavouras que se desenvolviam, tornando-se inclusive modelo a ser seguido nas áreas onde havia maior resistência por parte dos fazendeiros.

Em relatório apresentado à Assembléia Provincial, o Presidente afirma: “Os índios Terenas, Quiniquinãos, Layanans, Guanas, Guatos e Cadioeos, na fronteira do sul da Província, forão sempre amigos dos Brasileiros por quem eram bem tratados e votarão odio implacavel aos Paraguayos que os perseguiram com rigor.”³¹ (FONSECA, 1875, sp.).

Os principais grupos indígenas do sul de Mato Grosso foram apresentados pelo Presidente da Província como amigos dos brasileiros, até mesmo os kadivéus, os temidos cavaleiros que no passado ofereceram dura resistência aos colonos que pretendiam estabelecer-se na região. A catequese que se iniciou com os missionários foi fortalecida com a ação dos fortes ao longo da fronteira sul que, além de deter as correrias praticadas pelos indígenas, desempenhou o papel de aldeá-los, contribuindo para que eles fossem incorporando os costumes e a tradição ocidental e perdendo parte de sua identidade cultural, o que evitou a sua dispersão e os habilitou a uma nova disciplina do trabalho que contemplava os fazendeiros que se instalaram na região.

Segundo alguns historiadores, todo o ônus do trabalho recaiu sobre os ombros dos imigrantes paraguaios que entraram na Província após o fim da Guerra da Tríplice Aliança³². Na verdade, foram necessários alguns

31 Relatório apresentado à Assembléia Provincial por Hermes Ernesto da Fonseca em 5 de julho de 1875. APMT. Cuiabá, MT.

32 Sobre esse assunto ver ainda WILCOX, Robert Wilton. *Cattle ranching on the Brazilian frontier: Tradition and innovation in Mato Grosso. 1870-1940*. New York University 1992, p. 123 e 124. SODRÉ, Néelson Werneck. *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro, Jose Olympio, 1941, p. 101. BARROS, Abílio Leite. *Gente pantaneira: Crônicas da sua História*. Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 1998, p. 213 e seg.

anos para que a população paraguaia se reestruturasse, consumida que foi no esforço da guerra. Paul Lewis afirma que, “ao iniciar a guerra, o Paraguai contava com uma população de 550 mil habitantes e, no final da mesma, mais da metade havia morrido. Afirma ainda que dos sobreviventes apenas 14.000 eram homens”. (LEWIS apud MORAES, 2000, p. 13). De acordo com Efraim Cardozo, “dos cerca de um milhão e trezentos mil, habitantes paraguaios, apenas cerca de trezentos mil sobreviveram à guerra, sendo na sua maioria mulheres e crianças”. (CARDOSO apud MORAES, 2000, p. 13).

(...) La teoría de que el pueblo tenía que expiar su adhesión al tirano, freno la ayuda de los vencedores. El Paraguay quedó librado a su suerte. La parte más dura de la empresa de reconstruir el país recayó sobre las mujeres. Crearon un género de sociedad poligámica, revivencia forzada de las costumbres del siglo XVI, que permitió reponer rápidamente las pérdidas demográficas. (CARDOZO, 1991, p. 121).

Carlos Pastore, citado por Jorge Lara Castro, diz que “a população paraguaia no início da guerra era estimada em 800 mil pessoas, tendo ficado reduzida a pouco mais de 200 mil. Dos 68.379 homens que sobreviveram apenas 13.663 eram maiores de 24 anos”. (CASTRO apud MORAES, 2000, p. 13). Isso sem levar em conta os inválidos que, pela natureza dos combates, certamente era um número significativo.

Os números apresentados não deixam dúvidas, são consensuais: a nação paraguaia sofreu um duro golpe; a população masculina sobrevivente era na sua grande maioria formada por crianças e idosos, mesmo assim indispensáveis ao esforço nacional de recuperação econômica do país no pós-guerra. As mulheres, grande maioria da população, tiveram que ocupar postos na produção e comércio, até então reservados aos homens, como o de empunhar o arado para tirar da terra o sustento dos seus filhos ou exercer atividades comerciais e industriais.

O naturalista Herbert H. Smith, que esteve em Assunção na década de 80 do século XIX, deixou registrado:

Quasi não se vêem homens; a guerra tragou-os todos, e os rapazes que cresceram depois procuram empregos na cidade ou na labuta do rio. Agora os povoados têm quasi exclusivamente por habitantes mulheres e crianças. (...) Talvez a parte de Assunção que mais parece prosperar é o mercado, que achamos bem suprido de carne e vegetaes. Estava cheio de compradores e vendedores, na maior parte mulheres (...). (SMITH, Herbert H. 1921, p. 231 e 232).

Após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, a população paraguaia que emigrou para o Brasil era insignificante. Segundo o censo de 1872, havia em Mato Grosso 1.669 estrangeiros computados em toda a Província. Destes, 764 habitavam a região sul, dos quais 226 eram paraguaios, sendo 122 homens, 101 solteiros, 18 casados e 3 viúvos, e 104 mulheres, 93 solteiras, 5 casadas e 6 viúvas. (MATTOS, 1990).

No sul do Pantanal Mato-Grossense, a mão-de-obra continuou a ser preponderantemente indígena. Somente mais tarde, com as sucessivas crises econômicas e golpes de Estado no país vizinho, os vencidos pelo situacionismo começaram a cruzar a fronteira em busca de trabalho. Muitos deles, exímios vaqueiros, não encontraram dificuldades em obter abrigo nas fazendas de gado que se desenvolviam na região.

O emprego da mão-de-obra indígena em atividades econômicas no Pantanal sul de Mato Grosso não ocorreu sem alguma forma de resistência. Como já havia ocorrido com os ofaies na região do Taboco, no Nabileque os kadivéus foram vítimas de perseguições do proprietário da Fazenda Barranco Branco, Joaquim Antonio Malheiros. Comerciante, empreiteiro fornecedor de barcos para a comissão demarcadora de limites do Guaporé ao Madeira, ele foi também diretor dos índios kadivéus, cargo do qual se aproveitou para persegui-los.³³ (PEDROSA, 1879, sp.).

Esse português, Joaquim Malheiros, se estabeleceu entre os nativos e montou um alambique para fabricar aguardente, obteve consenti-

33 Relatório com que o Exm. Sr. D^o João Jose Pedrosa, Presidente da Provincia de Matto Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª Legislatura da Respectiva Assembleia no dia 1 de outubro de 1879. Cuyaba. APMT. Cuiabá MT.

mento do Presidente da Província para fundar uma fazenda de criação nas terras que pertenciam aos kadvéus. A princípio manteve boas relações com eles; em troca de serviços, fornecia-lhes aguardente, sal, panos, munição e ferramenta. “Mas à medida que apertavam as exigências do fazendeiro, começaram a estourar conflitos; por fim, a tribo dividiu-se em grupos, um hostil ao invasor, outro favorável, formado pelos índios já demasiadamente viciados para se livrarem dos fornecedores de cachaça”. (RIBEIRO, 1977, p. 83).

A pretexto de que os nativos roubavam eqüinos e bovinos das “suas fazendas e retiros”, Malheiros, com o auxílio da polícia de Corumbá, enviou contra eles por duas vezes, em 1897 e 1898, destacamentos militares, conduzindo dois canhões de campanha. (RIVASSEAU, 1941). Nesses sucessivos ataques, muitos indígenas morreram; os que sobreviveram resistiram às perseguições e, apesar das tentativas renovadas, conseguiram permanecer em suas terras.

No entanto, os kadvéus, em fins do século XIX, encontravam-se extremamente reduzidos. As epidemias de varíola, em 1886 e 1890, fizeram entre eles um grande número de vítimas, aliadas às perseguições promovidas por Malheiros com a cumplicidade das autoridades policiais de Corumbá. O grupo foi reduzido a 200 pessoas segundo o cálculo de Boggiane nas conclusões do diário de sua viagem feita em 1892 ao Nabileque (BOGGIANE, 1975). Em correspondência de José Miranda da Silva a João Lopes Carneiro de Fontoura, após colher depoimento do capitão Eduardo Carlos Rodrigues de Vasconcellos, o primeiro, comunicou um crime que aconteceu na Vila de Miranda pelo suplente de delegado João Batista Fonseca contra os índios guaicurús, segundo ele:

“(...) nada menos do que uma verdadeira carnificina o massacre covarde e traiçoeiro de quarenta e dois índios guaycuruy entrando n’esse número mulhery e crianças. O fato, segundo me conta o capitão Vasconcellos, passou – se do seguinte modo: Existia nas immediações da fazenda de Fuão Gentil, denominada Campos dos Veados, uma aldeia de índios Guaycurus, e havendo entre os fazendeiros e os índios uma questão motivada por dois bois,

que ou os índios haviam furtado, ou que reclamaram, pediu aquelle fazendeiro providencias ao tal supplente de subdelegado que se achava em exercício, e este armando um crecioso numero de homens, dirigiu – se a aldeia onde os índios o receberam pacificamente, e os intimou a que os acompanhassem a povoação no que foi prontamente obedecido. Esse caminhando, receando talvez alguma resistencia destacou dois índios um certo numero de homens e os mandou a diante para a povoação; e quando as victimas menos esperavam, cahio sobre ellas e da maneira mais barbara ai exterminou, senão algumas crianças esquarterjadas vivas. Apenas escapou uma índia paraguaya, que conseguiu embrenhar – se no mato e que dêo a noticia em Miranda. O capitão Vasconcellos, que repito homem serio, mostra – se horrorisado, e foi com muita reserva que me communicou esse facto, que não posso furtar – me ao dever de levar quanto antes ao conhecimento de VEx^a. porque me parece que ante o horror que deve inspirar tanta perversidade, cessão qualquer considerações. E da – se isso quando VEx^a. com tanta solitudine e despesas procura fazer dos índios homens da sociedade; quando a provincia clama por braços, por população. E bom que VEx^a saiba que o tal Fonseca é irmão de um genro do Major Pedro Josê Rufino, diretor dos índios em Miranda e commandantedo destacamnto do Corpo de Cavallaria que esta na Villa. (Arquivo dos presidentes IJ1687Rel28 Arquivo Nacional, Rio de Janeiro)”

O mesmo aconteceu com os uachis ou guachis, índios que habitavam as cercanias da serra de Maracaju entre os rios que constituíam as divisas da Fazenda Taboco. (RONDON, 1949). Acostumados a descer a serra pelo rio Negro, estendendo as suas incursões pelo Pantanal em busca da caça, abatiam reses como se fossem veados ou porcos selvagens.

Com a expansão da fronteira pastoril, os nativos, cercados, tiveram suas terras usurpadas, e não tinham como fugir. Para sobreviver, continuaram a promover suas caçadas, sendo por essa razão chamados de ladrões de gado e dizimados como já havia ocorrido com os kadivús no Nabileque.

O general Rondon, que à época estava à frente da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, deixou registrado os ataques que os latifundiários desfecharam contra os indígenas:

(...) eivados da falsa noção de que o índio deve ser tratado e exterminado como uma fera contra a qual devem fazer convergir todas as suas armas de guerra, os fazendeiros ao invés de reconciliarem-se com aqueles servícolas (sic), que de novo haviam subido o rio Negro, até a Serra, os dão (sic) trucidando homens, mulheres e crianças e aprisionando os que não havia logrado fugir. (RONDON, 1949, p. 60).

À medida que a organização dessas expedições para prear o indígena chegava ao conhecimento de Rondon, ele procurava contactar os fazendeiros, e em correspondência com um deles pediu para evitar novos ataques:

Tão logo tive notícia do primeiro ataque que projetavam contra eles, escrevi uma carta ao coronel Jose Alves Ribeiro, como fazendeiro mais inteligente da zona, pedindo-lhe que evitasse a carnificina que projetavam contra os índios. Respondeu-me evasivamente, afirmando-me entretanto, que de forma alguma consentiria em que os matassem. Dizia-me ser intenção dos fazendeiros apenas afugenta-los. No entanto passado algum tempo confirmou-se a notícia que eu tivera. Foram os índios atacados e mortos pelos fazendeiros reunidos do Taboco, Proteção, Campo Formoso, Baía e de cima da serra. (RONDON, 1948, p. 68).

Como suas injunções junto aos fazendeiros não haviam surtido efeito e a matança continuava, o General resolveu apelar ao Presidente do Estado para que este, com a autoridade que o cargo lhe conferia, desse um basta àquela situação e evitasse que aqueles atos se repetissem.

Embora tivesse recebido uma resposta favorável de que o governo da Província iria intervir para pôr fim à situação, “aquela mesma cena se reproduziu seis meses após” (RONDON, 1948), o que vem demonstrar que se as autoridades não agiam de comum acordo com os proprietários de terras, também não impediam que eles continuassem as suas caçadas

e, o que é pior, permitiam que os índios que eram feitos prisioneiros se tornassem escravos.

O Fazendeiro João Marques, de cima da serra, tem em seu poder três índios escravizados; o soldado desertor Padilha tem em seu poder um índio. Um tal Antonio Taveira comprou por 200\$000 um índio do desertor Cordolino Antonio Vieira tem (...). Com o fazendeiro do Tabôco vi um belo tipo de menina Vachiri, que fora roubada aos índios da última incurção que fizeram contra estes. (RONDON, 1948, p. 62).

Em pleno século XX, e no desabrochar da República em solo mato-grossense, restabelecia-se a escravidão, agora do indígena, sob os auspícios do Governo provincial. Mas, pior que a escravidão, era a crueldade dos colonos para com os nativos; segundo Rondon, não contentes com os assassinatos promovidos, abriam “os ventres de índias que se achavam em adiantado estado de gravidez”. (RONDON, 1949, p. 61). Os novos “estadistas” do Pantanal sul, com métodos nada convencionais, foram quebrando assim, a resistência dos indígenas e estabelecendo uma nova ordem, a deles.³⁴

A exploração e a violência contra o indígena foi tão intensa e tão notória nesse período, que motivou a criação do Serviço de Proteção ao Índio, pelo Governo Federal, em 1910, sendo o seu primeiro diretor o próprio general Cândido Rondon. Foi ele criado com o objetivo principal de punir os crimes que se praticavam contra o nativo, como também fiscalizar o modo como eram tratados nas colônias e estabelecimentos particulares, evitando assim, que fossem vítimas de explorações, violências e fraudes. (VIVEIROS, 1958).

34 A ausência do poder público nessas áreas de expansão da pecuária deu ensejo a que esses oligarcas fossem formando milícias privadas para a defesa de seus bens, arregimentando homens, armas e promovendo todo tipo de arbitrariedade contra a população local. No início da década de 1930, ainda prevalecia a ordem emanada desses grandes coronéis. Nelson Werneck Sodré, então capitão do exército brasileiro, em diligência policial a uma propriedade da região registrou: “Ali mesmo [na cidade de Aquidauana] foi organizado o destacamento para ocupar e revistar a Fazenda do Taboco. (...) As batidas revelaram armas que estavam escondidas em sacos de mantimentos no depósito da estância; o armamento era muito e variado, compreendendo até fuzis-metralhadoras.” (SODRÉ, 1967, p. 153).

O período pós-guerra foi de consolidação, em que triunfou a grande propriedade rural dedicada ao criatório bovino. Através de expedientes violentos e ilegais, o índio foi sendo expropriado de suas terras e de seus bens e incorporado ao trabalho escravo ou então recebendo uma insignificante remuneração, processo que se iniciou na década de 30 do século XIX e se intensificou após a Guerra do Paraguai.

A crônica ausência de capitais entre os latifundiários pantaneiros para investimentos em mão-de-obra escrava fez com que o indígena fosse largamente empregado tanto nas lides domésticas como no trabalho da lavoura e da pecuária.

Outro impulso à utilização da mão-de-obra do indígena veio com a valorização do negro no mercado de trabalho, devido aos impedimentos que a Inglaterra colocou ao tráfego, e também com a expansão da lavoura de café no Brasil.

5.2. A Recuperação da Província de Mato Grosso; Novos Impulsos ao Comércio e à Produção

Após a guerra, as atenções do Governo imperial voltaram-se para Mato Grosso, e medidas foram sendo tomadas para estimular a economia local. A primeira delas, e a mais importante, foi a obtenção da livre navegação do rio Paraguai, garantindo a comunicação marítimo-fluvial da Província com o Rio de Janeiro.

Ainda no ano de 1869, assim que as forças paraguaias deixaram o território mato-grossense, o Governo imperial, como medida de apoio ao desenvolvimento comercial da região, baixou o Decreto nº 4.388, de 15 de agosto, isentando de tributos todos os gêneros de importação e exportação comercializados em Corumbá por um período de dois anos e liberando o porto corumbaense para a entrada de todas as embarcações de qualquer origem. “Essa concessão foi dilatada posteriormente até o ano de 1879, dez anos, portanto”. (PÓVOAS, 1995, p. 314, V. 1).

Essa foi uma decisão muito importante, uma vez que inúmeras embarcações voltaram a transitar pelo rio Paraguai e seus afluentes. Em-

presas nacionais e estrangeiras se estabeleceram e passaram a prestar serviços de navegação entre Corumbá e as cidades do Prata, com o estabelecimento de linhas de cargas e de passageiros. Para o porto da vila chegaram mercadorias dos mais longínquos países. Corumbá “passou a ser uma cidade-empório constituída na sua maior parte de comerciantes, de nacionalidades diversas. Era a porta de entrada para a Província de Mato Grosso”. (ROCHA, 1977, p. 78-108).

Essa pequena cidade portuária tornou-se o centro distribuidor da Província e de todas as cidades e zonas ribeirinhas; era ali que se processava o transbordo para as embarcações de menor calado, destinadas a Cuiabá, Cáceres, Miranda, Coxim e escalas (SOUZA, sd.).

A cidade passou a desempenhar o papel de capital do rio Paraguai. Era o entreposto entre os portos platinos e europeus e de toda a Província, tornando-se a principal porta de embarque da exportação dos bens produzidos no Pantanal e da entrada da cultura platina, com todas as suas decorrências.

Investimentos do Governo imperial também contribuíram no começo da década de 70 do século XIX para alavancar a economia local; a construção de um estaleiro da Marinha em Ladário ofereceu muitas oportunidades de emprego e se constituiu em tentativa de reanimar a economia da região. “Ladário converteu-se numa florescentíssima povoação, com cerca de três mil almas, várias ruas e boa casaria”. (FONSECA, 1986, p. 317, V. 1). No Arsenal, instalaram-se a Escola de Aprendizes Marinheiros e as oficinas de habilitação técnica de serviços náuticos e fabricação de acessórios de transportes fluviais.

Com o objetivo de resguardar Corumbá e Ladário de qualquer ataque, o governo imperial preparou um projeto defensivo com a construção de cinco fortes às margens do rio Paraguai que iam desde o canal dos Tamengos até a cidade de Ladário. Dessa forma, dinamizou ainda mais o setor de construção.

No ano de 1870, o comando do Exército em operações no Paraguai deslocou o 21º BC para Corumbá. Como de costume, um grupo de

mercadores encarregados de fornecer suprimentos à tropa acompanhou-na e se estabeleceu na vila, contribuindo para o incremento do comércio e, mais tarde, atraindo um maior número de comerciantes. (FONSECA, 1986, V. 1).

Em 1872, a Alfândega foi reinstalada em Corumbá com o objetivo de vistoriar e controlar as mercadorias que entravam e saíam pelo porto da Província, além de cobrar direitos dos produtos que não gozavam de isenção fiscal. Devido à ausência de edificações públicas para o armazenamento das mercadorias em trânsito, as instalações alfandegárias funcionavam também como depósitos dos artigos com destino a outras cidades.

Ainda no ano de 1872, instalou-se na cidade de Corumbá o 2º Batalhão de Artilharia a Pé, que reunia 605 homens.

Os investimentos do Governo imperial foram orientados também para a recuperação das colônias militares no sentido de reanimar a agricultura e a pecuária nesses pequenos núcleos e estimular a colonização civil. No relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso foi registrado:

Durante a minha administração foram restauradas as seguintes Colonias Militares, a saber: a de Brilhante no Distrito Militar e Município de Miranda, por acto de 6 de maio de 1876 sendo nomeado Diretor e Commandante do Destacamento composto de dez praças o capitão honorario do Exercito João Caetano Teixeira Muzi, de Miranda no mesmo Distrito e município por ato de 28 de março de 1877, sendo nomeado Diretor e Comandante do Destacamento composto também de dez praças o capitão honorario do Exercito Eduardo Carlos Rodrigues de Vasconcellos (...). Todas estas Colonias, bem como as da Conceição de Albuquerque e dos Dourados, e o nucleo Colonial do Taquary (...) segundo as ultimas noticias recebidas, vão prosperando regularmente, e é de esperar-se que brevemente chegarao ao desejado desenvolvimento e ao fim que se teve em vista com a sua criação.³⁵ (BARÃO de AGUAPEHY, 1878, sp.).

35 Relatório com que o Exm. Sem Barão de Aguapehy, 1º Vice Presidente, passou a administração da Província de Mato Grosso ao Exmo Senr. General Hermý Ernesto da Fonseca em 4 de Março de 1878. Cuyaba. APMT. Cuiabá MT. Manuscrito.

Além da recuperação das colônias militares praticamente destruídas durante a guerra, percebe-se pelo referido relatório o estreito elo entre as autoridades provinciais e os fazendeiros. Tanto João Caetano Teixeira Muzi como Eduardo Carlos Rodrigues de Vasconcellos eram grandes latifundiários e, além de concentrar grandes áreas rurais, ficavam também com o monopólio da força policial.

Quanto às pendências lindeiras, tão logo terminou a Guerra da Tríplice Aliança, o império se apressou em firmar um tratado de paz e outro de limites com a República do Paraguai.

Pelo primeiro, fez reconhecer como dívida de guerra³⁶ pelo país derrotado os gastos promovidos pelo Brasil durante o conflito e os prejuízos sofridos pelos seus súditos, restabeleceu a liberdade de navegação do rio Paraguai e outorgou ao Brasil o direito de conservar um Exército de ocupação na República vizinha para assegurar a manutenção da ordem e a execução de ajustes internos que melhor afeiçãoassem ao império.

Pelo tratado de limites ficou estabelecido, no seu artigo 7º, que:

O território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguai pelo alveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguaçu até o Salto Grande das Sete Quedas, do mesmo rio Paraná. Do Salto Grande das Sete Quedas

36 Segundo Francisco Doratioto, “o tesouro real indicou um gasto de 614 mil contos de réis com a guerra provindos das seguintes fontes”.

Milhares de contos de réis

Empréstimo estrangeiro	49
Empréstimo interno	27
Emissão de dinheiro	102
Emissão de títulos	171
Imposto	265
Total	614

“O conflito custou, pois, ao Brasil, quase onze anos de orçamento publico anual, (...) O governo imperial reduziu, intencionalmente, a indenização de guerra a ser cobrada do Paraguai. Uma comissão do ministério da Fazenda, estabelecida para esse fim, estipulou o custo monetário total do conflito, para o Estado brasileiro, a ser pago pelo Paraguai, em 460 718 contos de réis, enquanto a estimativa do Tesouro, correta, indicava despesas de pouco mais de 614 mil contos de réis. [A dívida não foi paga] e perdoada por Getulio Vargas, no início dos anos de 1940”. (DORATIOTO, 2002, p. 462-465).

continua a linde divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados, a encontrar a serra do Amambaí... Prosegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa e baixa pelo alveo deste até sua foz na margem oriental do rio Paraguai; Todas as vertentes que correm para o Norte, e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguai. A ilha do Fecho dos Morros é do domínio do Brasil. (RODRIGUES, 1993, p. 88).

Com o fim da guerra, o Paraguai, destroçado, deixou de representar uma ameaça em relação a Mato Grosso, tendo sido obrigado a aceitar os limites que a diplomacia do império pleiteava e todo o território em litígio reclamado pela república foi incorporado ao Brasil. Era o Tratado de Paz imposto pelo vencedor ao vencido.

Embora o Brasil tivesse assinado um tratado de paz com a República vizinha, continuava a ocupação militar daquele país desde 1869, com intervenção constante nos assuntos da política interna pelos comandantes militares brasileiros, que contavam com a anuência do Governo imperial. No entanto, no começo de 1876, o governo paraguaio firmou um tratado de paz e amizade com a Confederação Argentina, e, não havendo mais justificativas para a manutenção das tropas, a evacuação começou em maio do mesmo ano.

Com a retirada das forças brasileiras de Assunção, “vierão acompanhando os Corpos de linha que vierão para Corumbá mais de tres mil mulheres paraguayas; vierão também centenas de estrangeiros, muitos d’elles paraguayos, procurar aqui o trabalho que não encontravão em Assumpção redusida à última miséria.” (PAES de BARROS apud CORRÊA, 1985, p. 39).

Além das dificuldades provocadas pela perda da guerra, um longo período de seca e um ataque de gafanhotos às lavouras aumentaram ainda mais as dificuldades na República vizinha. O Paraguai oferecia pouco à sobrevivência da sua população, que continuava sacrificada e sofrendo.

Com a retirada das tropas não havia outra alternativa àquela população, que vivia de fornecer suprimentos aos soldados.

Assim se estabeleceu uma imigração, na sua maioria de mulheres paraguaias que eram encontradas entre a população subalterna e entre os militares. (STEINEN, 1942). Os imigrantes paraguaios eram poucos, não mais que 200, seguramente filhos, que acompanhavam as mães.

O sul de Mato Grosso havia se transformado em uma frente de investimentos. O Governo imperial, diante da difícil situação que vivia a República vizinha, optou por tirar proveito dela. Para resolver o problema crônico da ausência de mão-de-obra, autorizou o Consulado brasileiro em Assunção a emitir passagens somente de ida para que os paraguaios pudessem deslocar-se para Corumbá. (WILCOX, 1992).

Para se ter uma idéia do rápido crescimento de Corumbá e Ladário, basta consultar o mapa estatístico de 1864, o censo de 1872 e as informações prestadas por João Severiano da Fonseca em visita a Corumbá em 1877 e 1878.

No relatório de 1864, da lavra do tenente-coronel Porto Carrero, consta que em Corumbá havia:

Casas de pau-a-pique edificadas	36
Casas de pau-a-pique em construção	29
Ranchos cobertos de palha	109

A população estimada era de 1.315 almas. (PORTO CARRERO apud FONSECA, 1986, p. 315-316, V. 1).

Pelo censo de 1872, a população de Corumbá atingiu 3.361 almas, e em 1878, com a contribuição paraguaia³⁷, chegou à casa de 8.000, quase triplicando em apenas seis anos. (FONSECA, 1986, V. 1).

³⁷ A contribuição paraguaia refere-se basicamente a mulheres que acompanhavam os soldados brasileiros que estiveram prestando serviços em Assunção, o contingente masculino não excedeu a duas centenas.

Com esse expressivo aumento da população e a remoção das tropas de ocupação da cidade de Assunção para Corumbá, a região tomou um novo impulso, elevando o número de casas para 870 ao todo:

Em Corumbá

Casas cobertas de telha	455	
Casas cobertas de telha em construção		25
Casas cobertas de zinco	51	
Casas cobertas de zinco em construção		9

Em Ladário

Casas cobertas de telha	251	
Casas cobertas de telha em construção		43
Casas cobertas de zinco	29	
Casas cobertas de zinco em construção		7
Totais	786	84
TOTAL GERAL		870

Fonte: (FONSECA, 1986, p. 315, V. 1).

A livre navegação do rio Paraguai e o rápido aumento da população contribuíram para um intenso desenvolvimento do comércio local, atraindo um grande número de comerciantes, que se fixaram em Corumbá e estruturaram os laços comerciais com as cidades de Buenos Aires e Montividéu de onde vinha a maioria dos produtos ali consumidos.

Por outro lado, a entrada de alguns poucos imigrantes paraguaios do sexo masculino foi extremamente benéfica para o aceleração das obras do Arsenal da Marinha de Ladário, as quais ocupavam centenas de operários que para aquela vila haviam se dirigido.

João Severiano da Fonseca, em visita à região, registrou:

Mas não é de balde que se aglomera assim um povo de imigrantes, a mor parte ociosa e parasita. .../ Em breve, tanto ai como na vila, viram-se as ruas cheias de mendigos, uns enfermos e estropiados, outros apenas afetados da preguiça, esmolando a caridade pública; e a miséria tocou a seu auge, quando, de um lado o governo, por forçadas economias, viu-se obrigado a suspender as obras do

arsenal e despedir centenas de empregados; e de outro a retirada para Cuiabá de parte da tropa, que teve de abandonar o seu séquito por não caber nas embarcações que a conduziam. (FONSECA, 1986, p. 317, V. 1).

Embora florescente, a economia portuária de Corumbá não foi vigorosa o suficiente para absorver todos os imigrantes que rumaram para aquela praça em busca de trabalho e de uma vida melhor, tanto que muitos deles tiveram que viver da caridade pública. Por outro lado, a interrupção das obras públicas do Arsenal da Marinha levou à dispensa de um grande número de trabalhadores, o que agravou ainda mais a situação social não só dos imigrantes como também da população como um todo. Além disso, parte das tropas do Exército estacionadas em Corumbá foram enviadas para Cuiabá, levando com elas os viandeiros que as seguiam desde Assunção.

Diante de tais fatos, o ritmo do comércio diminuiu e as autoridades brasileiras, temerosas de conflitos sociais na região, ofereceram gratuitamente passagens para que a população paraguaia fizesse a viagem de volta ao seu país.

Dessa situação se aproveitaram alguns fazendeiros para a utilização desses imigrantes em trabalhos forçados na região. Um deles, o Barão de Vila Maria, em ofício ao governador da Província, assim se manifestou:

(...) apresentou-se ao Snr Ministro da Agricultura sollicitando de S. Exa um apoio afim de conseguir emigrantes para auxiliar o alevantamento das fazendas do supplicante, destruidas pelos Paraguayos, visto a defficiencia de braços n'esta Provincia. S. Ex^a attenta a exposição do supplicante e as vistas que tem do melhoramento d'esta localidade, auctorizou ao supplicante que por si ou por entermedeo de uma associação, procurasse conseguir emigrantes, na qual empreza o Governo não podia tomar a iniciativa, porem que daria de ajuda de custa a quantia de cincoenta mil reis por cada um que recolhesse para esta Provincia. Empregando, pois, o supplicante n'esta diligencia os seos exforços, conseguiu trazer de Assumpção trinta e tantos Paraguayos, pelos quaes teve de pagar um conto e setecentos mil reis de passagem, por não

haver accommodation nos vapores da Companhia.³⁸ (Offício do BARÃO de VILLA MARIA ao Presidente da Província de Mato Grosso, 1872, sp.).

Os imigrantes trabalhavam escoltados pelos soldados do 2º Batalhão de Artilharia a Pé. A justificativa para manter as tropas supervisionando o trabalho era a de impedir as fugas sem que fossem pagas as despesas da viagem. Certamente para o Barão de Vila Maria os trabalhos forçados justificavam-se pelo fato de que, anos antes os soldados do Exército guarani haviam, durante a guerra destruído suas propriedades.

Mesmo iniciativas como as do Barão de Vila Maria não conseguiram manter os paraguaios em solo sul-mato-grossense, tanto que no ano de 1879, a população de Corumbá tinha sofrido uma grande redução de 8.000 para 4.350, e a de Ladário, de 3.000 para 2.000 almas.

A década de 70 do século XIX foi caracterizada como um período de reorganização da Província. O Governo imperial não só tomou medidas administrativas para estimular a economia da região como também liberou a navegação do rio Paraguai até a Vila de Corumbá para embarcações de qualquer origem, com a perspectiva de permitir o crescimento da economia portuária da cidade de forma que seus ganhos fossem estendidos por toda a região da fronteira.

No entanto, esse foi um período marcado por profundas dificuldades econômicas. As contas da Província apresentando déficits fiscais, ano após ano, a colocavam no caminho da insolvência: no balanço provisório do exercício de junho de 1876 a junho de 1877, o déficit alcançou 28:199\$959 réis; no ano seguinte, embora houvesse melhora no desempenho das contas públicas, foi registrado um novo déficit de 17:805\$403 réis.

Os salários dos servidores públicos se mantinham em atraso, assim como muitos dos credores da Fazenda Pública não conseguiam receber seus créditos.

38 Offício do Barão de Vila Maria dirigido ao Presidente da Província de Mato Grosso, Corumbá 21 de Abril de 1872 Cx 1872. APMT. Cuiabá

A arrecadação, no exercício de 1879, apresentou números muito piores do que os dos anos anteriores.³⁹ (PEDROSA, 1878).

Receita prevista	170:018\$800
Despesa	269:034\$791
Déficit	98:853\$991

Essas incertezas econômicas da Província levaram o Presidente a afirmar:

E compreendeis perfeitamente que se as despesas decretadas excederem sempre as receitas arrecadadas, a província, com o seu orçamento assim desequilibrado, de déficit em déficit crescente tendera para a insolvabilidade, caminhando de modo inevitável para a banca rota.⁴⁰ (PEDROSA, 1878, sp.).

Para remediar esses crônicos saldos de contas negativas registradas, o Tesouro Nacional transferia recursos que permitiam igualar as receitas às despesas. Só no ano de 1878, foram enviados 1:000.000\$000 réis, o que garantiu ao Governo colocar em dia alguns dos pagamentos em atraso.⁴¹ (PEDROSA, 1878).

A Província permaneceu dependendo do Governo imperial por muito tempo ainda, até que as receitas fiscais com o crescimento da produção interna passaram a cobrir as despesas.

Mesmo com todas as dificuldades, a invasão paraguaia em solo mato-grossense produziu profundas modificações econômicas, transformando completamente a face da Província. O término da guerra deu grande impulso à fixação de novos fazendeiros na área central e meridional do Pantanal.

39 FALLA com que o Exm Snr Dr João Jose Pedrosa Presidente da Provincia de Mato Grosso abriu a 1ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de novembro de 1878.

40 FALLA com que o Exm Snr Dr João Jose Pedrosa Presidente da Provincia de Mato Grosso abriu a 1ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de novembro de 1878.

41 FALLA com que o Exm Snr Dr João Jose Pedrosa Presidente da Provincia de Mato Grosso abriu a 1ª sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de novembro de 1878.

As comunidades indígenas passaram por um processo de completa desagregação; sem alternativa, os grupos remanescentes tiveram que enfrentar o trabalho, muitas vezes escravo, nas fazendas que se organizaram.

A imigração masculina paraguaia logo após o fim da guerra foi insignificante. Só mais tarde, quando a população se recuperou das perdas com a guerra, foi que muitos cidadãos daquele país começaram a entrar por toda a Província, contribuindo decisivamente para a formação econômica, social e cultural não só do Pantanal como também de todo o Estado do Mato Grosso.

5.3. O Crescimento do Capital Financeiro, as Exportações de Capitais e as Transformações na Fronteira

A Revolução Industrial, que começou na Inglaterra em fins do século XVIII e se estendeu pelo século XIX, foi, durante algum tempo, fenômeno exclusivamente inglês.

Com a introdução da maquinaria a vapor como fonte de energia no processo de produção, o desenvolvimento do sistema capitalista verificou-se em ritmo extremamente acelerado. A incorporação de alta tecnologia e a associação do trabalho com a ciência permitiram que conquistas revolucionárias fossem sendo cada vez mais aplicadas na linha de montagem das indústrias. Os novos descobrimentos técnico-científicos iam sendo utilizados pelos capitalistas para, de tempo em tempo, reequipar as indústrias, o que gerou o aumento das forças produtivas e barateou a mercadoria. A revolução nos transportes, com as importantes invenções como a do navio a vapor e a locomotiva, uniu mais estreitamente a economia de todos os países do mundo, colocando ao alcance da exploração capitalista as mais distantes regiões da terra.

No entanto, nem todos os capitalistas tinham acesso em igual medida à nova tecnologia por não possuírem recursos financeiros para aplicação na linha de produção de suas empresas. As novas conquistas da ciência e da técnica, devido ao seu alto custo, eram acessíveis somente aos grandes industriais.

Utilizando recursos técnicos mais sofisticados, os grandes capitalistas estavam em condições de vender as suas mercadorias mais em conta do que os seus concorrentes. Assim, aproveitando-se dessa vantagem, os detentores de uma base tecnológica mais avançada iam arruinando os pequenos e absorvendo as suas empresas.

Por outro lado, nessa primeira fase de desenvolvimento do sistema capitalista, quando predominou a “livre concorrência”, nos mais distintos ramos econômicos, havia milhares de produtores dispersos que não se conheciam, produzindo para um mercado ignorado e concorrendo entre eles. Não existia qualquer controle da produção. A lógica que preside o capital é o lucro, assim, nessa fase, era impossível promover o planejamento do sistema capitalista. Era a lei da oferta e da procura que fazia o preço da mercadoria subir ou descer. Produzindo cada vez mais com o objetivo de aumentar suas margens de lucro, o produtor conduzia inevitavelmente todo o sistema a grandes crises em decorrência da superprodução.

As crises marcadas por uma oferta maior que a procura, inerente à ordem capitalista, significava que a produção superava todas as necessidades dos mercados, o que redundava na queda do preço da mercadoria, que por sua vez implicava no desligamento da máquina, interrompendo a produção e, conseqüentemente, levando ao desemprego e a uma retração do mercado, devido à redução da massa salarial circundante responsável pela mais-valia.

Essas crises cíclicas promoveram um processo seletivo entre os próprios capitalistas. Sobreviveram a elas os mais fortes, ou seja, aqueles que detinham mais capital e que podiam resistir à queda do preço da mercadoria, enquanto os pequenos foram desaparecendo, absorvidos pelos primeiros.

Por outro lado, os capitalistas, movidos pela lógica que preside o sistema, o lucro, utilizavam-se dos instrumentos da concorrência para levar à falência o seu competidor.

Todos os estratagemas de mercado eram utilizados para esse fim, como o de baixar os preços das mercadorias, inviabilizando o negócio do concorrente, que não podia fazer o mesmo. Para isso, o produtor ti-

nha que continuar evoluindo tecnologicamente na linha de montagem de sua indústria. A revolução das máquinas-ferramentas permitia aumentar a velocidade nessa linha, e, conseqüentemente, essas inovações permitiam uma produção muito maior, além de que extraía do trabalhador quase que a mais-valia absoluta, reduzindo, assim, drasticamente, a jornada de trabalho na qual era pago o capital variável, podendo abaixar ainda mais os preços.

Aproveitando-se dessa situação de superioridade técnica, os grandes capitalistas iam arruinando mais pesadamente os pequenos, apossando-se de seus capitais e ficando mais fortes ainda.

Esse fenômeno de concentração da produção e constituição dos monopólios com características próprias se estendeu a alguns países da Europa e aos Estados Unidos da América.

Em meados do século XIX, a política da livre concorrência defendida pela Inglaterra foi sendo rejeitada em diversos países como Estados Unidos da América, Bélgica, França, Rússia, Alemanha, que passaram a adotar as tarifas protecionistas, garantindo o mercado interno às suas respectivas indústrias. Com isso, os industriais ingleses foram perdendo mercado para os seus produtos, passando a enfrentar sérias dificuldades.

Os melhores clientes da Inglaterra já não mais precisavam comprar produtos daquele país, pois já podiam produzi-los para atender as suas necessidades internas e até exportá-los.

Protegidos pelas tarefas protecionistas, indústrias incipientes transformaram-se em indústrias gigantescas.

As crises cíclicas do sistema, o aumento da velocidade na linha de montagem das empresas através do emprego sistemático da ciência e da tecnologia, o uso por parte de alguns países de tarifas alfandegárias protecionistas e a concorrência predatória entre os capitalistas fizeram com que o capital maior derrotasse o menor, saindo da luta ainda mais fortalecido.

Esse conjunto de fatores contribuiu para que o capitalismo da livre concorrência se transformasse em monopólio, com a concentração da produção e a centralização do capital.

Quando, em 1870, havia se encerrado a Guerra do Paraguai, o mundo estava entrando no período dos trustes e cartéis. Não havia mais lugar para os pequenos negócios, que foram esmagados pelos grandes ou com eles se fundiram para fazer um negócio ainda maior. Por toda a Europa e pelos Estados Unidos, foram registradas fusões; concentrações industriais gigantescas se formaram buscando o monopólio. O número dos capitalistas diminuía, ao mesmo tempo que aumentava o volume de seus capitais e de seus negócios.

Todos os ramos da produção iam caindo em mãos de um pequeno número de grandes empresas, o que facilitava um acordo entre elas para se associarem e elevarem o valor de suas mercadorias, aumentando seus lucros ou desbancando outras empresas do mercado, estabelecendo assim o monopólio no setor.

Essas associações monopolistas foram denominadas trustes, sindicatos ou cartéis.

(...) essas combinações varreram todos os países capitalistas adiantados durante as duas décadas aproximadamente, que cercaram a passagem do século, e provocaram uma modificação qualitativa no caráter da produção capitalista. A livre concorrência, que fora o caráter dominante (embora não exclusivo) do mercado capitalista, foi definitivamente superada pelos vários graus de monopólio, como traço dominante. (SWEEZY, 1976, p. 295).

A materialização dessas ações aconteciam através do estabelecimento de acordos sobre as condições de venda, prazos de pagamentos, divisão de mercados, fixação de preços e quotas de produção.

Pari passu ao processo de concentração que ocorreu com a indústria, fenômeno semelhante aconteceu com os bancos. Os grandes conglomerados bancários foram gradativamente absorvendo os menores, aumentando o volume de seus capitais e de seus negócios. Os bancos foram adquirindo particular importância: de intermediários nos pagamentos tornaram-se receptadores de todo o dinheiro livre em circulação de determinado país. Esses capitais eram colocados à disposição do investidor

que deles necessitava para reaparelhar sua empresa, torná-la mais competitiva ou mesmo para financiar uma nova.

(...) os bancos, devido a sua posição estratégica na emissão e venda de novas ações, desempenham um papel peculiarmente importante na formação de sociedades anônimas, e o mesmo se aplica à fusão de empresas já existentes. Os bancos conservam para si uma parte principal do lucro do organizador, nomeiam seus representantes para participar da direção de empresas e exercerem grande influência sobre as políticas adotadas. (SWEEZY, 1976, p. 296).

Manejando recursos incomensuráveis, os banqueiros passavam a exercer domínio sobre as indústrias às quais forneciam crédito, como também adquiriam suas ações, transformando-se, em alguns casos, em sócios ou mesmo em donos. Era comum que membros da diretoria do banco figurassem como conselheiros de grandes conglomerados industriais.

O processo de concentração dos bancos tornou-se flagrante. Tanto que Lenine constatou: “ Em fins de 1909, os nove grandes bancos berlineses, contando com os bancos a ele ligados, controlavam 11.300 milhões de marcos, isto é, cerca de 83% de todo o capital bancário Alemão.” (LENINE, 2ª ed., 1982, p. 598, V. 1).

Concomitantemente ao processo de concentração da produção e dos bancos aconteceu a fusão dos capitais industrial e bancário, dando origem ao capital financeiro.

Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isso, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário por conseguinte, capital sob forma de dinheiro - que por esse processo se transforma de facto em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que se encontra a disposição dos bancos e que os industriais utilizam. (HILFERDING apud LENINE, 2ª ed., 1982, p. 610, V. 1).

A fusão do capital bancário com o industrial conduziu a uma acumulação que alcançou proporções gigantescas e estabeleceu enormes excedentes nos países industrializados. O que distinguia o velho capitalismo da livre concorrência era a exportação de mercadorias, pois o que caracterizava o capitalismo do fim do século XIX e início do XX, no qual começava a ganhar corpo o monopólio, era a exportação de capital.

A possibilidade de exportação de capitais era possível para os países atrasados e para as colônias, por já estarem incorporadas na circulação do capitalismo mundial, já disporem de alguma infra-estrutura e terem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria. Nessa fase de desenvolvimento que atingiu a sociedade capitalista, o capital adquiriu uma fluidez muito grande, tornando mais fácil sua movimentação a nível internacional.

Há nesse processo uma complementariedade: as economias dos países periféricos foram submetidas às políticas econômicas do centro e desempenharam um papel importante. Os governos dos novos países independentes, frente à necessidade de promover o desenvolvimento interno de suas economias mas não dispondo de recursos para fazê-lo, recorriam aos investimentos externos, importando capital. Do outro lado, os investidores estrangeiros viam essa oportunidade com bons olhos, já que os investimentos ali realizados eram mais bem remunerados.

Foi justamente para essas regiões, que não dispunham de capitais próprios para custear o seu desenvolvimento, que as potências imperialistas se lançaram numa corrida desenfreada por lucros. Os países industrializados como a França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, através de seus trustes e cartéis, partiram em busca da conquista do mundo procurando colocar nas colônias seus produtos, exportar capitais e controlar as fontes de matérias-primas. Nesse contexto, a periferia participava do mercado mundial ofertando matéria-prima e produtos alimentícios e recebendo capitais para modernizar-se.

Foi por esse caminho que capitais ingleses, franceses, alemães, belgas, entraram no Brasil, promovendo intenso processo de modernização do país e dotando-o de uma infra-estrutura que atendia aos interesses

do capital financeiro internacional. Esse foi um período de intenso fluxo comercial exportador que beneficiou a agricultura pela expansão do mercado europeu e desenvolvimento acelerado do capitalismo industrial.

A guerra contra o Paraguai, embora o Brasil estivesse ao lado das forças vitoriosas, deixou um saldo trágico: 33 mil mortos e custos que alcançaram 614.000 contos de réis, equivalente a quase onze orçamentos do Império, se tomado o do ano de 1864, cujo valor foi de 57.000 contos de réis. (DORATIOTO, 2002).

As conseqüências foram extremamente nocivas para o erário, o que levou ao desequilíbrio do orçamento, obrigando o tesouro a constantes emissões e a contrair novos empréstimos no exterior.

De 1863, um ano antes da guerra, a 1871, um ano depois, o País recorreu a bancos ingleses para cobrir déficits da dívida flutuante e amortizações de empréstimos anteriores que representaram £ 18.979.700, com taxas de juros em torno de 4,5% e 5% a.a. (NORMANO, 1939).

Leon Pomer enfatizou que, ao terminar a guerra, o Brasil, exaurido economicamente, recorreu a empréstimos em Londres, contraindo dívidas que montavam £ 45504.100 entre 1871 e 1889. (POMER, 1980).

Na verdade, apesar da guerra e da crônica dependência dos capitais estrangeiros, o País atravessou uma fase de intensa prosperidade, sobretudo a partir da década de 1860, que em nada lembrava o Primeiro Reinado, com sensível melhora nas finanças principalmente a partir do instante em que o café assumiu a liderança das exportações, alterando completamente a situação da balança comercial, que se manteve deficitária por toda a primeira metade do século XIX. O cenário de guerra e os esforços do País para derrotar o inimigo não impediram um processo de intensa transformação econômica e social com a diversificação do comércio e com impulsos positivos ao desenvolvimento da indústria. Esse foi um período marcado pelo pleno desenvolvimento do mercado mundial devido aos contínuos progressos industriais e a capacidade do capital em promover o crescimento e acumulação.

A exportação através dos portos de Santos e Rio de Janeiro, escoadouros da produção cafeeira do centro-sul, em 1870, fim da guerra do Pa-

raguai, alcançou duzentos milhões de quilos. Em 1889, a cifra se elevava a trezentos e cinquenta milhões de quilos. A ascensão foi extraordinária, pois em 1835-40, a colheita anual atingira somente quarenta milhões de quilos. (SODRÉ, 2ª ed., 1998).

Na década de 1870, a produção brasileira de café representava 49,09% da mundial, enquanto na década seguinte saltou para 56,63%, atingindo 66,68% em fins do século XIX. (NORMANO, 1939).

Internamente, no decênio de 1870, o café significou “56,6% das exportações brasileiras, seguido do açúcar com 11,8%; do algodão, 9,5%; couros e peles, 5,6%; e borracha, 5,5%”. (BASTOS, Apud NORMANDO, 1939, p. 139). Na década seguinte, o café passou a representar 61,5% das exportações brasileiras; o açúcar, 9,9%; a borracha, 8%; o algodão, 4,2%; couros e peles, 3,2%.

Outros dois produtos brasileiros, a partir da metade do século XIX, passaram a ser largamente consumidos na Europa, o que contribuiu para elevar os superávits da balança de pagamentos. Eram eles: o cacau e a borracha.

A Bahia, principal produtora brasileira do cacau, apresentou os seguintes números, com relação às exportações:

Ano	Toneladas
1870	1.215
1875	931
1880	1.168
1890	3.502
1900	13.131
1910	25.142

Fonte: (PINTO, 1971, p. 141 e 142).

A borracha, extraída da seringueira, árvore nativa da floresta amazônica, industrializada desde 1839 na Europa, passou a ser produto largamente exportado principalmente depois da década de 1870, com o desenvolvimento da indústria de veículos e da fabricação de pneumáticos.

Pode-se abaixo acompanhar as exportações brasileiras:

Ano	Toneladas
1870	2.591
1880	8.679
1890	16.394
1900	27.650
1910	38.177

Fonte: (AMARAL apud PINTO, 1971, p. 142).

O desempenho da economia brasileira pode ser melhor aquilatado na balança de comércio (1861-1900), apresentando-se deficitária em apenas três exercícios no período de 40 anos:

Anos	Export.	Import.	Balanço
1861/62	120,7	110,5	+ 10,2
1862/63	122,4	99,1	+ 23,3
1863/64	131,1	125,6	+ 5,5
1864/65	141,0	131,7	+ 9,3
1865/66	157,0	137,7	+ 19,3
1866/67	156,2	145,0	+ 11,2
1867/68	185,3	140,6	+ 44,7
1868/69	207,7	168,5	+ 39,2
1869/70	197,0	168,2	+ 28,8
1870/71	166,9	144,7	+ 22,2
1871/72	193,4	162,2	+ 31,2
1872/73	215,8	161,4	+ 54,4
1873/74	190,0	160,0	+ 29,2
1874/75	208,4	167,5	+ 40,9
1875/76	178,8	171,6	+ 7,2
1876/77	195,5	153,8	+ 41,7
1877/78	187,4	160,9	+ 26,5
1878/79	206,4	162,3	+ 44,1
1879/80	221,9	172,7	+ 49,2
1880/81	225,8	181,0	+ 44,8
1881/82	209,8	182,2	+ 27,6
1882/83	197,0	190,2	+ 6,8
1883/84	217,0	202,5	+ 14,5

1884/85	226,2	178,4	+ 47,8
1885/86	191,3	201,5	– 10,2
1886/87	365,5	310,8	+ 54,7
1888	212,5	260,9	– 48,4
1889	216,6	316,2	– 99,6
1891	417,7	322,6	+ 95,1
1892	432,3	382,0	+ 50,3
1893	606,0	328,5	+ 277,5
1894	601,0	341,5	+ 259,5
1895	696,3	470,0	+ 226,3
1896	694,0	533,9	+ 160,1
1897	669,7	557,4	+ 112,3
1898	636,2	563,0	+ 73,2
1899	575,7	374,4	+ 201,3
1900	946,9	334,1	+512,8

Fonte: (SODRÉ, 1964, p. 82).

Os contínuos superávits na balança comercial proporcionaram um maior equilíbrio das contas externas, tanto que os novos empréstimos deixaram de ser exclusivamente para cobrir déficits e passaram a ser utilizados na melhoria da infra-estrutura do Brasil.

Com o equilíbrio interno e os investimentos e empréstimos estrangeiros houve um intenso processo de modernização no País, com excepcional crescimento do fluxo exportador e importador.

No período de 1864 a 1870, foram construídos 1.000 km de rede ferroviária. (SODRÉ, 3ª ed., 1964). Em 1889, a referida rede alcançava 9.583 km. Internamente, a criação dessa infra-estrutura permitiu ampliar as ligações, torná-las mais rápidas, aumentar as áreas de exploração agrícola e o mercado interno, possibilitando que a mercadoria circulasse mais rapidamente e por isso tivesse seu preço diminuído sensivelmente.

A expansão da rede de trilhos no Brasil tinha forte ligação com o setor agrário exportador. Como as relações capitalistas no País eram ainda muito atrasadas, ligadas basicamente à produção de matérias-primas e produtos agrícolas voltados à exportação, os trechos que foram sendo

construídos procuravam beneficiar as regiões cujos artigos tinham larga aceitação no mercado internacional, como o café, açúcar, couros, borracha, ou seja: os primeiros traçados vieram para atender regiões cuja atividade econômica já estava consolidada.

A Inglaterra desempenhou papel relevante no processo de instalação da rede ferroviária brasileira, proporcionando os empréstimos necessários aos empreendimentos como também a técnica para o desenvolvimento e melhoria da infra-estrutura do País.

Além da Inglaterra, houve a participação de outros países nas construções ferroviárias brasileiras, como é possível identificar no relatório do Cônsul austro-húngaro em São Paulo: “A construção dos caminhos-de-ferro brasileiros realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães (...)”. (LENINE, 1982).

As dívidas foram contraídas pelo Império e, posteriormente, pela República, principalmente para atender a construção de ferrovias, ampliá-las e melhorá-las e para o reaparelhamento dos portos e modernização das grandes cidades, conforme relação abaixo:

Ano	Valor nominal	Taxa Juros	Fim a que se destina	Banqueiro
1883	4.599.600	4,5%	Para melhoria de Estradas de Ferro, fornecimento de águas da capital e outros serviços.	N. M. Rothschild Sons
1886	6.431.000	5%	Para cobrir déficits e dívida flutuante.	id.
1888	6.297.300	4,5%	Para construção e prolongamento de Estradas de Ferro Federaes.	id.
1889	19.837.000	4%	Conversão.	id.
1895	7.442.000	5%	Para a E.F. Este de Minas com a garantia do Tesouro Nacional.	id.
1898	8.613.717	5%	Funding Loan	id.
1901 1902 1905	16.619.320	4%	Resgate de E. Ferro adquiridas.	id.

1903 1905	8.500,00	5%	Para melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro.	id.
1906	1.100.000	5%	Para Lloyd Brasileiro.	id.
1910	1.000.000	4%	Para Lloyd Brasileiro.	id.
1908	4.000.000	5%	Para o melhoramento de fornecimento de água para a Capital Federal e construção de estradas de ferro federaes.	id.
1910	10.000.000	4%	Conversão do Resgate de títulos da E.F. Este de Minas e de empréstimo do Est de São Paulo.	id.
1911	4.500.000	4%	Para melhoramento do Porto do Rio de Janeiro.	id.
1911	2.400.000	4%	Para estradas do Ceará.	id.
1913	11.000.000	5%	Para os portos de Pernambuco, Paranaguá e Corumbá e a E. De Ferro Oeste de Minas.	id.
1908 1909	100.000.000	5%	Para a E. Ferro Itapura Corumbá.	Banque de Paris and Pays Bas Société Generale Comp-ti or Nationale d'Escompte.
1909	40.000.000	5%	Para melhoramentos do Porto de Recife.	Banque Française pair Le Commerce et l'industrie, Credit Mobilier Français.
1910	100.000.000	4%	Para Est. De Ferro de Goyaz	Credit Mobilier Français.
1911	60.000.000	4%	Para as estradas da Bahia	Caísse Commerciale et industrielle.

Fonte: (NORMANO, 1939, p. 211).

Embora o capital financeiro europeu tenha tido papel preponderante no surto ferroviário brasileiro, o conjunto das estradas paulistas foi construído com capitais oriundos do complexo cafeeiro e da disponibilidade de grandes capitais derivados do tráfico negreiro, suspenso a partir de 1852.

O fim da guerra com o Paraguai coincide com o surto ferroviário no Brasil. As hostilidades na fronteira de Mato Grosso deixaram claro para as autoridades brasileiras que o Império precisava buscar recursos para estabelecer comunicações mais rápidas e eficientes com a imensa área do Centro-oeste para, em caso de guerra, proporcionar deslocamentos dos equipamentos militares e de soldados mais rapidamente⁴² e promover a colonização e o desenvolvimento da região, drenando para os portos do Atlântico as matérias-primas e alimentos produzidos na região, além de possibilitar o desenvolvimento de novas atividades econômicas e assegurar ligações mais estreitas com os países vizinhos e o transporte de passageiros.

No começo da década de 1870, muitos projetos que ligavam por via férrea São Paulo a Mato Grosso já eram constantemente debatidos nos círculos governamentais ou fora deles.

Essa formidável obra de penetração pelo território de Mato Grosso coube na parte final, à Noroeste do Brasil, com que se realizou lentamente uma velha aspiração alimentada por debates sucessivos, (...) Já em 1876, notável comissão de engenheiros, presidida pelo Visconde de Rio Branco, se debateu às voltas com dezesseis dêles, ‘tão discordes, lembra Euclides da Cunha, que, malgrado a valia de juízes daquele porte, o controvertido tema não teve decisivo desfecho e chegou ao nosso tempo (1905), disparatando em trinta pareceres’. Foi do Clube de Engenharia, do Rio de Janeiro, que partiu o último e mais vigoroso impulso para sua realização quando, em outubro de 1904, ‘deliberou indicar ao govêrno ‘como problema nacional inadiável’ o traçado de um caminho de ferro que, partindo de São Paulo dos Agudos (ou de Bauru), transpondo o Paraná e o Urubupunga, se dirigisse a um ponto do rio Paraguai adequado a encaminhar para o Brasil o comércio do sudeste boliviano e norte paraguaio, permitindo ao mesmo tempo rápidas

42 O fim da guerra com o Paraguai coincide com a Guerra Franco-Prussiana na Europa, cuja grande novidade fora a utilização com extremo sucesso da rede ferroviária pelo exército de Bismark, “mobilizando e concentrando milhões de homens na fronteira, como nunca antes ocorrera”. (MEIRA MATTOS, 2003, p. A3). Certamente, esses acontecimentos influenciaram o governo brasileiro e o estimulou a construir mais tarde a Rede Ferroviária Noroeste do Brasil.

comunicações do litoral com Mato Grosso, independentes do percurso em território estrangeiro'. Fundada a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de capitais mistos, brasileiro e franco-belga, com concessão de garantia de juros pelo govêrno federal, em 1904, e incorporada por Teixeira Soares e Pereira da Cunha, iniciou-se em 1905 a construção da estrada, cujo trecho de Bauru a Itapura essa empresa inaugurou em 1910 (...). (AZEVEDO, 2ª ed., sd., p. 69-70).

A ferrovia de Bauru a Porto Esperança, no Paraguai, que se iniciou em 1905, só ficou pronta e em condições de tráfego em 1914.

Por outro lado, o mesmo processo aconteceu com a navegação:

(...) de 1839 a 1874, o número de viagens aumentou de 50% sob a bandeira brasileira, e de 101% sob o pavilhão de outras nações, a tonelagem cresceu 130% no primeiro caso, e de 414% no segundo. Em 1859, quase todos os barcos eram veleiros; ainda em 1873, somente 29% eram movidos a vapor. (CALÓGERAS, 1945, p. 244).

Os navios a vela estiveram em maior número do que os movidos a vapor até a década de 70 do século XIX. Foi somente a partir daí, e sobretudo de 1880 em diante, que a frota foi dando lugar aos mais modernos.

Junto com o desenvolvimento das linhas férreas e da navegação a vapor instalaram-se as primeiras linhas telegráficas e os cabos submarinos. Os portos foram organizados e reaparelhados, uma vez que eram "até então meros ancoradouros". (SODRÉ, 1978, p. 88).

No que diz respeito à indústria, foram implantadas no decênio de 1860 sessenta e duas empresas, vinte companhias de navegação a vapor, oito de mineração, três de transporte urbano, duas de gás e oito estradas de ferro. (PRADO JUNIOR, 5ª ed., 1959).

Foi um período em que o País viu crescer as suas cidades, tirou proveito do capital financeiro internacional para a exploração dos serviços públicos, transporte, fonte de energia e portos. Vieram os bondes, os trens urbanos e as companhias de iluminação. Tais concessões foram feitas em virtude da ausência de capitais nacionais interessados, sendo esses campos de exploração entregues ao capital estrangeiro.

Esse vento modernizador que tanto beneficiou o Império brasileiro não deixou de bafejar no Pantanal mato-grossense: enquanto aguardavam ansiosamente pelo trem, as autoridades procuraram desenvolver a navegação.

A reabertura do rio Paraguai permitiu o contato direto da Província com as Repúblicas sul-americanas platinas, como também o intercâmbio com o Rio de Janeiro e o acesso ao Atlântico.

Já em 1870, realizou-se em Montevidéu uma licitação para a exploração de uma linha regular de navegação fluvial entre aquela capital e Cuiabá. A concorrência foi vencida pela empresa Conceição e Companhia que, para esse fim, constituiu uma subsidiária, a Empresa Brasileira de Paquetes a Vapor, tendo início os serviços de exploração da linha em 1871. (PÓVOAS, 1995, V. 1).

No ano de 1873, a Conceição e Companhia organizou uma nova empresa, a Companhia Nacional de Navegação a Vapor, que incorporou a Empresa Brasileira de Paquetes a Vapor, tendo com isso prolongado suas linhas de navegação: uma primeira fazia o percurso de Montevidéu ao Rio de Janeiro; uma segunda, de Cáceres a Assunção, passando por Corumbá.

Em 1884, o Lloyd Brasileiro mantinha linhas regulares tanto de cargas como de passageiros, ligando Corumbá aos portos de Assunção, Montevidéu e Buenos Aires.

Essas companhias de cargas e passageiros colocavam a Província em contato com o mundo. A intensidade e a regularidade dessa navegação possibilitaram um surto de desenvolvimento para Mato Grosso. Embora a Província tivesse uma população extremamente rarefeita e por isso não fosse uma grande consumidora de produtos platinos e europeus, a expansão do mercado se deu na perspectiva daquilo que a região podia oferecer de matérias-primas e alimentos.

A abertura de linhas regulares de navegação permitiu grande afluxo de comerciantes estrangeiros para a região, negociantes de gado, couro e outras expedições científicas. Mercadorias dos mais distantes países chegavam ao Porto de Corumbá, no coração do Pantanal sul, e dele saíam

matérias-primas da terra, como peles, ipeca, charque, subprodutos do boi, penas e mais tarde borracha e erva-mate. Era aí que acontecia o transbordo das mercadorias para as embarcações menores destinadas às cidades ribeirinhas da Província, como Cáceres, Cuiabá, Miranda e Coxim. Os grandes vapores da linha nacional não iam além de Corumbá, que recebia as riquezas das frotas do mundo inteiro e depois funcionava como centro distribuidor da Província. Foi por essa condição que, além das linhas de navegação regulares, surgiram empresas armadoras organizadas por comerciantes e empresários dos portos regionais que conduziam passageiros e mercadorias por todo o alto e médio Paraguai levando produtos às pequenas cidades ou a determinados portos para atender fazendeiros recém-estabelecidos e de lá trazerem produtos produzidos na região.

Dentre as principais empresas que operavam, destacavam-se: navegação a vapor Vierci Hermanos; Companhia Argentina de Navegação Nicolas Minhanovich; Empresa de Navegação Teutonia; Empresa Corumbaense M. Cavassa Filho & Cia.; a grande firma comercial e Armadora Wanderley Baís & Cia.; Empresa Sul-americana Belga em Corumbá, Stofen, Schnack, Mulher e Cia.; Empresa Armadora Cacerense Jose Dulce & Cia.; Vicente Anastácio, de Miranda; os negociadores e armadores mirandenses Pilades Rebuá e Giasone Rebuá; o armador corumbaense Armindo Baptista de Azevedo; Firma Pereira, Carneiro & Cia., do Rio de Janeiro; e Ângelo Torres, de Corumbá, representando a Empresa Saladeiro Baguari e Francisco Fanaya, de Cáceres.

Herbert Smith, que em 1884 foi do Rio de Janeiro para Cuiabá, deixou registrado detalhes de sua viagem no trecho fluvial entre Corumbá e Cuiabá:

Os grandes vapores da linha nacional não vão além de Corumbá: aqui transferiram-nos para o [vapor] Rio Verde, (...). Tinha uns 25 metros de comprimento, e seis ou sete de largura entre a caixa das rodas; metade do espaço era ocupado pela machina e pela cozinha; havia um espaço adiante para os passageiros de segunda classe, e o salão compreendia os 10 metros ou menos que restavam, fechado apenas por cortinas dos lados, com um grande

banco que corria em torno, e uma longa mesa no centro. Acima de tudo isto havia uma especie de segundo andar, em parte occupado por um compartimento, em que estava um camarote de senhoras, que media dois metros sobre cinco; dois quartinhos de apparato, cada um com dois leitos, e dois quartos pertencentes aos officiaes, quartos que geralmente são cedidos aos passageiros. O vapor toma apenas passageiros, bagagens e malas, e depois de carregado cala menos de um metro d'agua. .../ Aos quarenta passageiros que foram baldeados juntaram-se alguns de Corumbá, incluindo o Presidente e sua comitiva, [Presidente da Província de Mato Grosso]; havia uns vinte de segunda classe; de sorte que, com os empregados do vapor, iamos perto de noventa pessoas. Tinhamos carvão para muitos dias; o porão, ou o que chamavam com este nome, estava abarrotado de bagagem, e duas vacas e um carneiro foram accomodados entre os passageiros de seguda classe. .../ Fomos para bordo dispostos a arranjar-nos como pudessemos (...). Ao jantar, empilhamo-nos junto à mesa comprida do salão, e à noite allí tomamos o nosso chá, em ambos os casos sendo tão bem servidos como no vapor grande. Acabado o chá, começaram os criados a fazer as camas nos bancos que rodeavam o salão e em outros da coberta: isto accomodou uns tantos passageiros, cada um dos quaes ficava com a cabeça ou os pés na cabeça ou nos pés do outro. Alguns deitaram-se na mesa, que, como mais larga que os bancos, tornou-se objecto de rivalidade amigavel e de uma ou duas disputas entre nós. O espaço aproveitavel que ficava no salão encheu-se de redes amarradas junto. Para chegar à minha cama, que era um banco na outra extremidade, tinha de ir me arrastando por baixo de sete redes, retirando-me um pouco mais tarde, todas ellas estavam occupadas. Como não podia avançar rojando de barriga, procurei fazel-o de gatinhas, systema pelo qual minhas costas entravam em contacto com os sete dormentes, que sem demora acordavam e agradeciam em linguagem eloquente. (...) Pela manhã, iamos do banho nas duas banheiras que havia, no que levavamos uma a duas horas; e como as senhoras só appareciam ao almoço, vestiamo-nos com todo o vagar (...). (SMITH, 1822, p. 265-266).

As viagens em embarcações de menor calado que partiam de Corumbá para as demais cidades ribeirinhas eram ainda muito piores, sobretudo aquelas realizadas em igarités ou lanchas que faziam os mesmos percursos dos pequenos vapores, conduzindo cargas e passageiros.

Alem dos referidos vapores estão alguns Igaritez ou lanchas que se empregão na condução de cargas e alguns passageiros entre Corumbá e esta capital [Cuiabá]. Estas lanchas não tem convez abrigão as cargas com encerados, para os passageiros apenas ha uma tolda asi armada sobre balaustres fixos nas bordas.

São do porte de 600 a 1000 @* e em numero de seis. Empregão-se também 8 canoas na mesma... para igual fim ou antes entre o porto de Cuiabá e alguns sitios do rio abaixo.⁴³ (CARDOSO JUNIOR, 1872, sp.).

Através da navegação, o Pantanal sul-mato-grossense foi incorporado ao mercado mundial. Em 1913, foi contraído empréstimo de £11.000.000 pelo Governo Federal para a modernização de alguns portos, dentre eles o de Corumbá, visando atender ao aumento dos negócios locais. Foi criada a infra-estrutura adequada ao movimento realizado, beneficiando as construções e as condições de armazenagem.

Embora houvesse um surto de desenvolvimento do transporte, tanto naval como ferroviário, por todo o Império, no interior da Província, as dificuldades de locomoção e de escoamento dos produtos permaneceram como um traço característico dos problemas locais. As distâncias entre as sedes das fazendas e dos portos eram percorridos através das carretas⁴⁴ puxadas a bois. Disso, reclamava o Presidente da Província em 1878:

A indústria de transporte ou de carroto ainda esta atrazadissima. .../ Por terra as cargas são transportadas, em geral, sobre o dorso de animaes bovinos, também aqui empregados como cavalgadas pelos fazendeiros; e por isso pode-se com propriedade dizer que

43 Relatório com que o Exmo. Sr. Francisco José Cardoso Junior Presidente, da Província de Mato Grosso, abriu a Assembleia Provincial. Cuiabá em 1872. APMT. Cuiabá. Manuscrito.

44 A carreta de bois utilizada no Pantanal por produtores ali estabelecidos tem características muito peculiares. Um autor assim a descreveu “A carreta pantaneira como é chamada, diferencia-se do carro mineiro por ser mais alta (previne as vazantes fundas), muito mais leve (apenas 2 juntas de bois a puxam quando descarregadas) possui a ‘janta’ (tala de ferro que envolve a roda) mais larga (para que não penetre muito fundo na areia), não canta (o ‘canto’ é produzido por um dispositivo que emite som mais ou menos agudo, de acordo com a maior ou menor tração) a exemplo do carro mineiro”. (BARROS NETTO, 1979, p. 101).

o serviço de transporte faz-se com a lentidão do passo de boi.⁴⁵
(PEDROSA, 1878, sp.).

Ainda na década de 1970, havia no Pantanal sul, 2.005 carros de bois, o que torna possível afirmar que no final do século XX, o carro de boi continuava sendo o principal meio de transporte interno da região.

Mesmo com essas dificuldades, em meados da década de 70 do século XIX, começou-se a perceber a presença do capital financeiro europeu em Mato Grosso.

Em 1895, constituiu-se na Antuérpia a *Compagnie des Produits Cíbils*, que adquiriu e passou a explorar a Charqueada de Descalvado.⁴⁶ Os negócios relativos à borracha, que começaram a ganhar força, atraíram também capitais belgas, surgindo a *Compagnie des Caoutchoucs du Matto Grosso e a Albuna S. A.* (STOLS apud ALVES, 1984, p. 49).

No começo do século XX, diversas empresas estrangeiras se estabeleceram no Pantanal sul-mato-grossense para explorarem o criatório bovino:

Brazil Land Cattle, and Packing Company, com 763.568 ha. Corumbá; The Brazilian Meat Company, com 5.000 ha. Aquidauana; Fomento Argentino Sud-Americano, com 726.077 ha. Corumbá; Fazenda Francesa, com 242.456 ha. Miranda; e 172.352 ha. em Corumbá; The Miranda Estancia Company, com 219.506 ha. Miranda; Sud Américaine Belge S. A., com 117.060 ha.; e SAR Rio Branco, com 549.156 ha. Corumbá. (MARQUES, 1923, p. 156-157).

O interesse do capital financeiro internacional pelo criatório bovino residia não só no aproveitamento da carne como também no de couro. Como durante esse período ocorriam intensas disputas entre as potên-

45 FALLA com que o Exmo. Snr. Dr. João José Pedrosa Presidente da Província de Mato Grosso abriu a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva assembléa no dia 1 de novembro de 1878. APMT. Cuyaba. Manuscrito.

46 No item seguinte serão oferecidas maiores explicações.

cias imperialistas, ele foi caracterizado pela formação de grandes exércitos para manter os países em guerra pela hegemonia mundial, ocasião em que o couro ganhou extraordinário valor comercial, já que não era possível organizar qualquer exército sem o largo emprego dessa matéria-prima.

Praticamente, todo o equipamento conduzido por um soldado era feito com couro: botas, mochila, cartucheira, invólucro para guardar armas, barracas, cinto, sela e arreio de animais.

O interesse do capital financeiro pela região manifestava-se também na área da extração aurífera. Em 1902, a empresa australiana The Transpacific Mining and Exploration Company, Limited começou a operar com uma draga no rio Coxipo, próximo de Cuiabá, com resultados muito vantajosos. (LISBOA, 1909).

De 1905 a 1906, foram autorizadas a funcionar na Província de Mato Grosso cinco empresas de mineração, todas fundadas em Buenos Aires com capitais ingleses. Eram elas: Mato Grosso Gold Dredging Company; The Cabaçal Gold Dredging and Exploration Company; The Brumado Gold Dredging and Exploration Company; Coxim Gold Dredging Co e Diamantino Dredging Company. (LISBOA, 1909).

No sul do velho Mato Grosso, no local hoje conhecido como Campos de Vacaria, tem início, em 1878, a exploração dos ervais nativos com vistas ao fornecimento para o mercado platino, através da formação da Companhia Matte Laranjeira, que tomou grande impulso em 1902, quando se associou a capitais argentinos e formou a Companhia Laranjeira, Mendes e Cia., com sede em Buenos Aires.

Apesar de ser escassamente povoada, a Província de Mato Grosso atraiu investimentos estrangeiros. Normalmente, o imperialismo prioriza regiões que têm maior densidade demográfica, justamente para explorar a força de trabalho local, mas tem um critério fundamental que não pode ser desprezado que é a busca incessante por fontes de matéria prima, mesmo que não as explore, imediatamente, mas simplesmente para manter o controle sobre elas.

No decorrer do pós-guerra com o Paraguai, o Barão de Vila Maria se deslocou à Corte, no Rio de Janeiro, com o propósito de obter a

concessão para explorar a mineração do ferro no morro de Urucum, nas proximidades de Corumbá.⁴⁷ No entanto, faleceu no decorrer da viagem de volta, sem poder realizar seu projeto.

O Governo imperial estendeu à viúva do Barão a concessão para explorar o ferro e outros metais, e ainda pela mesma época, 1878-1882, estendeu semelhantes concessões a J. B. Vieira de Carvalho e Vasconcellos, G. A. Gama e Francisco Couto da Silva, sem obter qualquer resultado positivo. Nenhuma indústria foi instalada, como nenhum estudo foi desenvolvido para se verificar o valor das jazidas.

Em 1906, o Governo concedeu a exploração do minério de ferro e manganês à Société Anonyme d'Ougree Marihay e à Société Anonyme Metallurgique d'Esperance Langdoz para a fabricação do aço, tendo aí se iniciado o processo de aproveitamento industrial daquelas jazidas com capitais belga.

Coincidentemente, parte dos capitais que financiavam a construção da rede ferroviária era também belga. Mais tarde, quando concluído o assentamento dos trilhos, os metais passaram a ser exportados também pelo porto de Santos; inicialmente, eram conduzidos até o porto de Corumbá e dali seguiam em vapores até Rosário, na Argentina, ou Montevideu, no Uruguai, de onde eram levados para os mais longínquos países.

A segunda revolução industrial, marcada sobretudo pela concentração da produção e pelo desenvolvimento dos transportes, diminuiu distâncias e aproximou as metrópoles européias dos emergentes países da América, provocando profundas transformações nos antigos centros coloniais.

A região pantaneira recebeu, no final do século XIX e começo do XX, grande impulso com a modernização do porto de Corumbá, a instalação da indústria da carne e siderúrgica, a compra de grandes extensões de terra por empresas estrangeiras. Tudo isso foi mudando as feições da

47 As montanhas do Urucum se localizam nas proximidades da cidade de Corumbá; ainda nos dias de hoje guardam extensas jazidas de ferro e manganês, aproveitáveis industrialmente.

região. Em 1912, a iluminação pública foi inaugurada em Corumbá e depois dela veio a rede de telefonia. (AMORIM, 1917). Em 1904, estava concluída a ligação telegráfica do Pantanal, com a inauguração da estação de Corumbá.

O Pantanal sul foi o grande beneficiário da expansão capitalista que ocorreu na segunda metade do século XIX, com a internacionalização da economia. A reabertura do rio Paraguai à navegação permitiu intenso intercâmbio comercial, como também o crescimento da economia portuária e a penetração de capitais estrangeiros tanto para o desenvolvimento da pecuária como para os transportes e a mineração.

5.4. O Substantial Crescimento do Rebanho Bovino e o Desenvolvimento das Charqueadas

Durante o período da Guerra do Paraguai, poucas famílias permaneceram em suas propriedades. Tão logo foi anunciada a invasão, as fugas se sucederam em massa; as cidades foram abandonadas e entregues ao inimigo. No campo, o processo foi o mesmo: aqueles com mais posses se dirigiram para Cuiabá ou Santana do Paranaíba, os de poucos recursos se abrigaram na serra que circunda o Pantanal, e, dos que permaneceram, muitos se engajaram nos exércitos formados para deter o invasor, ficando as fazendas abandonadas e o gado sem manejo.

Os rebanhos bovinos que estavam apascentados nessa grande área foram, em boa parte, apanhados; serviam para abastecer não só os exércitos invasores como também a população civil mato-grossense e assun-cenha. Porém, a peste das cadeiras, que na ocasião atacou os equínos, permitiu que o gado bovino fosse se alongando e se juntando às grandes manadas selvagens que há muito haviam se espalhado por todo o Pantanal, garantindo, assim, a sobrevivência de considerável número de animais, de forma a tornar raro que alguma fazenda tivesse um único animal de sela para manejar o rebanho.

Protegido pela falta de equínos e pela redução do comércio e do consumo, uma vez que a população abandonou praticamente todas as

áreas do Pantanal Mato-grossense, palco da guerra, o gado bovino cresceu numericamente. Quando terminaram as hostilidades, ao retornar às suas terras, os fazendeiros foram obrigados a recorrer ao mesmo estratagemma que os seus antepassados utilizaram para juntar o gado bovino, a “bagualeação”; no entanto, com maiores dificuldades devido à falta de cavalos. Aos poucos, os animais iam sendo juntados e as propriedades rurais, reorganizadas. Os bois mansos, geralmente animais de carga, tornaram-se, por força das circunstâncias, animais de montaria; era com eles que se fazia o manejo.

O desenvolvimento da atividade comercial em Corumbá através das casas de importação e exportação, geralmente entrepostos de Buenos Aires e Montevideu, despertou o interesse de investidores estrangeiros em expandir a indústria da carne em Mato Grosso.

Em 1885, estimava-se que havia em torno de 800 mil cabeças de gado bovino em toda a Província⁴⁸. (RAMOS FERREIRA, 1887). A falta de cavaladuras impedia um levantamento minucioso dos estoques; os números poderiam ser bem maiores.

A presença de enormes e baratos excedentes bovinos subutilizados e a excelente posição de Mato Grosso para atender o mercado consumidor do Rio de Janeiro e do nordeste brasileiro estimularam a instalação das charqueadas no fim do século XIX e no começo do XX. A existência do mercado consumidor de charque e a livre navegação internacional dos rios da Bacia Platina facilitaram o aproveitamento do gado bovino, pela possibilidade de transportes mais rápidos e baratos e pelo interesse dos investidores platinos. (MAMIGONIAN, 1986).

Esse período coincidiu com a crise da indústria do charque na Argentina e no Uruguai, devido ao rápido desenvolvimento nesses países, com vistas à exportação de lã, e à criação de ovinos, que passaram a ocu-

48 Relatório que o Exmo. Sr. Vice Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar à Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso na 2ª Sessão da 26ª Legislatura em Setembro de 1887. Cuyaba. Manuscrito.

par as pastagens antes destinadas à pecuária bovina, abastecedoras das charqueadas platinas que, além disto, entraram em crise por causa da queda das exportações de carne salgada ao Brasil, Cuba e Estados Unidos. (PUIGGROS e DEFFONTAINE apud MAMIGONIAN, 1986, p. 48).

Por essas razões, houve um deslocamento de capitais platinos ligados à exportação de charque, para a Província de Mato Grosso.

There were no local businessmen with sufficient capital at the time in Mato Grosso, but war's end had attracted several merchants upriver from Buenos Aires and Montivideo. Many had well placed connections in these centers and access to credit not available to their Matogrossense counterparts. (WILCOX, 1992, p. 137).

Assim, em 1873, um súdito argentino, Rafael Del Sar, estabeleceu no Descalvado, município de Cáceres, no Pantanal norte, próximo da fazenda Jacobina, a primeira charqueada de Mato Grosso.

No início do processo de produção, a indústria foi beneficiada pela Assembléia Legislativa Provincial com isenção de tributos, por dois anos, para todos os produtos produzidos, com exceção dos “couros crus ou sollas da xarqueada”. (CORRÊA FILHO, 1926, p. 39). O gado, matéria-prima do empreendimento, era adquirido do Sr. João Pereira Leite, proprietário da fazenda Jacobina. “O abate atingia cinco mil reses por ano, compradas a 9.000 réis a cabeça posta no curral”. (CORRÊA FILHO, 1955, p. 34).

O número de cabeças abatidas manteve-se estável por toda a década de 1870, embora a empresa dispusesse de condições para aumentá-lo. O reduzido número de eqüinos, devido à peste das cadeiras, que dizimava rebanhos inteiros, dificultava a tarefa de juntar o gado bovino, sobretudo os selvagens.

Em relatório apresentado por Pimenta Bueno é possível identificar os produtos exportados pela Província no exercício de 1878-1879; nele, não são apresentados os artigos produzidos pela indústria e que recebiam isenção fiscal.

Carne seca	kgs	34.588	8:301\$120
Couros de gado vaccum	nº	21.802	87.208\$000
Chifres	nº	14.460	299\$200
Crina	kgs	220	176\$000
Sollas	nº	1.469	7296\$000
Graxa	kgs	970	194\$000

Fonte: (PIMENTA BUENO apud CORRÊA FILHO, 1926, p. 39).

Em 1880, Del Sar vendeu a charqueada para o empresário uruguaio Jaime Cibils Buchareo, proprietário da empresa Jaime Cibils & Hijo, cuja sede, localizada em Buenos Aires, fornecia mercadorias para o comércio de Corumbá, especialmente o sal. De uma próspera família de comerciantes, ele chegou a Mato Grosso com capital suficiente não só para comprar o saladero mas também a antiga fazenda Jacobina, que foi a leilão após a morte de seu legendário proprietário João Carlos Pereira Leite. (WILCOX, 1992, p. 139-140).

A fazenda Jacobina tinha uma área de 240 léguas quadradas e 600.000⁴⁹ cabeças de gado, na maior parte alçado, por falta de cavalos. “Os limites dessa fazenda começam na foz do Jaurú, confinam com a Fumaça, entram pelo território boliviano e abrangem todas as salinas de Casalvasco”. (CORRÊA FILHO, 1926, p. 38-39).

Essa empresa, sob o comando de Jaime Cibils, passou a produzir também extrato e caldo de carne, que eram exportados para o mercado europeu. A utilização de métodos revolucionários no processamento da matéria-prima nesse ramo de produção, como por exemplo a maquinaria a vapor, chamou a atenção do Presidente da Província, que a esse estabelecimento assim se referiu: “Consta-me que é uma fabrica em proporções bastante desenvolvidas, empregando machinas movidas a vapor e numeroso pessoal, que accusam mui avultado capital n’ella convertido”.⁵⁰ (BARÃO de BATOVY, 1884, sp.).

49 Os números do rebanho bovino apresentados para a fazenda Jacobina parecem superestimados.

50 Relatório com que o Exm. Sr. General Presidente da Provincia de Matto Grosso Barao de Batovy abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1 de outubro de 1880. Cuyaba 1884. Manuscrito.

Posteriormente, o Vice-Presidente da Província forneceu detalhes do funcionamento da empresa, bem como indicou a necessidade de subsidiá-la com a isenção de impostos para fortalecê-la e protegê-la da concorrência uruguaia e argentina, cujos comerciantes recebiam vantagens concedidas pelos seus respectivos governos:

estabelecida no Descalvado a fábrica industrial mais importante da província já pelo valor de material empregado e das fazendas de gado que lhe estão anexas; já pela importância dos impostos que paga à província. Fallamos da fábrica de caldos concentrados e extrato de carne pertencente ao cidadão oriental Jaime Cibils y Buxarêo. Este estabelecimento montado com máquinas movidas a vapor e dos sistemas os mais modernos, luta com a competência que lhe fazem as fábricas de Fray-Bentos, Salto e outras, que além das vantagens que o governo oriental e argentino lhes concedem tem ainda uma garantia de juros sobre o capital; e se não for auxiliada nos primeiros anos, terá talvez de suspender os seus trabalhos extinguindo-se assim uma das fontes de renda da província.⁵¹ (RAMOS FERREIRA, 1887, sp.).

Segundo as estimativas de um autor, em Descalvado, sob a administração de Jaime Cibils, abatiam-se 20 mil cabeças de gado bovino anualmente, sendo a empresa responsável por mais da metade das exportações de Mato Grosso nas últimas duas décadas do século XIX. (STOLS apud ALVES, 1984, p. 20). Isso demonstrou que o emprego da maquinaria moderna contribuiu para o aumento da produtividade e também da arrecadação de impostos.

No ano de 1885, os cofres provinciais receberam 51341\$138 de tributos relativos à exportação, como demonstra o quadro abaixo, dos quais mais de 60% correspondem à exportação do gado bovino e de artigos relativos à sua industrialização.

51 Relatório que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso na 2ª Sessão da 26ª Legislatura. Setembro de 1887. Cuyaba. Manuscrito.

Localidade	Vallor official	Imposto
Assucar, cafe, carne secca, crina de animaes, umo e graxa	2.084\$380	208\$438
Cal de Pedra	4.072\$000	203\$600
Caldo de Carne	43.200\$000	4.320\$000
Couros	141.290\$000	14.129\$000
Chifres	2.460\$000	246\$000
Herva Matte	337.083\$000	16.854\$150
Ipecacuanha	43.739\$500	4.373\$950
Gado Vaccum	66.036\$000	11.006\$000
Totais	637.750\$880	51.341\$138

Fonte: (Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Matto Grosso pelo Presidente da Provincia Doutor Joaquim Galdino Maciel no dia 12 de Julho de 1886. Cuyaba. 1886. Manuscrito).

No exercício de 1886, o resultado não foi diferente. Mesmo com as dificuldades da epizootia, peste das cadeiras, que liquidava o rebanho eqüino, um dos pilares de sustentação da pecuária bovina, (mais à frente se verá), a produção pecuária aumentou substancialmente (conforme tabela abaixo). A erva-mate, cuja exploração havia se iniciado em 1883, tornou-se o principal produto de exportação da Província. É oportuno, no entanto, lembrar que o caldo de carne e o extrato, produzidos desde 1873, gozavam de isenção tributária, além de que o contrabando do gado em pé era algo endêmico e considerável. Seguramente, o movimento comercial dos produtos relativos à pecuária era igual ou superior ao dos extrativistas, como a erva-mate.

Qualidade	Ano	Valor official	Imposto
Herva Matte	1886	481.476\$000	40.123\$000
Ipecacuanha	1886	55.140\$350	5.514\$035
Somma		536.616\$350	45.637\$035

Qualidade	Ano	Valor official	Imposto
Couros	1886	117.485\$000	11.748\$500
Gado Vaccum	1886	158.265\$000	21.102\$000
Somma		275.750\$000	32.850\$000

Fonte: (Relatório que o Exmo. Sr. Vice Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar à Assembléia Legislativa Provincial de Matto Grosso na 2ª sessão da 26ª Legislatura em Setembro de 1887. Cuyaba. Manuscrito).

Como Rafael Del Sar, J. Cibils Buchareo foi beneficiado com a isenção de impostos pela instalação da indústria para a produção de extrato e caldo de carne. Em 1886, ele requereu, junto ao Governo provincial, isenção por 15 anos dos direitos cobrados, tendo merecido boa acolhida do Presidente da Província, que defendeu o atendimento do pedido junto à Assembléia Legislativa.

É aqui opportuno fallar de um requerimento que foi-me apresentado no qual Jayme Cibils Buxarêo pede a esta Assembleia isenção dos direitos Provinciaes por espaço de quinze annos para as produções de sua fábrica de extrato de carne, estabelecida no lugar denominado Descalvado, compromettendo-se em compensação não só a conduzir gratuitamente as malas do correio em dez viagens annuaes, pelo menos, feitas em vapores apropriados de Montevideo a Corumbá e d'ahi ao porto de Dourados nesta provincia e vice versa, como também trazer gratuitamente do porto de Asumpção ao de Corumbá vinte e cinco emigrantes por ano.

Não há na província outro estabelecimento de indústria similar a do peticionário. A concessão pedida não prejudica por isso a terceiro, e na previsão de um caso contrário pode ser feita condicionalmente. É solicitada quando a fábrica acha-se montada, funcçiona, é conhecida e acreditada no exterior pelos prêmios e medalhas que tem alcançado nas exposições da América do Sul, América do Norte, da Europa e deve ser protegida pelos poderes públicos no interesse de fomentarem um dos ramos da indústria que tudo indica que a de ser no futuro a principal riqueza e fonte de renda da província. Traz a vantagem da communicação frequente com o Rio de Janeiro e os Portos do Rio da Prata com os quaes a província está em relações commerciaes, o que por si recompensa de sobejo e diretamente o sacrificio que fara o orçamento provincial desistindo de arrecadar uma pequena verba de receita de que não depende seu equilibrio.⁵² (PIMENTEL, 1886, sp.).

A Charqueada Descalvado utilizava tecnologia de última geração, o que fazia dela a empresa industrial mais importante da Província; ao

52 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Matto Grosso na Primeira secção da 26ª Legislatura no dia 12 de Julho de 1886 pelo Presidente da Província o Exmo. Doutor Joaquim Galdino Pimentel. 1886. Manuscrito.

receber isenção de impostos do Governo, pôde baratear o produto final e colocá-lo em boas condições no mercado.

Fornecendo para a Europa e Ásia, a produção mato-grossense alcançou a marca de 111.600 kg, exportados em 1883, e ganhou força devido à participação da empresa em exposições, onde os produtos eram comparados aos do principal concorrente, o tradicional empresário uruguaio Liebig's. Os nacionais sobressaíram e foram considerados de melhor qualidade que os dele. (WILCOX, 1992).

Entretanto, apesar do excelente desempenho da empresa, problemas foram surgindo na Província, e, já em 1884, a produção declinou para 75.000 kg. A peste das cadeiras, endemia comum na região do Pantanal, reduzia a tropa de equinos e impedia o manejo do bovino, como também a condução com eficiência aos currais de abate, o que obrigava os empresários à importação regular, com grande dispêndio, de cavalos do Paraguai, Uruguai e Argentina.

Um viajante, nesse período, na região do Descalvado, onde funcionava a charqueada, pagou 180\$ réis por um cavalo, exatamente o dobro daquilo que valia. A razão alegada para o preço extorsivo era, segundo o comerciante, muito simples: “dizia ele, de te-los comprado a cem mil réis e perdido quase metade, pelo que andava lhe cada um por cento e sessenta mil réis, tendo certeza de ainda perder outros muitos; (...)”. (FONSECA, 1986, p. 369, V. 1).

A empresa enfrentou alguns outros problemas. Das 240 léguas da antiga fazenda Jacobina, adquirida por Buchareo para instalar a charqueada e fornecer os suprimentos necessários, 20 léguas se encontravam em território boliviano. Frequentemente, vaqueiros do país limero entravam em terras que julgavam suas em busca de gado bovino, não tardando o surgimento de conflitos entre as partes, o que implicou em novos custos para a charqueada, como a contratação de guarda particular para combater os supostos ladrões.

À medida que os conflitos foram se amudando, Cibils resolveu pela venda da empresa a um sindicato belga em 1895.

A charqueada Descalvado passou às mãos da Société Industrielle et Agricola du Bresil, de capitais belgas e com sede em Bruxelas. Quando da venda, a empresa, que se encontrava em franca decadência, necessitou ser recuperada. Para tanto, o grupo belga incorporou nova tecnologia à linha de produção, introduzindo maquinaria oriunda da Europa, como também contratando trabalhadores no Uruguai, Argentina e Paraguai, que tinham tradição no preparo do charque e do caldo e extrato de carne.

Em 1899, a charqueada foi vendida para o banco belga L'Outre Mer, o principal braço financeiro das aventuras do rei Leopoldo. (WILCOX, 1992).

Nessa nova fase, as operações da empresa foram ampliadas com a aquisição de um outro latifúndio, a fazenda São José, à margem esquerda do rio São Lourenço, com 400 léguas de extensão e mais de 100.000 reses.

Todo o gado desta estancia e do Descalvados foi abatido durante annos na fabrica de extracto de carne, do syndicato Cibillis e, apesar de não respeitarem sexo nem idade, pois toda a classe de animais produzia extracto, ainda assim os Belgas não conseguiram exterminar todo o gado das duas enormes fazendas. (MACIEL, 1922, p. 14).

Nesse período, o saladeiro abateu entre 20.000 a 30.000 cabeças por ano. (LISBOA, 1909). Em 1895, exportou 156.000 kg de caldo de carne, e 141.000 em 1900, incluindo carne seca. Em 1905, a exportação atingiu apenas 30.000 kg de caldo de carne e a exportação de couros caiu de 13.000 para 2.500 peças. (WILCOX, 1992).

O declínio da produção deveu-se a um abate indiscriminado do rebanho, a um período de secas e inundações entre 1902 e 1906, à varíola em 1900, à peste das cadeiras, que continuou assolando o rebanho equino, e a contínuos conflitos com vaqueiros bolivianos.

A partir de 1906-1907, os abates foram interrompidos devido ao quase aniquilamento do rebanho. (LISBOA, 1909). Em 1911, o saladeiro foi novamente vendido, desta vez para Percival Farquahar, retomando

suas atividades durante a Primeira Guerra Mundial, sobretudo com a produção de charque.

Enquanto isso, nas áreas do Pantanal sul continuava intenso processo de ocupação das terras e formação de novas propriedades rurais. Aproveitavam-se os chegantes dos grandes estoques de gado bovino, herança dos tempos coloniais, submetidos à natureza e procriando sob as leis de seleção natural. Esse gado europeu, após séculos de reprodução natural, degenerou-se, adquiriu características próprias e ganhou o nome de tucura ou pantaneiro, caracterizado como sendo:

(...) de estatura bastante pequena, pelle grossa, pello curto e luzidio, côr de castanha mais ou menos escura ou vermelha, com tendencia a côr mais clara pelo dorso, boca preta com listas brancas, cauda comprida e delgada, e o quarto trazeiro francamente desenvolvido. Tem os chifres curtos e finos, voltados para a frente, mas com as pontas para cima e o craneo notavelmente curto, consideravelmente largo nas visinhanças dos olhos, entre os quaes se nota uma forte depressão frontal, e com a face posterior em sua maior extensão convexa, saltada para traz (...). (LISBOA, 1909, p. 137).

Um conhecido fazendeiro serrano a respeito das características do rebanho bovino pantaneiro afirma: “o gado pantaneiro era de inferior qualidade, não tinha bom corpo, possuía aspecto feio, muito peludo na testa e no rabo com tanto cabelo que se assemelhava a uma vassoura.”(LIMA, 1978, p.161/2).

Outro autor acrescenta que o desenvolvimento desse rebanho bovino nas condições auspiciosas do Pantanal permitiu a formação da variedade pantaneira, “de couro grosso, resistente às intempéries e aos mosquitos e affeita à luta contra as águas, em que vive grande parte do ano”. (CORRÊA FILHO, 1926, p. 27).

Tão logo terminou o conflito com o Paraguai, o Governo provincial, preocupado em melhorar a qualidade do rebanho e o seu padrão racial, instituiu um prêmio de \$ 5.000 réis por touro de raça fina introduzido nas propriedades, como forma de estímulo aos criadores.

Mesmo assim, em 1887, ao abordar a situação da indústria pastoril na Província, o Vice-Presidente registrou:

(...) a indústria pastoril da província é ainda a dos tempos primitivos. O gado é criado a lei da natureza, solto nos campos, sujeito a intempérie, confiado a fé pública, não há estabulação; o alimento adquire-o nos campos, qualquer que seja a estação; um ou outro criador tem seus campos cercado, dando-se frequentemente o abigeato entre os próprios vizinhos; as raças existentes, coevas talvez dos tempos coloniais, não tem sido melhoradas pelo cruzamento.⁵³ (RAMOS FERREIRA, 1887, sp.).

Embora o rebanho tenha merecido a atenção das autoridades estaduais, continuou, por todo o século XIX e começo do XX, a crescer quantitativamente. As grandes distâncias dos mercados consumidores, a peste das cadeiras, que comprometia os eqüinos, e o baixo preço dos bovinos não estimulavam investimentos para a melhoria da sua qualidade racial, muito menos para a incorporação de novas tecnologias. Foi esse o rebanho que deu suporte para o processo de reocupação do Pantanal sul, pois em todas as regiões teve início um grande movimento de recuperação das antigas fazendas e formação de outras novas.

Nessa segunda onda de ocupação, “resgatou-se uma antiga prática dos criadores de gado (em geral, após a primeira etapa de implantação da fazenda, os pioneiros convocavam parentes e amigos para fixarem-se na região). Foi o que de fato aconteceu no Pantanal (...)”. (CORRÊA, 1999, p. 160).

Na região de Miranda, tão logo terminou a guerra do Paraguai, José Alves Ribeiro assumiu a fazenda Taboco, com área de 334.024 hectares, fora o excesso que se verificou mais tarde de 32.000, herança de seu pai Juca Costa, e algo em torno de 5.000 reses. Além das lides na propriedade rural, dedicou-se ao comércio. Comprava vacas gordas e, conduzindo-as

53 Relatório que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso na 2ª Sessão da 26ª Legislatura. Setembro de 1887. Cuyaba. Manuscrito.

ao Paraguai, trocava-as por mulas, as quais eram levadas até Cuiabá, onde eram vendidas aos seringueiros.

Pouco mais tarde, consolidadas suas posses, a seu convite foram se estabelecendo parentes e amigos por toda a região. Francisco Alves Ribeiro, Manoel Alves Ribeiro, Joaquim Francisco, Aladim dos Santos e Deoclesiano Augusto Ferreira encaminharam documento à Magestade Imperial requerendo, a título gratuito uma sesmaria de terras devolutas para cada um deles no município de Miranda a fim de fundarem estabelecimentos agrícola e pastoril.⁵⁴

A esses requerimentos, seguiram-se muitos outros que eram muito bem recebidos pela Câmara do município de Miranda, que sempre os deferia, sob a alegação de as concessões serem de “real vantagem (...)” para o crescimento da cidade.

Enquanto isso, no Pantanal da Nhecolândia, os filhos do Barão de Vila Maria procuraram recuperar o patrimônio do pai após a sua morte em 1876.

O filho mais velho, José Joaquim, que já havia iniciado o trabalho de recuperação da fazenda Palmeira, não conseguiu realizar seu intento, tendo sido assassinado por um escravo dois meses após a morte do pai. Severiano da Fonseca, que viajava pela província, deixou registrado suas impressões sobre o primogênito do barão:

Há apenas dois anos via-se ainda no delta do Taquari uma fazenda, que pelas promessas que fazia prometia vir a ser o modelo das da província. Seu dono, jovem, ativo e empreendedor, inteligente e dócil aos sãos conselhos da experiência, empregava o melhor dos seus esforços em beneficiá-la. Vastas sementeiras de alfafa estavam sendo feitas do mesmo modo que campos imensos plantados com gramíneas de pasto. Seus gados não tinham precisão de percorrer léguas para abeberarem: havia canais e açudes e, mais, que não eram requeridos pela necessidade e só por um excesso de previdência.

54 Documentos avulsos. Requerimento de Manoel Alves Ribeiro, Francisco Alves Ribeiro, Joaquim Francisco, Aladim dos Santos, Deoclesiano Augusto Ferreira. Lata 1885 E, APMT. Cuyaba. Manuscrito.

O jovem e inteligente fazendeiro já enchia-se de legítimo orgulho, observando como o seu gado prosperava de modo extraordinário relativamente aos outros não cuidados. Atendendo à fazenda, atendia a si e aos seus. Sua vivenda não seria um rancho, um galpão, um miserável pardieiro como os de tantos outros mui superiores em meios da fortuna; ia sendo construída conforme suas posses atuais, mas com gosto e confortabilidade, e seguindo o adiantamento da época. Hortas, pomares e jardins, delineavam-se em já próspero crescimento, para eles buscava sementes de tudo o que era de utilidade e ornamento, consciente de que aumentando-lhes a beleza mais encarecia o valor da vivenda. Em pouco tempo seria ela o orgulho do seu laborioso dono e o espelho das da província. .../ Mas a fatalidade pesou sobre ela, cortando com a faca do assassino a vida do trabalhador esforçado; e a fazenda da Palmeira parece que morreu com o dono, tanto os vermes a estão roendo. (FONSECA, 1986, p. 166-167, V. 1).

O filho mais novo do Barão de Vila Maria, Joaquim Eugenio (o Nheco), retornou a Corumbá para tomar posse das terras que por herança lhes pertencia, iniciando a recolonização de uma vasta área.

Recuperadas as edificações, construídas algumas novas, estruturado um pequeno rebanho, cultivadas algumas áreas para a subsistência, colhidas algumas safras, enfim, após ter-se estabelecido, Nheco tomou a iniciativa de convidar amigos e parentes para se mudarem para o Pantanal sul de Mato Grosso.

A respeito, José de Barros deixou registrado:

Eram tentadoras as promessas do Nheco. Disse-nos que possuía quasi cem léguas de campos de criar; que dentro dos limites dêses campos, poderíamos estabelecer, escolhendo o lugar que mais nos conviesse; que nos faria dação da extensão de campo que precisássemos; que nos ajudaria na condução do nosso gado e nos daria tôda e qualquer proteção, até que nos pudéssemos reabilitar dos prejuízos causados pela mudança. (BARROS, 1987, p. 31).

Assim, a partir de 1885, cinco anos após a chegada de Nheco, formou-se uma corrente contínua especialmente de livramentanos que, “após pouco mais de meio século ocuparam mais de dois milhões e meio

de hectares”. (BARROS, 1998, p. 94). O sucesso dessa iniciativa o fez credor de destacada homenagem, ou seja, a região ficou conhecida como Nhicolândia.

As viagens para o Pantanal sul constituíam verdadeiras epopéias. As famílias construía grandes balsas e o trabalho era imenso, pois ia desde a escolha da melhor árvore e do seu corte até a construção da embarcação.

Agora estão prontos dois batelões de araputanga, unidos por um soalho de tábuas. A tolda está presa nos fueiros e um tacho com aréia será a cozinha. Dentro, as brazas estarão sempre acesas para cozer o peixe, alimento mais fácil de ser conseguido. .../ A carga irá por debaixo do Soalho, dentro dos batelões. Na popa da balsa, bem no ponto onde as canoas se estreitam, há um buraco circular através do qual se vê a água do rio. As meninas logo improvisaram uma cortina com lençóis e o recanto encoberto cumpriu discretamente sua finalidade. (CHAMA, 1976, p. 38 e 39).

As embarcações eram conduzidas a remo, e nos lugares, cuja profundidade era menor, utilizava-se a zinga. Geralmente, os condutores dessas embarcações eram hábeis e conheciam todas as particularidades que o rio apresentava, como o local onde redemoinhos ou outros problemas pudessem colocar em risco a viagem. Por mais de trinta dias, navegavam pelo extenso e perigoso Paraguai até atracarem no porto de Corumbá, de onde se dirigiam para as áreas que passariam a ocupar.

Barros destaca que, “ao tomar posse das terras do Firme, desde o começo o Nheco procurou cercar-se de parentes. Essa preocupação parece indicar uma política de ocupação voltada à segurança”. (BARROS, 1998, p. 95). Essa interpretação poderia ser estendida à maioria dos colonos que se estabeleceram no Pantanal, uma vez que até o começo do século XX persistiu uma situação de violência e insegurança em todos os núcleos fronteiriços. O próprio Presidente reconhecia a situação de abandono em que se vivia em determinadas áreas da Província.

Não ha muita segurança individual no interior da provincia, devido isto não só a impunidade com que contão os criminosos

pela facilidade da evasão, como principalmente, a má índole, geradora do crime, de uma grande parte da população adventícia de ordinário já foragida de outras províncias e das repúblicas vizinhas.⁵⁵ (PEDROSA, 1879, sp.).

A fome por terra, preocupação que dominou as atenções da primeira frente de ocupação da planície pantaneira na década de 1830, também estava presente entre os novos colonizadores. A exemplo dos primeiros, os que vieram na segunda onda se apossaram de grandes extensões, reproduzindo processos que faziam lembrar as primeiras divisões de terras no Brasil Colônia. O limite de suas ambições não eram modestos. (BARROS, 1998).

Essa disposição dos adventícios era apontada pelas autoridades provinciais como um entrave ao desenvolvimento de Mato Grosso porque, além de desestimular a imigração, eles não recolhiam impostos sobre a terra à Fazenda Pública e não desenvolviam qualquer atividade produtiva.

Nesta provincia, graças a vastidão do seu territorio, pouco cabedal tem-se feito das grandes apropriações territoriaes por parte de alguns fazendeiros, que mirão os lucros individuaes que hão de colher, em futuro proximo, quando escassearem as terras devolutas bem situadas. Entretanto faz mal. Estas grandes apropriações tendem a dificultar o progresso da provincia, porque afugenta a immigração, pela falta de terras em condições procuradas. .../ E essas propriedades quasi todas conservadas incultas, mantidas sob o domínio desses fazendeiros que apenas querem satisfazer a vaidade de grandes proprietários, senão especular com o valor futuro dellas, de modo algum concorrem para as despesas publicas retardando ao contrario, o desenvolvimento da riqueza social, d'onde emanam todas as fontes de receita.⁵⁶ (PEDROSA, 1879, sp.).

55 Relatório com que o Exm. Sr. D^o João Jose Pedrosa, Presidente da Provincia de Matto Grosso, abriu a 2^a sessão da 22^a Legislatura da Respectiva Assembleia no dia 1 de outubro de 1879. Cuyaba. APMT. Manuscrito.

56 Relatório com que o Exm. Sr. D^o João Jose Pedrosa, Presidente da Provincia de Matto Grosso, abriu a 2^a sessão da 22^a Legislatura da Respectiva Assembleia no dia 1 de outubro de 1879. Cuyaba. APMT. Manuscrito.

A segunda onda de ocupação na planície pantaneira encontrou na peste das cadeiras um obstáculo portentoso para o sucesso de seus empreendimentos. A venda de bovinos em pé, principalmente para Minas Gerais, atividade que constituía riqueza importante da Província, ficou extremamente prejudicada, já que a dificuldade em manter os cavalos impedia não só o manejo nas fazendas, como também a retirada dos animais para a comercialização.

Outrora avultou nesta provincia a renda proveniente da criação de gado. Depois do apparecimento da epissotia perdidos os animaes que prestavão-se ao serviço do pastejo, o gado embraveçêo espalhou-se, perdeu-se; boas fortunas extinguiu-se e prosseguindo a mesma causa subsistem os mesmos efeitos.⁵⁷ (CARDOSO JUNIOR, 1872, sp.).

De maneira geral, os relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província demonstravam a preocupação das autoridades com a doença, que desde 1850 vinha dizimando o rebanho equino, com vultuosos prejuízos aos cofres públicos e aos produtores. Essa situação difícil prolongou-se de meados do século XIX até início do XX por toda a fronteira, agravando ainda mais as dificuldades da produção em Mato Grosso.

Entre os produtores rurais, havia sempre a preocupação de proteger os seus rebanhos equinos da famigerada epidemia; procurava-se impedir a entrada de cavalos nas propriedades cuja procedência não era conhecida, para evitar contágio. “O Nheco foi nos dar encontro no Corixão, levando cavalos e arreios para tôda a nossa comitiva: não queria que os animais da viagem entrassem em seus campos temendo estivessem afetados da peste de cadeira”. (BARROS, 1987, p. 34).

Era muito comum uma fazenda perder quase todos os seus equinos quando a peste, altamente contagiosa, se manifestava. Nesses casos,

57 Relatório com que o Exmo. Sr. Francisco José Cardoso Junior, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a Assembleia Provincial. 1872. Cuyaba. APMT. Manuscrito.

se fosse imprescindível o deslocamento até essa propriedade, geralmente se fazia em lombo de bois, que não desenvolviam a doença.

O problema da falta de eqüinos era remediado através do contrabando que os produtores promoviam no mercado boliviano e paraguaio. O subdelegado de polícia de Corumbá, em ofício, denunciou irregularidades dessa natureza na compra de 400 cavalos no Paraguai. A suspeita era a de que o Barão de Vila Maria estivesse contrabandeando eqüinos.⁵⁸

Outro recurso era comprar cavalos no Planalto de Maracaju Campo Grande, onde se instalaram algumas fazendas com gente vinda de Minas Gerais e que se dedicavam ao criatório de eqüino para atender a demanda da planície pantaneira. Nessas regiões, a tropa, comumente, não era atingida pela doença.

“Segui (...) para a serra com o fim de comprar animais. Comprei de Gustavo, 13 cabeças de aminsais entre cavalos e éguas que importaram em 1.140\$000.” (BARROS, 1987, p. 48). Os preços atingiam cifras fabulosas, em torno de 88\$000 réis por cabeça, muito elevados para os produtores pantaneiros.

Um fazendeiro serrano revela os negócios entre os fazendeiros de cima da serra e do pantanal.

“(...) a animalada de cima da serra se encontra isenta da terrível peste, essa região toda se transformou na área de aprovisionamento de animais destinados aos trabalhos nas fazendas do Pantanal, compra – se um cavalo velho de cima da serra por três vacas (...). Em tropas de oitenta ou mais, eram os animais conduzidos até a região pantaneira. Aí fazia – se o comercio cada cavalo por seis vacas. Negocio rápido sem qualquer pechincha.” (LIMA, 1978,p.161).

Nesse recomeço, havia duas alternativas para os fazendeiros comercializarem os seus rebanhos: a primeira e a mais difícil era a venda de

58 Ofício da subdelegacia de Corumbá ao chefe de Polícia de Cuiabá, em 5 de Agosto de 1872. Lata 1872 E, APMT. Cuiaba-MT. Manuscrito.

animais em pé para tropeiros mineiros⁵⁹ e a segunda, o abate das reses na própria fazenda para a produção da carne seca, que era vendida no mercado local.

No primeiro caso, o gado bovino era conduzido no inverno por tropeiros até Uberaba, percurso esse percorrido em quatro meses entre ida e volta. (ABREU, 1976). No caminho, o gado perdia de 30 a 40% do seu peso; aqueles que conseguiam sobreviver às dificuldades de dois meses de caminhada diária se recuperavam em pastagens por diversos meses para readquirir o peso, e só depois eram levados para os abatedores do Rio de Janeiro.

No segundo caso, era preparada a carne na própria fazenda e transportada em carros de bois até as margens do rio Paraguai, onde era transferida para os batelões⁶⁰ que a levavam até o porto de Corumbá para ser vendida. Da cidade portuária, vinham alguns poucos produtos que não se conseguia produzir internamente.

O proprietário da [fazenda] Firme, de tempo em tempo aprestava uma grande chalana de casco de ferro, impulsionada à zinga e vòga e fazia suas viagens para Corumbá, trazendo carne seca, couros de gado vaccum, pennas de garça e pelles de onça, para vender e com seu produto fazer aquisição de café, matte, sal, assucar, fazendas, para uso seu, de sua Família e para supprimento de seus camaradas. (MACIEL, 1922, p. 16).

59 Virgílio Correa Filho afirmou que, “na ausência de compradores para o seu gado os fazendeiros organizavam boiadas, de uma a quatro mil cabeças e em lotes espaçados rumavam para Uberaba para comercializarem seus rebanhos. O preço nem sempre compensava os imensos sacrifícios; o comércio servia apenas para escoar o acúmulo de reses que já haviam atingido o máximo de seu desenvolvimento, e se permanecessem nas fazendas estariam correndo o risco de morrer, vítima de algum acidente, ou contrair alguma doença de conseqüências nefastas”. (CORREA FILHO, 1946, p. 117).

Parece que era comum, entre os fazendeiros detentores de grandes rebanhos, a prática de conduzir bois às invernadas mineiras enquanto aqueles de menor posse, não podendo arcar com os custos dessas viagens, abatiam os animais para produzir a carne seca e comercializar no mercado local ou então vender, a preços módicos, as suas boiadas aos grandes latifundiários.

60 Batelões, embarcações robustas, geralmente feitas de madeira ou ferro, de fundo chato, usadas para transbordo de carga, impulsionadas a remo, ou zinga.

Com uma fauna variada e abundante, “somente pelo porto de Corumbá mais de 100.000 pês de animais silvestres [eram exportados], destinadas aos cortumes norte americanos. Capivaras, caitetús, queixadas na grande maioria”. (BARROS, 1934, p. 12), pelos fazendeiros do Pantanal, o que lhes permitia um substancial incremento de renda, uma vez que as peles dos animais eram muito valorizadas no mercado europeu.

O comércio ainda apresentava a opção do contrabando, externo e interno. No primeiro caso, com a venda do gado bovino em pé, geralmente para o país vizinho, o Paraguai. Com os transtornos causados pela peste de cadeira, os tropeiros paraguaios cruzavam a fronteira e auxiliavam os vaqueiros brasileiros a campear o gado, que depois era conduzido para o outro lado sem recolher os impostos devidos. Essa foi uma prática ampliada depois do fim da guerra. Dos dois milhões de reses que se contavam nos campos paraguaios no início das hostilidades, restaram, em 1870, apenas 15.000. (PIMENTA BUENO apud CORRÊA FILHO, 1926, p. 37-38).

Obviamente, esse mercado carente do gado bovino oferecia preços atraentes aos rebanhos que se desenvolviam no sul de Mato Grosso, e, em contrapartida, os produtores sulinos preferiam comprar o sal e outros artigos em Concepcion, onde pagavam um valor inferior aos praticados no porto de Corumbá.

Em março de 1880, através de ofício, o Diretor Capitão do Estado Maior de 2ª Classe Rogaciano Monteiro de Lima chamava a atenção das autoridades provinciais para a necessidade de estabelecer um destacamento policial no lugar denominado “Punta Porã” “afim não só de evitar-se a fuga de desertores e criminosos para a república do Paraguai, como também, para oppor-se uma barreira ao contrabando”.⁶¹ (BARÃO de MARACAJU, 1880, sp.).

61 Relatório com que o General Barão de Maracaju, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a 1ª Sessão da 2ª legislatura da respectiva Assmbléa no dia 1 de outubro de 1880. Cuyaba. Manuscrito.

Em 1901, um observador do Paraguai informou ao Governo Brasileiro que em torno de 60.000 cabeças de gado bovino tinham sido contrabandeadas para o Paraguai entre janeiro e agosto. Dois anos depois, acreditava-se que 80.000 haviam cruzado a fronteira em direção às pastagens paraguaias. Nesse mesmo ano, estudos do Governo provincial estimaram que o valor do contrabando era maior que o dobro do comércio legal. (WILCOX, 1992).

Concorria para o desenvolvimento dessa atividade não somente o atrativo valor que a mercadoria atingia no mercado da República vizinha, como também o fato de haver poucos postos fiscais e funcionários para acompanhar a movimentação dos rebanhos, fato que tornava difícil a ação do fisco provincial no sentido de fiscalizar e cobrar impostos. Sendo a fronteira muito extensa, os contrabandistas abriam trilhas clandestinas com facilidade, o que permitia escoar o gado para as pastagens paraguaias.

Mas o verdadeiro incentivo ao contrabando interno e externo vinha dos elevados impostos estabelecidos pelo governo: de uma vaca ou de uma novilha eram cobrados 10\$000 réis: de cada boi, 2\$000 réis. Para isentarem-se destes valores, os tropeiros utilizavam rotas alternativas a fim de evitar os agentes fazendários.

Muito gado pode subtrair-se ao imposto sahindo para outras províncias do imperio, e o que passa para a vizinha republica do Paraguai atravessando a extrema linha do rio Apa procurando naturalmente os passos numerosos de sahida franca que tem o rio, para eximir-se do elevado imposto de 10\$000 que se cobra por vacca e novilha conjuntamente com o de 2\$000 de cada boi.⁶² (MACIEL, 1886, sp.)

Um viajante que passava pela fronteira no começo do século XX deixou registrada sua impressão sobre as atividades comerciais praticadas na Província. “As rendas de Matto Grosso são bastante diminuídas pelo fato do contrabando que se pratica em grande escala na fronteira do Pa-

62 Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso pelo Presidente da Província Doutor Joaquim Galdino Maciel no dia 12 de Julho de 1886. Cuyaba. Manuscrito.

raguai e pelo Madeira com a ajuda do Guaporé onde o controle é quase impossível.” (WALLE, 1916, p. 64).

A renúncia fiscal custou muito caro aos cofres provinciais, pois a perda de receita implicava contínuos déficits. Mesmo assim, o movimento de exportações de Mato Grosso foi crescendo constante e gradativamente até se tornar superavitário a partir de 1902, conforme quadro abaixo:

Ano	Importação	Exportação
1872	1.028:000\$000	154:900\$000
1873	1.524:341\$000	153:039\$000
1874	962:170\$000	124:803\$000
1875	1.177:785\$000	144:225\$000
1876	2.744:800\$000	120:200\$000
1893	1.440:064\$000	648:568\$000
1894	1.648:099\$000	933:348\$000
1895	1.742:630\$000	413:507\$000
1896	2.316:609\$000	481:108\$000
1897	1.922:103\$000	1.225:006\$000
1902	2.439:418\$000	7.555:960\$000
1903	2.284:033\$000	7.031:074\$000
1904	2.752:973\$000	7.103:396\$000
1905	2.789:755\$000	6.701:656\$000
Ano	Importação	Exportação
1906	2.552:467\$000	5.969:900\$000
1907	3.704:186\$000	7.682:883\$000
1908	4.017:779\$000	8.129:279\$000
1909	10.123:662\$000	19.362:025\$000
1910	7.766:100\$000	24.984:994\$000
1911	12.907:465\$000	19.313:661\$000

Fonte: (CORRÊA FILHO, 1922, p. 376).

No período que se estendeu de 1872 a 1897, quando os valores das exportações eram muito inferiores aos das importações, a Província de

Mato Grosso recebia uma suplementação do governo central para equilibrar suas finanças. Isso veio demonstrar a preocupação das autoridades imperiais, que estavam, de certa forma, empenhadas em acelerar o processo de desenvolvimento da região e incorporá-la ao resto do País, temerosas com novas possibilidades de agressões externas.

Embora o contrabando e o abate para a produção da carne seca fossem expressivos, o rebanho bovino continuou subutilizado, uma vez que essas atividades eram desenvolvidas por fazendeiros que tinham posses sobre imensos latifúndios e que não eram forçados a vender toda a sua produção anual, cujos custos eram insignificantes em termos de trabalho e terras. Assim, à medida que o mercado não absorvia, o rebanho crescia geometricamente, fenômeno que já havia acontecido em Cuiabá no século XVIII. (MAMIGONIAN, 1986).

Na última década do século XIX, a pecuária mato-grossense, sobretudo a pantaneira, estava consolidada.

A descoberta de um medicamento revolucionário, o Protosan, começou a pôr fim ao mal da peste das cadeiras, embora muito vagarosamente, devido ao despreparo do homem do campo mato-grossense. “Sua aplicação, por injeção endovenosa é uma operação que não está ao alcance dos nossos rudes trabalhadores das fazendas. Para quem tenha uma idéia, embora muito ligeira, do que seja o interior do Estado, é evidente o que acima ficou dito.”⁶³ (ALBUQUERQUE, 1916, p. 30).

Foi um período em que a pecuária iniciou um longo processo de recuperação da hegemonia econômica perdida para a erva-mate, cuja exploração iniciou-se em 1883, transformando-a no principal produto de exportação e tendo, em determinados momentos, representado 80% delas, estabilizando-se a partir de 1920. O quadro das receitas orçadas do Estado para os exercícios de 1893 até 1900, mostra essa reação dos produtos da pecuária estadual:

63 Mensagem dirigida pelo Exmo. Senhor General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Presidente do Estado de Matto Grosso à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 18ª Legislatura em 15 de maio de 1916, p. 30.

	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
HERVA MATTE	200:000\$000	220:000\$000	250:000\$000	300:000\$000	250:000\$000	250:000\$000	250:000\$000	250:000\$000
GADO VACCUM	20:000\$000	30:000\$000	30:000\$000	28:485\$000	45:000\$000	45:000\$000	47:200\$000	47:200\$000
PRODUTOS BO- VINOS	16:100\$000	25:000\$000	15:000\$000	24:834\$000	25:000\$000	24:000\$000	31:000\$000	31:300\$000
COUROS E PEL- LES EM GERAL	15:000\$000	22:900\$000	25:000\$000	35:497\$000	35:000\$000	50:000\$000	56:000\$000	56:000\$000
IPECACUANHA	30:000\$000	30:000\$000	40:000\$000	44:566\$000	44:000\$000	23:000\$000	21:400\$000	21:400\$000
BORRACHA	5:000\$000	15:000\$000	50:000\$000	85:000\$000	26:400\$000	58:000\$000	60:000\$000	60:000\$000

Fonte: (AYALA & SIMON, 1914, p. 101).

OBS.: O gado exportado pelo interior para Minas e São Paulo só aparece na estatística de 1909 em diante.

A população bovina, que havia sido estimada em 1887 em 800.000 cabeças, alcançou a marca de 2.500.000 no princípio do século XX, representando um crescimento de 300%. Assim sendo, Mato Grosso iniciou o novo milênio na condição de ter o 4º maior rebanho do Brasil. Considerando-se esse número e uma taxa de desfrute baixa, em torno de 20% ao ano, obtinham-se 500.000 cabeças para disponibilizar ao comércio, sem que os estoques fossem diminuídos. (AYALA & SIMON, 1914).

A exportação média de gado em pé, no período de 1909 a 1911, foi de 55.500 reses, número que poderia ser aumentado em torno de 20%, isto é, 11.100 cabeças, devido ao contrabando na fronteira⁶⁴, totalizando assim 66.600 cabeças. Nesse mesmo período, a média do consumo anual do Estado, considerando-se as exportações de couro, foi de 90.000 reses. Somando-se as que foram exportadas às contrabandeadas e às destinadas ao consumo interno anual, obtinha-se um total aproximado de 160.000 cabeças. Sendo a produção interna de 500.000 cabeças, enquanto o abate e o comércio ficavam em 160.000, havia um excedente anual de 340.000 cabeças. (AYALA & SIMON, 1914).⁶⁵

Nessas condições, ficou evidente que, sem qualquer prejuízo para o contínuo aumento dos estoques, o consumo anual poderia ser aumentado, com grande benefício aos produtores.

A presença de grandes estoques de bovinos baratos e subutilizados foi o grande estímulo para a instalação das indústrias de charque por todo o Pantanal sul.

Outros fatores contribuíram para atrair os investimentos estrangeiros. Orlando Valverde destaca a qualidade do bovino pantaneiro:

64 O contrabando era supostamente muito maior, embora tenha diminuído ao longo dos anos, quando o Paraguai recompôs o seu rebanho.

65 AYALA & SIMON, como CORRÊA FILHO, sustentam ser perfeitamente possível obter uma taxa de desfrute em torno de 20% no Pantanal sul-mato-grossense, no entanto, o Ministério da Agricultura estimou que no Brasil, apesar de detentor de um dos maiores rebanhos bovinos, a taxa média de desfrute não seria muito superior a 10% do rebanho. No caso do Pantanal, ela estaria em torno de 9 a 12% ao ano, muito abaixo daquela estimada pelos autores. Considerando uma taxa perfeitamente plausível de 10% ao ano, o excedente anual ficaria em torno de 90.000 reses, número extremamente expressivo, o que garantiria o crescimento geométrico do rebanho.

No Pantanal imperou durante todo esse período o sistema do livre pastoreio. Embora não houvesse uma seleção dirigida, as condições naturais foram forjando uma variedade de gado que se tornou conhecida pelo nome de 'boi pantaneiro' e, fora do Estado pelo de cuiabano. Eram animais de pequeno porte, magros e musculosos, bons para fazer charque. (VALVERDE, 1972, p. 115).

Contribuiu ainda para a instalação das charqueadas a facilidade para o escoamento da produção pelo rio Paraguai, principal via de comunicação de Mato Grosso com o Brasil e que passava através do rio da Prata nos vizinhos Uruguai e Argentina. Fator não menos importante foi o baixo preço do gado bovino. Em 1908, ainda era possível comprar uma vaca por 15\$000 e um novilho por 30\$000. No entanto, em 1910, quando as charqueadas estavam em pleno funcionamento, os valores saltaram respectivamente para 26\$000 e 45\$000. (AYALA & SIMON, 1914). Ainda assim, o preço era muito baixo, pois no mesmo período em São Paulo e no Rio de Janeiro pagavam-se 100\$000 por um novilho. Esse conjunto de fatores, aliado ao baixo custo da mão-de-obra, garantiu alta rentabilidade aos negócios.

Aproveitando-se de todas essas condições, os capitalistas platinos passaram a investir no Pantanal. Em 1907, foi fundada a Charqueada Miranda, em Pedra Branca, próximo da Vila de Miranda, de propriedade da firma montevidéana Deambrósio, Legrand & Cia. Em 1909, começou a funcionar a Charqueada do Barranco Branco no município de Porto Murinho, pertencente à Empresa Extrativa e Pastoril do Brasil S.A., com sede em Montividéu. Ainda em 1909, foi instalada também em Porto Murinho o Saladeiro Tereré, de propriedade de Moali & Grosso Ledesma, igualmente de Montividéu. Esses três estabelecimentos tinham capacidade para abater de 50 a 60.000 reses por safra. (AYALA & SIMON, 1914).

Até o princípio da década de 20 do século XX, a grande maioria das indústrias de charque que se instalaram em Mato Grosso o fizeram no Pantanal sul, às margens do rio Paraguai ou de seus afluentes. A escolha desses locais se explica pelos estoques de bovinos que existiam na região, uma vez que as charqueadas têm a necessidade de se instalarem

em locais onde há uma oferta regular de matéria-prima; por outro lado, o rio Paraguai se constituía no principal escoadouro para essa produção.

O mercado favorável à industrialização da carne estimulou a instalação de um grande número de saladeros; de acordo com Marques (1923, p. 162-164), havia 22 desses estabelecimentos no Estado no início de 1920. Eram eles:

Estabelecimento	Município
<i>No Rio Paraguai</i>	
Saladero Descalvado	São Luiz de Cáceres
Saladero Bagoary	Corumbá
Saladero Corumbá	Corumbá
Saladero Rebojo	Corumbá
Saladero Barranco Branco	Porto Murtinho
Saladero Matto Grosso	Porto Murtinho
<i>No Rio São Lourenço</i>	
Saladero Alegre	Coxim
<i>No Rio Cuiabá</i>	
Saladero São João	Poconé
Saladero Cuiaba	Cuiabá

Estabelecimento	Município
<i>À margem da estrada de ferro Noroeste do Brasil</i>	
Saladero Pedra Branca	Miranda
⁶⁶ Saladero Aquidauana	Aquidauana
Saladero Campo Grande	Campo Grande
Xarqueada Eliseu Cavalcanti	Campo Grande
Xarqueada Salustiano de Lima	Campo Grande
Xarqueada Antônio Ignácio da Silva	Campo Grande
Saladero Rio Pardo	Campo Grande
Saladero Esperança	Campo Grande
Saladero Serrinhá	Três Lagoas
Xarqueada Matto Grosso	Três Lagoas
Xarqueada Santa Luzia	Três Lagoas
Xarqueada Villa Velha	Três Lagoas
Xarqueada Tombo	Três Lagoas

66 A Charqueada Pedra Branca, em Miranda, embora à margem da ferrovia Noroeste do Brasil, quando inaugurada, muito antes do início do funcionamento da Cia. Ferroviária, possuía lanchas e chatas portadonas para conduzir os produtos de sua fábrica à Corumbá, onde era efetuado o embarque para Montevideu. (AYALA & SIMON, 1914, p. 293).

Dos saladeros de Mato Grosso, oito estavam instalados no Pantanal sul, justamente os de maior importância, “o Saladeiro de Miranda e o Tereré de Porto Murtinho” (AYALA & SIMON, 1914, p. 293), ou seja, os que reuniam maior capacidade de abate e que foram estrategicamente estabelecidos, onde havia uma oferta segura de bovinos.

A instalação das charqueadas permitiu o aproveitamento de toda a produção excedente, e, paralelamente ao desenvolvimento delas, intensificaram-se as vendas de bois magros para os Estados de Minas e de São Paulo.

Relato de importante fazendeiro da Nhecolândia deixa clara a situação que viveram os produtores antes da instalação dos saladeros: “Vai melhorando o preço do gado, já se podendo vender bois a 40\$000, daí a melhora, também nas finanças dos criadores, que em outros tempos, quando a produção era superior ao consumo foi excessivamente precária.” (BARROS, 1987, p. 59).

Com a instalação de novos saladeros, a produção do charque cresceu substancialmente, enquanto o caldo e o extrato de carne, apresentou grande variação.

Produto	Ano	Quantidade	Valor
Caldo e extrato de Carne	1902	198.188	777:662\$000
Charque	1905	133.950	80:370\$000
Caldo e extrato de carne	1903	326.250	339:448\$000
Charque	1906	279.863	167:918\$000
Caldo e extrato de carne	1904	208.907	314:982\$000
Charque	1907	392.419	235:451\$000
Caldo e extrato de carne	1905	63.439	83:205\$000
Charque	1908	452.478	271:487\$000
Caldo e extrato de carne	1906	47.072	71:041\$000
Charque	1909	718.920	431:352\$000
Caldo e extrato de carne	1908	49.750	121:828\$000
Charque	1910	758.739	455:243\$000
Caldo e extrato de carne	1909	39.203	119:403\$000
Charque	1911	1.102.841	661:705\$000
Caldo e extrato de carne	1910	28.931	70:409\$000
Caldo e extrato de carne	1911	10.529	36:752\$000

Fonte: (AYALA & SIMON, 1914, p. 120-121).

No período de 1914 a 1918, que coincide com a Primeira Guerra Mundial, houve expressivo aumento da produção do charque, como também da venda do gado em pé e do couro.

Ano	Quantidade (Kg)	Produto	Valor
1914	1.733.973	Charque	1.560:575\$700
1915	2.703.267	Charque	2.703:267\$000
1916	3.755.310	Charque	3.755:310\$000
1917	4.052.811	Charque	4.863:373\$000
1918	4.144.736	Charque	4.973:683\$200
1914	810.586	Couro Secco	1.008:984\$400
1915	630.394	Couro Secco	881:704\$450
1916	1.026.327	Couro Secco	1.197:383\$540
1917	1.053.290	Couro Secco	1.470:264\$860
1918	887.068	Couro Secco	1.257:257\$350
1914	29.091 n°	Couro Salgado	546:453\$200
1915	40.033 n°	Couro Salgado	765:356\$400
1916	67.865 n°	Couro Salgado	1.425:666\$333
1917	67.599 n°	Couro Salgado	1.621:242\$870
1918	75.594 n°	Couro Salgado	1.814:256\$000
1914	51.469	Numero de reses exportadas	2.573:450\$000
1915	54.798	Numero de reses exportadas	2.739:900\$000
1916	51.034	Numero de reses exportadas	4.082:720\$000
1917	66.689	Numero de reses exportadas	6.668:900\$000
1918	62.545	Numero de reses exportadas	7.505:400\$000

Fonte: (CORRÊA FILHO, 1926, p. 55-56-57).

Fora o consumo interno, é possível aferir que em torno de 130.000 cabeças de gado bovino passaram a ser comercializadas pelos produtores e industriais de Mato Grosso na primeira década do século XX; além do que, o contrabando continuou expressivo, tanto para o Paraguai e Bolívia como também para São Paulo e Minas Gerais.

A melhora do preço do gado bovino e a absorção do excedente produzido no interior das fazendas pelo mercado aumentaram os rendimentos dos produtores rurais, os quais estreitaram relações com seus

pares, sobretudo de Minas Gerais, e começaram a incorporar novas técnicas ao processo de produção, cresce a especialização da própria pecuária, com o contínuo aumento da produção. Com relação ao manejo, muito pouco mudou, mas a grande reavaliação foi o melhoramento do padrão racial do rebanho na busca do aumento do desfrute e da produtividade.

Desde o último quartel do século XIX, os produtores de Uberaba passaram a importar da Índia o gado zebu, cuja característica era a rusticidade. Os animais se adaptavam muito bem ao clima tropical, podiam ser criados extensivamente, não dependiam de muitos cuidados e se revelaram extremamente precoces, fortes para o trabalho do campo e de rápida reprodução. “Onde os animais das chamadas ‘raças finas’ se extinguiriam ele prosperava”. (VALVERDE, 1972, p. 116).

Uma raça bovina como a zebuína se encaixou perfeitamente às necessidades dos produtores de Mato Grosso, já que nada podia ser melhor para uma região em que as propriedades estavam, em sua maioria, “mergulhadas num regime primitivo de exploração das riquezas e sem chance de rápida locomoção, era importante que os bovinos fossem rústicos, antes de tudo lucrativos”. (SANTOS, 1998, p. 89).

Lentamente, o gado azebuado foi ganhando a planície pantaneira e a preferência dos produtores, de modo que em 50 anos, ou seja, no começo da década de 60, os primitivos rebanhos coloniais desapareceram completamente.

Um inimigo contumaz do zebu assim se referiu à sua proliferação em Mato Grosso:

Desgraçadamente, aquela belíssima região de Mato Grosso, como aliás todo o sertão, foi invadida pelo Zebu, esse fantasma oriental, que aí se introduziu, destruindo a capacidade do nosso gado nacional, muito suscetível de melhorar-se com um rápido cruzamento de reprodutores finos já conhecidos e experimentados. (COTRIM apud SANTOS, 1998, p. 565).

A crítica era para os métodos utilizados pelos vendedores-boiadeiros de Minas, que trocavam lotes de reprodutores indianos por novilhos

de corte. Diz o próprio Cotrim que, “não raramente, pegavam espertamente, 100 novilhos de corte por um único garrote zebu”. (COTRIM apud SANTOS, 1998, p. 565).

Ao lado da melhoria do padrão racial, o arame farpado começou a aparecer nas propriedades do Pantanal como condição essencial para o azebuamento do rebanho. As fazendas foram sendo cercadas, e as pastagens, divididas, propiciando a seleção dos animais. Com isso, o rebanho foi sendo direcionado e preparado para a produção de carne. “O rebanho regional era conhecido na época por sua inferior qualidade e, exatamente por dispor de exígua quantidade de carne, só poderia ter aproveitamento industrial lucrativo nos saladeiros e charqueadas” (ALVES, 1984.) e por isso foi aos poucos sendo substituído pelo gado graúdo de forma arredondada, muito andejo e com visível acúmulo de carne no posterior.

Embora as técnicas de pastoreio tenham permanecido extensivas no Pantanal, aquelas práticas primitivas de manejo pecuário foram sendo substituídas. O vaqueiro que fazia o rodeio, jogando o laço, foi desaparecendo.

O trabalho do gado continuou sendo feito entre dezembro e fevereiro. O gado era recolhido nas proximidades da sede da fazenda, onde se realizava a marcação a ferro das crias novas, no quarto posterior direito, a marcação na orelha, por meio de um corte, e a castração dos garrotes. Em vez de se fazer violentamente essas operações, como antigamente, subjugando e derrubando a rês, ela era conduzida ao brete, onde ficava imobilizada e não sofria as torturas costumeiras. Em julho, os bezerros acima de oito meses de idade eram apartados das respectivas mães. Passado o auge da estação seca, fazia-se a queima do pasto, prática ainda tradicional no pantanal sul-mato-grossense. Procuravam os fazendeiros, ao lançar mão desse recurso, eliminar a macega, o capim-carona, fazendo renascer tenro pasto junto com outros pastos naturais, de modo a servir de alimentação do gado. (VALVERDE, 1972).

O período que se estendeu de 1870 a 1910 foi marcado pela lenta integração do Pantanal sul de Mato Grosso, ao mercado nacional, quando

foram sendo construídas as bases para o desenvolvimento da pecuária de corte. Esse foi um período que coincidiu com a substituição da criação do bovino pela ovelha na Argentina e Uruguai, com o conseqüente deslocamento de capitais desses países para a exploração dos imensos rebanhos que estavam subutilizados na planície pantaneira. Pouco mais tarde, quando grandes frigoríficos ingleses se instalaram naqueles dois países para a exportação da carne congelada ou em conserva para o mercado europeu, ambos deixaram de fabricar o charque que, em parte, era exportado para o Brasil, cujo mercado foi então suprido exclusivamente pela indústria nacional. (FLORES da CUNHA, 1928, V. 1). Isso permitiu novo aporte de investimentos no Pantanal sul de Mato Grosso, o que acelerou o processo de transformação de toda a região. Os produtores passaram a vender mais e melhor e, conseqüentemente, as fazendas começaram a ser melhoradas, as benfeitorias foram sendo construídas, as cercas foram separando as propriedades e permitindo melhor seleção dos animais, o que abriu caminho para a estruturação de um dos mais importantes plantéis de gado bovino do mundo.

CONCLUSÃO

Desde o momento que os reinos ibéricos decidiram pelo início do processo de colonização da América, o gado bovino, ao lado do eqüino, constituiu fator essencial para a conquista do Novo Mundo. Antes de Cristovão Colombo pisar solo americano, as lhamas e as alpacas eram utilizadas pelos nativos como animais de carga nos planaltos andinos, onde eram encontradas.

Não se tem notícia do emprego desses animais em outras regiões do continente. São de pequeno porte e de pouca resistência para o transporte, como também para os labores da agricultura, imprestáveis para os serviços requeridos naquele momento em que se iniciava a conquista e, portanto, logo refugados pelos primeiros conquistadores. Dessa forma, tornou-se imperiosa ao europeu a importação do gado *vacum* e cavalar.

Não sem pouco sacrifício, os animais atravessavam o oceano em navios a vela, cuja capacidade não excedia 200 toneladas, o que limitava a quantidade do gado, enfrentavam uma série de privações, desde a falta de alimentos até a de água, em viagens que, dependendo das condições do tempo, levavam de dois a seis meses, com alto índice de mortalidade.

Essas importações em número reduzido justificavam os altos preços que esses animais alcançavam quando desembarcavam nos portos americanos.

Nos primeiros séculos da colonização, o gado bovino constituiu peça decisiva desse processo, garantindo o sucesso do empreendimento, pois tornou-se o agente motor dos meios de transporte, a tração da agricultura e, além de indispensável à alimentação, a sua pele (couro)

constituía matéria-prima de suma importância, empregada desde o vestuário até a habitação, como também valiosa moeda de troca, já que se tornou importante artigo de exportação com larga aceitação no mercado europeu.

Na segunda viagem que Colombo fez à América, em fins do século XV, trouxe com ele os primeiros exemplares de bovinos, que pouca dificuldade encontraram para sua adaptação. Sendo assim, muito rapidamente rebanhos expressivos eram encontrados por todo o continente.

À medida que o processo de colonização foi avançando, o gado *vacum* foi se dispersando. Na etapa inaugural, coube aos espanhóis, depois de ocupar as grandes Antilhas e, logo após, a conquista dos impérios asteca e inca, com a descoberta de grandes jazidas de metais preciosos, ouro e prata, de rentabilidade muito alta, acelerar a entrada do rebanho bovino para dar o suporte necessário ao avanço colonizador.

Do outro lado, coube à coroa lusa encontrar uma alternativa de utilização econômica da imensa costa brasileira. Portugal tornou-se o pioneiro no processo de organização e montagem de uma empresa de exploração colonial cuja base era a agricultura, com o cultivo da cana-de-açúcar em larga escala para o comércio europeu. A solução açucareira implicou, desde o início, a importação de um grande número de reses. Desde cedo, no princípio do século XVI, rebanhos significativos já estavam apascentados de São Vicente até a Bahia, no Nordeste, onde surgiram os primeiros engenhos.

Se nas áreas que despertaram interesse econômico para as metrópoles, o gado bovino foi introduzido muito rapidamente, o mesmo não aconteceu naquelas onde não se produziam artigos de exportação para o mercado mundial. Aliás, essa era uma situação compreensível. Com pouco brilho, algumas regiões subsistiram pobremente, com restritas relações comerciais com o mundo exterior, e, por isso, desenvolveram características econômicas próprias. Não tinham produtos que despertassem o interesse da metrópole, conseqüentemente, não tinham moeda que pudesse garantir a participação no mercado mundial.

Obviamente, a força tratora do boi, que foi empregada durante séculos na América, tanto na agricultura como nos transportes, e representou, em determinados momentos do processo de colonização, fator de desenvolvimento, demorou alguns anos para chegar a essas regiões onde os colonos não dispunham de recursos para adquirir o gado vacum.

O Paraguai, que nos interessa mais de perto, pois foi dali que partiram os primeiros rebanhos bovinos para onde é hoje o Pantanal sul-mato-grossense, só recebeu algumas poucas cabeças por volta de 1550, cerca de vinte anos após o início da colonização, e assim mesmo por iniciativa de alguns paulistas que, frustrados com a impossibilidade da produção da cana-de-açúcar em São Paulo, rumaram para o Paraguai com seus haveres, esperando encontrar ali melhores condições para se estabelecerem.

Os conflitos entre portugueses e espanhóis nas fronteiras do império americano e as constantes ameaças de invasões dos primeiros nas zonas mineradoras fizeram com que as autoridades metropolitanas espanholas tomassem medidas para reforçar os pólos pioneiros de colonização para assegurar a posse do imenso território e oferecer resistência aos intrusos, fortalecendo os núcleos existentes e fundando novas cidades para formar um cordão que protegesse as zonas produtoras de metal.

Com esse propósito, os reis espanhóis condicionaram a nomeação do Adelantado do Rio da Prata a Ortiz Zarate; ela só ocorreria desde que ele conduzisse por sua conta e risco 500 trabalhadores e soldados e introduzisse na região 4.000 cabeças de gado bovino.

Essa exigência significava o fortalecimento militar da região, a garantia da colonização, a incorporação de novas áreas ao processo de produção e a estruturação de um rebanho bovino que assegurasse mais tarde fonte de renda aos moradores locais.

Essas importações, que seguiram até o final do século XVI, fortaleceram a pecuária do Paraguai, e permitiram a sua expansão. Já em 1580, havia uma população bovina muito acima das necessidades da população.

No chamado Pantanal sul-mato-grossense, os primeiros bovinos foram introduzidos em fins do século XVI pelos colonos espanhóis

oriundos de Assunção. Impulso decisivo ao desenvolvimento da pecuária veio pouco mais tarde, no começo do século XVIII, quando os jesuítas também se instalaram no Pantanal, na região do Itatim, onde iniciaram a conversão ao cristianismo dos índios guaranis que ali viviam.

A organização dos indígenas em reduções onde pudessem receber educação religiosa sistemática impunha o desafio da necessidade de produzir alimento em quantidade suficiente para mantê-los aldeados. Qualquer provisão que faltasse era argumento para que voltassem para a selva ou para as margens dos rios, onde pudessem encontrar o alimento para saciar a sua fome, o que interrompia o trabalho de catequese.

As condições climáticas da planície pantaneira não favoreceram o desenvolvimento das culturas tradicionais. As lavouras se perdiam, às vezes por falta de chuvas; outras, pelo excesso; ou ainda pela geada. Essas dificuldades de oferta regular de alimentos obrigaram tanto colonos como jesuítas a uma contínua importação de bovinos do Paraguai. Porém, sendo a região extremamente generosa para o pleno desenvolvimento da pecuária, com pastagens naturais variadas e ricas, que favoreciam a rápida reprodução dos bovinos, o volume do rebanho foi aumentando rapidamente.

Nessas extensas áreas, sem qualquer tipo de divisão ou de cercas, nada freava a fuga dos animais, que rapidamente se multiplicavam e se dispersavam pela planície do Pantanal. Por outro lado, os ataques de nativos insubmissos aos núcleos espanhóis também contribuíam para o alongamento dos rebanhos.

Mesmo assim, as reduções prosperavam; com aproveitamento do trabalho dos nativos, logo foram formadas pequenas propriedades rurais, cuja atividade principal era a pecuária bovina.

Esse período de organização das reduções no Pantanal coincidiu com o dos ataques sistemáticos dos habitantes de São Paulo às aldeias jesuíticas espalhadas pelo império espanhol. Os bandeirantes, fortemente armados, organizavam grandes exércitos para cativar os indígenas e vendê-los como escravos aos engenhos de açúcar do nordeste brasileiro.

Em duas ocasiões, as missões do Itatim foram atacadas pelos paulistas. A resistência local foi inútil, e os jesuítas derrotados trasladaram suas reduções para as proximidades de Assunção, abandonando todo o gado que haviam conseguido reunir.

Na planície, os bovinos encontraram condições ambientais favoráveis à sua reprodução, mas outros fatores também foram importantes para o desenvolvimento da pecuária, como as epidemias e enfermidades que contribuíram para o decréscimo da população nativa do Itatim, vitimada por inúmeras doenças transmitidas pelos europeus. A maioria dos indígenas que sobreviveu aos ataques bandeirantes e às doenças foi novamente realdeada e conduzida para as proximidades de Assunção. Com isso, o território do Itatim foi praticamente despovoado de sua população nativa, e os que já haviam incorporado a carne bovina à sua dieta foram trasladados para muito longe, condição importante para a proliferação do gado bovino, porque as demais nações indígenas que não foram aldeadas valorizavam outra dieta protéica e abatiam caças que faziam parte da fauna pantaneira, como o veado, a anta, a capivara. Assim, a pecuária se expandiu através da reprodução natural do gado em campos imensos providos de salinas naturais.

O gado das missões do Itatim e dos colonos espanhóis ficou confinado na planície pantaneira, protegido pelos acidentes geográficos, a serra de Maracaju e o rio Paraguai, que impossibilitaram o seu alongamento para o planalto. Essa região hoje denominada Pantanal era, nos séculos XVII e XVIII, conhecida como Vacaria, assim nominada pelos portugueses após estes deixarem registrado o encontro de rebanhos silvestres que vagavam na região sem nenhum proprietário que deles se ocupasse economicamente. Do lado espanhol, as patrulhas organizadas em Assunção, para acompanhar o movimento português, também davam notícias de rebanhos bovinos vivendo silvestremente na planície e sem trato algum.

A descoberta dos metais em Cuiabá pelos bandeirantes paulistas no início do século XVIII criou vínculos entre a área mineradora e a pla-

nície pantaneira. Todo o gado bovino utilizado no início desse novo empreendimento era conduzido da planície por tropeiros ou em pequenas embarcações e com eles os pioneiros estruturaram os primeiros rebanhos na zona de mineração. Foi, portanto, com os bovinos descendentes das reduções do Itatim e de Santiago de Xerez que se iniciou a exploração da pecuária nos arredores de Cuiabá.

A tradicional historiografia mato-grossense tem afirmado que a pecuária em Mato Grosso se iniciou em 1737, quando foram introduzidos os primeiros exemplares vindo de Goiás. No entanto, o registro de João Cabral Camelo, a mais antiga narrativa das viagens monçoeiras, esclarece que, desde 1727, algumas cabeças de gado e cavalo foram sendo introduzidas, por ele mesmo, na região de Cuiabá e que em 1730 já havia em Cuiabá cinco engenhos de cana-de-açúcar em funcionamento, que seguramente recorriam aos animais de tração para poder produzir. É inadmissível acreditar que não houvesse um estoque de animais de serviço por essa ocasião na região mineira, até porque os mineradores não iriam deslocar seus escravos para outro ramo de atividade que não fosse a mineração.

Também não se pode deixar de considerar que, desde o ano de 1725, apenas sete anos após a descoberta das jazidas de ouro em Cuiabá, o Capitão General da Capitania de São Paulo, a quem Mato Grosso estava submetido, autorizou a condução de gado da Vacaria para a região mineradora, fato que vem comprovar o intercâmbio entre as duas áreas e o aproveitamento do bovino no início das atividades em Cuiabá.

O gado da Vacaria possibilitou ainda o surgimento de outros entrepostos comerciais, instalados nas barras dos principais afluentes do rio Paraná, no curso das monções, para garantir suprimentos àqueles que se deslocavam de São Paulo a Cuiabá ou vice-versa.

Assim que o rebanho bovino foi se estruturando em Cuiabá, o fluxo de tropeiros para a pega do gado na Vacaria foi diminuindo, o que contribuiu para que o rebanho da Planície não sofresse nenhum outro desfalque e continuasse crescendo vertiginosamente.

Novo aparte de gado bovino para a planície pantaneira veio com os índios cavaleiros, os temidos Guaikuru, no fim do século XVIII e começo do XIX.

A decisão das Coroas Portuguesa e Espanhola em consolidar suas posições na fronteira do território sul-mato-grossense resultou, por parte da primeira, no estabelecimento de presídios guarnecidos por tropas estrategicamente dispostas nos limites do império colonial, como o Forte Coimbra, os povoados de Albuquerque e de Corumbá e mais tarde, o de Miranda.

Pelo lado castelhano, além da construção dos fortes, o Governo concedeu terras aos colonos, ficando os beneficiários obrigados a promover a defesa do território, e assim foram sendo formadas fazendas dedicadas basicamente à pecuária na fronteira com o atual Mato Grosso do Sul.

No ano de 1791, o Capitão-General da Província de Mato Grosso, João Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, assinou tratado de paz com a nação guaikuru e, aproveitando-se da belicosidade desta, passou a estimular ataques aos novos pólos de colonização espanhola, oferecendo apoio logístico para o sucesso das investidas. Os indígenas apoderavam-se dos estoques de bovinos e eqüinos no território paraguaio e os introduziam na planície pantaneira, contribuindo para o aumento ainda maior do rebanho.

Com a continuidade dos ataques indígenas aos núcleos populacionais castelhanos, os espanhóis passaram a organizar tropas para reprimi-los. As forças policiais invadiam os territórios da Coroa Portuguesa e promoviam verdadeiros massacres contra os nativos. As autoridades lusas acompanhavam à distância e com complacência o enfraquecimento dos seus aliados, os Guaikuru e, ao que parece, intencionalmente, porque se por um lado, os índios, ao atacar os espanhóis, dificultavam a sua fixação na fronteira do Apa e evitavam pressões sobre as áreas do território português, por outro, os ataques desferidos contra os índios contribuíam sobremaneira para a destruição de um grupo que oferecia forte resistência àqueles que desejavam se fixar na planície pantaneira, e, assim o “amansa-

mento” do Pantanal sul-mato-grossense foi sendo conquistado à custa de intensos massacres praticados contra a sua população nativa.

No início do século XIX, a planície pantaneira já oferecia alguns atrativos aos pecuaristas que desejassem se fixar na região. Havia extensos campos de pastagens providos de salinas naturais, água abundante, os rebanhos alçados eram facilmente encontrados, as terras eram devolutas e os grupos nativos não ofereciam mais os riscos do passado.

Nessa época, o Brasil conquistou a sua independência ao se libertar de Portugal. Além das dificuldades políticas enfrentadas com o processo emancipatório, o País se viu envolvido com problemas de ordem econômica. A crise da agricultura tradicional brasileira, que se estendeu de 1821 até 1850, foi marcada pela redução dos preços dos produtos exportáveis com a consequente queda das receitas e contínuos déficits orçamentários. Essa escassez de recursos econômicos nos primeiros anos após a conquista da independência criou um clima de insatisfação entre as Províncias e o Governo Central, com revoltas populares que se estenderam por todo o império.

A Rusga, ocorrida em 1834 em Mato Grosso, provocou o deslocamento para o Pantanal sul de um expressivo número de fazendeiros que, fugindo da Justiça por crimes provocados contra portugueses em várias cidades no norte de Mato Grosso, internaram-se pela região dos rios Taboco e Nioaque e nos vales do Miranda e Negro, onde se estabeleceram.

A fundação das Colônias Militares de Nioaque (1855), Dourados (1856) e Miranda (1860) na fronteira com o Paraguai ofereceu algum suporte para essa primeira leva de povoamento.

Há de se perguntar: por que os fugitivos se estabeleceram numa região tão inóspita como é o Pantanal? Por que não se assentaram no Planalto, área mais próxima das Províncias de São Paulo, Minas e Goiás, onde poderiam realizar intensa atividade comercial com as regiões mais ricas do império e as oportunidades seriam muito maiores?

Ora, embora mais bem localizada e muito menos insalubre que o Pantanal, lá não havia um grande rebanho bovino e equino esperando

pelos colonizadores, como era o caso do Pantanal. Essa sim foi a grande diferença, pois com esses animais foi possível organizar as primeiras propriedades: o gado foi sendo amansado, o couro era a principal mercadoria de troca e a carne seca também oferecia alguns recursos para os pioneiros.

No começo da década de 1850, tal era o volume do rebanho bovino que foram se estreitando os laços comerciais entre os produtores do Pantanal sul e os tropeiros que vinham de Minas Gerais. Com o rápido processo de urbanização que o Brasil viveu a partir do início do século XIX, os tradicionais fornecedores do gado bovino, como Goiás, São Paulo e Minas Gerais, já não conseguiam atender a demanda interna, sendo necessário recorrer ao rebanho sul-mato-grossense.

A assinatura do Tratado de amizade, comércio e navegação entre o Brasil e o Paraguai, que abriu o rio homônimo à livre navegação, constituiu, entre outros fatores, um estímulo para os produtores ampliarem as exportações de couro e de carne seca, o que possibilitou o aumento da renda interna. Com isso, algumas fazendas prosperaram e a Província vagarosamente foi se integrando à economia nacional.

Esse pequeno progresso foi interrompido com o início da guerra com o Paraguai. Durante quase cinco anos, a Província esteve ocupada por tropas inimigas, sendo território completamente devastado e saqueado. Uma das razões que levou Lopes a invadir a Província de Mato Grosso, sobretudo a região do Pantanal sul, foi a existência dos estoques de gado bovino e equino que povoavam toda a planície.

O rebanho local abasteceu as tropas invasoras, a população assuncenha e também os prisioneiros de guerra. Há, entre os historiadores mato-grossenses, um certo consenso de que os paraguaios teriam exterminado o rebanho bovino pantaneiro; no entanto, a peste das cadeiras que atingiu o rebanho equino com alta taxa de mortalidade acabou por imobilizar os guaranis, não permitindo que reunissem condições para realizar o manejo do gado.

Tal fator limitante contribuiu para que o gado fosse se alongando, juntando-se ao rebanho selvagem e colocando-se fora do alcance do

homem. Documentos e relatos dos contemporâneos, testemunhas oculares dos acontecimentos, colhidos em crônicas, relatórios e cartas, dentre eles, destacando-se Visconde Taunay e Joaquim Ferreira Moutinho, e de Presidentes de Província, não deixaram dúvida: havia um rebanho significativo que nem as tropas do Império Brasileiro nem as da República Paraguaia conseguiam manejar, devido à peste eqüina.

Essa referida doença, apesar dos seus malefícios do ponto de vista econômico, acabou por contribuir decisivamente para a preservação do rebanho bovino do Pantanal sul. O fenômeno, ocorrido em meados do século XVII com o gado das reduções jesuíticas, repetia-se em pleno século XIX. Desta vez, a guerra e a falta de eqüinos para o manejo do gado contribuíram para a sua dispersão. Por isso, quando a guerra terminou, havia grandes estoques por toda a planície.

Preservado, o bovino alçado exerceu forte atração sobre os soldados do Exército Brasileiro que, desmobilizados, resolveram permanecer em território sul-mato-grossense. Além disso, as vastas áreas cobertas de pastagem nativa e devolutas, o fato de a pecuária não exigir grande quantidade de braços para o seu desenvolvimento, ao contrário da agricultura, bem como a possibilidade de deslocamento do rebanho para os centros consumidores com poucos gastos tornaram-se estímulos para a fixação no Pantanal.

Ao lado das iniciativas particulares, o Império, temeroso de novas agressões na distante Província, decidiu adotar providências que visavam à integridade territorial e à unidade do Império. A reabertura do rio Paraguai à navegação e as medidas de apoio ao desenvolvimento comercial, como a isenção de tributos aos produtos de importação e exportação comercializados nos principais portos de Mato Grosso, abriram perspectivas para o desenvolvimento local, como também possibilitaram a entrada de capitais estrangeiros, decisivos para o crescimento econômico da região.

Embora houvesse relativo desenvolvimento econômico e populacional, a Província continuou enfrentando muitas dificuldades, sobretudo

do no campo. A peste das cadeiras continuou por todo o século XIX, dizimando rebanhos eqüinos inteiros, o que dificultava a venda do gado para as regiões onde se processava a engorda. O contrabando de gado tornou-se endêmico, sendo praticado de forma sistemática para a Bolívia e, principalmente, para o Paraguai. O Governo local não dispunha de recursos humanos e financeiros para coibir prática tão danosa ao erário público.

Mesmo com todas essas dificuldades, o rebanho crescia muito acima da capacidade do consumo da população, porque não se conseguia vender todo o excedente produzido nas fazendas.

Em 1863, o rebanho mato-grossense era estimado em 500 mil cabeças e em 1910, em 2.500.000.

Na década de 1870, Mato Grosso detinha grandes e baratos excedentes bovinos, subutilizados, e uma posição estratégica em relação a Minas Gerais, centro onde se processava a engorda. Por outro lado, havia um mercado de charque em franca expansão para os produtores brasileiros.

Esse período coincidiu com a substituição do criatório bovino pelo do ovino na Argentina e Uruguai, países que optaram pela exportação de lã para o mercado europeu, muito mais rendosa que a criação bovina. Logo, alguns empresários argentinos e uruguaios, ligados à produção de charque e sua exportação, sobretudo ao Brasil, resolveram se instalar em Mato Grosso.

Em 1873, foi instalada a primeira charqueada no Pantanal norte, ao sul de Cáceres, com abate de 5.000 cabeças anuais. Essa iniciativa estimulou a instalação de algumas outras de menor porte na região, como a do Pindaíbal, Triunfo, São João, e na região do Pantanal sul, onde, na primeira década do século XX, três grandes indústrias foram instaladas. Haviam-se passado menos de quarenta anos do fim da guerra com o Paraguai e mesmo com o abate indiscriminado durante parte do período de hostilidade pelas tropas invasoras, com o intenso contrabando interno e externo no pós-guerra, com o abate para o consumo local e para a pro-

dução de carne seca para a exportação, e tendo o rebanho continuado a ser subutilizado, criou-se nesse período um excedente expressivo que garantiu um fornecimento seguro de matéria-prima para o funcionamento das charqueadas com oferta tão significativa que o preço da rês atingiu \$ 40,00 no Pantanal sul, enquanto que no sudeste era de \$ 100,00.

Tal fato demonstra claramente que no fim da guerra havia ainda grandes estoques de bovinos na planície e que no período do pós-guerra houve intenso crescimento do rebanho, sendo essa a principal justificativa para a instalação das empresas de industrialização da carne na região.

Outros fatores também cotribuíram para a instalação destas charqueadas, tais como a entrada de grandes frigoríficos no Uruguai e Argentina com emprego de métodos mais eficientes no aproveitamento da matéria-prima, permitindo a oferta de melhores preços aos pecuaristas e com isso dificultando a sobrevivência das charqueadas locais. Não conseguindo concorrer com essas modernas empresas, alguns empresários platinos transferiram suas atividades para o Pantanal sul.

Outro estímulo para a vinda de capitais platinos para o Pantanal sul e a instalação de indústrias para a exploração da carne foi a cobrança de impostos nas aduanas brasileiras sobre a importação do charque oriundo da Argentina e Uruguai.

A indústria de charque do Rio Grande do Sul enfrentou forte concorrência uruguaia e argentina durante longo período. Como ambas haviam alcançado uma base técnica mais poderosa, com produtividade superior à dos seus concorrentes, o Governo imperial resolveu adotar tarifas protecionistas para dar competitividade à indústria gaúcha. Para fugir a essas restrições, uruguaios e argentinos se instalaram em território nacional exclusivamente para abastecer os mercados do Rio de Janeiro e Nordeste, onde o consumo era significativo. Por outro lado, a reabertura da navegação do rio Paraguai desde 1870 garantia com eficiência o escoamento da produção a preços relativamente baixos.

Esse conjunto harmonioso de fatores contribuiu para acelerar o processo de desenvolvimento da pecuária pantaneira, que atingiu o seu ápice na primeira década do século XX.

O mercado nacional da carne vinha crescendo vertiginosamente. À medida que as potências industrializadas se preparavam para a guerra, o encarecimento dos produtos de importação constituía um estímulo à industrialização interna, desencadeando intenso processo de urbanização no País com o surgimento de grandes cidades de características metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Em 1889, havia em todo o País 900 fábricas com 54.200 operários, tendo em 1914, evoluído para 7.430 fábricas e 275.500 operários. (CARONE, 1986). Como as tradicionais regiões produtoras de gado bovino não conseguiam atender a esse mercado, os invernistas passaram a buscar matéria-prima com maior regularidade em Mato Grosso, a ponto de, em 1909, o Estado exportar 59.401 cabeças em pé para as invernadas paulistas e mineiras, 718.920 quilos de charque e 39.203 quilos de caldo de carne.

A efetiva incorporação de Mato Grosso ao mercado nacional e as rendas auferidas com a comercialização plena tiveram impacto positivo sobre os produtores rurais locais, os quais, com mais recursos, passaram a modernizar a atividade com a incorporação de novas técnicas de manejo, de experiências de regiões mais desenvolvidas do País, e introduziram reprodutores selecionados, iniciando a melhoria do padrão racial do rebanho e atendendo também às exigências do novo mercado consumidor. Aumentou-se, assim, a produtividade pecuária, as fazendas foram sendo cercadas e subdivididas em retiros, simplificando e melhorando a sua infra-estrutura.

No começo do século XX, as bases da pecuária pantaneira estavam solidamente estabelecidas; ao lado da erva-mate, já constituíam a principal atividade econômica do Estado, onde se iniciava a especialização na produção do gado de corte, na sua fase de cria e recria. A venda do gado em pé para invernistas do sudeste se justificava pela distância do Pantanal dos grandes centros de industrialização da carne.

A industrialização interna através das charqueadas, embora significativa, não tinha capacidade para absorver toda a produção pantaneira, que só se completava com a venda do gado em pé para outros Estados.

No conjunto da produção pecuária sobressaiu a indústria de transformação da carne que passou a ocupar lugar destacado na economia regional, devido ao carácter capitalista, com o emprego de máquinas modernas e trabalhadores especializados, esses geralmente oriundos do Uruguai, Paraguai e do Rio Grande do Sul.

O mesmo, não aconteceu no campo, onde a pecuária manteve as práticas pré capitalistas de produção, alias muito apropriadas á estrutura latifundiária da região. Assim, as relações sociais de trabalho permaneceram extremamente atrasadas com o emprego da mão-de-obra familiar muitas vezes não remunerada, mantendo a massa humana que tirava a sua subsistência dali no mais lamentável estado de pobreza e ignorância, situação que vem se modificando atualmente devido as exigências do mercado.

O processo de colonização do Pantanal, desde o princípio do século XVI, esteve estreitamente ligado à pecuária. As limitações impostas pelo meio-ambiente foram superadas pelo bovino, que garantiu a ocupação econômica da planície e contribuiu decisivamente para a incorporação da região ao mercado nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. 3ª ed. Livraria Briguier, 1934.

ALINCOURT, Luiz d'. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. São Paulo: Itatiaia, 1975.

ALMEIDA, Mario Monteiro de. **Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: Fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

AMARAL, Aracy. **A hispanidade em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

AMED, Fernando José e NEGREIROS, Plínio José Labriola. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Sinafresp, 2000.

AMORIM, Anníbal. **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1917.

ARAUJO, Rubens Vidal. **Jesuítas dos 7 povos**. Porto Alegre: 1986.

AYALA, S. Cardoso e SIMON, F. **Album graphico do Estado de Mato Grosso (EEUU do Brazil)**. Corumbá, Hamburgo: 1914.

AZARA, Félix de. **Descripción y historia del Paraguay y del rio de la Plata Madrid**. Imprenta de Sanchiz, 1847, v. I e II.

_____. **Descripción general del Paraguay**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

_____. **Viages por la América del Sur desde 1789 hasta 1801**. 2ª ed. Trad. de B. Rivadavia. Montivideo: 1850.

AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o Oeste**. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

BAEZ, Cecílio. **História colonial del Paraguay y rio de la Plata**. Asuncion: Carlos Schauman Editor, 1991.

BARBOSA, Emilio Garcia. **Panoramas do sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Editôra Empresa Correio do Estado, 1963.

_____. **Os Barbosas em Mato Grosso**. Campo Grande: Editôra Empresa Correio do Estado Ltda, 1961.

BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira: crônicas da sua história**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores. 1998.

BARROS, Carlos Vandoni. **Nhecolandia**. Matto Grosso, 1934.

BARROS, José de. **Lembranças**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.

BERTELLI, A. de P. **O paraíso das espécies vivas: pantanal de Mato Grosso**. São Paulo: Cerifa, 1984.

BOGGIANI, Guido. **Os caduveos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

BOSSI, Bartolomé. **Viagem pittoresca pelos rios Paraná, Paraguai, S. Lourenço e Arinos e notica descriptiva da provincia de Matto Grosso debaixo de seu aspecto physico, geographico, etnographico, minerologico e produções naturaes**. Versão e notas de F. Artur Montenegro. Paris: Livraria parisiense, 1863.

BRUXEL, Arnaldo. SJ. **O gado na antiga banda oriental do Uruguai**. Parte II, capítulos 5º e 6º. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1961.

_____. **O sistema de propriedade das reduções guaraníticas**. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1959.

_____. **O gado na antiga banda oriental do Uruguai**. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1960.

CALOGERAS, Pandia. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1945.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba: dos caiapós à atualidade**. Paranaíba: Prefeitura Municipal, 1999.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 4ª ed. Campo Grande: Academia sul Mato-Grossense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOZO, Efraim. **Efemérides de la historia del Paraguay: “hoy en nuestra historia”**. Asunción – Buenos Aires: Ediciones Nizza, 1967.

_____. **Breve historia del Paraguay**. Asunción: Litocolor, 1991.

CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo, 1970.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Nacional, 1949. V. I e II.

_____. **Expedições as regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CAVASSA, Manoel. **Memorandum**. (Apresentação e notas de Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa). Campo Grande: UFMS, 1997.

CHAMA, Corintha. **A canção mais antiga**. Brasília: Editora Dom Bosco, 1976.

CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. 24ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COELHO NETTO, Paulo Renato. **Mato Grosso do Sul**. Coleção Frans Kra Jcberg, Campo Grande: 2002.

CONI, Emilio A. **Historia de las vaquerias de rio de la Plata: 1555-1750**. Buenos Aires: Platero S. R. L., 1979.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Fazendas de gado no Pantanal Mato-Grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SIA, 1955.

_____. **As raias de Matto Grosso**. Fronteira meridional. São Paulo: Secção de Obras d'O "Estado" de São Paulo: São Paulo: 1925. V. VIII.

_____. **Pantanaís mato-grossenses**: devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1946.

_____. **A propósito do boi pantaneiro**: Monographias cuiabanas. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926.

_____. **Matto Grosso**. Publicação official. Rio de Janeiro: Typ do Jornal do Commercio, 1922.

_____. **Ervais do Brasil e Ervateiros. Documentário da vida rural**. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: 1957, n. 12.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, Lúcia Salsa. Corumbá: **um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso**: 1870-1920. Dissertação de Metrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Departamento de História, São Paulo, 1980.

_____. **História e fronteira**: o sul de Mato Grosso – 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

_____. **Corumbá**: o comércio e o Casario do Porto (1870-1920). Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira oeste**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

_____. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**: 1889-1943. Campo Grande: ed UFMS, 1995.

_____. **Mato Grosso**: 1817-1840. Mato Grosso e o papel da violência na formação e desenvolvimento da província. Dissertação de Mestrado –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Departamento de História, São Paulo, 1976.

_____. **História e violência em Mato Grosso: 1817-1840.** Campo Grande: ed UFMS, 2000.

COSTA, Emilia Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** São Paulo: Ciências Humanas. 1979.

_____. **Introdução ao estudo da emancipação política.** In: Brasil em Perspectiva. 8ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII.** São Paulo: Kosmos, 1999.

CUEVAS, Efraim Martinez. **La ganaderia en el Paraguai:** desde la conquista hasta la guerra grande. Assuncion: La Rural ediciones, 1987.

CUNHA, Flores da. Contrabando nas fronteiras do sul. Câmara dos Deputados Federais, 1928. **Anais...** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936, V.S.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso – 1536-1778.** Campo Grande: UFMS, 2000.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira S/A, 1988.

FIGUEIREDO, Aline. **A propósito do boi.** Cuiabá: Editora Universitária da UFMT, 1994.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829.** Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix, 1977.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil: 1875-1878.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. v. I e II.

FRAGOSSO, Augusto Tasso. **Historia da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exercito, 1934, v. I.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: nova ABNT. 11ª ed. Manaus: Art Ler Ltda, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Nacional, 1991.

GADELHA, Regina Maria A. F. **As missões jesuíticas do Itatim**: um estudo das estruturas socio econômicas coloniais do Paraguai (sec. XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra 1980.

GANDIA, Enrique de. **Las misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas**. Buenos Aires: Editorial La Facultad, 1936.

GARDIM, Pe Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Nacional. 1978.

GARDINER, Patrick. **Teorias da Historia**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Callaustre Gulbeankian, 1968.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul**: sua evolução histórica. Campo Grande: UCDB, 1999.

_____. **A guerra do Paraguai**: verdades e mentiras. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000.

_____. **Mato Grosso do Sul**: história dos municípios. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1992.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre**: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. Uberlândia: História e Perspectiva, 1991. V. 1.

HERBERTS, Ana Lúcia. **Os mbaya-guaicuru**: área, assentamentos, subsistência e cultura material. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dissertação de Mestrado – UNISINOS, Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo, 1998.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Monções**. Coleções estudos brasileiros. Edições da C. E. B. Rio de Janeiro, 1945.

_____. **O extremo oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

IGLESIAS, Francisco. **A revolução industrial**. 2ª ed. São Paulo: 1981.

KERSTEN, Ludwing. **Las tribus indígenas del Gran Chaco, hasta fines del siglo XVIII**. Resistencia (Chaco). Universidad Nacional del Noroeste, Departamento de História, 1968.

KOK, Maria da Glória Porto. **O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII**. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 1998.

LACERDA e ALMEIDA, Francisco José de, **Diários de Viagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica**. 5ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, V. I, II e III.

_____. **Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1914, v. 1.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração**. Cuiabá: UFMT Imprensa Universitária, 1982.

LENINE, V. I. Obras escolhidas. **O imperialismo fase superior do capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1982. V. 1.

LIMA, Astúrio Monteiro. **Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis**. Editora Soma, São Paulo: 1978.

LIMA, Flamarion Barreto Gal. **A guerra do Paraguai**. 5ª ed., 1988.

LISBOA, Miguel Ribeiro Arrojado. **Oeste de São Paulo, sul de Mato Grosso**: geologia, industrial, mineral, clima, vegetação, solo agrícola, indústria pastoril. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1909.

LOSANO, P. Pedro. **Historia de la conquista del Paraguay, rio de la Plata y Tucuman**. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1873, v.I.

LUGON, C. A. **A republica comunista cristã dos guaranis (1610-1768)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACHADO, Paulo Coelho. **Arlindo de Andrade**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de MS. 1988.

MACIEL, Jose de Barros. **A pecuária nos pantanaes de Mato Grosso**: these apresentada ao 3º Congresso de Agricultura e Pecuária. São Paulo: Imprensa Methodista, 1922.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MARQUES, A. **Mato Grosso**: seus recursos naturais, seu futuro econômico. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1923.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2ª ed. Coleção "Os economistas". São Paulo: Nova Cultura. v.2.

MATTOS, Joaquim Francisco de. **A Guerra do Paraguai**: história de Francisco Solano Lopes, o exterminador da nação paraguaia. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

MAZZA, Maria Cristina Medeiros. et al. **Etnobiologia e conservação do bovino pantaneiro**. Corumbá: Embrapa, 1994.

MELLO, Raul Silveira de. **História do forte Coimbra**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército. 1959. V. I, II e III.

_____. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

MENDES JUNIOR, Antonio. et al. Brasil. **História, texto e consulta:** império. 2ª ed. São Paulo: brasiliense, sd.

MENDONÇA, Estevão de. **Datas mato-grossenses.** 2ª edição. Cuiabá: Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Rios Guaporé e Paraguai:** primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985.

MICHELS, Ido Luiz. **Cadeia produtiva da carne de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Editora Oeste, 2001.

MONTEIRO, Jonh Manuel. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORENO, Fulgêncio R. **La ciudad de la Asuncion.** 3ª ed. Asuncion: Grafica Comuneros. 1985.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d'um roteiro de viagem de sua capital a São Paulo.** São Paulo: Typ Henrique Schroeder, 1869.

MURIEL, P. Pablo. **Historia del Paraguay desde 1747 hasta 1767.** Trad. por el P. Pablo Hernandez. Madrid: Libreria de Victoriano Suarez, 1918.

NANTES, Aglay Trindade. **Morro Azul:** estórias pantaneiras. Campo Grande: 1993.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **O que é Pantanal.** São Paulo, Brasiliense, 1990.

NORMANO, J. F. **Evolução econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1939.

NOVAIS, Fernando. **O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial.** Brasil em perspectiva. 8ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha. **Elites políticas:** competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre**: o progresso de assimilação dos terêna. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro: 1976.

PAIM, Gilberto. **Industrialização e economia natural**: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: 1957.

PALERMO, Miguel A. **Nioaque**: evolução política e revolução de Mato Grosso. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

PASTELLS, Pe. Pablo. **História de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay**. Madrid: Librería general del Victoriano Suárez, 1912. V. I, II e IV.

PENA, Milciades. **La era de Mitre**: de caseros a La Guerra de La Triple Infamia. 3. Ed. Buenos Aires: Fichas, 1975;

PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. **Uma legalização de terras devolutas em Mato Grosso**. Tese apresentada para defesa do título de livre docente à disciplina de Antropologia ao Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia do Campus de Assis da Universidade Estadual Paulista, 1987.

PINTO, Virgílio Noya. **Balanço das transformações econômicas no século XIX**. In: Brasil em Perspectiva. 8ª ed. São Paulo: Difel, 1971.

POMER, Leon. **La guerra del Paraguay**: grannegocio. Buenos Aires: ediciones caldén, 1968.

_____. **Paraguai**: nossa guerra contra esse soldado. 2ª ed. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Paraguai**: nossa guerra contra esse soldado. 3ª ed. São Paulo: Global, 1986.

_____. **A guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense**. São Paulo: Global, 1980.

_____. **Os conflitos da bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PORTO, Aurelio. **História das missões orientais do Uruguai**: jesuítas no sul do Brasil. Edição da Livraria Selbach. Porto Alegre: 1954. VIII.

PÓVOAS, Lenine C. **História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do império.** Cuiabá: 1995, V. I e II.

PRADO Junior, Caio. **História econômica do Brasil.** 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1959.

PROENÇA, Augusto César. **Pantanal, gente, tradição e história.** 3ª ed. Campo Grande – UFMS, 1997.

PROENÇA, M. Cavalcanti. **No termo de Cuiabá.** Ministério da Educação e Cultura. INL. Rio de Janeiro: 1958.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa Omega, 1976.

RAMOS, J. A. **Lãs masas y lãs lanzas.** 6ª ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1974.

REZENDE, Eliane Mendonça Marques de. **Uberaba: uma trajetória sócio econômica (1811-1910).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

RIBEIRO, Renato Alves. **Tabaco 150 anos: balaio de recordações.** Campo Grande: 1984.

RIBEIRO JUNIOR, Jose. **A independência do Brasil.** 5ª ed. São Paulo: Global Ed. 1988

RICOEUR, Paul. **História e verdade.** 2ª ed. Editora Forense. Rio de Janeiro. 1964.

RIVASSEAU, Emílio. **A vida dos índios guaicurus.** 2ª ed. Rio de Janeiro: 1941.

RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Mato Grosso do Sul.** 2ª ed. São Paulo: Editora do Escritor, 1993.

ROSA, João Guimarães. **Entremeio com o vaqueiro Mariano.** In: Estas estórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagens às nascentes do rio São Francisco**. São Paulo: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Rinaldo. **O zebu**. Uberaba: Agropecuaria Tropical Ltda, 1998.

SIERRA, Vicente. **História de la Argentina: 1492-1600**. Buenos Aires: 1956.

SILVA, Maria do Carmo Brazil Gomes da. **Rio Paraguai o mar interno brasileiro: uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Departamento de História, São Paulo, 1999.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Nacional, 1937, T. I e II.

_____. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Nacional, 1947.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. 3ª ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

_____. **A rusga em Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, Departamento de História, São Paulo, 1992.

SMITH, Herbert H. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1921.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1941.

_____. **Formação histórica do Brasil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Panorama do segundo Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 1998.

_____. **História da burguesia Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

_____. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1967.

_____. **As razões da independência.** 3ª ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 1978.

_____. **Introdução à revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Jose Olympio. 1958.

SOUZA, Lécio Gomes. **História de uma região: Pantanal e Corumbá.** São Paulo: Resenha Tributária Ltda, 1973.

_____. **História de Corumbá:** s/d. s/ed.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

TAUNAY, Affonso. **História das bandeiras paulistas.** São Paulo: Melhoramentos, 1961, v.1.

TAUNAY, Affonso. **História geral das bandeiras paulistas.** São Paulo: Typ. Ideal, 1930, v. 1 e 6.

_____. **Relatos, sertanistas.** São Paulo: Biblioteca Histórica paulista comemorativa ao IV centenário da fundação de São Paulo, 1953.

_____. **Relatos mançoeiros.** São Paulo: Biblioteca Histórica Paulista, Publicações comemorativas do IV centenário da Fundação de São Paulo. sd.

TAUNAY, Visconde de. **Memórias.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

_____. **Entre os nossos índios.** São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

_____. **A retirada da Laguna.** São Paulo, s/d.

_____. **Cartas da campanha de Matto Grosso 1865 a 1866.** Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, s/d.

_____. **Campanha de Matto Grosso: cenas de viagem.** São Paulo: Livraria do Globo, 1923.

_____. **Marcha das forças:** expedição de Matto Grosso – do Rio de Janeiro a Coxim. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

_____. **Paizagens brasileiras.** São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d

_____. **Em Mato Grosso Invadido.** São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1929.

THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

TRIAS, Vivian. **El Paraguay de Francia el supremo a la guerra de la triple alianza.** Buenos Aires: Crisis, 1975.

VASCONSELLOS, Victor Natalício. 7ª ed. **Lecciones de historia paraguaya:** centenario de la epopeya nacional. Asunción: 1978.

VERSEN, Max Von. **História da guerra do Paraguai.** Belo Horizonte. Itatiaia, 1976.

VIANNA, Helio. **História do Brasil.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1967. V. 1.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida.** Rio de Janeiro: Livraria São Jose, 1958.

VOLPATO, Luisa Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza:** formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819). São Paulo: INL, 1987.

WALLE, Paul. **Au Brésil:** etats de Goyaz et Matto Grosso. Paris: guilmoto, 1912.

WEINGARTNER, Alisoete Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul:** 1889-1930. Porto Alegre: Edições Est, 1995.

WILCOX, Robert. **Cattle ranching on the Brazilian frontier:** tradition and innovation in the Mato Grosso – 1870-1940. New York University, 1992.

ANAIS – ARTIGOS – REVISTAS – SEPARATAS – ENTREVISTAS

ABREU, Dióres dos Santos. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudeste de São Paulo: o comércio de gado. **Revista de História**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

ABREU, Florêncio de. O gado bovino e sua influência sobre a antropogeografia do Rio Grande do Sul. III CONGRESSO SUL – RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. **Anais...** Porto Alegre: 1940. v. 4.

AGUIRRE, J. F. Diario del capitan de Fragata. D. Juan Francisco Aguirre. **Revista de la Biblioteca Nacional**. Buenos Aires, tomo I, II, III e IV, 1950.

ALINCOURT, Luis d'. **Resultado dos trabalhos e indagações statisticas da provincia de Matto Grosso**. Rio de Janeiro: Annaes da Bibliotheca Nacional. Secção segunda, v. III, 1877-1878 e v. VIII, 1881.

_____. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luis d'Alincourt desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyaba. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: 1857, tomo XX.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. Extrato da descripção geographica da província de Mato Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mor de Engenheiros. 2ª ed. **Revista Trimensal de Historia e Geographia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1865.

_____. Extrato do diário da diligencia ao reconhecimento do rio Paraguay, desde o lugar do marco, na boca do rio Jauru, pelo capitão de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, commandante da expedição 1786. **Revista trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: 1862, tomo XXV.

ALMEIDA, Valério. Santo Antonio de Campo Grande: esboço histórico. **Revista Mensal Ilustrada Folha da Serra**. Campo Grande: 1933.

ALMEIDA; Cônego Luis Castanho. Bandeirantes no ocidente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, 2º semestre, 1941. V. XL.

ALVES, Gilberto Luis. Mato Grosso e a história: 1870-1929 – ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 61, 2º sem. 1984.

ARAD, Irene S. de. La ganaderia en el Paraguay: período 1870-1900. **Revista Paraguaya de Sociología**. Asuncion: Publicación de Ciencias Sociales para América Latina, nº 28, 1973.

ASSUNÇÃO, Fernando O. Asuncion: origem de la riqueza ganadera del rio de la plata. **Anuário de la academia Paraguaya de la Historia**. Asuncion: 1987, v. XXIV.

CAMELLO, Joao Antonio Cabral. Noticias praticas das minas do Cuiabá e Goyazes, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no anno de 1727. **Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico Geographico Brasileiro**, tomo 4, 1863.

CARDOZO, Ciro Flamarion. Para Ciro Flamarion, época de transição explica impasse teórico. Entrevista. **Revista Registro**. Ouro Preto: nº 3, 1995.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Oeste. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 1943

DO PRADO, Francisco Rodrigues. História dos índios Cavalleiros ou da nação guaicurú. **Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Ass do Despertador, 1856.

ESSELIN, Paulo Marcos. Artigas. Revista Pantaneira. Aquidauana, v. 2. nº 2, jul/dez. 2000.

_____. Jornada de Aleixo Garcia e a conquista da Bacia do rio da Prata. **Revista Pantaneira**. Centro Universitário de Aquidauana: Aquidauana, v. 1. nº 2, 1999.

FLORENCE, Hercules. Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829. **Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: 1875, tomo XXXVIII, 2ª parte.

GUZMAN, Alonso Riquelme de. Riquer – Riquel – Riquelme. **Anuario de la academia Paraguaya de la Historia**. Asuncion. 2000-2001, V. XL – XLI.

JAEGER, P Luis Gonzaga. História da introdução do gado no Rio Grande do Sul (1634) **Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2º trimestre de 1943.

LOPES, Joaquim Francisco. A bandeira de Joaquim Francisco Lopes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, nº 1, 1999.

MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista do departamento de Geociências de UFSC**. Florianópolis, 1986.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Santiago de Xerez: uma problemática para a arqueologia histórica. **Anuário de la Academia Paraguaya de la Historia**, 2002, v. XLII.

MATTOS, Carlos de Meira. Nova guerra, novas armas. **Jornal Folha de São Paulo**, Tendências e debates, 12 de fevereiro de 2003, p. A3.

MELGAÇO, Barão. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 205, out./dez. 1949.

MENDOZA, P. de La C. La ganaderia colonial en el siglo XVIII. Acion de los Adelantados en pro de la riqueza pastoril durante la conquista y colonización del Rio de la Plata. **Revista de Derecho Historia y Letras**. Buenos Aires, 1922.

NOGUEIRA COELHO, Felipe Jose. Memórias chronologicas da Capitania de Mato Grosso. **Revista trimensal de Historia e Geographia**. Rio de Janeiro, v. 13, 1850.

PIMENTA BUENO, Jose Antonio. Discurso do presidente da Província do Mato Grosso e doutor Jose Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 4 de Março de 1837. **Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1837.

ROCHA, Eunice Ajala. O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá – 1873-1888. **Revista Dimensão (UEMT/CPC)**. Corumbá: UFMS/CEUC, nº 5/7, p. 78-108, 1975-1977.

SOUZA, Lecio Gomes. A invasão de Mato Grosso através do eixo fluvial. **Revista Militar Brasileira**. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, out./dez. 1965.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos geográficos do planejamento rural do município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 1972.

VILARES, João Barrisson. Melhoramentos da eficiência reprodutiva de bovinos no Pantanal Mato-grossense. In: I-ENCONTRO DO PRODE-PAN. **Anais...** Corumbá, 1974.

VILLAMIL, Manuel Peña, Breve Historia de la ganaderia Paraguaya. **Anuario de la academia Paraguaya de la Historia**. Asunción, 1969-1970, v. 13.

WILCOX, Robert. Cattle e frontier development in Mato Grosso: 1770 – 1870. In: BRASA V ANNUAL CONFERENCE. **Anais...** Recife, 2000.

ENTREVISTAS

ARAUJO, Nilson. Campo Grande, 08 de julho de 2001.

ARAUJO, Nilson. Campo Grande, 12 de dezembro de 2002.

BARROS, Abilio Leite. Campo Grande, 13 de outubro de 2001.

BITTAR, Marisa. Campo Grande, 1 de março de 2001.

FERREIRA JUNIOR, Amarilio Campo Grande, 29 de fevereiro de 2001.

FERREIRA JUNIOR, Amarilio Campo Grande, 9 de janeiro de 2002.

MACHADO de OLIVEIRA, Tito Carlos. Campo Grande, 19 de setembro de 2001.

MACHADO de OLIVEIRA, Tito Carlos. Campo Grande, 15 de abril de 2002.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Campo Grande, 22 de setembro de 2000.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Campo Grande, 7 de janeiro de 2002.

MICHELS, Ido Luis. Campo Grande, 22 de dezembro de 2001.

SEREJO, Helio. Presidente Wenceslau Braz, 14 de abril de 2001.

FONTES IMPRESSAS E MANUSCRITAS

BANDEIRANTES NO PARAGUAI SÉCULO XVII. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, Prefeitura do Município de São Paulo, Vol XXXV, Coleção Departamento de Cultura , 1949.

BARBOSA DE SÁ, JOSEPH. Relação das povoacoes do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios thé os presentes tempos. Cuiabá: Edições UFMT.

BUENO, Jose Antonio Pimenta. Extrato do discurso do presidente Jose Antonio Pimenta Bueno na abertura da assembleia legislativa provincial. **Revista trimestral do Instituto Historico geographico e Etnographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: 1870, tomo II.

CABEZA DE VACA. **Naufrágios e comentários.** Trad. Jurandir Soares dos Santos (texto) e Bettina Becker (Introdução). Porto Alegre: LEPM Editores, 1987. Coleção Os Conquistadores.

CABEZA DE VACA. Alvar Nuñez. **Naufragios y comentarios.** Madrid: Edicion de Roberto Ferrando, 1985.

CORTESÃO, Jaime. (org). **Manuscritos da Coleção de Angeles:** jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596 – 1760). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras e Raras Publicações, vol. II, 1951.

Documentos Interessantes para a Historia Costume de São Paulo vol. XXXI.

Documentos para a História da Argentina. Iglesia, Buenos Aires: 1929.

MARTINS DE PAIVA, Ana Mesquita et al (org) NDHIR. **D. Antonio Rolim de Moura.** Correspondências compilação, transcrição e indexação. Cuiabá: UFMT, 1983. V.I

MISSÃO RONDON. **Relatório dos trabalhos realizados de 1900-1906 pela comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado às autoridades do Ministério da Guerra pelo major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon como chefe da comissão. Publicação nº 69-70 do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.** Ministério da Agricultura. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

MONTOYA, Antonio Ruiz. (S.J). **Conquista espiritual.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

Ofício dos Presidentes. Ij1687Rel. 28 Arquivo Nacional RJ. Palácio da Presidência da Província do Mato Grosso em Cuiabá, 1874.

SCHMIDL Ulrico. **Derrotero y viaje a España y las Indias.** Buenos Aires. Espasa Calpe. 1947.

SOUZA, Candido Xavier de Almeida e. **Discripção diária Cap. Mia de S. m Paulo. P. a ás fronteiras do Paraguay, em 9 de outubro de 1800, dedicada ao Illm. E Exm. O S.or Dom Rodrigo de Souza Coutinho.** In: Revista do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: 1949, V.202.

Relatorio que o Exm. Sr. vice Presidente Dr. Jose Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na 2ª Sessão da 26ª Legislatura no dia ... de Setembro de 1887. Cuyaba, APMT. Manuscrito.

Relatorio com que o Exmº. Snr. Dr. João Jose Pedrosa Presidente da Provincia de Mato Grosso abrio a 1ª Sessão da 22ª Legislatura da respectiva Assembléa no dia 1º de Novembro de 1878. Cuyaba, 1878. APMT. Manuscrito.

Relatorio com que o Exmo. Sr. Dor João Jose Pedrosa Presidente da Provincia de Matto Grosso abrio a 2ª Sessão da 22ª Legislatura da

respectiva Assembléa no dia 1º de Outubro de 1879. Cuyaba, APMT. Manuscrito.

Relatorio com que o Exmo. Sr. Francisco Jose Cardoso Junior Presidente da Provincia de Mato Grosso abriu a Assembléa Provincial. Cuyaba. 1872. APMT. Manuscrito.

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso pelo Presidente da Provincia Doutor Joaquim Galdino Maciel no dia 12 de Julho de 1886. Cuyaba, APMT. Manuscrito.

Relatorio com que o General Barão de Maracaju Presidente da Provincia de Matto Grosso abriu a 1ª Sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembléa, no dia 1º de Outubro de 1880. Cuyaba. APMT. Manuscrito.

Relatorio com que o Exmo. Sem Barão de Aguapehy 1º vice Presidente passou a administração da Provincia de Mato Grosso ao Exmº Senr General Hermy Ernesto da Fonseca. Em 4 de Março de 1878. Cuyaba, APMT. Manuscrito.

Relatorio Apresentado à Assembleia Provincial por Hermes Ernesto da Fonseca em 5 de Julho de 1875. Cuyaba, APMT. Manuscrito.

Relatorio Apresentado à Assembleia Provincial pelo Dr. Jose de Miranda Silva Reis. 1872-1874. Cuyaba, APMT. Manuscrito.

FALLA com que o Exmo. Snr. General Barão de Batavy abriu a 1ª sessão da 25ª legislação da Assembléa de Matto Grosso em 1º de outubro de 1884. Cuyaba, APMT. Manuscrito.

Documentos avulsos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá MT, relativo ao período de 1870 a 1910 – Latas.

Carta de Joaquim Felicissimo d'Almeida Louzada de 12 de outubro de 1865. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 762; pasta 29.

Relatorio Apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Matto Grosso pelo Presidente da Provincia Doutor Joaquim Galdino Pimentel no dia 12 de Julho de 1886. Cuyaba, 1886. Manuscrito.

Mensagem dirigida pelo Exmo Senhor General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Presidente do Estado de Matto Grosso à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura em 15 de maio de 1916.

Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Manoel Jose Murtinho a Assembléa Legislativa do Mmo Estado em sua segunda reunião à 13 de maio de 1893.

Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa em 1º de fevereiro de 1896, pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Corrêa da Costa Presidente de Estado. Cuyaba: Typographia do Estado, 1896.

Mensagem do Presidente do Estado de Matto Grosso Dr. Manoel Jose Murtinho a Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 13 de maio de 1895.

Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 1ª sessão da 8ª Legislatura, em 13 de maio de 1909. Cuyaba. Typografia Official, 1909.

Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa Presidente do Estado à Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1910.



Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 11.184.290/0001-97